



Memória

documentação e pesquisa

Universidade e lugares de memória

Organização:

Antonio José Barbosa de Oliveira

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Sistema de Bibliotecas e Informação

Universidade e lugares de memória



Reitor

Aloísio Teixeira

Vice-Reitora

Sylvia da Silveira de Mello Vargas

Pró-Reitora de Graduação

Belkis Valdman

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Ângela Uller

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Carlos Antônio Levi da Conceição

Pró-Reitor de Pessoal

Luiz Afonso Henrique Mariz

Pró-Reitora de Extensão

Laura Tavares

Prefeito da Cidade Universitária

Hélio de Mattos Alves

Coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura

Beatriz Resende

Coordenadora do Sistema de Bibliotecas e Informação

Paula Maria Abrantes Cotta de Mello

Série Memória, documentação e pesquisa, 2

Universidade e lugares de memória

Organização

Antonio José Barbosa de Oliveira

UFRJ / FCC / SiBI



Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI/UFRJ)

Copyright FCC-SIBI/UFRJ, 2008

Impressão

Walprint Gráfica e Editora

Capa e Diagramação

Guilherme Tomaz

Organização

Antonio José Barbosa de Oliveira

Revisão

Antonio José Barbosa de Oliveira

Nilce Nunes Lima

Revisão de Referências

Elaine Baptista de Matos Paula

Eneida de Oliveira

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Processamento Técnico – SiBI/UFRJ

Universidade e lugares de memória / organizado por
U58 Antonio José Barbosa de Oliveira. – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008.

320 p. : il. ; 21cm. -- (Memória, documentação e pesquisa)

ISBN: 978-85-7108-328-8

1. Universidade-história. 2. Memória coletiva – Congressos.
3. Memória coletiva - Universidade. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura. Sistema de Bibliotecas e Informação. II. Série.

CDD: 378.10981

Aos autores

Sumário

Apresentação

Aloísio Teixeira

13

História, Memória e Patrimônio

Manoel Luiz Salgado Guimarães

17

História, memória e instituições: algumas reflexões teórico-metodológicas para os trabalhos do Projeto Memória SiBI / UFRJ

Antonio José Barbosa de Oliveira

41

Memória, Discursos e Instituições

Diana de Souza Pinto

63

Memória, preservação e uso das edificações históricas da UFRJ

Maria Ângela Dias

81

Museu da Escola Politécnica: o espaço de construção da memória da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Heloi José Fernandes Moreira e Luiz Antonio Salgado Neto

95

Museu da Química Professor Athos da Silveira Ramos: a memória da Química no Rio de Janeiro

Júlio Carlos Afonso

115

Quando um museu dá samba: a popularização do Museu Nacional da UFRJ no carnaval carioca

Regina Dantas

127

O Museu D. João VI da Escola de Belas Artes da UFRJ: memória institucional

Angela Ancora da Luz

145

Arquitetura e acervos x Acervo de arquitetura

Elizabete R. de Campos Martins, João Cláudio Parucher e Cláudio M. Viana

157

Memória do trabalho, memória sindical, memória política: o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro

Elina G. da Fonte Pessanha e Marcos Aurélio Santana Rodrigues

171

O Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery

Maria da Luz Barbosa Gomes e Sandra Cristina Demetrio de Moraes

191

A Escola de Música da UFRJ e suas coleções especiais

André Cardoso

203

O PROEDES – Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade: origens e desenvolvimento

Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero

221

**Perfis e trajetórias dos professores universitários
do curso de História no Rio de Janeiro**

Marieta de Moraes Ferreira

235

**A preservação da memória através das coleções pessoais
depositadas na UFRJ: o caso da Coleção Afonso Carlos
Marques dos Santos**

José Tavares da Silva Filho, Rosane Cristina de Oliveira e Andréa Côrtes Torres

269

O Acervo INEP na UFRJ : 30 anos... e muita história pra contar

Maria Cristina Rangel Jardim

279

**Arquivos de Cultura Contemporânea:
uma experiência de pesquisa e documentação**

Cristina Barros Barreto

291

**O SINTUFRJ e a memória dos servidores
técnico-administrativos em Educação**

Ana Maria Ribeiro

303

Os Autores

315

Apresentação

Não poderia haver local mais apropriado para a realização da abertura do II Seminário Memória, Documentação e Pesquisa — *A Universidade e os seus lugares de Memória* — promovido pelo SiBI do que o Salão Dourado deste histórico prédio da Praia Vermelha. Aqui, protegido pela estátua de D. Pedro II imberbe, e encarando a estátua de José Clemente Pereira (também conhecido como José Pequeno) — provedor da Santa Casa de Misericórdia, que foi quem doou este terreno ao imperador para que aqui fosse construído um hospital, um asilo de loucos, o Hospital de Alienados de Pedro II. Estas estátuas já estavam aqui quando o Reitor Pedro Calmon assegurou a posse deste espaço para a Universidade do Brasil no final dos anos 40 do século passado, tendo sido preservadas. E estão aqui até hoje como símbolo da continuidade histórica desse espaço que é um importante lugar da memória de nossa Universidade.

O local escolhido tem um significado simbólico muito grande, porque vivemos hoje, na universidade pública federal brasileira, e em particular em nossa Universidade Federal do Rio de Janeiro, um momento único de nossa história. E a possibilidade de realizarmos um seminário como esse, em que voltamos nosso olhar para a memória, para o passado portanto, exige de nós que olhemos também para o futuro. Passado e futuro são referências muito fortes na vida dos homens e das mulheres. Mas passado e futuro se ligam por aquilo que é mais fugidio, aquilo a que chamamos de presente. O presente é alguma coisa que se esvai continuamente. Amanhã o hoje será ontem e, portanto, já será passado. E, se o presente é importante quando olhamos para o passado, também o é quando pensamos no futuro. O presente pode ser uma conclusão renovadora da trajetória anterior ou pode ser uma simples continuidade

de alguma coisa da qual temos pouca consciência e pouca capacidade de intervir. Ao mesmo tempo o presente é o momento em que tomamos decisões que influenciarão significativamente na construção dos dias que virão. Pensar o passado é certamente pensar a história e pensar a história não é pensar o passado somente como coisa vivida, mas sobretudo como coisa pensada.

Quando olhamos a história da nossa universidade, reverenciando os lugares de sua memória, nos defrontaremos com uma história de êxitos e de fracassos, uma história de conquistas e carências. Certamente, se cada um de nós, nos pequenos espaços que ocupamos em nossa universidade, pensarmos o passado, seremos capazes de lembrar de um sem fim de micro-histórias de êxito. Na trajetória histórica dos quase noventa anos de nossa Universidade, alcançamos inúmeros êxitos nestes microespaços. Mas, ao olharmos para a universidade como instituição que tem uma macro-história e não apenas um somatório de micro-histórias, observaremos que essa imensa coleção de microêxitos não redundou num macroêxito.

Não há dúvida de que somos uma das universidades mais importantes do país. Uma grande universidade que se destaca pela qualidade de seu ensino de graduação e de pós-graduação, bem como pela pesquisa e por suas iniciativas no campo da extensão. Mas, ainda assim, quando medimos o que fazemos pelo critério da eficácia social da nossa ação, deveremos reconhecer que estamos ainda muito longe de uma história verdadeiramente exitosa. A universidade que temos hoje, qualquer que seja a composição do seu corpo discente, ainda é uma instituição de elite num país carente de educação, carente de iniciativas inovadoras, carente de uma universidade que seja capaz de abrigar no seu interior, não uns poucos jovens, mas muito mais jovens do que os que hoje têm acesso a ela.

Olhar a história por este duplo olhar, o olhar da micro-história dos êxitos individuais dos pequenos grupos e o olhar apurado da macro-história, da eficácia social de nossa ação, nos faz ter a certeza

de que é preciso aproveitar esse momento único, este presente fugidio que se esvai a cada minuto, para construirmos alguma coisa nova na UFRJ. Nós estamos aqui reverenciando a memória e os espaços de memória, mas, ao mesmo tempo, temos que olhar para o amanhã, definindo se este amanhã será apenas uma reprodução do passado, de um passado permeado de micro-histórias de êxitos, ou se será o amanhã de uma universidade nova, aberta, democrática, crítica, humanista, capaz de se defrontar e resolver os problemas da integração dos conhecimentos e da universalização do ensino superior. Entre este passado com suas glórias, conquistas, vitórias, fracassos e carências e esse amanhã que está em aberto, encontra-se o hoje, o presente e os nossos desafios. E é neste *hoje* que precisamos tomar as nossas decisões. Reproduziremos o passado ou construiremos uma universidade nova, diferente da que temos? Espero que este seminário, ao aprofundar o conhecimento que temos da nossa instituição, dos seus espaços e da sua memória, possa contribuir não só para uma maior consciência do que fomos, mas, sobretudo, para criar uma nova consciência daquilo que temos que ser.

Aloísio Teixeira

Discurso de abertura do II Seminário Memória, documentação e pesquisa.

A universidade e os seus lugares de Memória. SIBI/UFRJ

15 de abril de 2008 – Fórum de Ciência e Cultura

História , Memória e Patrimônio

Manoel Luiz Salgado Guimarães

1. O problema

Em recente e instigante livro publicado acerca dos desafios contemporâneos para a escrita da História, o historiador francês Christophe Prochasson¹ argumenta que estaríamos sob um novo regime de escrita, segundo o qual, ao historiador de ofício seria exigido cada vez mais uma escrita submetida aos ditames dos afetos, sejam eles derivados de engajamentos políticos específicos, de crenças particulares ou mesmo derivados de um convite à individualidade do historiador. Este seria instado a mostrar-se através do seu texto, postura bastante diversa daquela que o obrigava a esconder-se por trás da pesquisa científica. Esse novo regime emocional, segundo as palavras do historiador francês, supõe determinados constrangimentos às narrativas do passado assim como fazem um apelo à dimensão cada vez mais autoral do texto historiográfico. Como parte dessas mutações próprias ao campo de atuação do historiador, a biografia ganharia novo espaço e significado para a pesquisa histórica, assim como um lugar que perdera como gênero legítimo da escrita histórica.

Igualmente a ego-história encontrou espaço nesse novo campo de atuação para o historiador de ofício. O que, no entanto, o trabalho de Christophe Prochasson nos ajuda a refletir é sobre os usos e demandas contemporâneas do passado, definindo uma variedade de narrativas acerca de eventos pretéritos consumidos pelas sociedades contemporâneas ávidas de lembranças e memórias de um tempo muitas das vezes idealizado como sendo de certezas e segurança. É como parte dessas demandas que devemos

1 PROCHASSON, Christophe. *L'empire des émotions. Les historiens dans la mêlée*. Paris: Éditions Demopolis, 2008.

encarar o interesse contemporâneo acerca do patrimônio e das tarefas de patrimonialização do passado. Com isso queremos deixar claro que o estudo acerca do patrimônio só pode ser compreendido a partir de sua vinculação com as problemáticas atuais que definem interesses específicos com relação ao passado. Portanto, refletir sobre o patrimônio pode e deve ser uma das preocupações do campo historiográfico, submetendo-o a uma investigação que sublinhe a dimensão histórica de sua invenção.

2. Alguns pressupostos para a abordagem do tema

O meu interesse nesta área de reflexão decorre de minhas preocupações referentes ao tema da escrita da história em suas diversas modalidades e possibilidades. Pretendo, portanto, sugerir que uma reflexão em torno do patrimônio pode ser compreendida, e acredito mesmo que deva ser feita, em suas estreitas vinculações com o trabalho de produzir narrativas sobre o passado, ofício a que certamente os historiadores, mas não somente e também não exclusivamente, se dedicam. Assim, o patrimônio é também uma escrita do passado, submetida evidentemente a uma gramática e uma sintaxe específicas.

Se esta hoje parece ser uma afirmação de certa forma evidente, nem sempre as questões relacionadas ao tema do patrimônio no Brasil foram compreendidas como integrando o rol de problemáticas de natureza historiográfica. A geração dos fundadores do patrimônio integrada basicamente por arquitetos de formação, imprimiu uma marca peculiar ao campo, cujos traços ainda hoje se fazem presentes. Certamente a consideração dessa especificidade é importante para compreendermos os rumos e diretrizes assumidas pela questão patrimonial em nosso país. Longe de ser uma natureza sua vinculação ao campo da arquitetura, deriva de uma história peculiar da constituição desse campo entre nós e por isso, não parece ser estranho um relativo distanciamento do universo de interrogações propriamente historiográficas. No entanto, não

apenas entre nós, mas no panorama das discussões internacionais acerca do patrimônio, tem-se observado uma aproximação entre diversos campos de atuação profissional, tornando o tema do patrimônio um lugar privilegiado para um diálogo entre historiadores, arquitetos, antropólogos, historiadores da arte, para ficarmos com apenas alguns desses campos que têm contribuído de forma decisiva para uma complexificação das discussões e abordagens acerca do patrimônio, da sua conservação e relação com as sociedades contemporâneas.

A semântica do termo já nos sugere uma relação com um tempo que nos antecede, e com o qual estabelecemos relações mediadas através de objetos que acreditamos pertencer a uma herança coletiva. Assim, esses objetos que acreditamos pertencer a um patrimônio de uma coletividade, e hoje até mesmo da humanidade, estabelecem nexos de pertencimento, metaforizam relações imaginadas e que parecem adquirir materialidade a partir da presença desse conjunto de monumentos. O termo patrimônio supõe, portanto, uma relação com o tempo e com o seu transcurso. Em outras palavras, refletir sobre o patrimônio significa igualmente pensar nas formas sociais de culturalização do tempo, próprias a toda e qualquer sociedade humana.

É através deste trabalho de produzir sentido para a passagem do tempo que as sociedades humanas constroem suas noções de passado, presente e futuro, como formas históricas e sociais de dar sentido para o transcurso do tempo. Como não vemos nesse trabalho uma relação com os problemas que afetam diretamente o ofício do historiador, uma vez que o tempo é matéria prima por excelência de seu trabalho e elemento central sobre o qual engendram-se formas de narrá-lo, como condição de torná-lo significativo para as coletividades humanas? E é o tempo da História, aquele que marcará definitivamente a experiência da modernidade, tomando a medida das ações humanas como aquela a escandir a marcação da própria passagem do tempo. O tempo da História torna-se assim,

com a Modernidade, o tempo hegemônico e o nascimento da disciplina no século XIX deve ser visto como parte desse trabalho de narrar o tempo a partir da história das ações humanas.

No mesmo cenário de emergência da história em sua forma disciplinar, assiste-se ao nascimento das preocupações de natureza patrimonial, tomando logo sua forma também disciplinar.² Não se trata de mera coincidência temporal, mas de solos de emergência similares que tornaram tanto as preocupações disciplinares com a História quanto aquelas relativas ao patrimônio parte de uma cultura histórica que investe de maneira sistemática em diferentes possibilidades de narrar o tempo passado. Stephen Bann qualificou esse interesse pela História como parte de uma paixão das sociedades oitocentistas pelo passado, paixão decorrente da experimentação de uma irremediável perda frente às profundas transformações que caracterizaram o século XIX.

O argumento que procuro defender é o de que uma reflexão em torno do patrimônio, definitivamente parte das agendas políticas contemporâneas, deve aproximar-se de uma investigação acerca da escrita da História, na medida em que podemos caracterizar o investimento patrimonial como uma escrita peculiar empenhada em narrar, segundo procedimentos também particulares, o tempo passado. Perceber as articulações possíveis com a escrita da história pode, segundo meu juízo, enriquecer nosso debate e nossa compreensão acerca do patrimônio, qualificando as necessárias e importantes políticas públicas de produção patrimonial. Da mesma forma que uma escrita acerca do passado demanda uma operação que transforme uma massa documental em fonte para a construção desse passado, é também uma operação, uma escolha e um ato valorativo aquele que produz objetos do passado em patrimônio cultural de uma coletividade humana. É igualmente a partir de tra-

2 Consultar a esse respeito: POULT, Dominique. *Musée, nation, patrimoine. 1789-1815*. Paris: Gallimard, 1997. Do mesmo autor: *Une histoire du patrimoine en Occident*. Paris: Presses Universitaires de France, 2006. Ver ainda: BABELON, J.-P. & CHASTEL, A. *La notion de patrimoine*. Paris: Édition Liana Levi, 1994.

ços do passado que o patrimônio pode empreender sua tentativa de reconstrução de uma cadeia temporal e hereditária, vinculando as gerações presentes àquelas que as precederam, estabelecendo por este meio, importantes laços sociais, necessários à vida das coletividades humanas. E aqui as relações entre patrimônio e memória são estreitas. A simples sobrevivência ao tempo não assegura por si só a condição de transformar em patrimônio histórico um objeto, um vestígio material ou um acervo arquitetônico. E nem mesmo todo o conjunto de restos que sobreviveram à passagem do tempo vieram a se constituir em patrimônio histórico de uma coletividade. O patrimônio é, portanto, resultado de uma produção marcada historicamente. É ao fim de um trabalho de transformar objetos, retirando-lhes seu sentido original, que acedemos à possibilidade de transformar algo em patrimônio. Adjetivar um conjunto de traços do passado como patrimônio histórico é mais do que lhes dar uma qualidade; é produzi-los como algo distinto daquilo para o qual um dia foram produzidos e criados. Da mesma forma que um conjunto de documentos só poderá se transformar em fonte histórica pelo trabalho do historiador, igualmente os objetos que aprendemos a ver como patrimônio histórico só ganharam essa qualidade a partir de uma operação envolvendo diferentes esferas de produção de saberes e poderes.

3. A atualidade da discussão. Por que refletirmos sobre o patrimônio?

“Afirmar que aqueles que esquecem o passado provavelmente estão condenados a repeti-lo não equivale a dizer que aqueles que o recordam não o farão”. (Adam Phillips. Caderno Mais. Folha de São Paulo, 20 de novembro de 2005, p. 10)

“As coisas que recordamos e os caminhos pelos quais a memória nos conduz são imprevisíveis”. (Adam Phillips. Caderno Mais. Folha de São Paulo, 20 de novembro de 2005, p. 10)

“O retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente.” (Beatriz Sarlo. *Tiempo pasado*. Cultura da memória y giro subjetivo. Una discusión)

As três citações acima guardam algo em comum: tematizam o problema da memória e da recordação, bem como de suas implicações para as sociedades humanas. Falam-nos acerca dos usos sociais da lembrança e seu papel para organizarmos nossa vida em sociedade. Lembrar e recordar são atos fundamentais para assegurar a constituição de laços sociais e dificilmente poderíamos imaginar sociedades humanas que não produzissem suas formas e maneiras de lembrar. Igualmente o recurso às citações pode nos ajudar a estabelecer os laços entre lembrar e os usos possíveis que são feitos desse ato. O trabalho da lembrança nos remete necessariamente a duas temporalidades, entrelaçando-as: a do presente em que algo ou alguém é lembrado, e o passado (como momento anterior) em que os personagens ou objetos da lembrança viveram ou estiveram presentes. Portanto, o recordar impõe uma reflexão acerca do presente que transforma determinados objetos em alvo desse trabalho de lembrança, operando seletivamente aquilo que será lembrado e aquilo que deverá ser esquecido. Há uma demanda por recordação que deve ser investigada como forma de compreendermos essa complexa relação entre lembrar e esquecer.

Vivemos um tempo de intenso investimento em relação ao passado; esta parece ser a constatação recorrente entre diferentes autores que têm se ocupado com os estudos em torno da memória e da História em nossas sociedades contemporâneas.³ Quando falamos desses investimentos é preciso que fique claro que estamos supondo que eles podem se manifestar por meio de diferentes atitudes: o trabalho da memória com a sucessiva produção dos

3 Ver a respeito Andréas Huysen. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. Ver também Beatriz Sarlo. *Tiempo pasado*. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2005.

seus “lugares de memória” e suas exigências relativas ao “dever de memória”; o crescimento da produção acadêmica em história com significativa procura pelos cursos de história nos vestibulares das universidades públicas; a midiaticização do passado através dos meios de comunicação de massa disponibilizando a um público consumidor de imagens, ávido por cenas do passado, a pretensa realidade do mundo que existiu e que agora encontra-se disponível ao olhar que parece assegurar sua efetiva e inquestionável existência. E evidentemente a patrimonialização a que as sociedades contemporâneas, marcadas pela experiência de uma globalização acelerada, têm experimentado.

Esse interesse pelo patrimônio e pelas práticas preservacionistas que integram agendas de organismos estatais, assim como da própria UNESCO, deve, portanto, ser visto em sua articulação com uma cultura histórica - a de nosso tempo - em que um forte traço memorialístico parece ser sua marca mais significativa. Uma cultura da memória associada a um novo regime emocional parecem conduzir o interesse pelas narrativas contemporâneas acerca do passado. Este ano, especialmente, estamos assistindo a uma avassaladora produção de lembranças acerca dos 200 anos da chegada da corte portuguesa às terras americanas. Um investimento nas tarefas da memória que reconfiguram o evento de 1808 segundo as demandas próprias dessa nossa contemporaneidade. Uma breve comparação com os atos comemorativos por ocasião do primeiro centenário em 1908 fornece-nos um rico material de reflexão em torno desse trabalho de reconfiguração do evento [1808] a partir de outras expectativas e demandas próprias às primeiras décadas republicanas no Brasil. O evento em si assume diferentes sentidos segundo as formas e o tempo em que se torna objeto da recordação.

Por que e para que lembrar-se? Seria possível traçarmos uma história da própria lembrança, supondo que ela articula-se à vida de uma comunidade social num tempo determinado? Lembrança que

implica necessariamente no seu contraponto: o esquecimento. Até quando lembrar-se também não poderia significar uma forma de esquecer? Escrever como forma de fixação de uma memória implica na igual capacidade de esquecer: se estiver escrito não tenho mais necessidade de lembrar. Estranho paradoxo este que constitui a relação entre memória e esquecimento, largamente tematizado ao longo da cultura ocidental, num movimento pendular em que ora o esquecer, visto de forma negativa, deve ser enfrentado pela narrativa dos feitos grandiosos a serem memorizados, ora o esquecer é condição positiva para a ação no mundo, atitude salutar para os que pretendem investir na vida. Kant, ao comentar a assertiva platônica de que a arte de escrever liquidou com a memória, acrescenta: “Nessa frase há algo de verdade”. Ele próprio quando necessitava esquecer-se de seu criado Martin Lampe, escrevera em um bilhete: “Tenho de esquecer completamente o nome Lampe”.⁴

Retornando ao tema da patrimonialização, assistimos a uma febre de preservação dos bens materiais, numa corrida contra o tempo que parece ter adquirido uma aceleração comprometedor, em última instância, das próprias condições de continuarmos nos lembrando. Ao risco de uma amnésia contra-atacamos com uma inflação de memória. Tudo pode e deve ser arquivado como condição para a produção de uma super memória, talvez aquela semelhante à do personagem do conto de Borges, Funes, o Memorioso, que dotado de uma sofisticada capacidade de registrar os dados passados e vividos tornou-se inválido para a vida a ser vivida. Uma hiper memória pesaria de tal forma sobre as coletividades humanas, tornando-as incapazes para a ação no seu próprio tempo, produzindo aquilo que Nietzsche denominara os riscos de uma história monumental. Mas se tudo pode e deve ser arquivado, levando-nos à compulsão pelo arquivo, tendemos a reificá-los como suportes da memória, garantidores do não esquecimento,

4 Consultar a respeito o instigante trabalho de Harald Weinrich. *Lete. Arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

deixando de vê-los [os arquivos] como uma escrita, por isso mesmo submetido também ao jogo da lembrança e do esquecimento. Aos historiadores contemporâneos e de uma forma mais ampla àqueles que se ocupariam de refletir acerca das produções contemporâneas de narrativas acerca do passado parece que a maior quantidade de traços e vestígios dos tempos pretéritos seria condição para um melhor conhecimento acerca desse mesmo tempo. Segundo Christophe Prochasson⁵, a estes profissionais faltaria o sentido da falta, da ausência, que afinal torna significativa e necessária a reflexão histórica. Segundo ele, “a economia da raridade funda os valores em história”.⁶ Curioso paradoxo que parece fundar as condições do próprio conhecimento histórico: por não estar presente [o passado] é que se torna fundamental enquanto objeto de problematização e investigação como forma de torná-lo de alguma forma novamente presente.

Dados recentes da UNESCO, para o ano de 2007, indicam um claro esforço no sentido de assegurar um número cada mais vez mais significativo de bens tombados e inscritos como Patrimônio da Humanidade: atualmente dos 185 Estados que ratificaram a Convenção do Patrimônio Cultural, 141 deles possuem 878 bens tombados (entre bens naturais, culturais e mistos), considerados de valor excepcional. Em julho de 2005 na 29ª. Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial em Durban, na África do Sul, eram 812 os bens preservados em 137 países. Esse crescimento em apenas dois anos, que marca o interregno entre as duas reuniões, aponta para um interesse cada vez mais significativo pelas tarefas de preservação, agora compreendidas em seu sentido globalizado. De bens patrimoniais para uma determinada comunidade nacional, parece existir um conjunto de bens que transcendem essa dimensão e por isso são objetos de uma política específica da UNESCO. Vale,

5 PROCHASSON, Christophe. *L'Empire des Émotions*. Les historiens dans la mêlée. Paris: Éditions Démopolis, 2008.

6 2008, pg.28.

contudo, observar que o crescimento de bens considerados Patrimônio da Humanidade parece apontar na direção de uma mudança na relação com a passagem do tempo que marcaria as sociedades contemporâneas. À uma percepção cada vez mais acelerada do tempo, potencializada em larga medida pelo avanço das mídias eletrônicas que oferecem a possibilidade do tempo real, busca-se a preservação de um conjunto de determinados bens como forma de protegê-los dessa mesma aceleração que parece tudo condenar ao desaparecimento. Os investimentos patrimoniais forneceriam assim o contraponto a esse movimento devastador próprio à temporalidade contemporânea, garantindo uma segurança para sociedades atemorizadas pela velocidade das transformações que colocariam em risco o sentido de continuidade e estabilidade.

No caso brasileiro, as tarefas do Patrimônio, a cargo de uma instituição como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, indicam a importância destas questões formuladas e tratadas segundo um modelo de política de Estado. Igualmente, os esforços de patrimonialização do passado empreendidos por esta agência do Estado brasileiro, apontam na direção de uma aceleração do tempo e na conseqüente necessidade de tornar objeto do patrimônio objetos de um passado cada vez mais recente. O exemplo talvez mais emblemático desse esforço de patrimonialização é o recente tombamento da casa de Chico Mendes, subtraindo-lhe seu sentido original e resignificando-o como objeto a ser lembrado como herança de uma determinada coletividade. Uma nova ordem do tempo combina-se, no exemplo acima, com usos políticos do passado segundo um determinado presente.

4. Ordem do tempo, regimes de historicidade e patrimonialização do passado

Tomemos mais uma vez como mote as citações acima apresentadas: a primeira delas aponta para um regime de historicidade,

entendido segundo a formulação de François Hartog⁷, como uma forma específica das sociedades de conceber e relacionar-se com o tempo e seu devir, muito peculiar: “a história como mestra da vida”, promessa implícita na proposta de conhecer o passado. A sua utilidade para o presente, assim como sua perspectiva iluminadora do futuro eram a justificativa maior de sua necessidade e finalidade. Na verdade, formulada no âmbito da tradição retórica, a promessa implícita nesta afirmação, periodicamente reatualizada em diferentes contextos, seria a de que os ensinamentos da História tornariam os homens melhores na medida em que, aprendendo com o passado, estariam isentos de repetir os erros cometidos em outros tempos. Quando reatualizada na Modernidade, no quadro da cultura iluminista do setecentos, oferecia um sentido e uma finalidade para o estudo da História, conferindo-lhe, desta maneira, uma dignidade que a tornou objeto de uma reflexão filosófica. Voltar-se em direção ao passado era uma demanda por significação para um futuro inseguro, uma vez que as transformações em curso punham em xeque qualquer garantia de um futuro como repetição do passado e afirmação de uma tradição. A promessa implícita na crença da “história como mestra da vida” parecia iluminar o futuro tornando-o menos ameaçador e mais desejável. Este não guardaria mais segredos, uma vez que bem instruídos pela história, os homens saberiam enfrentar os desafios desse futuro. No entanto, segundo Otavio Paz em *O Labirinto da Solidão* “ninguém conhece a forma do futuro: é um segredo” que não está nos livros.

A segunda citação, ainda da mesma autoria de Adam Phillips, já nos aponta em direção às incertezas que estão ligadas ao trabalho com o passado; à multiplicidade de interpretações que o passado pode sugerir para as sociedades que se debruçam sobre ele. As incertezas que envolvem obrigatoriamente nosso ofício sobre um tempo e um conjunto de experiências que já não são mais e, portan-

7 HARTOG, François. *Regimes d'historicité*. Présentisme et expérience du temps. Paris: Seuil, 2003.

to, com as quais só podemos estabelecer uma relação de vicariato e de mediatização, possível de ser estabelecida por conta da existência de traços e vestígios desse outro tempo. Finalmente, a citação de Beatriz Sarlo, extraída de seu recente estudo acerca da força dos discursos testemunhais como forma de narrar o passado em nossa contemporaneidade, ajuda-nos a compreender o trabalho de rememoração não como um transbordamento da memória que fluiria do passado em direção ao presente, mas exatamente como uma captura, um ato de escolha de um determinado presente que organiza o conjunto de lembranças segundo uma gramática específica. Em conjunto, as três citações são boas para pensarmos a relação com o passado como um ato de criação a partir de determinadas demandas de um presente. Neste sentido, a insistência é proposital, uma reflexão sobre o patrimônio integra-se a esse ato criativo de um determinado presente interrogando certo conjunto de vestígios do passado e produzindo-os como patrimônio histórico.

Refletir sobre o patrimônio é parte deste esforço das sociedades contemporâneas em narrar o passado e, segundo entendo, obriga-nos a uma reflexão em torno de uma forma específica das sociedades modernas e contemporâneas lidarem com a experiência do transcurso do tempo e seu resultado para o conjunto das realizações humanas. Significa também operar a partir de um duplo incontornável: a ausência e o sentimento que ela provoca apenas significáveis através dos traços, dos restos e dos indícios que nos chegam. O passado somente através destes sinais pode ser interrogado e por este caminho ganhar sentido para as sociedades num determinado presente. Traços que poderão assim, ajudar na resignificação das construções materiais das sociedades passadas fazendo com que seus objetos possam ser vistos como algo diferente daquilo que eram quando foram criados. Trata-se, por conseguinte de uma nova forma de produção de visibilidade, capaz de transformar estes objetos do passado em algo diferente daquilo que um dia fo-

ram.⁸ Opera-se claramente por este caminho uma transformação, que nos obriga a interrogar esse processo de produção de uma nova realidade para estes objetos: símbolos de algo para além de sua materialidade dada ao olhar. Essa nova realidade seria aquilo que daria propriamente a condição de histórico a um conjunto monumental e que nas palavras da UNESCO se traduz por objetos dotados de “valor excepcional”. Vale ressaltar que me refiro à condição de histórico e não à natureza de um dado objeto do patrimônio.

Com isso, pretendo sublinhar o caráter de operação que torna possível um determinado conjunto de objetos do passado serem alçados à **condição de patrimônio histórico**. O que os faz aceder a esta categoria não é, portanto, a natureza do objeto em si, mas a operação que permite que sejam vistos como integrantes de um patrimônio histórico e assim ganhem uma nova visibilidade. Sabemos que nem todos os restos e traços de uma determinada época adquirem o estatuto de patrimônio histórico, mas somente aqueles selecionados e produzidos como tal poderão integrar-se a um projeto de recordação, próprio da política de patrimonialização. Tomando as sugestões de Françoise Choay em seu clássico trabalho intitulado “**A Alegoria do patrimônio**”, a monumentalização do passado, através de um trabalho de patrimonialização de seus restos, é uma forma de elaboração coletiva da perda deste passado e, sobretudo uma maneira de conjurar a experiência da inexorabilidade do tempo e de seus efeitos destruidores sobre o homem.⁹

Esse olhar que proponho para a investigação do patrimônio, fortemente marcado pela historicização do conceito e de sua compreensão, a partir de um esforço que é mais abrangente como estratégia social de lidar com o passado, implica igualmente em percebê-lo como uma forma peculiar de dar visibilidade ao passado. Isto significa dizer, tornar visível um invisível, presentificando

8 Ver a respeito HARTOG, François. *Regimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

9 CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

uma ausência absoluta pela via de sua representação. Esta cultura visual que nos permite decodificar certos objetos do passado como parte integrante de um patrimônio possui historicidade, o que significa dizer que nem sempre nosso olhar interpretou esses traços materiais do passado como parte de um patrimônio cuja preservação viria a se tornar uma política pública.

Antes de serem considerados como patrimônio histórico de uma Nação ou mesmo da Humanidade, muitos destes monumentos do passado foram lidos segundo outras regras e como parte de uma outra cultura visual. Dominique Poulot em importante trabalho acerca da invenção do patrimônio na França pós-revolucionária, nos indica os complexos caminhos percorridos para que objetos tradicionalmente vinculados à monarquia pudessem se transformar em patrimônio da nova coletividade nacional em constituição.¹⁰ Desse modo perderam sua condição primeira para assumir uma segunda e radicalmente distinta daquela, a de herança comum da comunidade nacional francesa em processo de constituição, em propriedade coletiva desse novo sujeito político moderno: a Nação. De coleções privadas à propriedade coletiva da Nação, uma nova operação posta em marcha resignificou os antigos objetos, conferindo-lhes o estatuto de patrimônio histórico.

5. As estratégias de abordar o passado produzindo-o como visibilidade

Procuraremos, ainda que de maneira bastante breve, apresentar algumas dessas formas de produção de visibilidade; a fim de deixar mais claro nosso argumento: o de que a produção de objetos como integrantes de um patrimônio coletivo possui uma historicidade, contrapondo-se, por esta perspectiva de análise, ao suposto de que seria a própria natureza dos objetos patrimonializáveis

10 Consultar a respeito: POULOT, Dominique. *Une histoire du patrimoine en Occident*. Paris: Presses Universitaires de France, 2006.

a responsável por sua condição de legado e herança comum a ser preservada e transmitida de geração em geração.

a) A cultura antiquária.

Os objetos que modernamente aprendemos a olhar como integrantes de um patrimônio histórico e que supostamente derivariam essa sua condição das marcas do tempo inscritas em suas formas, foram em muitos casos apreendidos e vistos segundo outros procedimentos de deciframento. Desempenharam papéis distintos para aqueles que deles se ocupavam e respondiam a demandas diferentes com relação à necessidade de sua preservação, conservação e exibição ao olhar do outro. Estabeleciam, igualmente, uma forma distinta de mediação entre o tempo presente, o tempo dos colecionadores e de suas coleções, e o tempo pretérito, aquele dos objetos meticulosamente procurados e organizados segundo princípios bastante diversos daqueles que o tornarão, num outro quadro referencial e de significação, herança coletiva de uma comunidade ou prova material da existência do passado.

Essas não eram as preocupações e os interesses que dirigiam esses colecionadores da época moderna em sua busca por restos materiais do passado. A coleção presentificava o tempo passado, tornava-o novamente vivo aos olhos de seus proprietários, uma relação inviabilizada pelo moderno conceito de História que ao se afirmar no horizonte intelectual das sociedades européias da segunda metade do século XVIII, tornara o passado definitivamente um outro tempo distinto e radicalmente diverso do presente. E é exatamente pelo olhar construído a partir do moderno conceito de história que aprendemos a ver no trabalho do antiquário um colecionismo desprovido de sentido e finalidade, como se os objetos reunidos por estes eruditos e letrados do começo da Época Moderna não obedecessem a nenhum critério de seleção e escolha.

É também partilhando o sentido moderno do conceito de História que educamos nosso olhar para ver as coleções de peças antigas, de vestígios do passado, como um trabalho diletante e por isso irreconciliável com as tarefas modernas que se esperava do trabalho com a história e com os restos do passado.

Fortemente marcada pelos valores do pragmatismo, a cultura das Luzes estabelece uma separação radical com o sistema colecionista de objetos, formulando novas demandas para a tarefa de reunir os vestígios e restos do passado. Contudo, é preciso que tenhamos claro que a prática antiquária ao ser vista pelo olhar da História e do historiador pode e deve ganhar um outro sentido, libertando-a da visão da qual ficou prisioneira e tributária e que resultou da leitura das Luzes. Com isso queremos retomar nosso argumento de que antes de serem vistos como “patrimônio histórico”, muitos objetos foram vistos e interpretados de forma distinta, sendo o exemplo da coleção antiquária apenas uma dessas possíveis existências para tais objetos. Reforça-se assim nossa interpretação de que olhar o patrimônio importa em percebê-lo em sua historicidade e não em sua natureza.

b) O regime da história como “mestra da vida”.

“Eu o fiz percorrer muito rapidamente, diz Corinne a lorde Nelvil, alguns restos da história antiga; mas o senhor compreenderá o prazer que se pode tirar destas pesquisas, ao mesmo tempo eruditas e poéticas, que falam tanto à imaginação quanto à razão. Há em Roma um bom número de homens distintos, cuja única ocupação é a de descobrir uma nova relação entre a história e as ruínas. Lorde Nelvil responde: este gênero de erudição é muito mais interessante do que aquele que se adquire pelos livros: pode-se dizer que faz-se reviver aquilo que descobrimos, e que o passado reaparece sob a poeira que o encobria.” (Corine de Mme. De Stael)

Ao entrar na cidade de Roma, Corinne, personagem título do livro de Madame de Staël, conduz o seu amado Oswald, lord Nelvil, pelas ruínas da cidade emblema do passado e de sua grandeza, itinerário obrigatório para a boa formação do letrado europeu das Luzes e cidade também visitada pela autora do romance. A tensão dramática tem como cenário a própria história, presença visível através de seus restos materiais e constante indispensável para a cultura letrada do oitocentos, ela mesma se definindo como uma cultura histórica por excelência. Triunfo da História na sua capacidade de significar a vida dos homens, dando-lhes um sentido de continuidade para além do tempo presente de suas experiências finitas.

A História como parte central da cultura do oitocentos aparece agora, pelas palavras da personagem título do romance, não apenas como um conhecimento que pode evocar o prazer estético, da mesma ordem que a poesia, mas com seu conhecimento pode advir um conhecimento “savante”¹¹, que ao mesmo tempo satisfaça à imaginação como ao pensamento. Um conhecimento combinando assim o prazer estético e a demarche racional exigida pelos cânones da cultura iluminista. O passado deve agora poder ser racionalmente apropriado e para isso o trabalho de pesquisa se faz necessário e indispensável, o que segundo ainda a personagem do romance tem estimulado o trabalho de um novo “homem cultivado”: aquele justamente que se ocupa de estabelecer as relações entre os restos visíveis na cidade de Roma e o seu passado. Estes traços e marcas do passado não se prestam apenas ao gosto do amante erudito do passado, cioso da sua conservação, mas sobretudo ao olhar que, ao pousar sobre estas ruínas, busca estabelecer relações que transformem a experiência do passado em explicação para o presente das sociedades humanas. E segundo o seu interlocutor, o nobre inglês Nelvil, esta seria uma profissão a que se dedicaria com prazer - ao invés da car-

11 Saber erudito (corresponde ao verbo *savoir*, na língua francesa).

reira das armas a que sua condição de nobre o obrigava - visto que a vê como uma forma de erudição superior à que se adquire pelos livros no sossêgo de sua biblioteca.

Mas o que seria exatamente novo nesta forma de erudição? O conhecimento que se adquire pela pesquisa das coisas do passado, significando desta forma que pode haver o que se conhecer deste passado, superando uma perspectiva, segundo a qual a erudição não alteraria substantivamente o conhecimento existente acerca do passado das sociedades humanas. Vitória definitiva dos modernos, que ao derrotarem a erudição, transformam definitivamente o passado em História. Derrota igualmente de um regime de visualidade própria ao sistema colecionista e instauração de uma nova ordem visual, em que os objetos do objeto, seus traços, restos e vestígios deveriam cumprir uma função diferenciada para as demandas em vias de formulação pela cultura ilustrada do setecentos.

Prosseguindo seu percurso pela cidade de Roma e pela visita de seus monumentos históricos, um outro sentido central da cultura histórica das Luzes delineia-se com clareza para os homens do presente: ao defrontarem-se com a história dos homens do passado poderiam aprender pelo exemplo, readquirindo assim, a História, o seu papel magistral. A contemplação de Roma e de seu passado, visível através dos restos disponíveis à contemplação do olhar, poderia estar a serviço de outro importante componente da cultura histórica das Luzes européia: desde os etruscos, agora já integrados à história de Roma, até o presente, o estudioso do passado poderia acompanhar a evolução do “espírito humano” através de suas realizações materializadas naquela cidade. Portanto, contemplar o passado adquire um sentido preciso. O de poder constatar e mesmo provar esta evolução, que para além de marcar as particularidades da sociedade romana, seria o sentido mesmo dos homens estarem no mundo, cabendo assim à História o papel de fundamentar este sentido.

Nas palavras da personagem principal, Roma como cidade não é apenas uma aglomeração de habitações, mas é sobretudo « l'histoire du monde, figurée par divers emblèmes, et représentée sous diverses formes.”¹² Visitar Roma era, para os cânones desta cultura iluminista, muito mais do que visitar uma cidade ; era a própria possibilidade de acesso à história dos homens, materializada de forma privilegiada no espaço da cidade. A visão do passado, mais do que a própria leitura dos textos, confere um novo poder de convencimento e persuasão para esta cultura iluminista, contribuindo para que o estudo deste passado adquira um novo valor e significado. Estes vestígios e traços parecem definitivamente libertos do diletantismo próprio ao colecionismo, segundo a avaliação dessa nova cultura histórica em emergência. E é nessa sua reaparição que o passado pode ensinar alguma coisa!

c) O moderno regime de historicidade. O futuro como projeto.

O século XIX afirmou-se definitivamente como o século da história, dada a força que as imagens do passado adquirem para as sociedades ocidentais. O lugar central que estas imagens assumem para estas sociedades foi analisado em trabalhos clássicos do historiador inglês Stephen Bann¹³, que procurou apresentar um leque variado de investimentos sociais em narrar o passado pelas sociedades europeias do dezenove. Da pintura histórica, passando pelos museus de história e até a afirmação do campo disciplinar no século XIX, o interesse central pelo passado marcou profundamente as sociedades ocidentais àquela altura. A história participava de um trabalho de luto pela consciência da perda definitiva do passado como referência e modelo para as sociedades do presente. A tra-

12 Madame de Staël. *Corinne ou l'Italie*. Paris: Gallimard, 1985. p. 136.

13 Consultar entre outros trabalhos: Stephen Bann. *Romanticism and the rise of History*. New York: Twayne Publishers, 1995. *As invenções da História*. Ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Unesp, 1994.

dição, que até então parecia pautar as condutas e fornecer os modelos para ação, vê-se questionada e subtraída desse seu poder. O passado agora deveria cumprir funções diversas daquelas que até então haviam sido formuladas como demandas pelas coletividades humanas. O passado, transformado definitivamente em História, será objeto de um conhecimento regrado por procedimentos controlados por uma comunidade de especialistas que assumem o papel de intérpretes desse tempo pretérito.

Na formulação clássica do historiador alemão Reinhart Koselleck¹⁴, espaço de experiência e horizonte de expectativa afastam-se de maneira radical, produzindo a impossibilidade do espaço de experiência significar um sentido claro de orientação para as sociedades humanas no futuro, tendo em vista a velocidade das transformações do presente. A Modernidade, com sua experiência peculiar do tempo, inviabiliza por completo a possibilidade de que o horizonte de expectativas possa ser formulado tendo como base esse espaço de experiência. O futuro, segundo essa nova experiência temporal, pode comportar um leque variado e amplo de possibilidades, não necessariamente dadas em um determinado espaço de experiência. A cultura histórica que então se afirma, torna o passado objeto de uma ciência específica, finalmente integrada aos quadros das disciplinas acadêmicas e universitárias. Do mesmo modo esta cultura histórica elabora estratégias de visualização do passado que se traduzem pela invenção do patrimônio e das “antiguidades nacionais”.

O conceito de patrimônio vincula-se, definitivamente, à noção de herança e legado para o futuro, agora não mais a partir de seu sentido original de herança familiar, mas de herança de uma coletividade, forma de congregar no presente e projetar para o futuro. Permanece, contudo, seu apelo afetivo próprio dos investimentos na memória, que convoca as sociedades à tarefa da recordação no

14 KOSELLECK, Reinhard. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

seu sentido de “recordare” (com o coração). Os monumentos (de monere; advertir, lembrar) operam como interrogadores da memória, como sinalizadores de uma pergunta que deve ser formulada não apenas aos vivos no presente, mas para aqueles que viverão no futuro, operando os laços de continuidade entre estes dois tempos. O patrimônio inscreve-se, portanto, neste esforço oitocentista de produzir o passado como História de uma comunidade - a Nação moderna - cuja invenção recente deve ser combatida pela sua projeção imaginada em direção a um passado remoto, capaz de assegurar sua legitimidade política no presente.

d) O presentismo e a patrimonialização recente.

Voltando ao nosso ponto de partida, afirmávamos que nossa contemporaneidade parece conferir especial atenção ao trabalho de patrimonialização dos bens considerados históricos como forma de protegê-los da inexorável passagem do tempo e dos seus efeitos sobre os restos e vestígios do passado. Uma sensibilidade aguçada em relação a esses vestígios parece conferir-lhes um valor peculiar que efetivamente em muito transcende seu valor como objetos em si. O que vem mudando em nossa relação com esses objetos, a que um autor denomina de “portas de entrada privilegiada para o passado?”¹⁵ Por que as sociedades contemporâneas parecem mais afetadas pelo desaparecimento desses bens colocados sob a proteção de uma política estatal? Retomo aqui as instigantes sugestões de François Hartog¹⁶ em seu recente livro sobre os Regimes de historicidade, em que diagnostica esta sensibilidade aguçada em relação ao patrimônio como parte de alterações ainda em curso em nossa relação com o tempo.

A percepção cada vez mais acelerada do tempo pelas socie-

15 BALLART, Josep. *El 1. patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*. Barcelona: Ariel, 2002.

16 HARTOG, François. Op. Cit. Consultar especialmente o capítulo 5 intitulado Patrimônio e Presente.

dades contemporâneas, vem alterando nossa relação com o futuro e também com o passado. Ou melhor, essa nova percepção tem contribuído para novos investimentos afetivos em relação a essas temporalidades. O futuro, que estava no foco da Modernidade como o tempo das realizações e afirmação do progresso, parece ceder aos poucos lugar a um tempo que guardaria maiores possibilidades de certeza e segurança; o passado. As profundas transformações que tem alterado de maneira radical a relação dos homens com a Natureza na contemporaneidade, provocaram um desinvestimento com relação ao futuro, que no lugar de realizar o progresso acena-nos com crises as mais diferenciadas: desemprego, crise energética e alimentar, crises ecológicas. Assim, o futuro parece incerto e inseguro diferentemente daquilo que fora para a cultura histórica oitocentista. A esse tempo de incertezas e dúvidas investe-se no presente, que parece teimar em não passar, e, portanto, em transformar-se em história.

A confiança no futuro é substituída pela necessidade de preservação no presente como forma de salvaguardar-nos das incertezas desse tempo à nossa frente. A explosão recente das narrativas memorialísticas, dos discursos testemunhais e de uma febre patrimonial, articulam-se a esse processo de mudanças com relação à nossa percepção da passagem do tempo e de seus efeitos. São novas formas do presente capturar o passado e produzir sentido para as sociedades contemporâneas. Aqui cabe uma observação importante. É preciso, contudo, ter clareza que a esse crescimento vertiginoso do trabalho social da lembrança, não corresponde necessariamente uma relação mais crítica em relação ao passado. Se a defesa de uma política preservacionista integrou-se definitivamente às agendas políticas contemporâneas - o que é certamente positivo -, permitindo dessa forma que restos do passado permaneçam visíveis aos olhares de gerações futuras, a preservação não nos assegura por ela mesma uma relação mais crítica com o passado.

Em nossa contemporaneidade são inúmeros os interesses que se entrecruzam na tarefa de preservar o patrimônio histórico, inte-

resses muitas das vezes conflitantes e que devem ser equacionados na discussão acerca de uma política patrimonial. Do patrimônio como mercadoria ao patrimônio como forma de construção da cidadania são inúmeras as possibilidades de sua leitura e interpretação por parte daqueles que se engajam em favor da preservação. Aliás, desde o momento em que se constitui como um saber regredido no século XIX, os inúmeros debates em torno de como e do que preservar, já indicavam a inexistência de um campo consensual no tratamento das questões relativas ao patrimônio histórico. Basta aqui a referência a dois modelos distintos e contrapostos relativos à preservação - o de Viollet-le-Duc e o de Ruskin -, para constarmos como a disputa pelo passado e sua representação esteve também presente nos debates acerca da preservação de seus monumentos.¹⁷ Christophe Prochasson no livro a que fizemos referência "*L'Empire des émotions*"¹⁸, diagnostica esse tempo como sendo o de uma certa confusão entre história e memória, quando os apelos da emoção parecem mais adequados para o enfrentamento do passado do que as armas da crítica histórica. Segundo ele, o historiador contemporâneo deve, sobretudo, emocionar mais do que convidar à reflexão crítica, ela mesma menos confortadora e apaziguadora. Para o historiador francês, os historiadores contemporâneos estariam submetidos a um novo regime emocional. O retorno do drama faustiano, que marcou a experiência da modernidade, parece novamente presente apontando para os paradoxos do ser moderno: a necessidade de preencher com certezas - e com lembranças - aquilo que é incerto por sua própria condição. Como afirmava Adam Phillips, são tortuosos os caminhos pelos quais no conduz a memória e a recordação.

17 Ver a respeito: CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2006. Especialmente o capítulo IV.

18 PROCHASSON, Christophe. Op. Cit.

Referências

BALLART, Josep. *El 1. patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*. Barcelona: Ariel, 2002.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2006.

HARTOG, François. *Regimes d'historicité: présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

KOSELLECK, Reinhard. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

Madame de Staël. *Corinne ou l'Italie*. Pris: Gallimard, 1985

PROCHASSON, Christophe. *L'Empire des émotions: les historiens dans la mêlée*. Paris: Éditions Démopolis, 2008.

História, memória e instituições: algumas reflexões teórico-metodológicas para os trabalhos do Projeto Memória - SiBI/UFRJ

Antonio José Barbosa de Oliveira

Os labirintos da memória e da história

Para os antigos gregos, a memória estava ligada ao sobrenatural. A deusa *Mnemosine*, ou *Mnêmesis* nasceu dos amores do Céu, a eternidade (Cronos) e da Terra (Gea), sendo a rainha de Eleutera, a terra da liberdade completa. Desta forma, era a deusa protetora da justiça e da vingança, já que une o presente e o passado, realizando também a ligação entre o mundo do real de *Gea* e o mundo da representação de *Cronos*. *Mnemosine* ligou-se a *Zeus*, senhor do Olimpo, rei de todos os deuses gregos e administrador da justiça, nascendo daí, *Clío*, a História. Sendo “filha da memória e de Zeus, senhor do poder do Olimpo, *Clio* tem seu berço no cume do poder terrestre e na representação do passado” (GIRON, 2000, p.24). Desta forma, a memória seria a mãe de todas as artes, tendo ligação direta com o sobrenatural. Era a deusa que possibilitava aos poetas a *lembrança* do passado e a sua *transmissão* oral aos mortais.¹ Assim, a memória tem estreita ligação com a imaginação. Por isso, lembrar e inventar têm relações profundas. A ligação entre *Mnemosine* e *Clio*, é muito próxima, mas nem sempre coincidente, nem sempre pacífica, sendo por vezes até conflituosa.

Pierre Nora, em seu clássico texto “Entre memória e história – a problemática dos lugares” já nos sinalizou para as especificidades

1 Para os gregos o registro escrito empobrecia a memória, que estaria assim transferida para algo externo ao sujeito. Por isso, deram especial atenção ao ensino da arte retórica, destinada a convencer e emocionar os ouvintes por meio do uso da linguagem. Os romanos também consideravam a memória como elemento fundamental à arte retórica.

entre história e memória: a primeira, uma reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais e, “porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico [...] só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas” (NORA, 1993, p. 11); é uma representação do passado, a “deslegitimação do passado vivido” (1993, p. 11) já que seu criticismo seria “destrutor da memória espontânea”. A memória, por sua vez, se configura como um “fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”; é

vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. [...] (NORA, 1993, p. 9)

Neste sentido, segundo o historiador, a necessidade pelos “lugares de memória” é indicador de que não há mais memória e sim uma necessidade de história:

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. [...] Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história. (1993, p. 8-9)

Entre passado e presente, céus e terra, similaridades e diferenças, representações e materialidades, transitam os que atuam no âmbito da história e memória de instituições. Campo permeado pelas disputas de poderes, na dimensão dos embates que definirão o que será lembrado, como será lembrado, e também com aquilo que, não sendo lembrado, será esquecido: não somos só o que lembramos, somos também o que esquecemos.

Memória e História : tempos, lugares e relações

A memória é sempre uma *construção* feita no *presente*, a partir de vivências e experiências ocorridas num *passado* sobre o qual se deseja refletir e entender. Enquanto *construção*, a memória está também sujeita às questões da subjetividade, seletividade e, sobretudo, às instâncias de poderes. Mesmo que (re)constituída a partir de indivíduos, a memória sempre nos remete a uma dimensão coletiva e social e, por extensão, institucional. Outro aspecto importante em nossas considerações é a percepção de que é sempre no contexto de *relações* que construímos nossas lembranças, mesmo que aparentemente individualizadas (HALBWACHS, 2006). A memória também tem a função de produção ou percepção de sentimentos de pertinência a passados comuns, o que, por sua vez, constitui-se aspecto imprescindível ao estabelecimento de identidades calcadas em experiências compartilhadas, não somente no campo histórico ou material, como também (e sobretudo) no campo simbólico.

Devemos ainda considerar as relações que se estabelecem entre a memória e as questões que envolvem os *lugares*, *tempos* e *poderes*. As memórias, individual e coletiva, sempre se fazem em algum lugar que lhes imprime uma referência e as mudanças empreendidas nestes lugares sempre acarretam mudanças na percepção da realidade e de vidas que ficarão registradas. Certeau (2002, p.77) nos lembra que os lugares permitem e interditam as produções da história, tornando possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns e, por outro lado, impossibilitando outras. Por sua vez, os grupos, classes e indivíduos também estão em constante disputa pelo poder. As relações entre poderes, muitas vezes, definem o que será lembrado e o que deverá ser esquecido. É no âmbito de esferas hegemônicas que se define o que ficará registrado em livros e programas escolares, tornando-se “memória histórica”, ou a “história oficial”. Desta forma, a memória está diretamente ligada aos mecanismos de controle e dominação de alguns grupos sobre outros.

A evocação da memória está vinculada a um tempo presente. Mesmo remetendo a uma lembrança do passado, é a necessidade *presente* que norteia a evocação memorialística. Neste sentido é sempre pertinente a consciência dos interesses presentes que definem os trabalhos no campo da memória. Bordieu (2001, p.37) já nos alertou para o perigo de nos tornarmos objetos dos problemas que tomamos para objeto. Ademais, concebemos que as formas de concepção do passado também são formas de *ação*, já que, “conceber o passado não é apenas selá-lo sob determinado significado, construir para ele uma interpretação; conceber o passado é também negociar e *disputar significados e desencadear ações*” (ALBERTI, 2004, p.33, grifo nosso).

Sendo assim, a memória também encontra-se diretamente ligada aos sistemas de poderes, porque também é definidora de possibilidades de saberes. Foucault (1989) já nos sinalizou para o fato de que o poder é luta, afrontamento, relação de força, situação e estratégia. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa, não sendo uma relação unívoca, unilateral: nessa disputa ou se ganha ou se perde. Desta forma, as lembranças e os esquecimentos que constroem nossas instituições são constantemente permeados por relações de poderes que se estabelecem entre os seus diversos grupos. Se considerarmos que o poder é também produtor de individualidades, poderemos inferir que ele está ligado aos que detêm o saber. Os indivíduos e as instituições são produções de constantes interações entre poderes e saberes. Considerando a natureza da instituição de onde e sobre a qual falamos - a UFRJ - não podemos esquecer que todo conhecimento só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem, tanto o sujeito quanto os domínios de saber. Não há saber neutro, já que todo saber é político.

Memória e identidade são conceitos intrinsecamente ligados, constituindo-se, mutuamente, num processo no qual a primeira dá substrato à segunda. Através de uma constante seletividade de

elementos, a memória busca a legitimação do que deve prevalecer na lembrança e por isso também é objeto de constante disputa de poderes. Isso também vale para a memória institucional. Se é verdade que uma instituição é constituída de uma complexa rede de relações estabelecidas, não somente nos papéis e registros oficiais, mas (e sobretudo) através das práticas habituais, fundamentadas em valores e normas adotadas pelos sujeitos que as constituem e nela atuam, é também sabido que a identidade compartilhada é um poderoso fator de coesão de grupos. Nas instituições, “o discurso oficial produz determinados significados relacionados com a construção identitária da instituição em foco” (OLIVEIRA, 2002, p.38) e através dele podemos perceber a atuação dos diversos grupos implicados neste processo, bem como a relação destes com os diversos tipos de memórias que se perpetuam ou se apagam. O *discurso* a que nos referimos extrapola a noção de textos, documentos e falas. Refere-se à relação que os sujeitos estabelecem com o meio social e o processo histórico em curso. Discurso permeado pela ideologia, que se oculta muitas vezes nas retóricas das autoridades e no conteúdo dos documentos institucionais.

Memória, discurso e instituição

Os trabalhos no campo da memória institucional devem considerar que somos sempre marcados pelo lugar que nos forma e de onde falamos. Ao falarmos da universidade, na universidade, estamos sujeitos a toda série de “interferências” e “subjektividades” e até mesmo reprodução de “verdades” perpetuadas pelo senso-comum acadêmico (sim, ele existe!) que podem incorrer numa dificuldade do “distanciamento” desejado a todo trabalho de pesquisa. Assim, é preciso, por vezes, tornar estranho o que nos é habitual e desnaturalizar o que já está naturalizado a nossos olhos. Sabemos, à luz de Bordieu (2001, p.34) que construir um objeto científico é romper com o senso comum, ou seja,

com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares-comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, frequentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objetividade das organizações sociais e nos cérebros. As idéias pré-construídas estão em toda a parte e o homo academicus gosta do acabado; como os pintores acadêmicos, ele faz desaparecer dos seus trabalhos os vestígios da pincelada, os toques e os retoques.

Sabemos não ser fácil o rompimento com o senso comum ou com verdades que são, na verdade, aparências de uma pretensa lógica, revestidas de isenção ou cientificidade, já que o processo de institucionalização leva à consolidação de aparelhos que necessitam ser constantemente reproduzidos, e desta forma, dilui e disfarça os antagonismos e diferenças. Foucault (2007, p. 8-9) também já nos sinalizou para a importância de consideração do *lugar* do trabalho que fazemos, já que

em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade.

Enquanto instituição, a universidade também cria mecanismos de controle para a afirmação de sua identidade, conferindo percepções e padrões de conduta a seus membros. Ao exercer mecanismos de controle sobre a memória de seus membros, leva ao esquecimento as experiências incompatíveis com a imagem de unidade e uniformidade que ela pretende ter de si mesma.

Diversos atores-sujeitos (indivíduos interpelados pela ideologia) estão envolvidos nas questões que perpassam a história da nossa instituição, definindo, inclusive diversas formas específicas de memórias. Formam o que chamaremos de “grupos”. Nas reflexões

que estabelece sobre a formação de grupos, Oliveira (2002, p.33) nos esclarece que

atingir um objetivo específico, é, por exemplo, um fator de coesão que determina também a organização e os procedimentos do grupo. Sendo assim, o grupo não é necessariamente todo e qualquer agrupamento constituído eventualmente ou de forma legal: os pressupostos legais não atribuem vezes emocionais ao grupo que se associa. Somente pelo fato de ser legalmente constituído não se pode dizer que um grupo “comporta-se” e muito menos que ele pensa ou sinta.

Sendo assim, entenderemos um grupo como consequência de uma coesão promovida por interesses comuns, mesmo que momentânea; cuja existência e permanência dependem, muitas vezes, do estímulo e da incitação e não necessariamente do consenso entre os membros. Sabemos que o processo de associação de indivíduos em grupos (como por exemplo, as diversas comissões que freqüentemente se instituem na universidade) não é aleatório e é determinado por uma série de fatores que regulam o processo.

A pesquisa histórica nos “lugares de memória”: ampliando a noção de documento

“a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos quando não existem. (...) Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença e a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.”

Lucien Febvre apud Le Goff – Documento / Monumento

A construção de uma pesquisa histórica se faz mediante a ampliação do conceito de documentos, já que estes também são

monumentos (LE GOFF, 2006) e desta forma, são suscetíveis a subjetividades e intencionalidades não expressas em sua produção, conservação, perpetuação e divulgação, sobretudo quando se trata de documentos oficiais das instituições. Sabemos que os discursos institucionais nem sempre explicitam as divergências e contradições em confronto e evocam (quando não perpetuam) a memória de determinados grupos num contexto sócio-histórico específico.

Nesta problemática, não somente o existente ou materializado, como também o “não dito” de que nos fala Michel de Certeau (2002, p.67) ou “as formas do silêncio” de que nos fala Orlandi (2007) devem ser considerados como fontes, pistas ou indícios no desenvolvimento dos trabalhos. Indo além das considerações restritas à materialidade documental nos estudos da história e memória da nossa instituição, percebemos que a “não-comunicação” é também uma função da linguagem e sendo assim, pode-se entender os silêncios (que significam) a partir da análise e do entendimento do que é dito, registrado.

Ao concebermos o discurso como “palavra em movimento” que significa, acreditamos, que não há “neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos” (ORLANDI, 1999, p.9). Ao tomarmos o discurso como evento ou acontecimento, somos também levados às considerações sobre os “sujeitos envolvidos, o contexto no qual se inscrevem as formações ideológicas que lhe dão ordem e os elementos discursivos que são agenciados para veicular os *sentidos propostos*”. (OLIVEIRA ; ORRICO, 2005, p.80, grifo nosso). Sendo assim, os documentos textuais (atas, ofícios, memorandos, matérias jornalísticas, relatórios, regimentos etc), os depoimentos orais e os registros iconográficos (todos concebidos aqui como materialidades discursivas) com os quais trabalhamos devem ser compreendidos, não somente na ótica *do que* significam, mas *do como* significam. Como materialidades de um discurso institucional, devem ser abordados como “práticas socialmente inseridas em contextos específicos.” (OLIVEIRA, 2002, p.20)

Toda palavra é carregada de um conteúdo e de um sentido ideológico, liga-se diretamente às experiências de vida de indivíduos ou grupos e todo discurso tem a finalidade de expressar e produzir sentidos e, mais do que somente expressar um “puro pensamento”, configura-se como consequência de relações ideológicas. Por isso deve-se perceber, em toda pesquisa histórica, quem são os sujeitos envolvidos e o contexto no qual se inscrevem as formações discursivas. Ao nos interessarmos por personagens de um discurso somos levados à noção de *estratégias discursivas*, que devem ser entendidas como “a maneira como o sujeito falante tenta se apoderar do papel que lhe convém e atribuir aos seus interlocutores os papéis que escolheu para eles.” (PROST, 1996, p.321). Através da análise dos discursos, deve-se conferir aos textos (ou quaisquer registros documentais) novas perguntas, já que as maneiras de falar não são inocentes e “para além de sua aparente neutralidade, revelam estruturas mentais, maneiras de perceber e organizar a realidade, denominando-a”. (1996, p.321)

No atual momento de nossos trabalhos, nos interessam mais as reflexões dos discursos institucionais a partir de suas materialidades textuais e imagéticas, como livros, atas, memorandos, ofícios, correspondências, “e-mails”, fotografias. Tal como Oliveira (2002, p.25), entendemos que o discurso estrutura-se a partir de um determinado contexto (no caso, uma instituição de Ensino Superior), onde se dá a relação entre sujeitos e grupos (atores) e no qual se forja uma série de práticas, valores e normas, que contribuem para a formação de uma identidade. FOCAULT (2007) também já nos alertou para o fato de que o discurso é sempre controlado pelas instituições, que trabalham no sentido de dissimular suas próprias estratégias, selecionando o surgimento de determinadas formações e apagando outras.

Dentre os diversos suportes documentais disponíveis para o trabalho da memória institucional, os acervos fotográficos têm sido cada vez mais utilizados, sobretudo a partir das novas tecnologias

de digitalização de imagens e dos espaços virtuais que se destinam à difusão destas memórias. Quase todas as instituições têm, em seus *sites*, bancos de imagens, no intuito de dar ao visitante, uma “visão” de sua trajetória histórica, o que, por sua vez, também objetiva referendar sua importância enquanto instituição.

Entretanto, não devemos nos iludir com a facilidade destes recursos, ou com a quantidade destes registros, já que uma imagem, longe da objetividade que por vezes lhe é atribuída, encobre muitas nuances que lhe dão, freqüentemente, um caráter de monumentalidade ou intencionalidade. Imagens fotográficas não se esgotam em si próprias; devem ser consideradas “o ponto de partida, a pista para tentarmos desvendar o passado” (KOSSOY, 1993, p.14) e, por vezes, torna-se complexa a questão de interpretação destas imagens, a apreensão de seus múltiplos significados: fotografias não são espelhos fiéis de uma realidade objetiva.

Como todo documento, as fotografias guardam em si uma série de ambigüidades, significados não explicitados, quando não omissões, já que nem tudo é registrado numa imagem. Ao nos depararmos com acervos fotográficos de instituições os cuidados devem ser redobrados. Ao cobrirem determinados fatos ou eventos da rotina da instituição ou de suas personalidades e autoridades, quando divulgadas, representarão sempre a ótica da instituição ou daqueles que momentaneamente estejam investidos de funções diretivas. Raramente poderemos verificar nestes materiais as divergências não declaradas entre os protagonistas de um dado processo, os embates ideológicos, os excluídos das instâncias de poderes. Por vezes autoridades sorrindo para a câmera, encobrendo processos de crises políticas ou institucionais relacionadas a tal evento. Podemos considerar que tais registros referem-se a “imagens da ordem”. Neste sentido, a fotografia é também uma materialidade discursiva, já que é impregnada de carga ideológica.

Se durante muito tempo a fotografia foi negligenciada pelos historiadores, servindo quando muito, à mera ilustração do texto,

agora cada vez mais se fazem presentes trabalhos que têm como metodologia a análise dos conteúdos das imagens registradas. Pode-se dizer, sem exagero, que vivemos em tempos de um certo “fetiche” pela imagem. Esta análise foi até então desprezada pela falsa premissa de que tudo o que a fotografia registrou, de fato ocorreu, como se através da câmera, pudéssemos congelar um momento da realidade objetiva, e assim, sobre a imagem revelada não caberiam maiores indagações. Entretanto, enquanto signo visual, toda fotografia é fruto de um processo de produção, circulação e consumo. Isto quer dizer que “ela foi investida de significações determinadas pela relação entre fotógrafo, clientes e receptores” (MIGUEL, 1993, p.126).

Desta forma, há, na imagem fotografada, uma *intertextualidade* que “assume papel instrumental importante na interpretação das fotografias, pois permite detectar alguns dos mecanismos ideológicos em ação na produção e que deixaram na imagem suas marcas” (1993, p.126). Ou seja, a fotografia é uma “obra em aberto” (ou documento / monumento em aberto), já que sua potencialidade informacional “varia de acordo com a visão que se tenha de seu valor enquanto fonte de informação e fonte histórica.” (LACERDA, 1993, p.52)

Vejamos, através de alguns exemplos, como tais reflexões contribuem para os trabalhos de investigação histórica: a figura 1 refere-se à inauguração do Instituto de Puericultura e Pediatria, na Cidade Universitária da Universidade do Brasil. A cerimônia, realizada em 1º de outubro de 1953, era presidida pelo próprio Presidente da República, Getúlio Vargas, no momento em que discursava. Próximos ao presidente, o diretor do Instituto, Martagão Gesteira e o reitor Pedro Calmon.



Figura 1 – Acervo IPPMG/UFRJ



Figura 2 – Acervo ETU / UFRJ

A figura 2 nos fornece um plano geral da Ilha Universitária, destacando sua grandiosidade e monumentalidade, bem como dos seus primeiros prédios que eram levantados simultaneamente à construção da própria ilha, a partir de aterramentos. Não há, pelas imagens, indícios de maiores problemas ou dificuldades no grande empreendimento de construção da cidade universitária da então Universidade do Brasil. Se considerarmos suas “condições de produção” (ORLANDI, 1999, p.30) em sentido estrito, - a inauguração do primeiro Instituto da UB na cidade universitária e grandiosidade do empreendimento -, temos as circunstâncias de enunciação, o contexto imediato.

Entretanto, se as considerarmos em sentido mais amplo, acrescentando às condições de produção específica o contexto sócio-histórico, ideológico, institucional e valendo-nos de outras fontes documentais somadas às imagens fotográficas, como por exemplo, documentos textuais, somos levados a maiores reflexões, ao aprofundamento dos significados. Ainda valendo-nos dos significados e intencionalidades expressas nas imagens anteriores, somemos a elas outras fontes documentais. Primeiramente, trechos do discurso proferido pelo presidente:

[...] Foi a oito anos passados que o meu governo tomou as providências iniciais para levantar aqui o mais importante centro educacional do país. Compreendeu a necessidade de reunir e sistematizar, num conjunto de instalações apropriadas, os diversos institutos de ensino superior que constituem a Universidade do Brasil, ampliando-os nos seus currículos e objetivos. [...] Obra de grande vulto e longo alcance, muitos descreveram de suas possibilidades. Agora, entretanto, já podemos ver que as nossas esperanças não foram frustradas. Se muito ainda resta a fazer, não foi pouco, decerto, o que já fizemos. [...] Devemos esperar que obras como essa avivem na alma dos moços a fé no Brasil e a confiança nos seus governantes. Pois o país trabalha e o seu governo se empenha na

causa do progresso nacional, a despeito das campanhas insidiosas dos que nada constroem e apenas procuram difundir a descrença amarga e o pessimismo dissolvente. (OLIVEIRA, 2005, p.117-118)

Aqui, a contextualização e o conhecimento das condições de produção deste discurso atribuem a ele significados mais amplos. Primeiramente, o longo período mencionado pelo presidente (oito anos) toma como referência o Decreto-lei nº 7.563, de 21 de maio de 1945, que estabeleceu a localização para a construção da cidade universitária naquele local. Mas, se considerarmos que a primeira Comissão de professores encarregada de definir tal localização data de 1935 e que durante uma década diversos embates foram travados entre as comissões de professores e engenheiros e arquitetos, facilmente compreenderemos que o processo foi conflituoso, não havendo, até então, um consenso na universidade sobre a acertividade da escolha final. Grandes resistências internas e externas se fizeram quanto à transferência de unidades da universidade para a Ilha Universitária (“campanhas insidiosas dos que nada constroem”). Verificamos também tratar-se de um projeto de Estado (e não somente da UB), o que nos sinaliza para as relações conflituosas que historicamente se estabeleceram entre a universidade e o Estado ao longo de diversos períodos. Ademais, as novas instalações na Cidade Universitária pressupunham, não somente uma nova espacialidade, como também reformas dos “conteúdos e currículos”, algo que se chocava com as instâncias de poderes de poderosos grupos de professores catedráticos da universidade.

Vejamos um outro exemplo, também relacionado às problemáticas espacial e discursiva de nossa universidade. Em 1946, já findo o Estado Novo, o então Ministro da Educação Ernesto de Souza Campos, empreendeu uma tentativa de revogação do Decreto nº 7.563 que, como vimos, estabelecia a localização da cidade universitária na atual Ilha do Fundão. Encaminhando Exposição de Motivos ao então presidente Dutra, argumentava que

a localização da Cidade universitária em ilhas da Guanabara [...] havia sido considerada imprópria por expressa resolução do Conselho Universitário da Universidade do Brasil, que entendeu mais conveniente a escolha dos terrenos da Praia Vermelha, para uma instalação mais modesta e de menores proporções” (OLIVEIRA, 2005, p.107).

Após novos encaminhamentos, o Presidente da República, diante de contra-exposições apresentadas por engenheiros e técnicos do DASP, manteve a localização no arquipélagos.² A partir de então, temos na história de nossa universidade, a introdução de um novo espaço: o prédio do antigo “Hospício de Alienados”, no bairro da Urca, que deu origem ao atual campus da Praia Vermelha. O hospício havia sido desativado em 1942 e cedido, em 1945, à Universidade do Brasil que arcou, através de recursos próprios e o apoio da Seção de Engenharia do Ministério da Educação, com os custos da restauração, transformando o prédio, de hospício a “Palácio” Universitário. Vejamos como o reitor Pedro Calmon refere-se ao episódio:

Extinto o hospício, surgiu o problema de aproveitamento do edifício, que poderia ser demolido, para em seu lugar serem construídos modernos prédios, ou restaurado, tendo-se em vista o que valia e representava para a cultura nacional. Prevaleceu este sentimento. E andou bem avisado o governo da República cedendo-o para as instalações da Universidade do Brasil. [...] A reitoria da universidade assim interpretou as responsabilidades que assumiu com esta doação: e em menos de um ano (entre fevereiro e dezembro de 1949), com as verbas próprias e o auxílio do Ministério da Educação e Saúde, as obras a cargo da sua seção de engenharia, obedecendo às

2 Para maiores informações sobre esta problemática, sugerimos a consulta de nossa dissertação de Mestrado “Das ilhas à cidade – a universidade visível”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (PPGHC/IFCS/UFRJ)

linhas clássicas da construção, para lhe preservar a autenticidade sem prejuízo das adaptações requeridas pelos novos serviços, pôde inaugurar nesse “Palácio Universitário” a sua sede.” (CALMON, 2002, p.89)

Não há, neste discurso, evidências de impasses, controvérsias ou mesmo referências sobre a instalação da universidade em sua Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, já definida anteriormente (1945). Mais do que atender a interesses da universidade, a incorporação do antigo prédio constituía-se como um ato de valor patriótico, já que se fazia em prol da defesa de um patrimônio da “cultura nacional” que estaria destinado à destruição. Menciona, inclusive, a eficiência e rapidez com que a universidade cuidou do empreendimento: *“em menos de um ano”*.

Tal argumentação está sedimentada em nossa “memória institucional”, remetendo-nos ao que Pollak (1992) chama de “enquadramento da memória” (POLLAK, 1992, p. 200-212). Entretanto, já nos referimos anteriormente às especificidades e contrapontos entre história e memória. E nosso ofício de historiador nos leva a constantes interrogações, a partir da incorporação de fontes diversas para a construção de nossas narrativas. E neste trabalho, a observância aos fatos e suas cronologias não é virtude do historiador, mas obrigação a ser considerada em suas pesquisas. A simultaneidade temporal dos fatos acima mencionados é, no mínimo, intrigante; deve, certamente, despertar a curiosidade dos estudiosos no assunto. Sobre tudo se considerarmos outros documentos na composição deste contexto, como por exemplo, o ofício nº 829, encaminhado pelo diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Rodrigo Mello Franco de Andrade, em 23 de julho de 1942, ao Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema:

A fim de dar cumprimento à determinação de Vossa Excelência no sentido dêste [sic] Serviço elaborar o projeto de adaptação do edifício do Hospício Nacional de Alienados à

finalidade de Externato do Colégio Pedro II, solicito as providências necessárias para o feito de ser transmitido a esta repartição o programa de instalação desejado para o referido estabelecimento de ensino. (CAETANO, 1993, s/p, tomo 2).

Em ofício de 7 de janeiro de 1944, o diretor de obras do Ministério da Educação e Saúde, Ruy Moreira Reis, se dirigia ao diretor do Colégio Pedro II:

No processo 39.967/43, foram aprovadas pelo Sr. Presidente da República as obras de restauração do Hospital Psiquiátrico, para nele ser instalado o Colégio Pedro II. Encaminhando o processo a esta Divisão, transmitiu o Sr. Diretor Geral do Departamento de Administração recomendação verbal do Sr. Ministro para que as obras se iniciem a 20 do corrente. Tratando-se de Edifício histórico, aconselhou-me o Sr. Diretor Geral, que entre em entendimento imediato com esse Serviço, afim de que sejam combinadas as providências cabíveis, para dar andamento às obras em questão, no prazo fixado pelo Sr. Ministro. (1993, s/p).

Ainda a 7 de janeiro de 1944, o Ministro Gustavo Capane-
ma enviava a seguinte mensagem ao Diretor do SPHAN:

Agradeço o interesse, a diligência e o esmero com que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional estudou e projetou esta remodelação, ao mesmo tempo que lhe peço que empregue o máximo de esforço [sic] afim de que as obras se façam com urgência, visto como é meu desejo que o Colégio Pedro II possa funcionar na nova sede no ano de 1945. Apresento-lhe os meus protestos de elevada estima e alta consideração. (1993, s/p)

Documentos referentes à execução das obras, entre os anos de 1942 a 1944, levam-nos a considerar a preocupação com a adequação do prédio para receber as novas instalações do colé-

gio. Entretanto, após um hiato documental entre os anos de 1944 e 1945, somos surpreendidos pelo ofício do reitor da Universidade do Brasil, Ignácio M. Azevedo do Amaral, ao diretor do SPHAN, Rodrigo de Mello Franco de Almeida, expedido em 6 de dezembro de 1945:

Tenho a honra de apresentar a V.Excia. o Sr. Professôr arquiteto Archimedes Memória, da Faculdade Nacional de Arquitetura, com quem V. Excia. poderá entender-se sobre todas as informações necessárias às obras de instalação da Reitoria da Universidade, da Faculdade Nacional de Arquitetura e da Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Aproveito o ensejo para apresentar a V. Excia. meus protestos de elevada estima e distinta consideração [sic]. (1993, s/p).

Ainda não temos conclusões sobre as questões apresentadas e não pretendemos reduzir a problemática a uma mera “conspiração” e reação conservadora de *grupos* à determinação governamental de construção da cidade universitária, que deveria, inclusive, receber a totalidade das unidades da universidade. Mas é fato que merece estudos mais aprofundados a quase simultaneidade das obras na Ilha do Fundão e na Praia Vermelha. Como também gera estranheza o argumento, tão utilizado nos discursos da universidade, de que a incorporação do prédio do antigo Hospício à universidade se deu em função da necessidade de impedir sua destruição. Certamente, não o seria. Os documentos apresentados nos dão evidências de que, ao ser destinado ao Colégio Pedro II, com obras sob a supervisão do SPHAN, não somente seria preservado, como seriam também consideradas as suas características arquitetônicas de prédio histórico.

Finalizando e não concluindo

Os nossos arquivos e centros de documentação, como lugares de memória que são, devem ser considerados como instâncias fundamentais no aprofundamento da compreensão sobre eventos

pretéritos, já que possibilitam a existência de uma diversificação das reservas documentais nas suas diversas coleções, que precisam ser analisadas em conjunto, nas suas especificidades, no que apresentam em comum, nas suas contradições, no que se guardou para fazer-nos lembrar e também no que foi “descartado”, levando-nos ao esquecimento ou desconhecimento. Se todo arquivo é “indício de uma falta”, como já nos alertou Henry Rousso (1996), é preciso também considerarmos que ele “encontra sua unidade em quem o produziu como conjunto, ou seja, em quem acumula os documentos no exercício de suas atividades. O agrupamento dos documentos, sua seleção dentre todos os passíveis de serem guardados proporciona o *sentido* dos mesmos.” (VIANA, 1986 apud LACERDA, 1993, p. 50).

Os exemplos, aqui rapidamente mencionados, demonstram o quanto a incorporação de novas fontes atribui novos significados a uma realidade pretensamente conhecida. São nestes labirintos da história e memória que um pesquisador transita. Novas pistas levam-no a outros caminhos, quando não a mudanças de trajetórias. Saindo da tranqüilidade dos conceitos e verdades que se perpetuam ao longo dos anos e solidificados nas narrativas institucionais, para zonas nebulosas, incertas, permeadas por silêncios e vazios que também significam. Trabalho instigante, constante desafio de nosso fazer diário...

Referências

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, 2004.

BORDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CAETANO, Lucina Oliveira. *O Palácio da Universidade do Brasil, ex-hospício de Pedro II: imagens e mentalidades*. 1993. Dissertação (Mestrado Escola de Belas Artes), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

CALMON, Pedro. *O Palácio da Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

DODEBEI, Vera ; GONDAR, Jô (org). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2007.

GIRON, Loraine Slomp. Da memória nasce a história. In: LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma (Org.). *A memória e o ensino de história*. São Leopoldo: Edunisc, 2000, p. 23-38.

KOSSOY, Boris. *Estética, Memória e Ideologia Fotográficas*. Decifrando a realidade interior das imagens do passado. ACERVO: Rev. do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, jan/dez. 1993, U.G, nº 01/02, p.13-24.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LACERDA, Aline Lopes de. Os sentidos da imagem: fotografias em arquivos pessoais. ACERVO: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v.6, n. 1/2, p. 41-53, jan./dez.1993.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2006.

MIGUEL, Maria Lúcia Cerutti. A fotografia como documento: uma instigação à leitura. *ACERVO*: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v.6, n. 1/2, p. 121-132, jan./dez. 1993.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de Oliveira. *Das ilhas à cidade: a universidade visível: a construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de. *UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO: discurso, memória e identidade: gênese e afirmação*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEIRA, Carmem Irene C. de ; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Memória e discurso: um diálogo promissor. In: DODEBEI, Vera ; GONDAR, Jô (org). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.10, p.200-212, 1992.

PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ : FGV, p. 295-330, 1996.

ROUSSO, Henry. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

Memória, Discursos e Instituições

Diana de Souza Pinto

Ao ser convidada para proferir a conferência **Memória, Discursos e Instituições** no II Seminário **Memória, Documentação e Pesquisa: A Universidade e os seus lugares de memória**, indaguei-me sobre a contribuição que poderia trazer para as reflexões como lingüista/analista do discurso, que trabalha na interface do discurso e de vários campos do conhecimento, a exemplo do Ensino de Língua Estrangeira, da Saúde Mental e recentemente da Memória Social, programa de pós-graduação no qual desenvolvo minhas pesquisas desde 2006 na UNIRIO. Acrescente-se a isso o fato de que o encontro foi sediado na UFRJ, local que fomentou meu interesse pelo mundo da pesquisa e, sobretudo, pela pesquisa interdisciplinar. E neste percurso interdisciplinar, sempre esteve presente pessoal e profissionalmente, o meu interesse pelas **estórias**, pelas **narrativas** que as pessoas contam, pois, além de expressarem experiências pessoais de suas vidas (LABOV, 1967, 1972), seus afetos, elas também nos fornecem ricos subsídios sobre o lugar, a história, sobretudo o contexto institucional em que ocorrem e, assim, contribuem para o entendimento da memória social produzida em diferentes contextos institucionais, a exemplo da universidade, o tema deste encontro. A partir deste lugar da interdisciplinaridade, constitutivo da análise do discurso (GILL, 2000), e também do campo da Memória Social (GONDAR E DODEBEI, 2005), resolvi abordar aqui como exemplo para a reflexão um evento de fala (HYMES, 1974) ocorrido no âmbito da UFRJ recentemente. Antes, contudo, faz-se necessário esclarecer o que é um evento de fala. Hymes cunhou termo evento de fala para descrever “atividades ou aspectos de atividades que são diretamente governados por regras ou normas para o uso da fala” (1974, p. 52). Ainda de acordo com o autor, a interpretação do que

está acontecendo no momento que interajo com o outro depende fundamentalmente do tipo de atividade em curso. O conhecimento do evento de fala integra a competência comunicativa dos falantes que abarca o código lingüístico, os recursos paralingüísticos (tom de voz, entonação, ritmo da fala, etc), a linguagem não verbal, assim como as habilidades interacionais e o conhecimento da cultura e dos valores sociais compartilhados pelos elementos daquele grupo.

Neste capítulo, tratarei do evento de fala cerimônia de colação de grau, uma prática comunicativa institucional (DREW ; HERITAGE, 1992) no âmbito da universidade da qual fui personagem e que nos permite vislumbrar um pouco da vida/estória e da memória desta instituição UFRJ. A eleição deste evento, a cerimônia de formatura da Escola de Música da UFRJ, dentre as inúmeras práticas comunicativas institucionais que integram a rotina desta universidade, deve-se, sobretudo, pela maneira como me deixei afetar pelos vários elementos constitutivos desta cerimônia, que passo a examinar com vocês a partir de agora.

Fui convidada para a cerimônia de formatura da Escola de Música da UFRJ DE 2007, por uma pessoa de minha família. Normalmente, declinaria tal convite em função do dia (sábado) e hora (17:30) em época tão atribulada: volta de férias, alunos defendendo dissertações, projetos de qualificação para serem lidos e comentados, entre outras tarefas. Porém, esse era um convite bastante especial: após concluir dois cursos de graduação, entre casamentos e filhas criadas, e após se aposentar de um emprego em uma instituição financeira pública, finalmente ela concluía ali uma estória de interrupções e retomadas, que agora ficavam definitivamente para trás. Do ponto de vista familiar, do grupo de dez primas que fomos introduzidas a lições de piano em nossas infâncias, como parte integrante da educação de moças de uma dada geração e nível sócio-educacional no país, ela foi a única em quem a música de fato ecoou. Ela, a prima mais velha, a quem eu, na minha infância,

implorava para que interrompesse seus estudos intermináveis e, aos meus olhos e ouvidos, maçantes, das escalas, para que tocasse, a pueril melodia do “Olha o Passo do Elefantinho”¹, música de Henry Mancini, com letra do Trio Esperançam, *jingle* muito popular na década de 70.

Passo então a relatar alguns momentos da cerimônia de formatura. O primeiro que destaco é o discurso de um professor homenageado que me chamou especial atenção. É fato que a estrutura retórica da fala de um convidado para um ritual de tal natureza se inicia, em geral, pelos agradecimentos. Já nesse momento, o discurso (concebido aqui como prática social resultante da interação entre os participantes de um encontro face-a-face) deste professor, se mostrou interessante pois, de fato, não foi um agradecimento, mas uma manifestação explícita de sua emoção: ao tomar a palavra, comparou a felicidade que teve, ao receber aquele convite, com o nascimento de seu primeiro neto. Emoção que se intensificou pelo fato de ser uma turma que escolhera, como patrono, o músico, arranjador, compositor, professor e musicólogo César Guerra Peixe.

Em momentos como o descrito acima, ser analista do discurso configura-se como um problema, pois de imediato a seguinte pergunta se coloca: “Por que não tenho uma câmera de vídeo ou mesmo um gravador aqui?” Seria tão importante gravar e transcrever, para posterior exame, com os recursos que a metodologia e a teoria nos fornecem, as estratégias usadas para causar aqueles efeitos de sentido que impressionaram a platéia, como os incessantes aplausos, ao final de sua fala, evidenciaram. Destacarei duas estratégias, em especial, pela relevância com o tema em questão, o discurso e a memória das instituições. A mensagem deixada aos formandos, outra parte da estrutura retórica desses tipos de discursos, fazia apelo à *lembrança* de dois pontos que o referido professor destacou: o fato de que eles hoje eram o que eram - bacharéis e professores de

1 Para aqueles que não conhecem a música, cf. (<http://meuwebsite.com.br/marcia-dp/trioesperanca.html>).

Música - , “a despeito de várias forças poderosas”, graças à formação em *uma universidade pública e de qualidade*, e de que aquela casa é *e sempre será deles*. Voltaremos a estes enunciados em breve.

O gênero discursivo² *discurso de formatura* apresenta elementos constitutivos de naturezas verbal e não verbal que ilustram diferentes aspectos que estão presentes na categoria *discurso*, sob a ótica de uma lingüista/analista do discurso. Um pouco da estória da Lingüística se faz necessária aqui. Esta área de conhecimento, durante muito tempo, tratou da língua como estrutura, como *sistema*. A língua era então percebida como aquilo que é estável e homogêneo, independente do contexto³ em que ela fosse usada e do modo em que ela se manifesta concretamente. Na Língua Portuguesa, por exemplo, o sintagma nominal é formado pelo artigo seguido pelo nome (*o livro*), e não o contrário (*livro o*). Em alemão, a formação da sentença se dá pelo sujeito, seguido de verbo auxiliar, os complementos verbais e no fim da frase temos o verbo principal (*Ich habe das lesen verstehen*; *ich* = sujeito, *habe* = verbo auxiliar, *das lesen* = objeto direto e *verstehen* = verbo principal). Estes são dois exemplos de formas estáveis em ambas as línguas. Nessa perspectiva estruturalista, a língua era concebida como objeto de estudo independentemente do contexto em que era usada. Não importava quem falou, em que circunstâncias, com que motivações, em que lugar e de que lugar, mas sim a forma utilizada. Sabemos que a estória de um campo de conhecimento está intimamente relacionada às condições de produção e, naquele momento, a corrente positivista (DENZIN;

2 Os gêneros discursivos são tipos relativamente estáveis de enunciados marcados sócio-historicamente, visto que estão diretamente relacionados à diferentes situações sociais. Cada um dos padrões comunicativos delimita características temáticas, composicionais e estilísticas próprias (BAKHTIN, 1992). Considera-se também o conjunto de participantes, a intenção do autor/falante e o leitor/interlocutor endereçado.

3 Para maiores esclarecimentos sobre a noção de contexto, ver DURANTI & GOODWIN (1992) e RIBEIRO e PEREIRA (2004).

LINCOLN, 2000) ainda era determinante na constituição dos saberes. Na década de 70 do século XX, contudo, com a contribuição fundamental de outras áreas do saber, tais como a Antropologia e a Sociologia, observa-se a necessidade de considerar a função da língua, ou seja, a língua em uso. As preocupações se voltam para o que falar e como falar, a partir da observação da força que as funções lingüísticas exercem nas sociedades. Considera-se, portanto, a fala, o discurso, como eminentemente uma atividade social. A questão central para os estudiosos da comunicação em uma perspectiva discursiva é compreender como seres humanos empregam a língua para constituir os mundos socio-culturais nos quais habitamos. Os estudos de práticas discursivas orais ocupam lugar central nas investigações. Incluem-se aí aspectos contextuais, tais como o ambiente físico, a moldura social e espacial onde o encontro ocorre, o comportamento não verbal de participantes, entre outros.

Do ponto de vista da análise do discurso em uma abordagem interacional e que objetiva a investigação dos processos constitutivos dos discursos institucionais⁴, interessa-nos saber como os participantes de uma instituição, ao utilizar a língua, moldam e mantêm suas condutas de acordo com a orientação para esses encontros institucionais.

No exemplo do discurso de formatura, citado anteriormente, é relevante considerar alguns dos vários aspectos contextuais que cercam aquele momento. Em primeiro lugar, estamos diante do gênero discursivo *discurso de formatura*. Podemos reconhecer vários traços/seqüências lingüísticas que nos fazem identificar este gênero: os agradecimentos iniciais, a mensagem, etc. Mas também há várias marcas/pistas de contextualização⁵ não verbais que nos au-

4 Para DREW e HERITAGE (1992), o discurso institucional é caracterizado pela realização de uma tarefa através da conversa.

5 Pistas de contextualização, segundo GUMPERZ (1982), são traços de natureza sociolingüística que utilizamos para sinalizar nossas intenções comunicativas ou para inferir as intenções do outro. As escolhas lexicais, as pausas, hesitações, a curva melódica, a ênfase, assim como a direção do olhar, e a distância entre participantes são exemplos de pistas cujos usos e interpretações são culturalmente definidos.

xiliam a interpretar aquela fala à luz de nossa experiência discursiva prévia como discurso de formatura: a beca, usada pelos professores homenageados e pelos alunos, o ambiente físico, o Salão Leopoldo Miguez da Escola de Música da UFRJ, e a disposição do mobiliário; a mesa para os homenageados, os grupos de cadeiras, parte para os formandos, parte para a audiência, etc. O cenário é fundamental para o reconhecimento deste gênero discursivo. O discurso de formatura é um exemplo de como o discurso, aqui considerado como categoria, *atua* sobre o mundo. Ela não representa o mundo, etiquetando-o e rotulando-o, como se fosse externa à linguagem (MARTINS, 2000), mas cria este mundo social a todo o momento. Os noticiários jornalísticos ilustram diariamente essa questão: ao falar do MST como *ocupação* ou *assentamento*, a simples escolha de um ou outro substantivo implica escolhas político-ideológicas, não constituindo, portando, mera descrição de uma realidade. Nesta criação de mundos sociais através do uso da linguagem, realizamos várias ações: expressamos nossos afetos, elogiamos, cerceamos e celebramos a vida, como o orador em particular fez nesta ocasião.

Como relacionar a discussão acima apresentada com a memória de uma instituição? Criamos, recriamos, reiteramos e transformamos as instituições em que vivemos, a exemplo desta universidade, através de uma enorme gama de práticas discursivas. De maneira geral, podemos definir práticas discursivas institucionais como a realização de uma tarefa através da interação (DREW; HERITAGE, 1992). A entrevista médica é um exemplo; consultamos este profissional para resolver um problema de saúde; a ele (a) cabe, ancorado (a) em seu saber e sua prática, nos orientar. Em uma prática comunicativa institucional, pelo menos um dos participantes desta interação deve ser membro da instituição (no caso que motiva nossa reflexão, professor, funcionário, aluno). É importante destacar que a caracterização dos discursos como institucionais não está vinculada ao ambiente físico em que ele ocorre. É possível termos, por exemplo, uma sessão de orientação acadêmica durante um almoço,

em um restaurante. O que importa, para esta categorização, são as identidades sociais e profissionais em atuação.

As práticas discursivas institucionais podem ser escritas ou orais. No âmbito universitário, no primeiro caso, encontram-se as portarias, os regimentos, as declarações, os memorandos, os diplomas, para citar algumas. É o que tradicionalmente chamamos de “documentos”, no seu sentido mais limitado, de prova documental (LE GOFF, 1984) a partir de uma perspectiva positivista. E os discursos institucionais orais? Estes são de diferentes naturezas, desde os mais planejados até os mais comezinhos, aos quais, em geral, não é atribuído o estatuto de documento, em uma instituição que prima pelo letramento. As aulas, as reuniões entre professores, entre alunos, entre todos os membros das comunidades universitárias, as defesas de dissertação e tese, as conversas informais na cantina, as conversas de faxineiras, porteiros, seguranças e ascensoristas, dos “humanos quase invisíveis”, como o chamou o jornalista Gilberto Dimenstein em seu livro *O mistério das bolas de gude*. Toda esta gama de diferentes gêneros discursivos orais, circunscrita por determinadas condições de produção, está a todo momento ajudando a constituir memórias das instituições universitárias, uma memória difusa, não organizada, ainda não documentada/registrada e mais, que ainda não se tornou objeto sistemático de nossas preocupações acadêmicas. São narrativas consideradas marginais, à margem do que estruturalmente concebemos como relevante para nossas pesquisas, mas que concentram uma riqueza de sentidos, valores e crenças que, por um lado, permeiam as instituições que possibilitam seu surgimento e que, por outro, recriam os lugares institucionais de onde falam.

Vamos ampliar nossa análise e incluir outros gêneros discursivos integrantes da cerimônia de formatura da Escola de Música da UFRJ de 2007. Nesta cerimônia, o homenageado especial foi Seu João da cantina. No convite, após a foto de Seu João retratado em sua cantina, seguem as palavras dos formandos dirigidas a ele: “É só

deixar no Seu João!" Deixar uma partitura, um texto, o instrumento... É o nosso guarda volumes, inclusive de documentos e informações preciosas, sem contar com as longas contas penduras! Definitivamente, a comunicação na Escola de Música depende da cantina de Seu João. Justamente por isso homenageamos essa figura tão representativa nos servindo sempre com muito carinho. Até mais seu João".

A maioria de nós já graduados, que passou por uma universidade ou ainda está nela, tem um Seu João que faz parte de nossas memórias da época da faculdade. Um bar das Freiras, na PUC-RJ, o Ciro da cantina do IPUB/UFRJ, o sujinho para a os estudantes da UFRJ do Campus da Praia Vermelha. Estes são espaços institucionais onde vários encontros sociais ocorrem, nos quais frequentemente se sobrepõem conversas informais, com colegas, por exemplo, e discursos institucionais que objetivam a discussão de temas profissionais e nos quais utilizamos a linguagem para atuar, operacionalizando nossas identidades sociais / institucionais (MISHLER, 2002; SARANGI ; ROBERTS, 1999).

Na homenagem especial a Seu João, observamos uma construção discursiva que lhe projeta várias outras identidades que transcendem o aspecto profissional do funcionário / proprietário de um estabelecimento, *Seu João da cantina*. A fala acima destaca o posiciona como guardião de "informações preciosas", objetos materiais quase sagrados para os alunos de Música: "a partitura", "o instrumento". A lista de objetos passíveis de serem guardados é finalizada então com "as contas penduras", sendo evocada então a generosidade e o carinho de Seu João. E finalmente os alunos se despedem com uma expressão formulaica (GUMPERZ, 1982) - Até mais Seu João - que não sinaliza um adeus, mas sim um até breve, voltamos já. É interessante observar que toda a homenagem é realizada no tempo presente: é uma homenagem a alguém que participou intensamente de uma época que se encerra, portanto, no passado, mas que é atualizada discursivamente no presente,

sugerindo perenidade, permanência. Trata-se de mais um capítulo da Memória Social daquela Escola que está sendo incessantemente construída, interpretada, reiterada em um processo social realizado continuamente.

O conceito Memória Social é, sobretudo, polissêmico. Halbwachs (2004) foi o primeiro a observar, de forma sistemática, o aspecto *social* da memória. Até então a memória era concebida como um fenômeno individual e subjetivo. Ao considerar a memória coletiva resultado da interação social entre indivíduos, insere-a nos processos sociais. Assim, para ele, não existe lembrança sem sociedade e, portanto, memória e linguagem são indissociáveis. As lembranças devem ser observadas a partir de representações coletivas, de convenções sociais, de quadros sociais dos grupos, isto é, o já estabelecido, os elementos de tradição⁶. Por outro lado, o referido autor apontou que essas lembranças do passado são construções continuamente realizadas à luz do presente.

Gondar (2005), em seu texto “Quatro proposições sobre memória social”, destaca que a memória, como *processo* de construção social, implica um jogo de forças, um campo de disputa, de enfrentamentos. Esta memória social e processual é constituída de vários discursos, pequenos gestos, conversas informais e narrativas que tematizam desejos, expressam sentidos, marcam presenças, etc. Estamos falando de histórias descontínuas, de narrativas contadas por cada um de nós, sujeitos de sociedades industriais pós-modernas (HALL, 2002), sujeitos multifacetados, não lineares, cujas identidades são vivenciadas em um contínuo fluxo de tensões e contradições nos diversos mundos sociais que habitamos; não somos coerentes, progressivos e lineares. Estamos atolados de desvios, vazios e hiatos (MISHLER, 2002). Para o autor, ao contarmos as histórias, ao narrarmos eventos, nos “reistoricizamos” diante de nossos interlocutores, atribuindo às narrativas diferentes significados ao

6 Os quadros de memória, segundo Halbwachs, são sistemas de valores que unificam dados grupos sociais (HALBWACHS, 1925).

longo das mesmas. Retomando Paul Ricoeur, citado por Mishler, “O passado não está gravado em pedra”. Memória e esquecimento estão indissolivelmente ligados. O que nos faz lembrar de certas coisas e esquecer outras? Para Gondar, “há sempre uma concepção de memória social implicada na escolha do que lembrar e do que esquecer” (2005, p. 17). Como podemos pensar, então, estes dois conceitos de Memória Social para iluminar nossa breve análise aqui empreendida?

Retornemos mais uma vez à nossa cerimônia de formatura, o evento comunicativo em questão. Por um lado, temos várias pistas não verbais que nos ajudam a refletir sobre qual memória da instituição universidade, mais especificamente, a UFRJ, e mais especificamente ainda, da Escola de Música, está sendo evocada, reiterada, silenciada e recriada neste evento. Vamos agora observar a moldura espacial, o ambiente físico em que ela foi realizada: no prédio da Escola de Música da universidade, no Passeio, no belo Salão Leopoldo Miguéz. O *web site*⁷ da Escola nos informa:

“Bem-vindo ao website da Escola de Música da UFRJ. Aqui você poderá conhecer um pouco da história e do trabalho da mais antiga instituição de ensino musical do Brasil, além de obter informações sobre seus cursos - da Iniciação Musical à Pós-Graduação -, sobre sua produção artística, sobre o calendário de eventos, sobre seus produtos e serviços, em geral. Localizada no centro do Rio de Janeiro, a Escola de Música da UFRJ integra o Corredor Cultural da cidade, sendo seu prédio tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal. Tem como vizinhos outras instituições importantes como o Theatro Municipal, a Sala Cecília Meireles, o Museu da Imagem e do Som, a Academia Brasileira de Música e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como moldura, o Passeio Público e os Arcos da Lapa.”

7 www.musica.ufrj.br, acessado em 19/04/2008. Em 15/08/2008 o mesmo site já apresentava modificações substanciais em seu texto, que não integram a análise aqui apresentada.

Observemos a construção discursiva da apresentação institucional da Escola. A expressão “a instituição mais antiga de ensino musical do Brasil” remete o leitor à história da formação do campo musical no país, inscrevendo-a em um sistema de valores ao qual tradição, renome e antiguidade estão associados. Em seguida, inscreve o prédio na memória arquitetônica da cidade, fazendo menção à geografia da antiga capital da República nacional ao elencar alguns dos prédios/construções famoso(a)s em seu entorno. Assim, além de ser a mais antiga do campo, seu prédio tombado, ou seja, de reconhecido valor patrimonial, é listado juntamente a outras instituições que marcaram o cenário da música nacional, emoldurado ainda por uma das paisagens que figuram nos cartões postais da cidade, os Arcos da Lapa. Em outro local do site, é informado ao leitor que aquele prédio abrigou a Biblioteca Nacional, um lugar de memória, como nos diz Nora (1993), por excelência.

Observemos agora o que nos diz o site sobre o Salão Leopoldo Miguez:

*“O Salão Leopoldo Miguéz, **uma das mais importantes salas de concertos do país**, conhecido pela **excelência de sua acústica**, foi inaugurado em 1922, na administração de Abdon Milanez. Inspirado na Sala Gaveau, de Paris, seu interior é decorado com afrescos de Antônio Parreiras e Carlos Oswald (...) Nos últimos anos deu-se início à reforma geral do prédio de 1922, com a restauração de suas características originais, projeto patrocinado pela Petrobrás.”*

Mais uma vez, destaca-se, com relação ao espaço, as qualidades da sala: a excelente acústica, no quesito funcionalidade, e o caráter estético, em particular a estética francesa; ambas as descrições que nos remetem a um passado glorioso daquela sala. Um fato interessante é que os afrescos, que ficam ao fundo da sala, estavam, no dia da formatura, cobertos com um grande plástico preto. Este plástico, associado a cadeiras brancas de plástico colocadas no local para comportar o público esperado, formava um contraste inquietante

e perturbador com o restante do auditório já reformado. Marcas de tradição conviviam, naquele dia da cerimônia, com as marcas do improviso.

Com relação ao salão onde foi realizada a cerimônia de formatura, o Salão Leopoldo Miguéz, o *site* institucional nos informa que ele teve seu nome em

*“homenagem ao **compositor** Leopoldo Miguéz (1850-1902), primeiro **diretor** do Instituto Nacional de Música, que **empreendeu** uma viagem à Europa para visitar conservatórios e recolher sugestões para serem **aplicadas ao ensino**, adquirindo, nessa viagem, instrumentos, aparelhos de acústica e livros para o Instituto. Miguez também foi o responsável pela compra de um grande órgão de tubos da marca Wilhelm Sauer, que ofereceu ao Instituto, como **prêmio** que ganhou pelo primeiro lugar no concurso que escolheu o **Hino à Proclamação da República**.”*

O personagem em questão nos é apresentado como compositor premiado, de fundamental importância na constituição da identidade nacional, já que foi o autor do Hino da República, diretor do Instituto, empreendedor, homem de visão, educador, etc.

Em ambas as apresentações, do espaço e do personagem, a história oficial institucional narrada evoca um sistema de valores constituídos por marcas de distinção relativas ao ambiente físico, aos aspectos temporal, da antiguidade, e dos personagens eleitos para figurarem ali, que apontam para algo da ordem do construído, sugerindo uma unificação deste grupo social da Escola de Música.

Como sugeriu Halbwachs (2004), a memória coletiva é um importante instrumento de construção de identidades, e o conjunto de pistas que integraram a cerimônia em questão, algumas das quais destaquei aqui, aponta para um grupo social que, ao organizar tal evento tão importante em suas vidas, se identifica com substratos comuns, associados a uma dada memória coletiva “estável” que olha com orgulho para um passado institucional onde foram

educados, formados profissionalmente e reiteram elementos que os iluminarão em suas carreiras profissionais na construção de seus próprios projetos futuros. A beca, que todos vestiam indistintamente, oradores, professores homenageados e formandos, por exemplo, simboliza uma adesão a um acordo tácito coletivo, pautado pelos critérios de qualidade, disciplina, dedicação, sistemas de valores instituídos de acordos legitimadores.

E qual é o papel da memória social na dinâmica social desta instituição se analisarmos o evento cerimônia de formatura? A cerimônia em questão é uma rememoração, lembranças que se valem dos quadros de memória que os antecedem; nesta cerimônia, encontram-se conjugadas diferentes dimensões temporais: passado, presente e futuro. A vivacidade do acontecimento é que se lembra e se reitera. Este futuro, além de estar presente no objetivo comunicativo do evento formatura (ou seja, ambiciona jogar os formandos na vida profissional futura), se materializou na formatura através de vários cartazes que eram levantados de quando em vez para a audiência. Esses cartazes retratavam falas comuns a alunos naquele contexto acadêmico, ora rememorando, através de falas corriqueiras, as identidades de alunos, por exemplo, “Prof, qual foi minha nota?”, ora celebrando o fim da fase estudantil “Aleluia”.

A música “Aleluia” de Haendel, cantada ao final da cerimônia por todos os formandos, parece reiterar a alegria de se livrarem das cobranças, dos prazos apertados, das horas intermináveis de ensaios, etc. Regidos pela Prof^a Sonia Goulart, com o arranjo dos músicos populares Michael Jackson, Mervyn Warren e Mark Kibble, aquela apresentação era uma conjugação de uma música clássica em ritmo popular que contagiou toda a platéia. O fim musical da cerimônia, como não poderia deixar de ser, parece-me icônico para pensarmos o conceito de Memória Social: configura uma dimensão de alteração, de embates, de diversidade, de confronto, de criação e de potência, constantes na vida social/institucional na medida em que

conjuntamente, os alunos e a professora, construíram, depois de muitos esforços para encontrarem horas comuns para os ensaios, como ela mesma relatou na ocasião, a fim de criar uma interpretação institucional daquela turma de música, a partir de uma peça musical referendada pela Memória Social do campo da música.

Nesta breve análise, deparamo-nos com a memória social de um dado grupo constituída por representações coletivas institucionalmente legitimadas com a produção de um novo, que integra a concepção de memória como processo que adotei aqui. Toda esta breve análise dos elementos não verbais não significa dizer que não há aspectos de disputas e de conflitos. Falar de discurso institucional, neste contexto universitário, e de memória social, em nossa sociedade, implica aceitarmos que nos posicionamos ética e politicamente, reconhecendo que “toda perspectiva envolve a escolha de um passado e aposta em um futuro” (GONDAR, 2005).

Vamos agora retornar ao discurso verbal do orador Prof^o Samuel Araújo. O orador /professor homenageado, em sua fala, destacou dois aspectos: a) uma relação de *causalidade* entre a formação de bacharéis e professores em Música e a instituição que os formou, *uma universidade pública e de qualidade* a despeito de várias “forças poderosas” e b) que aquela casa *é e sempre será deles*. Cabe-nos perguntar então: de que lugar ele fazia o apelo à *lembrança* destes dois pontos? Inicialmente, ao explicitar um embate, através das expressões “a despeito de várias forças poderosas” e reafirmar *universidade pública e de qualidade*, ele tematiza interdiscursos (PECHEUX, 1988), já-ditos, que integram a experiência universitária brasileira de lutas incessantes contra a privatização do ensino universitário constantes no cenário político contemporâneo. Adota um posicionamento / comprometimento ético e político ao utilizar sua fala de orador para “agir sobre o mundo” em defesa de uma instituição centenária e de tudo que ela representa no universo acadêmico da música. Implicitamente, portanto, lembra aos formandos e à audiência que

os embates no campo universitário são montagens sociais que surgem de dadas condições de produção sócio-políticas daqueles que nos precederam, e que a memória da instituição de ensino público de qualidade assim foi formada.

Em sua segunda lembrança (que aquela casa *é e sempre será deles*), em uma fala que endereça aos formandos como seus interlocutores primários, nomeia a universidade, mais precisamente a Escola de Música, como a casa deles, utilizando uma expressão formulaica, que sinaliza intimidade da parte de quem fala, convidando-os ao eterno (sempre) retorno. Tais expressões são comuns em situações familiares, quando, por exemplo, o filho sai de casa e os pais deixam-lhe as portas abertas. Ao enunciar esta elocução, temporariamente há uma suspensão discursiva da hierarquia acadêmica fortemente marcada nas instituições universitárias pela titulação (para ter voz e ascender profissionalmente é necessário os diplomas de Mestrado, Doutorado e pós-doutorado, de preferência) para dar espaço a um discurso mais simétrico entre profissionais.

Entender os processos discursivos na constituição da memória social de uma instituição, a partir da investigação de um evento comunicativo, como uma cerimônia de colação de grau, ajuda-nos a refletir sobre como significados considerados “universais” na contemporaneidade (tais como economia globalizada, avanço tecnológico, entre outros) são também responsáveis pelo esquecimento sistemático ou pelo silenciamento / naturalização de temas fundamentais como educação e saúde de qualidade gratuitas para todos em uma sociedade que se pretende justa e democrática. A luta pelo desenvolvimento de políticas públicas sistemáticas e consistentes para as áreas sociais, tais como a educação, é uma necessidade inerente ao desempenho ético e político de nossas identidades profissionais que são operacionalizadas nos nossos discursos, gestos e sonhos.

Apresentei aqui um breve exemplo de como a análise do discurso de uma cerimônia de formatura da Escola de Música desta

universidade pode nos auxiliar a compreender os processos de constituição de memórias institucionais. Ao destacar um conjunto de pistas verbais e não verbais, como o convite, os discursos, o cenário, procurei mostrar que as rotinas institucionais ocupam um lugar central na formação de nossas identidades sociais e, conseqüentemente, na memória discursiva de uma dada instituição.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Michail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- DENZIN, N.; LINCOLN, Y. The discipline and practice of qualitative research. In: *Handbook of Qualitative Research*. Sage Publications, p.1-28, 2000.
- DIMENSTEIN, G. *O mistério das bolas de gude: histórias de humanos quase invisíveis*. Campinas: Papirus, 2006.
- DREW, P. ; HERITAGE, J. *Talk at Work*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- DURANTI, A.; GOODWIN, C. *Rethinking Context*. New York: Cambridge University Press, 1992.
- GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In GONDAR, J., DODEBEI, V. (Org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra capa, 2005.
- GONDAR, J., DODEBEI, V. *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.
- GUMPERZ, J. Contextualization conventions. In _____. *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 130-152, 1982.
- HALBWACHS, M. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Feliz Alcan, 1925.
- _____. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DPA Editora,

2002.

HYMES, D. *Foundations in Sociolinguistics: an ethnographic approach*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1974.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In _____. *Language in the Inner City*. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v.1, p.95 -106.

MARTINS, H. Sobre a estabilidade do significado em Wittgenstein. In: *Revista Veredas*, Juiz de Fora: UFJF, v. 7 , p. 19 - 42, 2000.

MISHLER, E. Narrativa e Identidade: a mão dupla do tempo. In: MOITA LOPES, L.; BASTOS, L. (Orgs.). *Identidades. Recortes Multi e Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mercado das Letras, 2002, p. 97-119.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo. In: *Projeto História* - Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História, v. 10, 1993.

PECHEUX, M. *Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: UNICAMP, 1988.

RIBEIRO, B. T.; PEREIRA, M. G. A noção de contexto na análise do discurso. In *Revista Veredas*. Juiz de Fora: UFJF, v. 11, p. 49-67, 2003.

SARANGI, S & C. ROBERTS. *Talk, work and institutional order*. London: Mouton de Gruyter, 1999.

Memória, preservação e uso das edificações históricas da UFRJ

Maria Ângela Dias

Este trabalho apresenta a atuação da Divisão de Preservação de Imóveis Tombados no Escritório Técnico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (DIPRIT/ETU) como um lugar de memória do patrimônio arquitetônico histórico da UFRJ e sugere a criação de um Centro de Estudos e Memória dos Bens Culturais da Universidade como ampliação do universo de sua atuação.

Introdução

Ao longo de sua existência a UFRJ incorporou ao seu patrimônio vários imóveis, sendo alguns reconhecidos como edificações históricas. Essas edificações, em sua maioria, sofreram múltiplas transformações provocadas por mudanças sociais, culturais, políticas e tecnológicas.

Como exemplo disso podemos observar, entre outros, o antigo prédio que de Hospício (1852) transformou-se num Complexo Acadêmico (1949), hoje Palácio Universitário, ou ainda O Hotel Sete de Setembro (1921-1922), na Av. Rui Barbosa 762, no bairro do Flamengo, que passou a ser Internato da Escola Ana Néri (1926-1972), posteriormente Casa do Estudante Universitário (1972-1995) e atualmente, em restauro desde 2002, abriga o Centro Brasileiro de Altos Estudos. Aliás, repetindo o que ocorre em outros países, onde os templos gregos e romanos foram transformados em igrejas, os conventos em fábricas e depois em apartamentos, os silos em hotéis e os moinhos em restaurantes.

Portanto, a prática da transformação tem sido reconhecida como uma forma de se renovar a edificação e de satisfazer às novas

necessidades funcionais. Porém, compatibilizar essas necessidades de intervenção com os cuidados que um imóvel histórico requer é sempre um grande desafio que envolve profissionais de várias áreas e custos elevados.

A tarefa de restaurar e adaptar os espaços históricos da UFRJ foi sempre uma decisão isolada de pessoas, ou de grupos de pessoas abnegadas (arquitetos, professores, administradores) que sensibilizadas pela beleza e importância histórica das edificações se dispunham a trabalhar por sua preservação.

Para congregar esses esforços isolados, num mesmo setor da UFRJ, institucionalmente constituído, foi criada, em 2004, a Divisão de Preservação de Imóveis Tombados - DIPRIT, no Escritório Técnico da Universidade - ETU que, sob a coordenação de um diretor e a atuação de uma equipe de profissionais de restauro, desenvolve trabalhos de levantamento físico, mapeamento de danos e elaboração de diretrizes de preservação e uso para cada um dos bens tombados da UFRJ, formando, assim, um banco de dados sobre esse patrimônio histórico e constituindo a memória de sua existência.

Lugar de memória

Como representante oficial da UFRJ na interlocução com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural) e SEDREPAHC (Secretaria Extraordinária de Patrimônio Cultural), a DIPRIT possui, hoje, um importante arquivo com todas as solicitações de projetos de restauração e intervenção nos prédios tombados da UFRJ que são encaminhadas para os órgãos de tutela. Da mesma forma reúne todas as exigências e aceites dos referidos órgãos de tutela e os encaminha para o setor correspondente da UFRJ.

Cabe destacar a importância desta centralização, não só pela questão da organização e arquivamento dos documentos, mas também pela sistematização dos procedimentos de interlocução. Anteriormente, o diálogo com os órgãos de tutela era pontual, di-

retamente com cada um dos responsáveis pela restauração de cada prédio histórico e muitas vezes na forma oral.

As ações da DIPRIT são fundamentadas em várias etapas de pesquisa e têm como objetivo elaborar, para cada edificação histórica, um plano de diretrizes que permita orientar as intervenções necessárias e/ou desejáveis, estabelecendo critérios para restauração e uso do bem tombado.

Entre esses procedimentos estão:

- identificação e diagnóstico da edificação que inclui: a pesquisa histórica, iconografia e cromática (prospecção); a arqueologia (quando necessária);
- documentação e visualização que inclui: a elaboração das plantas, cortes e fachadas do edifício (levantamento físico); relatório de diagnóstico, contendo a totalidade das informações pesquisadas (situação do imóvel, mapeamento de danos); e estimativa orçamentária para realização da restauração;

As práticas decorrentes desses procedimentos viabilizam, como mencionado acima, a formação de um banco de dados e constroem a memória do patrimônio arquitetônico histórico. Além disso, elas contribuem para: abertura de campo de pesquisa para mestrands e doutorandos; realização de estágios supervisionados para graduandos; qualificação de profissionais de arquitetura, engenharia, belas artes; composição da base para realização de cursos de especialização em restauro.

Constituem universo de atuação da DIPRIT os imóveis históricos que a UFRJ tem a responsabilidade de preservar. São eles (dados fornecidos pelo ETU):

01. Colégio Brasileiro de Altos Estudos - Antigo Hotel Sete de Setembro



Av. Rui Barbosa, 762 – Flamengo / RJ

Processo de Tombamento INEPAC nº E-03/111.357/83 de 15/06/89

Área: 5.405 m². Sofreu várias transformações de uso. Ainda está em processo de restauro. Obteve o patrocínio da Eletrobrás e Petrobrás, num total aproximado de R\$6.000.000,00 e necessita de R\$ 9.000.000,00 para completar a última fase do projeto de restauro.

02. Hospital Escola São Francisco de Assis



Av. Presidente Vargas, 2863 - Cidade Nova / RJ

Processo de Tombamento IPHAN nº 978/T.78, inscrição nº490, Livro Histórico, folha 86, e inscrição nº554, volume 11, folha 05, Livro de Belas Artes, de 23/06/83.

Área: 9.423 m²

03. Escola Nacional de Música



Rua do Passeio, 98- Centro / RJ.

Processo de Tombamento SEDREPHAC n° 12/004034/92 - Decreto 12.802 de 15/04/92

Área: 3.787 m²

04. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais



Largo de São Francisco de Paula, n°1 - Centro / RJ.

Processo de Tombamento INEPAC n° E-03/011.357/83 de 15/06/89

Processo de Tombamento IPHAN 615-T, inscrição. n° 342, Livro Histórico, folha 567 de 11/04/62

Área: 11.868 m²

05. Faculdade Nacional de Direito



Rua Moncorvo Filho, n° 02 - Centro / RJ.

Processo de Tombamento INEPAC n° E-03/031.267/83 de 27/01/88

Área: 5.483 m²

06. Escola de Enfermagem Anna Nery



Rua Afonso Cavalcanti, 275 - Cidade Nova / RJ.

Processo de Tombamento IPHAN nº 953/T. 77, inscrição nº 507, Livro Histórico, folha 93, de 14/08/86

Área: 2.319 m²

07. Palácio Universitário - Antigo Hospital dos Alienados



Av. Pasteur, 250 - Urca / RJ.

Processo de Tombamento IPHAN nº 503/T, inscrição nº 438, Livro Histórico, folha 72, de 11/07/72

Área: 14.450 m²

08. Antiga Escola de Eletrotécnica



Praça da República, 22 - Centro / RJ.

Processo de Tombamento INEPAC nº E-03/31.267/83 de 15/06/89

Área: 1739 m²

09. Museu Nacional - Paço de São Cristóvão



Quinta da Boa Vista - São Cristóvão / RJ.

Processo de Tombamento IPHAN nº 101/T, 154/T e 77/T, inscrição. nº 23, Livro Histórico, folha 5, inscrição nº 14, Livro de Belas Artes, folha 10, de 11/05/38, e inscrição nº 14, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, folha 4, de 14/04/48

Área: 13.720 m²

10. Conjunto Paisagístico do Observatório do Valongo



Rua Camerino, 22 - Centro / RJ.

Processo de Tombamento IPHAN nº 99/T, inscrição nº 653, Livro Histórico, folha 12, inscrição nº 157, Livro de Belas Artes, folha 28, de 30/06/38.

11. Fundação Universitária José Bonifácio



Av. Pasteur, 280 - Urca / RJ.

Processo de Tombamento INEPAC nº E-18/300.321/87 de 06/09/90.

12. Centro de Arte Hélio Oiticica



Rua Luis de Camões, 68 - Centro / RJ.

Processo de Tombamento INEPAC nº E-03/31.267/83 de 15/06/89.

13. Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira



Rua Bruno Lobo, 50 - Cidade Universitária - Ilha do Governador / RJ.

Processo de Tombamento Provisório em curso no INEPAC desde outubro de 2003

Área: 16.074 m²

Com indicação para tombamento ou preservação

Teatro Qorpo Santo
Faculdade de Arquitetura
Centro de Tecnologia
Plano Urbanístico do Fundão

Limitações na atuação

A rotina do trabalho nas ações de preservação e restauro, em adaptações ou transformações para novos usos, exige a participação de um número cada vez maior e mais especializado de protagonistas. No decorrer de um projeto e/ou uma obra, por inúmeras vezes a equipe da DIPRIT necessitou dos serviços de arquitetos especializados, historiadores, restauradores (para pesquisas de materiais e prospecções estratigráficas), arqueólogos; engenheiros estruturalistas e de instalações prediais; e biólogos e químicos, para análises laboratoriais.

Conseguir a contratação desses profissionais é quase sempre ter que vencer uma maratona administrativa, considerando que a DIPRIT possui uma equipe bastante reduzida, 3 arquitetos, 2 mes-trandos e 6 estagiários para atuar profissionalmente nas edificações tombadas, e administrativamente respondendo à direção do ETU, aos órgãos de tutela e aos professores que ocupam as edificações tombadas.

Neste quadro podemos acrescentar a falta de recursos próprios e de representação nos fóruns da decisão da UFRJ, meios necessários para agilizar o atendimento à demanda de serviços nas edificações.

Cabe ainda comentar que a falta de conhecimento da complexidade dos projetos e das intervenções, aqui incluído o alto custo para execução das obras, aliada a esta relação desproporcional entre demanda de serviço *versus* mão-de-obra disponível, muitas vezes gera ações de intervenção equivocadas, por parte dos usuários,

nas edificações tombadas. As conseqüências dessas ações são os danos causados nas edificações, muitas vezes irreversíveis, e instauração de inquérito civil pelo Ministério Público contra a UFRJ.

Esta situação dificulta o pleno funcionamento da DIPRIT enquanto lugar de memória, pesquisa, qualificação de mão-de-obra e definição de uso das edificações históricas.

Ampliação da atuação

O que nos parece fundamental, neste contexto, é a possibilidade de criar a partir da experiência da DIPRIT, um Centro ou Núcleo de Estudo, Memória e Uso Qualificado do Patrimônio Cultural da UFRJ, a exemplo do que fez a USP, numa situação administrativa similar ao Fórum de Ciência e Cultura.

Apresentamos, como fruto de nossa experiência administrativa na UFRJ e a título de sugestão, a concepção deste Centro ou Núcleo, acima mencionado, doravante chamado de **CEMPAC**.

O **CEMPAC** deverá ser concebido como unidade administrativa e orçamentária independente e dirigido por um Conselho Deliberativo, que programará as atividades do Centro.

Entre as atividades possíveis de atuação do Centro estão:

- identificação e diagnóstico do patrimônio cultural pertencente a UFRJ;
- produção de documentação para salvaguarda do patrimônio, intervenção e captação de recursos;
- qualificação de uso - destinação e uso dos bens;
- qualificação profissional através de cursos de especialização, em preservação e restauro; parcerias com os cursos existentes na UFRJ; convênios com instituições nacionais e estrangeiras; e oferecimento de estágios supervisionados
- estabelecimento de um fórum de intercâmbio e interlocução entre a UFRJ e os órgãos de tutela (IPHAN, INEPAC e SEDREPAC);

- difusão do conhecimento adquirido sobre o patrimônio;
- definição de planos orçamentários e critérios para alocação de recursos em colaboração com a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento-PR3.

O Conselho Deliberativo terá um presidente, (Reitor ou Pró-Reitor) e será composto por: membros da Diretoria do Centro, representantes dos docentes, dos servidores técnicos administrativos e dos alunos da UFRJ. Esses representantes deverão ter atuação e/ou interesse comprovado na área de preservação e restauro e deverão ser oriundos, preferencialmente, das seguintes unidades: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Escola de Belas Artes; Escola de Engenharia; Escola de Química; Instituto de Física; Instituto de Biologia; Departamento de História; Faculdade de Direito; Prefeitura Universitária; Escritório Técnico da Universidade; Sistema de Bibliotecas e Informação; Museu Nacional; e Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento - PR3.

Considerando que ainda não existem cursos de graduação para a formação de especialistas em preservação e restauro, a criação do CEMPAC poderá contribuir para o preenchimento desta lacuna.

A sede do CEMPAC poderá ser no prédio situado na Av. Rui Barbosa 762, no bairro do Flamengo / RJ, compartilhando com Colégio Brasileiro de Altos Estudos, a mesma edificação.

Conclusão

Concluindo volto ao início reforçando a proposta de ampliar a atuação da Divisão de Preservação de Imóveis Tombados para o universo do patrimônio cultural da UFRJ, **compartilhando** decisões sobre este patrimônio, com outros núcleos e programas de preservação e restauro (inclusive os que se apresentaram anteriormente), **garantindo** a representação nos fóruns de decisão da UFRJ, quanto ao uso qualificado desses bens e a dotação orçamentária para sua salvaguarda e **adquirindo** maior reconhecimento externo juntos aos órgãos de tutela e dos governos municipal, estadual e federal.

Cabe destacar a atuação da DIPRIT e o empenho da reitoria na preservação e restauração de seus imóveis tombados. O trabalho empreendido, vencendo a superação das inúmeras dificuldades tem gerado resultados relevantes na garantia das referências arquitetônicas históricas para a população carioca e brasileira.

Museu da Escola Politécnica: o espaço de construção da memória da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Heloi José Fernandes Moreira

Luiz Antonio Salgado Neto

As origens da Escola Politécnica da UFRJ

A origem do ensino de engenharia no Brasil, em caráter formal e contínuo, ocorreu em 17 de dezembro de 1792 quando D. José Luís de Castro, o 2º Conde de Resende, instituiu a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho¹. Esta instituição funcionou até 1810 na Casa do Trem, prédio hoje parcialmente preservado e que faz parte do conjunto arquitetônico do Museu Histórico Nacional na Cidade do Rio de Janeiro.

Apesar de o seu Estatuto apresentar um conjunto de disciplinas com forte conotação militar, o seu Artigo 2º determinava que:

"Para a instrução do sexto ano nomearei outro Lente, o qual será obrigado a ensinar a Arquitetura Civil, o corte das pedras e madeiras, o orçamento dos edifícios, e tudo o mais que for relativo ao conhecimento dos materiais que entram na sua composição; como também explicará os melhores métodos, que hoje se praticam nas construções dos caminhos e calçadas. No mesmo ano se ensinará igualmente a Hidráulica e as mais partes que lhe são análogas, como a Arquitetura das Pontes, Canais, Portos, Diques e Comportas, e os que quiserem seguir a profissão de Engenheiros... só terminarão o tempo de sua aplicação no fim do sexto ano".

1 PARDAL, Paulo. BRASIL, 1792: Início do Ensino da Engenharia Civil e da Escola de Engenharia da UFR. Construtora Norberto Odebrecht e Companhia Brasileira de Projetos e Obras. Rio de Janeiro, 1985.

Comprova-se, portanto, que a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho de 1792 ensinava formalmente a engenharia, em especial também sobre um conhecimento de engenharia não-militar, ou seja, de engenharia civil.

Curiosamente, o Artigo 6º informava: *“os discípulos que aspirarem a ser promovidos a profissão de Engenheiros, serão obrigados a mostrar por exame que sabem a doutrina correspondente ao primeiro ano (ao menos) [sic] e que tenham constituição robusta, sem defeito algum na vista ou tremura de mãos”*. Certamente naquela época eram raros os equipamentos de desenho disponíveis no então Brasil-Colônia (esquadros, réguas, etc.), o que tornava imprescindível a acuidade visual e a firmeza no traço para a confecção das plantas.

Percebe-se aí que os responsáveis pelo ensino militar, então destinados para a defesa do território brasileiro contra as constantes invasões estrangeiras, já consideravam a necessidade de se ocupar convenientemente o solo pátrio, construindo-se edificações não-militares com o uso de materiais apropriados às construções, abrindo estradas e construindo pontes, utilizando-se dos caminhos hidrográficos naturais para o movimento e atracação das embarcações, que na época era o meio mais conveniente para a locomoção de cargas e de passageiros.

Em 04 de dezembro de 1810, aí então sob a iniciativa do Conde de Linhares e com a presença da Família Real na cidade do Rio de Janeiro, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho foi transformada, por carta régia de D. João VI, em Academia Real Militar². E essa carta régia, além de ampliar o ensino com a introdução de cadeiras de ciências matemáticas, físicas e naturais manteve textualmente, no seu Título Segundo, também para o sexto ano, a seguinte cadeira: *“Princípios da Arquitetura Civil, traço e construção das estradas, Pontes, Canais e Portos, Orçamento das obras, e tudo o que*

2 Original no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Citado por José Nascimento de Brito em História da Escola Nacional de Engenharia, Revista do Clube de Engenharia, nº 313 e seguintes, setembro de 1962, Rio de Janeiro.

mais pode interessar, seja sobre o corte das pedras, seja a força das terras para derrubarem os edifícios, ou muralhas que lhe são contíguas”.

Embora a Academia Real Militar tenha sofrido várias alterações de conteúdo e de denominação ao longo da sua existência, em meados do século XIX, sob o nome de Escola Militar da Corte, acirrava-se uma discussão institucional que havia se iniciado nos anos 20 e perduraria até 1874, quando houve a separação definitiva dos ensinos militar e civil. Segundo Pedro Carlos da Silva Telles³,

“parecer enviado ao Imperador Pedro I, em outubro de 1823, pelo Coronel Engenheiro Francisco Villela Barbosa, futuro Marquês de Paranaguá, assinalava a contradição fundamental do programa da Academia Real Militar, por destinar-se essa Escola tanto à formação de oficiais, como também de engenheiros, para os quais os programas deveriam ser completamente diferentes. Salientava, também, que conviria a criação de “uma classe de engenheiros privativa para as obras hidráulicas e de pontes e calçadas, ficando os engenheiros militares desonerados de semelhantes trabalhos, que além de serem mais civis do que militares, exigem uma aplicação e prática particular”.

A questão era decorrente desse conflito entre os dois ensinamentos em uma só instituição: Primeiro, a crescente importância dos problemas militares da Bacia do Prata na década de 50 e que culminaram com a Guerra do Paraguai em 1865. Segundo, nessa mesma década, *“entrávamos na época da estrada de ferro, do telégrafo, da navegação a vapor, isto é, no mundo da engenharia civil e dos engenheiros”*⁴. Assim, encontramos no relatório de 1851 do Ministro

3 SILVA Telles, Pedro Carlos da. História da Engenharia no Brasil, Séculos XVI a XIX, Edição do Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, 1994.

4 MOTTA, Jehovah. Formação do Oficial do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

da Guerra Manoel Felizardo de Souza Melo, a seguinte observação⁵:
“A nossa Escola Militar tem todos os elementos para fazer sábios; poucos, porém, para formar oficiais”. Por outro lado, o Deputado Lisboa Serra, na sessão da Câmara de 17 de junho de 1854, assim discursou⁶:

“O País reclama urgentemente um pessoal idôneo para cuidar do seu desenvolvimento material e industrial, e nenhuma das nossas instituições pode ministrá-lo a não ser a Escola Militar, onde já se ensinam todas ou quase todas as disciplinas que constituem a parte teórica da engenharia civil”.

Assim é que, para melhor atender aos anseios militares e ainda responder às necessidades da sociedade civil é criada, em 1855, na Fortaleza da Praia Vermelha, uma Escola de Aplicação responsável pela parte prática dos exercícios militares.

Segundo Jehovah Motta⁷

“se, em 1855, a Praia Vermelha era o mundo das coisas nascentes, ainda em busca de afirmação e estabilidade, o Largo de São Francisco já era a obra adulta, dona da sua experiência e do seu estilo. Com a reforma desse ano o velho instituto do Conde de Linhares vê restritas as suas tarefas, mas sentir-se-á mais senhor de si mesmo, pois que melhor aparelhado para fazer aquilo que vinha sendo, há tempos, a sua inclinação mais forte: as matemáticas, as ciências, a engenharia. Cedeu à Praia Vermelha parte do seu currículo, as matérias da técnica militar, mas nada do seu patrimônio material. De agora em diante o seu problema será constituir-se, cada vez mais e melhor, num centro de altos estudos científicos e de formação de engenheiros”.

5 Relatório do Ministério da Guerra, ano 1851

6 Anais da Câmara, sessão de 17 de junho de 1854

7 MOTTA, Jehovah. Op. cit.

Apesar disso a disputa entre os dois ensinos continuou. Como assinalou Nascimento Brito⁸,

“dois ilustres militares, o Gen. Bellegarde e o então Marquês de Caxias, quando Ministro da Guerra, em seus relatórios de maio de 1855 e de maio de 1856, insistiram na necessidade de se separar completamente o ensino militar do ensino civil, na criação de um curso com as disciplinas essenciais à engenharia civil, e na mudança do nome da Escola”.

Em 1º de março de 1858, o Decreto 2.116 determinou que a *“Escola Militar da Corte passa a se denominar Escola Central”*⁹, mas mesmo assim manteve ainda o dilema de ministrar, em uma única instituição, os ensinamentos militar e civil. Segundo o relatório do General Jerônimo Francisco Coelho, seu primeiro Comandante em 1858, as linhas mestres de seu trabalho seriam:

1. A Escola Central deve ser uma espécie de centro ou tronco para o ensino das doutrinas comuns às diferentes especialidades, e tomar a si, de modo específico, as ciências matemáticas, físicas e naturais;
2. A distinção entre a engenharia civil e militar acabará com os inconvenientes da acumulação destas duas espécies em um só indivíduo, que ficava sendo um engenheiro enciclopédico, mas sem habilitações perfeitas.¹⁰

Como observou Silva Telles¹¹,

“mesmo assim a Escola Central continuou a ser um estabelecimento militar, subordinada ao Ministério da Guerra, e onde os professores e alunos militares eram obrigados a frequentarem fardados. A disciplina era rígida, não só para os alunos como também para os professores, cujos atos de indis-

8 NASCIMENTO Brito, José do. op. cit.

9 TELLES, Pedro Carlos da Silva. Op. cit.

10 MOTTA, Jehovah. Op. cit.

11 TELLES, Pedro Carlos da Silva. Op. cit.

ciplina seriam punidos segundo os Regulamentos Militares. Havia atividades escolares mesmo durante as férias quando eram feitos, em caráter obrigatório, trabalhos práticos de topografia e geodésia e, também, visitas a obras e indústrias”.

Como uma escola híbrida que era, isto é, um estabelecimento militar para formar engenheiros militares e civis, o regime na escola variou muito, de acordo com a índole dos comandantes. O Visconde de Taunay¹² conta que no seu tempo de aluno vigorava um regime militar rigoroso, havendo “*para tudo formaturas, chamadas e marchas. O comandante trancava o portão e mandava pôr grades às portas das aulas, para vigilância severa durante as lições e salas de estudos*”.

Evidentemente, o conteúdo da cadeira original de Arquitetura Civil permaneceu no curso da Escola Central, desdobrando-se em várias matérias segundo o aprimoramento acadêmico e o desenvolvimento tecnológico da época.

Durante a Guerra do Paraguai a Escola esvaziou-se, porque muitos professores e alunos foram combater em defesa da Pátria. Os comandantes militares continuaram reclamando que a oficialidade possuía bastante base matemática, mas permanecia a pouca aplicabilidade para as operações militares.

Finalmente, em 1874, houve a separação definitiva dos dois cursos, sendo criada a Escola Polytechnica do Rio de Janeiro e encarregada de ministrar o curso de engenharia civil. Mais uma vez o conteúdo do curso foi ampliado, desdobrando-se em diversas disciplinas correlatas.

A Escola Polytechnica do Rio de Janeiro

O desenvolvimento industrial ocorrido no Brasil durante o século XIX provocou também a necessidade de se estudar novas áreas do conhecimento e aplicações tecnológicas. Estas deveriam ser

12 _____ ibidem

atendidas com mão de obra mais especializada. Assim é que várias alterações acadêmicas foram feitas no curso de engenharia da Escola Polytechnica (anos de 1874, 1896, 1911, 1925) quando foram criadas, além da Engenharia Civil já existente, outras especialidades: Engenheiro Geógrafo, de Minas, de Artes e Manufaturas, Mecânico, Industrial e Eletricista.

O objetivo era formar engenheiros politécnicos, ou seja, com múltiplos conhecimentos técnicos para atender a diversidade dos novos campos de atuação. A rigor o aluno continuava formando-se em engenharia civil, na medida em que esse era o maior campo de trabalho, mas especializava-se também em uma outra área de conhecimento. Eram também conhecidos como “engenheiros enciclopédicos”.

No conteúdo das primeiras reformas houve uma fortíssima influência francesa. A rigor essa influência já vinha ocorrendo desde a Escola Central, pois até o seu nome foi evidentemente influenciado pela École Centrale des Arts et Manufactures, criada em Paris em 1828. Não só os livros eram importados da França, mas também foram contratados vários professores franceses (Charles Ernest Guinet, Clément Joubert, Émile Grandmasson, Louis Couty, Eugène Tisserandot e outros). Mais ainda, desde a época da Escola Central até o primeiro quartel do século XX, o Positivismo de Augusto Comte exerceu influência nos ensinamentos da Escola Polytechnica. Conforme Roberto Marinho de Azevedo¹³, *“A influência de Comte fazia-se sentir no curso de cálculo diferencial e integral de Ferreira Braga e no de Licínio Cardoso. A geometria analítica de Comte, a geometria geral como ele preferia chamá-la, era muito lida”*.

Nesse recorte, dois grandes momentos da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro merecem ser citados. O primeiro, de âmbito nacional e social, refere-se à campanha abolicionista. Sob a influência de André Rebouças, um dos professores mais admirado pelos alunos, o

13 LINS, Ivan. História do Positivismo no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

corpo discente participou ativamente do movimento. Como forma de chamar mais ainda a atenção da sociedade, os alunos “decretaram” que qualquer escravo que passasse pelo Largo de São Francisco de Paula seria alforriado. *“No dia 15 de maio de 1888 André Rebouças foi carregado pelos alunos em delirante ovação pelo peristilo da Escola”*¹⁴. Já o segundo momento, técnico e restrito à Cidade do Rio de Janeiro, ocorreu no início do século XX, e refere-se a participação dos ex-alunos e então professores Paulo de Frontin e Pereira Passos, na modernização da cidade e construção da Avenida Central.

Ainda sob a denominação de Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, professores e alunos comemoraram a outorga pelo Chefe do Executivo, do Decreto-Lei nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, que regulamentou a profissão de engenheiro.

A Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil

Em 1937 o Presidente Getúlio Vargas cria “instituições nacionais”. A revelia da Congregação e do corpo social da Escola Polytechnica, a Lei nº 452 de 5 de julho de 1937 altera o seu nome para Escola Nacional de Engenharia.

A despeito da alteração do seu nome, a Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil manteve o seu papel de formadora de cidadãos-engenheiros da mais alta qualidade. E a indústria nacional crescia a passos largos. Seus ex-alunos e professores participavam dos mais importantes empreendimentos: na indústria siderúrgica que se desenvolvia e que culminou com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, na construção de portos, em particular o Porto do Rio de Janeiro, nas obras de saneamento e abastecimento de água, na consolidação do sistema elétrico brasileiro, no desenvolvimento do concreto armado, permitindo a construção de grandes estruturas, na expansão da malha rodoviária brasileira, na

14 Veríssimo, Ignácio José. André Rebouças através de sua auto-biografia. Liv. José Olympio, Rio de Janeiro, 1939.

criação da Petrobrás, etc. E inúmeros outros campos da engenharia poderiam ser citados.

Para se ter idéia da preocupação dos professores da Escola na formação de seus alunos, cabe aqui transcrever parte do discurso do formando José Pedro Canabarro de Faria Alvim, orador da turma de 1956¹⁵:

“Durante a administração do Prof. Francisco de Sá Lessa, foram iniciadas as obras de ampliação, com a construção de dois novos andares, contendo 15 laboratórios e 8 salas de aulas, resultando num acréscimo de 70%, sobre a área útil da Escola. Foram também adquiridos novos equipamentos e máquinas modernas”.

O engenheirando se referia às anteriores dificuldades que o prédio do Largo de São Francisco de Paula oferecia ao crescimento da instituição, apresentando escassez de laboratórios e acanhadas salas de aula. E continuou:

“Futuramente, com a transferência da E.N.E. para a Cidade Universitária, onde ficará alojada em prédios amplos e confortáveis, projetados de acordo com os últimos ditames da técnica arquitetônica, ficará solucionado, em definitivo, este velho problema, que tanto preocupa professores e alunos”.

O recém-formado traduzia em palavras um antigo sonho do corpo social da E.N.E. da U.B.

A Escola de Engenharia da UFRJ

Em 1966, na reforma universitária ocorrida durante o regime militar, mais uma vez a Escola teve sua denominação alterada e, novamente, a sua revelia. Pior, com um nome sem qualquer significado maior, sem identidade com um projeto político ou pedagógico. Afinal, qualquer Escola de Engenharia pode e deve ser chamada de Escola de Engenharia!

15 Escola Nacional de Engenharia. Anuário, 1956

Mesmo convivendo com os anos sombrios e muita repressão aos movimentos políticos e reivindicações estudantis, ocupando um imenso prédio ainda em obras e com enormes dificuldades de acesso, obrigada a realizar um aumento desordenado de vagas no vestibular sem estar preparada pedagógica e administrativamente para tanto, com o Governo Federal investindo praticamente na pós-graduação, o seu corpo docente, ainda que desmotivado em termos salariais e com enormes dificuldades para exercer a sua docência, soube ultrapassar as enormes dificuldades que lhes foram impostas. Lembro-me ouvir professores dizendo: “Estou ainda aqui por que tenho carinho e gratidão à minha Escola” (Prof. Hugo Cardoso da Silva) ou “Continuo dando aulas por que recebi dessa Escola a maior riqueza que um engenheiro pode ter: ser respeitado no mercado de trabalho pela sua competência e poder dizer com orgulho o nome da sua Escola de origem” (Prof. Waldon Salengue).

Enquanto nos anos 60 a Escola formou 2.438 engenheiros, na década seguinte, com todas as dificuldades acima apontadas, esse número aumentou 78%, passando para 4.352 engenheiros recém-formados! Atendendo à crescente especialização do mercado de trabalho, ao final dos anos 70 formavam-se engenheiros civis, mecânicos, metalúrgicos, navais, de produção, eletricitistas e eletrônicos.

A Escola Politécnica da UFRJ

No ano de 1999 começou a ocorrer na Escola de Engenharia um movimento para se resgatar o nome de origem da instituição civil: Escola Politécnica. O Prof. Pedro Carlos da Silva Telles, autoridade reconhecida em história da engenharia no Brasil, ex-aluno e professor aposentado, encaminha à Congregação um documento intitulado “O nome Escola Politécnica”, para que este seja analisado e discutido pelo colegiado superior da Escola.

Entre outros pontos, textualmente é colocado:

“Novas exigências como proteção ambiental, normas de segurança mais rígidas, imposição de normas e padrões de

qualidade e aumento de competitividade, fruto da internacionalização da economia, impõem a busca de novas soluções e de reformulações dos padrões e referências adotadas. Não há mais dúvidas a respeito da necessidade da ciência na prática cotidiana da engenharia, mas ainda existem questões em aberto, principalmente as relativas à apropriação de novos campos de conhecimento, das questões gerenciais e das relações humanas, em especial as de natureza política.

O resgate da tradição da politecnia se afirma na necessidade de encontrar um caminho de síntese e técnica em torno dos problemas contemporâneos da engenharia no Brasil.

Ao propor mudar o nome da Escola de Engenharia para Escola Politécnica não se quer apenas resgatar uma tradição, por mais importante que possa vir a ser esse resgate, mas forjar uma nova identidade a partir de uma poderosa referência do passado com o objetivo de realizar a superação dos desafios do presente, produzir conhecimento e formar profissionais capazes de apontar as soluções mais adequadas para os problemas tecnológicos do Brasil.”

A alteração da denominação é aprovada pela Congregação em 04 de agosto de 1999, em seguida também o é pelos colegiados superiores da UFRJ até que finalmente, em 18 de outubro de 2004, pela portaria ministerial nº 3.239 do Sr.Ministro da Educação, a nova designação ESCOLA POLITÉCNICA da UFRJ é definitivamente aprovada¹⁶.

Após praticamente 70 anos, duas injustiças históricas e desrespeitosas para com a Escola e a sua Congregação foram finalmente reparadas.

Atualmente a Escola Politécnica da UFRJ forma engenheiros em 12 diferentes habilitações: civil, naval, ambiental, petróleo, metalur-

16 Processo 23000.012405/2003-47 do Ministério da Educação

gia, materiais, produção, mecânica, elétrica, controle e informação, eletrônica e computação, apresentando o curso de engenharia civil quatro grandes ênfases: construção civil, recursos hídricos e meio ambiente, transportes e grandes estruturas.

Passando por diferentes denominações e ocupando diversos prédios, na Casa do Trem, no Largo de São Francisco de Paula e na Cidade Universitária, ministrando ininterruptamente as bases do saber na área da engenharia, esta é a mais antiga instituição de ensino de engenharia e, também, de ensino superior do Brasil.

Nela, ao longo dos seus 216 anos, estudaram e lecionaram notáveis e numerosos nomes da engenharia e da ciência nacional. Mais ainda, nos seus laboratórios foram feitas experiências pioneiras no Brasil, tais como a iluminação a gás de mamona, as primeiras aplicações de raios X, as primeiras ligações telefônicas, a primeira instalação telegráfica, a primeira iluminação elétrica no Brasil, etc.

A história da Escola Politécnica da UFRJ é rica em fatos, feitos e vultos. Figuras notáveis como André, Antônio e José Rebouças, Paulo de Frontin, Pereira Passos e muitos e muitos outros tiveram intensa participação na vida nacional. Através dos seus personagens, a sua história, além daquela que se refere ao ensino e a técnica, permeia por inúmeras outras áreas do saber e das atividades humanas. Podemos citar na educação Heitor Lyra e Paula Freitas, na literatura Lima Barreto, na geografia, etimologia e toponímia Teodoro Sampaio, na biblioteconomia Bastos Tigre, nas artes Leon Hirszman, Zelito Viana, Francis Hime, na religião D. Irineu e Gustavo Corção, na política Visconde do Rio Branco, Miguel Calmon, Mauro Thibau, Maurício Joppert e Helio de Almeida, na economia Eugenio Gudin, Jorge Felipe Kafuri e Mario Henrique Simonsen, na geopolítica Everardo Backheuser, na matemática Joaquim Gomes de Souza, Jacob Pallis Júnior, Leopoldo Nachbin, Oto de Alencar, Malba Tahan, nas ciências físicas Henrique Morize e Lélío Gama e tantos e tantos outros exemplos, que apesar do nosso lamento nos sentimos obrigado a limitar por razões óbvias.

Com cerca de 22.000 engenheiros formados a partir de 1874, é digno de nota a quantidade de antigos e atuais professores e ex-alunos que criaram um profundo sentimento de amor pela instituição. Inúmeros livros, depoimentos, fotografias e textos foram por eles produzidos, registrando a memória e a importância da Escola para as suas vidas pessoal e profissional. Possuem a consciência que fizeram e fazem a história da Escola, e que ela fez a história de vida de cada um deles.

A título de exemplos, transcrevemos dois textos produzidos por alguns deles:

1º) Depoimento de Eugenio Gudín (turma de 1905) à Associação dos Antigos Alunos da Politécnica no Prédio do Largo de São Francisco de Paula em 26/06/1980:

“Outra figura que evoco é a do porteiro. Quando a gente entrava aqui, topava com o velho Cirilo. Ele era um senhor escuro, alto, grandão, com barba, fraque preto e que tratava o estudante muito bem e, ao mesmo tempo, com muita consideração; era um homem extremamente bem dotado de trato. O porteiro, enquanto estive aqui, era uma figura querida dos alunos”.

Recordações de um homem que teve importante projeção nacional, já no ocaso da sua existência, lembrando com muito carinho de uma figura que para aqueles que ainda não se aperceberam da sua própria existência, não teria importância na vida da Escola.

2º) Parte do texto de abertura do Almanaque comemorativo do Jubileu de Prata da Turma formada em 1935:

*Nos idos de 31
Tremeu José Bonifácio
No largo de S. Francisco
De pé e costas p’rá Escola
Não quis ver entrar os calouros,
Da turma que logo a seguir*

*A alcinha temida ganhava:
Engenheiros de um, nove, três, cinco.
E de pé com o dedo em riste
Apontando pr'o vasto Brasil,
Ficou cinco anos contados,
A dizer aos calouros de então:
- Saiam logo
Vagabundos da Escola.
O País está querendo vocês,
Mostrem a todos que são os "can-cans"
Salvem a Pátria que há anos eu vejo
Precisando de "obreiros" bacanas.
E o Zezé Bonifácio, o austero,
De costas e de pé lá ficou
Nos cinco anos seguidos
Que na Escola vivemos a vida,
De estudos (nem tantos... nem tantos...)
De folguedos (aí sim... aí sim...)
De greves, de bombas, de paus...
De quebra de andaimes eternos
Que a fachada da Escola escondia".*

A turma de 1935 foi uma das mais ativas na vida da Escola. Comemoravam efusivamente os aniversários de formatura, caracterizando um profundo sentimento de afeição entre si e a instituição. Poderíamos citar alguns nomes proeminentes na engenharia nacional, mas certamente cometeríamos injustiças. Naquela época era muito comum, entre os alunos da Escola, escrever sonetos, quadras e poesias, tendo sido Caio Soter Araújo um dos expoentes, com o seu famoso poema "EX-TUDO".

O Museu da Escola Politécnica

Esse longínquo e resumido relato histórico sobre a Escola Politécnica, alguns dos seus alunos e fatos que nela ocorreram,

demonstram a importância da existência do Museu da Escola Politécnica da UFRJ para a história da própria Escola, da UFRJ e da sociedade brasileira. Sendo a mais antiga escola de engenharia do Brasil, a sua história contém bens acadêmicos e imateriais relativos à evolução do ensino da engenharia e aos desenvolvimentos científico e tecnológico que ocorreram no Brasil desde o século XIX. Nesse sentido, o Museu se propõe a registrar a história do ensino da engenharia no Brasil e a própria existência e trajetória histórica da Escola Politécnica da UFRJ.

Um aspecto que deve ser considerado para se avaliar o papel e a importância do Museu da Escola Politécnica foi a transferência da Escola do Largo de São Francisco de Paula para a Cidade Universitária na Ilha do Fundão e suas conseqüências. Ocorrida paulatinamente ao longo da década de 60, essa mudança foi uma grande aspiração e luta dos corpos discente e docente por mais de 30 anos. Sonhava-se com o grande prédio na Cidade Universitária, projetado para sediar somente a ENE da UB, com instalações para comportar grandes e modernos laboratórios, prevendo-se acomodar em torno de 3.500 estudantes de engenharia.

Confinada no velho casarão, sem condições de crescimento, a Escola já utilizava um prédio anexo na Rua Luiz de Camões para as instalações do seu laboratório de máquinas térmicas, local onde hoje está instalado o Centro Cultural Helio Oiticica. Mais ainda, todas as aulas da área de eletricidade eram realizadas no prédio do Instituto de Eletrotécnica, situado na Praça da República, esquina com a Rua Visconde do Rio Branco.

No relatório relativo ao ano de 1937, apresentado pelo Diretor Prof. Luiz Cantanhede de Carvalho Almeida¹⁷ ao Exmo. Sr. Reitor da Universidade do Brasil, assim o Diretor finalizou a parte introdutória:

“Não é mais assunto de discussão a necessidade de retirar do velho casarão do Largo de São Francisco a Escola Nacional

17 Relatório da Escola Nacional de Engenharia, 1937

de Engenharia, que ainda se reparte por dois outros pontos da cidade, dificultando a sua administração.

A fundação da Universidade do Brasil, com o programa de construção da sua cidade universitária, é o primeiro passo para essas novas instalações de que tanto carece a nossa Escola para melhorar as condições do seu ensino, com mais recursos e instalações apropriadas.

Realizado o programa do Governo atual das novas instalações da cidade universitária, estará a nossa Escola dotada de grandes e apropriados edifícios para o desenvolvimento do seu nobre e fecundo programa de ação”.

Apesar das expectativas, a transferência foi traumática. Se de um lado desejava-se a expansão da Escola em um local mais amplo, por outro lado encontrava-se um prédio inacabado, com salas de aula em obras, ausência até de simples bebedouros e, pior ainda, sem a menor possibilidade de alimentação, sem um mínimo de meios de transportes, enfim um ambiente totalmente inóspito para todo o corpo social da instituição. A transferência foi realizada de modo quase brutal e lembro pessoalmente de um dos relatos do Prof. Hugo Cardoso da Silva: “os livros da nossa biblioteca, muitos do século XIX, foram transferidos em caminhão aberto, transportados pela Av. Brasil, carregados e descarregados da carroceria como se fossem tijolos de uma obra, por operários da construção do próprio prédio; inúmeros instrumentos dos laboratórios sumiram ou danificaram-se totalmente”.

Talvez tenha sido a partir dessa experiência que o corpo docente da instituição tomou consciência da importância de se ter um museu. Com a reforma universitária ocorrida ao final da década de 60, os regimentos das instituições foram reformulados para adaptarem-se à nova legislação. E então encontramos no Regimento da Escola de Engenharia da UFRJ¹⁸, aprovado pelo Conselho Universi-

18 Relatório da Escola de Engenharia – Supl. Boletim da UFRJ nº 4, de 22/01/1972

tário em 25/11/1971, o seguinte texto:

“TÍTULO IX – Do Museu da Escola

Art. 115 – Seis meses após a aprovação do presente Regimento, o Diretor da Escola fará criar em recinto próprio o Museu da Escola de Engenharia para custódia, exibição e estudo de tudo que a ela se refira e que se relacione com a evolução da engenharia e ciência afins, desde a sua fundação.

Parágrafo Único: O Museu assumirá a categoria de serviço permanente, tendo como Superintendente um Professor designado pelo Diretor, com assessoramento do Bibliotecário-Chefe”.

Observa-se, portanto, que a criação do Museu não se deu por uma iniciativa individual de algum docente, mas sim por sábia decisão da Congregação da Escola, ciosa da importância em preservar a memória da instituição. Aproveitando-se da obrigatoriedade de reformular o seu regimento, por intermédio dele instituiu o seu Museu.



Foto 1: Entrada do Museu da Escola Politécnica

Embora devendo iniciar as suas atividades em abril de 1972, somente em torno de 1976, com as presenças das museólogas Veralucia Ferreira de Souza, Elza Freitas, Rosana Barreto de Siqueira Torres, Laís Blanck Drischel e o esforço da bibliotecária-chefe Zuleide,



Foto 2: Mobiliário do gabinete do Visconde do Rio Branco

de, o Museu da Escola Politécnica começou a ensaiar os seus primeiros passos institucionais. Mas, de fato, só tomou corpo a partir de 1978, sob a superintendência do Prof. Hugo Cardoso da Silva. Desde então situa-se em uma sala no 2º andar do Bloco A do prédio do CT, fazendo parte da administração central da Escola Politécnica.

O acervo do Museu contém inúmeras peças, documentos e móveis dos

séculos XIX e XX. São aparelhos, instrumentos e equipamentos de laboratórios, maquetes confeccionadas por alunos, modelos reduzidos de embarcações e locomotivas, diplomas e medalhas, quadros e álbuns de fotografias de formatura de turmas, régua de cálculo e ábacos, sólidos geométricos e materiais para desenho, escrivainhas e mesas, carteiras e bancos escolares, bustos, fotografias, livros de registro e documentos, retratos a óleo de catedráticos e diretores, quadros, etc.

A foto 2 mostra o mobiliário do gabinete do Diretor Visconde do Rio Branco (1875 - 1876). Ao fundo, tela de Firmino Monteiro documentando o seu retorno da Europa em 1879.

Existem também depoimentos de engenheiros e professores sobre obras e projetos de engenharia, colhidos pelo Prof. Sydney Martins Gomes dos Santos, com a finalidade de construir um pro-

jeto de sua autoria denominado Comissão Pró-Memória da Engenharia Nacional.

Evidentemente a maior parte do acervo é proveniente da própria Escola Politécnica, mas não se pode desconsiderar a grande contribuição que os ex-alunos têm dado. Lamentavelmente, na maioria das vezes são familiares de ex-alunos recém-falecidos que, ao tomarem conhecimento da existência do Museu, lhe oferecem as lembranças da Escola que o ex-aluno carinhosamente guardou ao longo de muitos anos.



Fotos 3 e 4: Exposição sobre os sólidos geométricos do Prof. Alcyr Pinheiro Rangel

As fotos 3 e 4 mostram a exposição que no momento está sendo realizada sobre os sólidos construídos pelo Prof. Rangel, intitulada O "*terror*" nos antigos vestibulares. Nota-se as carteiras das salas de aula que existiam no Largo de São Francisco de Paula ao final do século XIX.

Deve-se observar também o importante papel desempenhado pela Associação dos Antigos Alunos da Politécnica – A3P na preservação da memória da Escola. Entidade sem fins lucrativos e legalmente registrada como pessoa jurídica, foi criada em 1932 para fundamentalmente apoiar a Escola Politécnica nas suas realizações. Também como entidade congradadora dos ex-alunos, publica bimensalmente um boletim que lhes é encaminhado com notícias atualizadas da Escola e de seus colegas. Isso alimenta o sentimento de afeição que os ex-alunos nutrem pela instituição. Ao tomarem conhecimento da existência e do papel do Museu, é comum doar objetos e documentos relativos ao seu tempo de estudante.

A equipe atual do Museu é composta pelos Professores Heloi José Moreira , superintendente e Luiz Antonio Salgado Neto, responsável pelas Exposições Temáticas. Conta também com dois funcionários técnico-administrativos: Marli da Cruz Pardal, secretária e Zeugmar Ferreira da Silva, graduado em História. No recente concurso realizado pela UFRJ para provimento do quadro de servidores técnico-administrativos de nível superior, está prevista a chegada de museólogo à equipe.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Processo 23000.012405/2003-47.

ESCOLA NACIONAL DE ENGENHARIA. *Anuário*, 1956.

ESCOLA NACIONAL DE ENGENHARIA. *Relatório*, 1937.

LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

PARDAL, Paulo. *BRASIL, 1792: início do ensino da engenharia civil e da Escola de Engenharia da UFRJ*. Rio de Janeiro: Construtora Norberto Odebrecht e Companhia Brasileira de Projetos e Obras, 1985.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil: séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Edição do Clube de Engenharia, 1994.

VERÍSSIMO, Ignácio José. *André Rebouças através de sua auto-biografia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

Museu da Química

Professor Athos da Silveira Ramos: a memória da Química no Rio de Janeiro

Júlio Carlos Afonso

1. Introdução

O Museu da Química Professor Athos da Silveira Ramos (1906-2002) foi inaugurado no dia 13 de março de 2001, durante a IX Semana de Química do Instituto de Química da UFRJ. Ele tem por objetivo a preservação do passado histórico da Química em nosso país, particularmente no Rio de Janeiro, constituindo-se numa iniciativa pioneira no Brasil, já que não existe um museu consagrado exclusivamente à Química. O nome dado ao museu é uma homenagem a um dos fundadores do Instituto de Química da UFRJ, cujo cinquentenário se dará em 2009.

O Museu se insere dentro de um grande esforço do Instituto de Química em desenvolver suas linhas de extensão, aproximando suas realizações e capacidades com a sociedade brasileira. Ele se apresenta em exposições itinerantes em eventos e em locais onde um grande número de pessoas possa conhecer a trajetória da ciência química em nosso país. Além disso, o Museu é parte figurante do roteiro de visitas guiadas de escolas e grupos ao Instituto, e integra o calendário anual de recepção dos novos alunos dos cursos de graduação e de pós-graduação da unidade. Ele possui uma sede provisória instalada no 7º andar do bloco A do Centro de Tecnologia. Além disso, conta com uma sala destinada à reserva técnica, no 5º andar do mesmo bloco.

O acervo é representativo do momento político, sócio-cultural, técnico e econômico que a Ciência e a Tecnologia brasileira atravessaram nas últimas cinco décadas do século XIX e durante todo o século XX, particularmente no Rio de Janeiro, então Capital Federal.

Ele envolve, além do próprio Instituto de Química (1959), diversas instituições que lhe precederam no tempo no ensino e na pesquisa em Química: Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1812), Faculdade Nacional de Farmácia (1933), Faculdade de Farmácia (1965); Escola Central (1858), Escola Politécnica (1874), Escola Nacional de Engenharia (1937), Escola de Engenharia (1965); Escola Militar (1874), Instituto Tecnológico do Exército (1935); Colégio Militar do Rio de Janeiro (1889); Colégio Pedro II (1837); Escola Superior de Agricultura (1922), Escola Nacional de Química (1933), Escola de Química (1965); Estação Experimental de Combustíveis e Minérios (1921), Instituto Nacional de Tecnologia (1934); Laboratório de Produção Mineral (1933); Universidade do Distrito Federal (1935); Faculdade Nacional de Filosofia (1939); Escola Superior de Guerra (1949); Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (1949).

O acervo contém atualmente cerca de 32.000 objetos, sendo: cerca de 3.400 reagentes; 3.500 aparelhagens e equipamentos destinados às aulas práticas; 15.000 documentos relativos à trajetória da UFRJ, da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, da Escola Técnica Federal de Química (atual CEFET-Química), da primeira Sociedade Brasileira de Química e da Associação Química do Brasil, esta última única do gênero no país; 10.300 livros cobrindo essencialmente as quatro últimas décadas do século XIX e as quatro primeiras do século XX. Essa coleção inclui obras clássicas e mesmo raras de notáveis cientistas como Einstein, Berthélot, Gibbs, Van der Waals, Sommerfeld, Niels Bohr, Ostwald, etc. Somam-se a isso obras pioneiras de química e áreas afins publicadas no país por autores brasileiros, incluindo-se traduções de obras estrangeiras feitas aqui ou em Portugal. Cerca de 6% desses livros contém “ex-libris” ou dedicatórias dos autores.

A constituição inicial desse acervo era baseada na coleta de material de laboratório do Instituto, classificado como obsoleto/sucata. Após um período de quatro anos (1997-2000), atingiu-se um montante de 1.000 peças; após a classificação desse material,

lançou-se a idéia de criar um museu que pudesse mostrar a química ao público em geral e relacioná-la com a história da própria UFRJ através das instituições do passado e de hoje que ministram a química como matéria de ensino ou de formação profissional. Com o tempo, graças à difusão do projeto do Museu junto ao meio acadêmico e a instituições externas à UFRJ, o acervo deixou de ser baseado apenas em recolhimento de material inservível, mas hoje é predominantemente acrescido a partir de doações e legados de coleções particulares e oficiais de empresas, instituições externas à UFRJ e ex-professores da Universidade.

2. Missão

A preservação da memória história de uma dada instituição é um dos meios mais eficazes de divulgá-la e de defendê-la junto à sociedade. Particularmente o Brasil ainda é um país pouco acostumado a valorizar o passado e a memória de suas instituições. A despersonalização dessas instituições pode ser entendida como um dos meios eficazes de acabar com a cultura de um povo, facilitando a sua descaracterização e a assimilação por novos modelos estranhos à sua vocação histórica. A Química é apenas um dos pontos que compõem o passado científico e tecnológico de um país, e a recuperação de sua memória tem revelado que, apesar de uma visão muitas vezes provinciana, o Brasil tem um passado rico na área química. Isso é a visão que dá suporte e justifica o uso do acervo em pesquisas e exposições.

O Museu da Química tem dupla visão: na primeira, ele se volta à preservação da memória da própria UFRJ, pois se constitui num veículo capaz de divulgá-la e defendê-la perante a própria sociedade, servindo como argumento de defesa contra os detratores do Ensino Superior Público, mostrando sua contribuição para o progresso do país através de importantes nomes que tiveram e têm destaque no cenário nacional e internacional; na segunda, as atividades de extensão aproximam as pessoas da Química; em geral, elas têm pouca

ou nenhuma noção sobre esta ciência, e o emprego tanto de material histórico como a realização de experimentos didáticos simples contribuí para quebrar este paradigma arraigado em boa parcela da sociedade, mostrando como a Química está vivamente presente no cotidiano. Os próprios alunos que participam da equipe têm seu próprio testemunho. A participação nos eventos ajuda a desenvolver neles a capacidade de dialogar com todo tipo de público-alvo, de explicar em linguagem simples e acessível o acervo, a ciência química e a UFRJ às pessoas, e de combater a inibição e a insegurança quanto à postura diante do público. Não é de se estranhar que quase todos os alunos integrantes da equipe são (foram) do curso de Licenciatura em Química. Para eles, o trabalho no Museu ajuda decisivamente na formação desses futuros profissionais do ensino, dando-lhes uma visão muito além da formação intelectual.

Em 2008, Ano Ibero-Americano dos Museus, o Museu da Química foi parte integrante de atividades coordenadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN com vistas a divulgar este evento em todos os organismos dedicados à história e à memória nacionais.

O acervo também serve como fonte de pesquisa, tanto em nível de disciplinas de graduação e de pós-graduação, como de monografias de mestrado e trabalhos de conclusão de curso de graduação (química, licenciatura em química e engenharia química).

3. Atividades realizadas e em curso

Desde 2001, foram realizadas 49 exposições itinerantes e 29 mostras científicas (média de 11 eventos/ano), com cerca de 20.500 visitantes até julho de 2008 (cerca de 3.000 pessoas/ano). Vinte e cinco estabelecimentos de ensino visitaram a sede. O acervo já serviu de suporte a duas dissertações de M.Sc em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia, e vinte trabalhos de alunos da disciplina “Evolução da Química” (ministrada para os Cursos de Licenciatura em Química e Química). Até o momento, vinte e duas

monografias de conclusão de curso de graduação (Licenciatura em Química e Química) foram apresentadas. Oito orientadores tiveram a oportunidade de trabalhar com o acervo em questão. O Museu participou de sete eventos em que apresentou trabalho. Dez trabalhos completos foram publicados entre 2003 (capítulos de livros) e 2004 (periódicos indexados - Química Nova).

Em médio prazo pretende-se que todo este acervo seja inserido na Base Minerva (www.minerva.ufrj.br), o banco de dados da UFRJ referente aos acervos das bibliotecas, arquivos e museus da Universidade. Além disso, o Museu está integrado ao Projeto Gênese, elaborado pelo Sistema de Bibliotecas e Informação - SiBI/UFRJ, o qual prevê o resgate da memória da UFRJ.

4. Descrição e datação das peças do acervo

Uma vez recebidas as doações/legados, é feito o registro de todos os dados que identifiquem o doador e a origem do material. Em seguida, é realizada uma pesquisa que determina (ou estima) a época em que o mesmo foi produzido. As informações são finalmente digitadas em banco de dados; a exceção dos livros, os demais itens do acervo se acham dessa forma catalogados.

A determinação da origem dos materiais é de suma importância, pois ele pode dar informações sobre como esses materiais foram passados de uma instituição a outra, conforme o modo e a responsabilidade do ensino de química mudaram ao longo do tempo (fato esse particularmente notável na história da UFRJ). Isso se consegue por uma combinação de mecanismos: consulta a registros de patrimônio das unidades de origem; testemunho pessoal de ex-alunos; docentes e técnico-administrativos aposentados; análise de fotografias antigas; consulta a catálogos de fabricantes e fornecedores; comparação com peças idênticas existentes em diversos locais (museus, salas de direção etc.). Seguindo tendência observada em museus europeus e norte-americanos, não são apenas introduzidas no acervo peças ditas “antigas”, mas também itens

fabricados há relativamente pouco tempo (10-20 anos), devido ao fenômeno da obsolescência rápida desses mesmos itens.

A maioria do acervo provém das antigas Escolas Nacionais de Química e Farmácia, bem como da Faculdade Nacional de Filosofia. Fora da estrutura da UFRJ, as principais origens são o Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ) e a Associação Brasileira de Química (ABQ).

4.1 Reagentes

Marca característica de um laboratório químico, os cerca de 3.400 exemplares mostram uma perfeita noção da evolução das embalagens, dos rótulos e da quantidade de produtos disponíveis comercialmente ao longo das décadas, sendo um retrato vivo de como a química influenciou e influencia a vida em nosso dia a dia. Os reagentes mais antigos datam da década de 1870 (Figura 1).



Figura 1: *à esquerda*: fosfato de sódio (Na_2HPO_4), procedência alemã (1951), reagente da Faculdade Nacional de Filosofia; *ao centro*: sulfato de “nickel e ammonea” ($(\text{NH}_4)_2\text{Ni}(\text{SO}_4)_2$), procedência alemã (1924), usado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; *à direita*: alizarina artificial (1918), da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (Largo de S. Francisco)

4.2 Insumos de laboratório

Correspondem a toda uma variedade de materiais: papéis de filtro, material de aquecimento, papéis de pH e universal, espátulas, réguas de cálculo químicas, modelos atômicos, pinças, suportes, garras, vidrarias as mais diversas, etc. Neste último caso, é notável a percepção da evolução do instrumental de laboratório ao longo do tempo: do vidro sódico ao pirex, passando pelo vidro neutro. A forma de utilização e o desenho das peças de vidro também mostram mudanças, visando principalmente a eficiência e a segurança na condução dos experimentos. Nesta categoria (Figura 2) incluem-se os termômetros e os densímetros, dentre os quais se encontram as peças mais antigas do acervo (década de 1850).



Figura 2: *à esquerda*: combustor (ca. 1930), oriundo da Faculdade Nacional de Farmácia; *à direita*: caixa de papel de filtro de procedência sueca, com a imagem de seu inventor J. J. Berzelius (ca. 1915), provavelmente oriundo da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

4.3 Equipamentos

Incluem balanças, centrífugas, bombas a vácuo, microscópios, refratômetros, sacarímetros, colorímetros, aparelhagens para aquecimento em geral, viscosímetros, medidores de pH, medidores de radiação etc. Uma das características mais marcantes é a eletrifi-

cação dos instrumentos, como as centrífugas, e esse fato é um dos que mais chamam a atenção dos visitantes ao Museu. Sempre que possível, catálogos, manuais e fotos ilustrativas de como os equipamentos eram empregados no passado são incluídos para a descrição completa da peça.

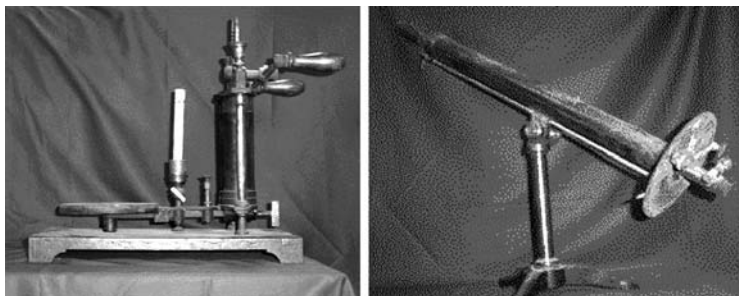


Figura 3: *à esquerda*: bomba a vácuo a manivela (ca. 1920), proveniente do Colégio Militar do Rio de Janeiro; *à direita*: sacarímetro da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, 1890.

4.4 Acervo documental

Dentre os diversos itens, destacam-se: teses de concurso para o provimento de cátedras (disciplinas) de química da Escola Politécnica (anos 1920-1930); teses de concurso para o provimento de cátedras de química da Escola Nacional de Química (anos 1940-1950); revistas da primeira Sociedade Brasileira de Química (1937-1944); acervo documental da Associação Química do Brasil (1939-1951); revistas e boletins da Associação Brasileira de Química (1951-1999); manuais de química mineral e de águas minerais do Brasil (1920-1929); enciclopédias de hidráulica e química industrial (1879-1896); catálogo de produtos para laboratório (1916-2001); fotografias de laboratórios de Química da Escola Politécnica (ca. 1910), da Escola Nacional de Química (1954-1962) e do Instituto de Química (1960-1970); catálogos do Instituto de Química (1963-1995); atas de exames orais de Química da Faculdade Nacional de Filosofia

(1940-1950); anuários das unidades da Universidade do Brasil (atual UFRJ) dos anos 1940, 1950 e 1960; estatuto e regimento da Universidade do Brasil (1950); pautas de reuniões do Conselho Universitário (1955-1959); atos de regulamentação da Escola Técnica de Química (atual CEFET-Química - 1943-1946); Curso de formação de professores para o Ensino Industrial pela Comissão Brasileiro-Americana para o Ensino Industrial (CBAI - 1947).



Figura 4: à esquerda: carteira de estudante de Gelcyra Cardoso Bittencourt, (4º ano do Curso de Química Industrial da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, 1932); à direita: na época da transferência do Instituto de Química para o bloco A do Centro de Tecnologia (1968), parte do interior do prédio ainda estava em obras.

4.5 Livros

Cerca de 70% das obras está disponível para consulta imediata da comunidade; os 30% restantes exigem algum trabalho prévio de higienização, sendo, por isso, de consulta e acesso restritos. Mais de 80% dos livros são da área de química, mas também existem obras das áreas de Engenharia, Medicina, Geologia, Geografia, Matemática, Física, Meteorologia, Farmácia, Arquitetura e Urbanismo, Ciência Política, Astronomia, Biologia e História.

5. A Química em experimentos

Após início da atividade, em 2004, as experiências propostas visam despertar nos visitantes o gosto e o interesse pela ciência química, desmistificando a idéia da Química como algo perigoso e ruim, e mostrando a sua forte presença no cotidiano de todos.

As experiências são selecionadas de modo a impactar as pessoas pelo aparecimento (ou mudança) de cores, precipitados e desprendimento de gases, empregando reagentes de baixo custo e de menor toxicidade possível (os resíduos dos experimentos são coletados e posteriormente tratados). Alguns experimentos de física, como pesagem em balanças, uso da eletricidade e magnetismo são também idealizados e executados. Menciona-se também a constituição de uma Tabela Periódica onde cerca de 50 elementos químicos puros são exibidos.

Além do foco centrado no visitante, estagiários e professores de ensino de ciências (nível fundamental) e de química (nível médio) vêm se beneficiando dessa atividade, pois elas auxiliam na inserção de novas práticas de ensino, acessíveis aos seus alunos. A inserção de material histórico mostra claramente a evolução da Química como ciência experimental, na busca de uma maior perfeição, e segurança na execução dos experimentos.

Desde 2005 cresceu significativamente o número de participações do Museu em eventos escolares, particularmente feiras de ciências e semanas culturais, bem como de visitas de escolas (públicas e privadas) à sede (Figura 5).



Figura 5: *à esquerda*: alunos do Colégio Intellectus (unidade Vila Isabel) visitam o Museu em abril/2002, *à direita*, alunos do pré-vestibular Samora Michel visitam a sede do Museu em agosto/2007.

6. Desafios para o futuro

O Museu da Química precisa de uma maior área para exposição permanente e guarda de seu acervo, facilitando não só o manuseio do mesmo, mas também a conservação, restauração e manutenção. Um dos desafios mais marcantes é dar consistência e valor a objetos que são muitas vezes partes de um acervo maior, disperso ou já parcialmente destruído. É preciso esgotar todos os mecanismos que visem identificar e enquadrar determinado objeto dentro de um contexto histórico.

Investimentos se fazem necessários para a recuperação de peças de laboratório e higienização/restauração de itens dos acervos bibliográfico e arquivístico, o que facilitará o registro e o reconhecimento desse acervo junto ao IPHAN.

7. Conclusão

O Museu da Química Prof. Athos da Silveira Ramos cumpre uma missão que vai além de sua vocação natural para a extensão universitária: serve igualmente como fonte para pesquisas e como suporte didático, propiciando à sua equipe uma rica e variada experiência tanto acadêmica como cidadã.

A sua proposta, ainda hoje inovadora no cenário nacional, permite que este projeto continue a cumprir a sua missão por muito tempo. A instalação em um espaço maior consolidará definitivamente a sua vocação como um projeto voltado para a memória da ciência brasileira e da própria UFRJ.

8. Agradecimentos

Ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX/UFRJ) e ao Programa de Apoio ao Estudante (PAE/UFRJ) pela concessão de bolsas aos alunos participantes deste projeto. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq pelo auxílio financeiro.

9. Referência (trabalhos completos publicados com base no acervo do Museu)

AFONSO, J.C.; AGUIAR, R.M.; GOMES, L.M.B. Análise química de sais de cobre fabricados entre 1877 e 1995, *Química Nova*, v.27, n. 4, p. 678-683, 2004.

AFONSO, J.C.; AGUIAR, R. M. A evolução dos reagentes químicos comerciais através dos rótulos e frascos, *Química Nova*, v.27, n. 5, p. 837-844, 2004.

AFONSO, J.C.; SILVA, R.M. A evolução da balança analítica, *Química Nova*, v.27, n. 6, p. 1021-1027, 2004.

AFONSO, J. C.; PIRES, D. P. L.; CHAVES, A. B. Do termoscópio ao termômetro digital: 4 séculos de termometria, *Química Nova*, v.29, n. 6, p. 1393-1400, 2006.

GAMA, M. S.; AFONSO, J. C. "De Svante Arrhenius ao peagâmetro figital: 100 anos de medida de acidez", *Química Nova*, v. 30, n. 1, p. 232-239, 2007.

LIMA, R. S.; PIMENTEL, L. C. F.; AFONSO, J. C. "Raios-x: fascinação, medo e ciência", *Química Nova*, 2008. Revista no prelo.

PIMENTEL, L. C. F.; et al. O inacreditável emprego de produtos químicos perigosos no passado", *Química Nova*, v.29, n. 5, p. 1138-1149, 2006.

PIRES, D. P.L.; CHAVES, A. B.; AFONSO, J. C. A termometria nos séculos XIX e XX, *Revista Brasileira de Ensino de Física*, v. 28, n. 1, p. 101-114, 2006.

SILVA, A. P.; SANTOS, N. P.; AFONSO, J. C. A criação do curso de engenharia química na Escola Nacional de Química, *Química Nova*, v.29, n. 4, p. 881-888, 2006.

Todos os artigos estão disponíveis gratuitamente para acesso em :

<http://quimicanova.sbq.org.br/index.php>

<http://www.sbfisica.org.br/rbef>.

Quando um museu dá samba: a popularização do Museu Nacional/UFRJ no carnaval carioca

Regina Dantas

Introdução

O Museu Nacional, instituição científica mais antiga do país, criada por D. João VI em 1818 e incorporada à Universidade do Brasil em 1946 (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), se vê diante de um desafio: disseminar o conhecimento científico para a diversidade de seus visitantes. Um convite inesperado fez com que a Direção da instituição, através do professor Sérgio Alex Kugland de Azevedo e Wagner W. Martins, abraçasse a oportunidade ímpar de transformar a história do Museu Nacional em samba-enredo de uma escola de samba para o Carnaval do Rio de Janeiro em 2008. Chama-se aqui de *desafio* a problemática da busca por melhores estratégias para a disseminação do conhecimento por parte dos museus (MENEZES, 2002).

Em março de 2007, estávamos concluindo nossa dissertação de mestrado em Memória Social, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sobre o Paço de São Cristóvão, do período de D. Pedro II até a sua transformação em Museu Nacional. Foi quando surgiu a proposta do carnavalesco Ricardo Netto do Grêmio Recreativo Escola de Samba Arrastão de Cascadura, de transformar a história da instituição em samba-enredo para o Carnaval 2008. Ficou decidido, então, que a dissertação seria a estrutura teórica para a construção do enredo.

A partir de então, foi criado um cronograma de trabalho que se desenvolveu ao longo de todo o ano. Iniciamos pela leitura da dissertação e identificação dos principais personagens da história do palácio real e imperial. O segundo momento foi a percepção das

duas histórias que se unem: a história do Paço de São Cristóvão e a história do Museu Nacional (DANTAS, 2007), no viés da Memória Social (HALBWACHS, 1990). Assim, ficou acertado que o enredo seria dividido nestas duas partes: entre a memória do palácio enquanto um patrimônio histórico (ABREU, 2003; GONÇALVES, 2003; CHOAY, 2001) e a história científica do Museu Nacional (LOPES, 1997).

As Escolas do grupo C têm direito a três carros alegóricos e 16 alas com 30 componentes cada. Diante deste cenário, o próximo momento seria a definição dos carros alegóricos e das fantasias. Entretanto, pelo calendário das Escolas de Samba, a definição do samba enredo era o mais emergencial para dar tempo aos compositores para desenvolverem suas criações. Para isso, foi relevante o contato com o carnavalesco para passar os principais personagens que atuaram no palácio durante o século XIX, o papel de destaque da instituição para as ciências no Brasil (AZEVEDO, 1994; NETTO, 1870) e também propor alguns objetos (POMIAN, 1997; BRIGOLA, 2003; GUIMARÃES, 2003) como destaque para o samba enredo.

Após várias explicações sobre a história do Paço de São Cristóvão e a da instituição científica, em final do mês de maio estava escolhido o tema: *Do Palácio Real ao Museu Nacional, 200 anos de história*. Assim, a Escola do Grupo C também estaria seguindo a orientação da Liga das Escolas de Samba em homenagear os 200 anos da vinda da Corte portuguesa para o Brasil.

Ao longo dos meses de junho e julho, o carnavalesco foi elaborando sua proposta para o desenvolvimento da Escola. Sobre os carros alegóricos, a definição não foi tão complexa devido à delimitação dos números de carros (três) e devido à história poder ser dividida em duas partes, por isso, o primeiro carro anunciaria o palácio - o Paço de São Cristóvão - e os outros dois carros trariam símbolos emblemáticos que representariam a pesquisa científica do Museu Nacional. Quais seriam os dois símbolos mais marcantes da instituição? Por se tratar de disseminação do conhecimento de um museu, um espaço de memória (NORA, 1993), tivemos que identificar as sa-

las mais visitadas da exposição. Como resposta obtivemos – a dos dinossauros e das múmias. Diante do exposto, o segundo carro traria um dinossauro e o terceiro (e último), um sarcófago. Assim, estaríamos sendo coerentes com a identidade passada ao longo dos anos para os visitantes da instituição (CHAGAS & MYRIAM, 1940).

Outra definição importante foi a de contar a história do Paço e do Museu a partir da nossa dissertação, que em seu terceiro e último capítulo trata do *Museu do Imperador*; um total de quatro salas na residência imperial do monarca que representa seu espaço repleto de artefatos e objetos das ciências naturais e antropológicas, que apresenta assim, um novo perfil do imperador - um colecionista - que realizava visitas guiadas para naturalistas viajantes de diferentes países para conhecerem sua coleção (DANTAS, 2008; SCHWARCZ & DANTAS, 2008). Parte de sua coleção mineralógica e de seu herbário foram herdados por sua mãe, a imperatriz Leopoldina (OBERACKER, 1973), e o acervo foi sendo aumentado devido aos presentes recebidos por representantes de países que o visitavam, presentes em geral, trocas realizadas entre instituições de pesquisas e museus estrangeiros, além de objetos adquiridos em suas três viagens ao exterior.

Durante o mês de agosto foram realizadas as reuniões com a ala dos compositores para apresentação e explicação do tema, além da contextualização das fantasias das alas diretamente relacionadas à dissertação de mestrado. Durante os meses de outubro e novembro, participei da escolha do samba enredo, aos sábados à noite, e o samba vencedor foi o que melhor contou a história que estava sendo proposta para o desfile. Segue o samba-enredo vencedor do GRES Arrastão de Cascadura – Carnaval 2008:.

ENREDO: “Paço de São Cristóvão: do Palácio Real ao Museu Nacional, 200 anos de história”

AUTORES: Luquinha da Conceição/ Julinho Cá/ Nilson Lemos/ Marquinho/ Cosminho/ Garcia/ Vanir Mec

INTÉRPRETE: Marquinhos Silva

Em meu Brasil aportou
Realeza chegou de Portugal
A Quinta da mais bela vista
Se fez moradia o Palácio Real
Ilustres moradores seus feitos imortais
Usaram a razão, determinação conquistando ideais
Um grito ecoou, Independência a nação
Liberdade é um direito em forma de oração
Mas com o fim da monarquia
O improvável aconteceu
E o Paço quem diria se transforma em Museu

Acervo sem igual, de arqueologia
Evolução as etnias
África de Daomé, Roma e seus gladiadores
Os incas sucumbiram aos invasores

Bendegó caiu em terras da Bahia
E Santos Dumont pra aviação renasceria
Diversos exemplares a fauna e a flora em evidência
Biblioteca de grande extensão incentivo à ciência
Torá livro sagrado dos judeus
Antigo Egito no museu não precisa se assustar
Estudantes, visitantes
A múmia não vai te pegar

Do Palácio Real ao Museu Nacional
200 anos de história
Trazendo a corte imperial
Aí vem o Arrastão, almejando a vitória

Em dezembro de 2007, iniciamos a jornada de visitas ao atelier para avaliar a elaboração das fantasias e ao barracão para acompanhar a montagem dos carros alegóricos (Figura 1).



Figura 1 – À esquerda, as costureiras da Escola de Samba Arrastão de Cascadura e a montagem do carro alegórico do dinossauro, que daria início à história da instituição.

O desenvolvimento do enredo da Escola a partir da escolha do tema e o contato com os componentes e membros da diretoria vão fazer parte do nosso trabalho, acompanhando a criação do carnavalesco e os demais atores que deram vida a uma dissertação sobre o Paço de São Cristóvão e o Museu Nacional.

A história sendo construída

Após a definição dos carros alegóricos e a idealização das fantasias por parte do carnavalesco Ricardo Netto, tivemos função relevante na orientação da construção do enredo para que, entre outras situações, não fossem cometidas distorções sobre a história do império – nosso cenário (NEVES, 1999).

Um exemplo bastante interessante, que talvez nos auxilie para melhor ilustrar o papel do historiador em diferentes atuações, foi o fato da escolha dos temas para as fantasias. Após a definição em separar a história em duas partes - história do Paço de São Cristóvão e a história do Museu Nacional - auxiliamos na indicação dos temas por alas. Assim, foi interessante separar a primeira ala para ser composta por integrantes do Museu Nacional. Cabe ressaltar que



Figura 2 – Primeira ala da Escola - D. Pedro I, composta por técnico-administrativos, docentes, alunos e estagiários do Museu Nacional/UFRJ.

a ala primeira deveria aparecer na avenida com muita animação para dar o tom da Escola. Seria uma grande responsabilidade para os integrantes e também, para nós que ficamos responsáveis pela composição, organização e garantia de que todos aprenderiam o samba-enredo para não desclassificar a Escola.

O casal de imperadores D. Pedro II e Teresa Cristina deveriam vir em destaque no carro-alegórico do Paço, devido ao monarca ter nascido na residência e ter permanecido por mais tempo no palácio. Assim, D. Pedro I seria lembrado na primeira ala (composta por funcionários do Museu Nacional), e D. João VI e Carlota Joaquina seriam o primeiro casal de mestre-sala e porta-bandeira. Cabe ressaltar que D. João VI, ao criar o Museu Real (atual Museu Nacional), marcou o desenvolvimento das ciências no Brasil (OLIVEIRA, 2005) e D. Pedro II fortaleceu esta iniciativa com seus estudos e viagens (BEDIAGA, 1999) incrementando o colecionismo científico.

D. João VI também tem sua importância na aquisição da antiga residência que pertenceu ao luso-libanês Elie Antun Lubbus, nome

aportuguesado para Elias Antonio Lopes (KHATLAB, 2002, p.19), e a sua posterior transformação no Paço de São Cristóvão, além da realização de aterramento e demais melhorias no bairro.

Aqui apresentamos um exemplo de distorção histórica identificada por nós e devidamente corrigida. Após a identificação dos temas de cada ala, foi marcada uma reunião no Museu Nacional para apresentação dos desenhos das fantasias. O desenho referente à primeira ala - D. Pedro I (Figura 3) - vinha com o esplendor com as bandeiras da República, o que seria um grave erro histórico. Assim substituímos por uma de cor verde e outra de cor amarela.



Figura 3 – desenho da ala D. Pedro I com as bandeiras da República, ao lado, a fantasia modificada com estagiários do Museu Nacional.

As alas seguintes representariam as áreas de estudos de D. Pedro II: a biblioteca, a astronomia, a torá, explanadas na nossa dissertação sobre o cotidiano do monarca. A *Biblioteca de Sua Majestade Imperial* (Figura 4), composta de aproximadamente de 31.000 livros (CUNHA, 1966), foi iniciada com as obras trazidas para o Brasil por D. João VI (ex-libris da Real Biblioteca), obras adquiridas por sua mãe, dona Leopoldina, e complementada pelo segundo casal de

imperadores (Ex-libris da Biblioteca Particular de Sua Majestade Imperial). Inclusive, os livros faziam parte obrigatória de algumas de suas imagens fotográficas ou em pinturas para compor a imagem do monarca-cidadão, associado à cultura e às ciências (SCHWARCZ, 1998).



Figura 4 – Ex-libris das obras que pertenceram a D. João VI e a D. Pedro II e à direita a representação da biblioteca do monarca.

No Paço de São Cristóvão existiu um espaço de uso privado utilizado para as observações do monarca, localizado na parte externa do palácio, no terraço: o Observatório Astronômico do imperador. Construído em 1862 pelo engenheiro Francisco Joaquim Bettencourt da Silva, o Observatório era constituído de um quarto envidraçado localizado acima do torreão norte, contendo equipamentos necessários para a análise de corpos celestes. Nesse espaço totalmente transparente, o monarca utilizava diversos equipamentos, dentre eles os que necessitavam da luz solar. Utilizamos para representar esta área de estudo do monarca dois objetos: o relógio de sol e o canhão do meio dia (Figura 5).

Um material que figurou no museu do monarca, e que também lhe serviu como fonte de exercício para tradução do hebraico para o inglês, foi a Torá (Figura 6). O Museu Nacional detém a guarda desse material atualmente distribuída por nove rolos de couro contendo o texto bíblico, incompleto e escrito em hebraico. Acreditamos que a Torá tenha figurado na área oriental do museu do monarca, entre outros motivos, por seu significado religioso e cultural; pelas formas físicas das peças (suntuosidade típica de uma relíquia) e em razão do interesse ostensivo do Imperador pelo oriente.



Figura 5 – À esquerda, o relógio de sol e o canhão do meio-dia, objetos que pertenceram ao Gabinete Astronômico do monarca. Ao lado, a fantasia representando os estudos de astronomia do imperador.



Figura 6 – À esquerda, os rolos que compõem a Torah de D. Pedro II e, à direita, a sua representação no desfile.

A Princesa Isabel também foi representada a partir da atuação do trabalho escravo no desenvolvimento da economia e da cultura do período imperial (BARMAN, 2005), através da fantasia de negros embalando uma bandeira com as inscrições “Lei Áurea”, simbolizando o ato de libertação dos escravos.

A ala das Baianas, marco das escolas de samba, foi uma homenagem à imperatriz Leopoldina, favorável à criação do Museu Real e destacando seu perfil colecionista com uma fantasia repleta de flores (representando a botânica e o herbário herdado por seu filho, D. Pedro II) e de pedras (simbolizando os minerais, fazendo menção à sua coleção mineralógica também herdada por seu filho).

Para demarcação da virada da história do Paço de São Cristóvão para a do Museu Nacional, foi colocado o segundo casal de mestre-sala e porta-bandeira anunciando a chegada das

ciências. Em seguida, o segundo carro-alegórico foi o da réplica do dinossauro do projeto *Dinossauros do Brasil* do Museu Nacional.

As demais alas representaram as áreas do conhecimento do Museu Nacional e que aqui apresentaremos articulando-as com os objetos que pertenceram à instituição ou, em alguns casos, aos artefatos que figuraram no *Museu do Imperador* e que hoje também fazem parte do acervo do Museu Nacional. Esta articulação é justificada pelo destaque que a dissertação deu aos acervos do monarca que ficavam expostos em seu museu particular.

A primeira ala representou a criação do Museu Real (atual Museu Nacional) com um objeto doado por seu criador, D. João VI: um trono recebido por ele pelo representante do rei de Daomé. Cabe destacar que o Museu Real foi criado em 6 de junho de 1818, com forte atuação da imperatriz Leopoldina, e ficava localizado no Campo de Santana, tendo sido transferido para a Quinta da Boa Vista em 1892, após longa insistência do ex-diretor Ladislau Netto, que pretendia transferir o Museu Nacional para o prédio do antigo Paço de São Cristóvão (residência real e imperial) com intuito de, inclusive, se apropriar do acervo do *Museu do Imperador*.

As demais alas da Escola foram assim apresentadas: antropologia; botânica; entomologia, geologia/paleontologia e vertebrados. Não houve fantasias que representassem a área dos animais invertebrados.

No Museu Nacional duas áreas do conhecimento estão unidas: a Geologia e a Paleontologia. A primeira foi abordada no samba-enredo através do meteorito de Bendegó e a Paleontologia representada no carro alegórico que apresentaria a instituição científica.

A botânica teve sua representação na ala de mesmo nome, com uma fantasia repleta de flores coloridas; a antropologia foi destacada na ala das passistas, com a plumária indígena brasileira (Figura 7) e na fantasia dos componentes da bateria, os incas destacaram as civilizações pré-colombianas nas Américas.



Figura 7 – À esquerda, a plumária indígena brasileira e à direita, a ala das passistas.

A arqueologia foi apresentada com a fantasia “vendedoras de ânforas” e “Vesúvio”, simbolizando a coleção greco-romana de Tereza Cristina, que figurou no *Museu do Imperador*, e que marcou a presença destes objetos arqueológicos existentes no Museu Nacional da UFRJ.

Dando seguimento à apresentação das áreas do conhecimento da instituição científica, a entomologia participou do desfile na ala das borboletas, e a sub-área da Zoologia - os vertebrados - estiveram presentes através da ala dos animais empalhados, com a fantasia da onça do mato.

O terceiro e último carro alegórico fechava a apresentação trazendo um sarcófago estilizado, acompanhado por uma pequena ala coreografada com múmias. A próxima ala foi uma homenagem aos visitantes ilustres do Museu Nacional, destacando a visita de Santos Dumont e o destaque de chão foi Albert Einstein. Finalizando, a ala que representa o motivo principal das exposições da instituição - os alunos das escolas públicas e privadas - que representam um número constante de visitação do museu ao longo do ano.

Diante do exposto, a Escola de Samba Arrastão de Cascadura ficou assim apresentada:

1ª. Parte – Carro abre alas: Paço de São Cristóvão

- D. Pedro II e Thereza Cristina (destaques);
- D. Pedro I
- D. João VI e Carlota Joaquina (1º casal de mestre-sala e porta-bandeira);
- Estudos de D. Pedro II – Biblioteca, Gabinete de Astronomia e Torá;
- Princesa Isabel;
- Leopoldina.

Cientistas (2º casal de mestre-sala e porta-bandeira).

2ª. Parte – Carro Museu Nacional - Paleontologia

- Criação do Museu Real;
- Geologia;
- Botânica;
- Zoologia - Vertebrados;
- Entomologia;
- Antropologia:
 - Arqueologia pré-colombiana;
 - Etnologia indígena brasileira;
 - Arqueologia das culturas mediterrâneas.

3ª. Parte – Carro sarcófago:

- Egito;
- Visitantes ilustres;
- Estudantes.

E o Museu Nacional virou samba

Após todos os desdobramentos provenientes da construção da Escola para o desfile, o nosso desafio agora era garantir a boa apresentação da primeira ala (de D. Pedro I) composta de servidores do Museu Nacional (docentes, técnico-administrativos, estagiários e alunos). Para motivar os participantes e garantir a presença de todos, as fantasias desta ala não foram distribuídas como de cos-

tume, depois de orientar os membros da ala sobre cada passo do desenvolvimento do samba, das fantasias e do barracão, foi organizada em minha casa uma concentração, sete horas antes do horário previsto para a realização do desfile.

Com isso, foi garantido que: os participantes não chegariam separadamente; que a montagem das fantasias seria padronizada; estaria garantida a animação e o conhecimento do samba-enredo; foi proposto e aprovado por todos, uma coreografia em um momento do samba; não houve ausências (dois servidores justificaram a ausência e foram substituídos por nossos estagiários) nem excessos com bebida alcoólica. A concentração, além de ter desenvolvido a motivação (principalmente para aqueles que teriam sua primeira experiência), promoveu uma coesão entre os participantes na relevante tarefa de representar o Museu Nacional.

O desfile foi realizado no dia 3 de fevereiro de 2008, na avenida Intendente Magalhães, no bairro do Campinho, subúrbio carioca. A Escola de Samba Arrastão de Cascadura desfilou à 1 hora da manhã e para aumentar a emoção, contou com a presença do professor e diretor geral do Museu Nacional, Sergio Alex Kugland de Azevedo e do professor Alex Kellner, ambos paleontólogos e que desfilaram como integrantes da ala da Diretoria da Escola, emocionados por verem o Museu Nacional ser cantado na avenida pela população.

Conclusão

A repercussão no próprio Museu Nacional/UFRJ sobre a participação da instituição teve um impacto acima do esperado. A comunidade queria maiores informações sobre o passo a passo para a transformação de uma dissertação sobre o Paço de São Cristóvão e o Museu Nacional/UFRJ em um enredo de escola de samba, que foi contemplado com a presente publicação. O Museu Nacional conseguiu vencer o desafio de popularizar as ciências através de ações consonantes com os anseios e a linguagem da sociedade. Sua participação no desfile da Intendente Magalhães representou a possi-

bilidade de vivenciarmos uma perfeita e enriquecedora integração de uma instituição de pesquisa com uma região carente e popular do subúrbio carioca.

A Escola de Samba Arrastão de Cascadura recebeu o título de vice-campeã do Carnaval carioca de 2008 e desfilará em 2009 na Marques de Sapucaí. O carnavalesco Ricardo Netto recebeu o prêmio de melhor enredo de 2008. Por nossa participação e envolvimento no trabalho, eu e o diretor do Museu Nacional/UFRJ recebemos a medalha de destaque na participação no Carnaval 2008, como reconhecimento da Escola de Samba Arrastão de Cascadura.

O presente trabalho foi apresentado no Seminário Memória, documentação e pesquisa, do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ (SiBI), no Congresso da Associação Nacional dos Profissionais de História (ANPUH/RJ) e foi solicitada sua apresentação no Congresso Universidad 2010 em Havana - Cuba, como exemplo da popularização da pesquisa através da Extensão Universitária.

Acreditamos que ao tornar pública a metodologia para a constituição da instituição em enredo e samba, possamos motivar os profissionais responsáveis pela guarda e preservação de objetos em museus, no sentido de, ao fazê-los conhecidos pela população, atribuir-lhes maiores significados e importância. O ofício do historiador e do pesquisador, quando integrado aos trabalhos populares, experimenta novas feições. Com rigor, critério e responsabilidade, mas livre dos constantes formalismos, típicos da academia e das instituições científicas, adquire novos contornos, inesperadas nuances e múltiplas possibilidades criadoras.

Referências

ABREU, Regina; CHAGAS, Carlos. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

AZEVEDO, Fernando de (Org.). *As ciências no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. v. 1 – 2.

BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. Tradução de Luiz Antonio Oliveira Araújo. São Paulo: UNESP, 2005.

BEDIAGA, Begonha (Org.). *Diários do Imperador D. Pedro II: 1840-1891*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CHAGAS, Mário de Souza, SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. A vida social e política dos objetos de um museu. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 195-222, 1940.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001.

CUNHA, Dulce F. Fernandes da. A Biblioteca do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1966. *Série Livros*, n. 3.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. *A casa do imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. Rio de Janeiro, 2007, Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

_____. Um museu dentro de casa: coleção particular de D. Pedro II reunia preciosidades obtidas nos quatro cantos do mundo. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Editora Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, n. 33, p. 74-78, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mario (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Memória, história e museografia. In: BITTENCOURT, José Neves, BENCHETRIT, Sarah Fassa, TOSTES, Vera Lúcia Brottel. (ed.) História representada: o dilema dos museus. *Anais*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. p. 75-96.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

KHATLAB, Roberto. *Mahjar: saga libanesa no Brasil*. Líbano: Mokhtar Zalka, 2002.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. O Museu e o problema do conhecimento. In: SEMINÁRIO sobre Museus-casas, 4., 2002), Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das, MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto história*, São Paulo: PUC, n.10, p. 7-29, 1993.

OBERACKER JÚNIOR, Carlos H. *A Imperatriz Leopoldina: sua vida e sua época*. Rio de Janeiro: CFC: IHGB, 1973.

OLIVEIRA, José Carlos de. *D. João VI, adorador do Deus das ciências? A Constituição da Cultura Científica no Brasil : (1808-1821)*. Rio de Janeiro: E-papers, 2005. (Coleção Engenho e Arte, v. 8).

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*: Memória e história. Lisboa: INCM, 1997. v. 1, p. 51-86.

SCHWARCZ, Lília Moritz; DANTAS, Regina. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros da USP*. São Paulo: IEB Editora, n. 46, p. 123-164. 2008.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Crédito das imagens

Autora - figuras – 1; 2; 3

Cláudio Bastos – figura 5.

Roosevelt Mota – Seção de Áudio-visual do Museu Nacional/UFRJ – figuras – 4 e 7.

Site www.obatuque.com – figuras – 4 e 6.

Site www.esquinadosamba.com.br – figuras – 5 e 7.

O Museu D. João VI da Escola de Belas Artes da UFRJ - memória institucional

Angela Ancora da Luz

A história é narrativa de acontecimentos, conforme afirma Paul Veyne (1987), possuindo, entre outras características, natureza lacunar. Com o respaldo destas afirmações pretendemos apresentar, a partir de uma narrativa, aquilo que pudemos recolher em registros, entre as lacunas abertas pelo tempo, na falta de documentação suficiente, a qual procuramos suprir pela história oral, de acordo com o que ouvimos de mestres mais antigos e, também, do que temos vivenciado, sobretudo no momento em que ocorreu a mudança da Escola de Belas Artes, do centro da cidade para a Ilha do Fundão. Assim, ao construir a história do Museu D. João VI, desejamos refazer a história de uma coleção que guarda em si a memória institucional do ensino artístico no Brasil, procurando preencher algumas lacunas, sem a pretensão de ser a versão final dos fatos que a compõem.

O Museu D. João VI foi criado em 1979, com um acervo que testifica o ensino da arte em nosso país. As obras que compõem sua coleção já pertenciam à Escola de Belas Artes, razão pela qual precisamos iniciar nossa narrativa pelo Decreto de 12 de agosto de 1816, quando D. João VI cria a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Naquele momento, a situação política na França era delicada. Em 1815, com a queda de Napoleão Bonaparte, iniciava-se o período da Restauração. Os Bourbons estavam de volta ao poder, conforme se contextualizava no âmbito do Congresso de Viena, fazendo com que os bonapartistas não mais encontrassem seus espaços na França. Este era o caso do grupo de artistas que constituiria a Missão Francesa e que chegaria ao Brasil em 1816. A incerteza do futuro fez com que procurassem apoio externo. Para alguns historiadores Nicolas-Antoine Taunay teria escrito uma carta à rainha de Portu-

gal rogando-lhe a mediação, junto ao Príncipe-Regente D.João, de modo a que estes artistas pudessem receber o convite e terem condições de trabalho. Para outros pesquisadores, a idéia teria partido do marquês de Marialva, através do naturalista Alexander Von Humboldt, sendo esta a versão mais citada.

Com a acolhida de D. João, sensível à arte e desejoso de contribuir para a afirmação da corte em terras brasileiras, observa-se o duplo interesse político convergindo para a consecução da vinda da Missão Artística Francesa ao Brasil. De um lado o grupo francês resguardando-se das possíveis conseqüências resultantes da inclinação bonapartista que caracterizava seus artistas, de outro o monarca português afirmando-se no panorama europeu, depois da saída abrupta de sua corte, motivada pelo mesmo Napoleão, só que em tempos de poder. A criação de uma academia atendia plenamente aos interesses dos dois lados, somando-se, ainda, o grande impulso cultural que adviria da implantação do ensino artístico no Brasil.

Sob a liderança de Lebreton, que assumira as negociações, o grupo chega ao Brasil em 1816 para atender a finalidade traçada. Dez anos depois, o prédio neoclássico para ela projetado por Grandjean de Montigny, seria inaugurado. Como o Brasil já havia se tornado independente, a Escola Real se torna Academia Imperial das Belas Artes. As obras trazidas por D.João VI iniciam uma coleção que seria ampliada por Joachin Lebreton, que também a organiza formando assim o núcleo inicial do acervo artístico da Academia Imperial das Belas Artes. Durante o século XIX outras obras seriam incorporadas ao patrimônio, por compra, doação e, sobretudo pelos prêmios de viagem ao estrangeiro e pela produção dos pensionistas na Europa, já que estes deveriam enviar para a Academia as obras que iam realizando, comprovando os benefícios do aperfeiçoamento técnico que a estadia e o convívio com os grandes centros lhes propiciava.

Os mestres da Missão Francesa iniciaram as aulas ainda sem um prédio próprio. É possível que tivessem começado em algumas salas de edifícios públicos, assim como é sabido que Debret e Grandjean

de Montigny teriam alugado uma casa no centro da cidade para levarem à frente o projeto. Especula-se, ainda, que o ateliê de Debret, no Catumbi, possa ter servido, também, para esta finalidade. Contudo, o prédio projetado por Grandjean de Montigny para ser a Academia Imperial das Belas Artes só viria a ser inaugurado em 5 de novembro de 1826. Era um edifício em estilo neoclássico, situado na Travessa das Belas Artes, saindo da Travessa do Sacramento, atual Avenida Passos, próximo ao Rocío. Este prédio abrigou as primeiras coleções, tanto de obras artísticas como de livros e documentos. No início do Estado Novo ele seria demolido, restando, hoje, apenas o frontão que foi levado para o Jardim Botânico, local em que ainda se encontra.

Entre 1906 e 1908 seria construído o novo prédio da Escola Nacional de Belas Artes¹, de autoria do arquiteto Adolpho Morales de Los Rios, na Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco para onde seria transferida a Escola. Um espaço digno do ensino da arte, com amplos ateliês, galerias com clarabóias, salas de aula iluminadas e uma pinacoteca, que “guardava o tesouro”, por assim dizer, de toda a coleção de obras que, a partir do núcleo inicial das 54 peças da coleção de Lebreton vinha se ampliando a cada ano.

Nos ateliês e salas de aula preservava-se um outro acervo paralelo, que subsidiava a fundamentação teórica da arte que se desejava transmitir, ficando exposto para servir de modelo para os estudantes de arte. No campo da escultura, as moldagens diretas em gesso, tomadas de estátuas originais a partir de acordos permitidos com o Museu do Louvre, ocupavam as galerias e, como paradigmas silenciosos iam incutindo a exigência da norma e da regra como princípio canônico a ser perseguido. Mais uma vez, as moldagens dos ornatos em baixo-relevo ficavam à disposição do ensino de arte. Desta forma, as peças de referência para o aprendizado da

1 N.A. Com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 o nome da Academia Imperial das Belas Artes ficara em desacordo com o novo regime republicano, razão pela qual, a partir de 08/11/1890, a antiga Academia Imperial torna-se Escola Nacional de Belas Artes.

arte alimentavam gota a gota, a visualidade dos iniciantes. As paredes recebiam novas obras, pois a produção continuada garantia que bons exemplos fossem fixados motivando os futuros artistas e prosseguindo nesta ordem até 1937, quando foi criado o Museu Nacional de Belas Artes, pela Lei N.378 de 13 de janeiro daquele ano, assinada pelo presidente Getúlio Vargas. *“Art. 48. Fica creado o Museu Nacional de Bellas Artes, destinado a recolher, conservar e expor as obras de arte pertencentes ao patrimonio federal”.*²

Com a criação do Museu Nacional de Belas Artes separa-se a coleção. As obras que fundamentaram o ensino e estavam na Escola Nacional de Belas Artes ficaram com a instituição, as demais, passaram ao abrigo do Museu permanecendo sob sua responsabilidade até a presente data.

Aos poucos houve a acomodação das instituições irmãs, que foram estabelecendo uma convivência complementar, pois cada uma emprestava à outra, uma parte de sua própria identidade. A entrada principal, pela Avenida Rio Branco número 199 ficou para o acesso ao Museu Nacional de Belas Artes, enquanto que a portaria da Rua Araújo Porto-alegre tornou-se a entrada da Escola. Por ela era possível ir diretamente aos ateliês do térreo ou, subindo a escada, acessar a galeria principal que permitia a distribuição das salas de aula e administração. No terceiro andar ficava o Salão Nobre com suas cadeiras de espaldar alto, utilizado pelas duas instituições para conferências ou aulas de grande assistência. No quarto andar, acessível pelo pequeno elevador ou por uma escada de ferro, ficavam alguns ateliês. Em 1965 ela passa a chamar-se Escola de Belas Artes, incorporando-se a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi assim até 1975, ano da mudança da Escola para a Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, sem qualquer infra-estrutura que possibilitasse um destino menos traumático.

Em pleno regime militar a Escola encerrou o período letivo de 1974 em seu prédio próprio, mas nele não iniciaria o ano seguinte.

2 <http://e-legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=19560&word=> site consultado em 12/07/2008 : Lei N.378 - de 13 de janeiro de 1937 / Art.48

Se 1968 é chamado de “o ano que não acabou”, para a Escola de Belas Artes, 1975 poderia ser conhecido como “o ano que não começou”. Naquela ocasião o arquiteto Thales Memória dirigia a Escola de Belas Artes, enquanto que a museóloga Maria Elisa Carrazzoni estava à frente do Museu Nacional de Belas Artes. Não havia uma consciência formada sobre a iminência do que estava por acontecer entre a maioria de seus professores e funcionários e o desconhecimento quase total por parte dos estudantes. A Escola tinha acompanhado a cassação de seus três grandes mestres: Quirino Campofiorito, Mário Barata e Abelardo Zaluar e mantinha-se em silêncio. Não havia representação estudantil e os colegiados eram restritos. Sabia-se muito pouco do que se passava na Escola de Belas Artes e as estátuas e telas, que tudo escutavam, nada contavam do que ouviam. Em abril houve a transferência. Na verdade, em dezembro do ano anterior, algumas reuniões estavam acontecendo sem que houvesse um planejamento maior.

Em abril, quando os caminhões encostaram junto à entrada da Escola, as obras foram sendo retiradas, sem qualquer proteção maior. Não eram tombadas, sendo que algumas constavam apenas nas anotações preciosas do professor Alfredo Galvão. A separação do acervo obedeceu ao critério estabelecido em 1937 com a criação do Museu, razão pela qual o que se encontrava nas salas e ateliês, propriedade da Escola, foi levado com ela, que passou a ocupar uma parte do prédio da Reitoria, originalmente projetado por Jorge Machado Moreira para a Faculdade de Arquitetura, na Ilha da Cidade Universitária. Com a Escola ficou, ainda, uma coleção preciosa, que, por termo testamentário deveria ser incorporada ao seu acervo, já que em 1947 a Escola Nacional de Belas Artes recebera, por doação, a Coleção Jerônimo Ferreira das Neves, com peças do Renascimento italiano, ibérico e flamengo, porcelanas da Companhia das Índias e marfins de Goa. A coleção de medalhística e de desenhos ornamentais e arquitetônicos, bem como o acervo documental de grande interesse para a pesquisa em arte, tanto no campo teórico

como no aplicado, constituíam parte desta herança cultural que se preservara na Escola e, conseqüentemente veio com ela para a Ilha do Fundão.

“Estes acervos são o resultado do patrimônio acadêmico produzido pela Escola no período compreendido, principalmente, entre 1820 e 1920. Suas coleções reúnem a evolução e a produção artística dos séculos XIX e XX no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro, e reúne produções das escolas européias (Itália, França, Países-Baixos, Espanha e Portugal) datadas a partir do século XVI.”³

Como patrimônio da Escola estavam também as “obras raras”, que integravam a biblioteca de arte pertencente à instituição. Esta recebeu livros transferidos da Biblioteca Pública Imperial, sendo formada por doações que começaram com nossos imperadores, somando-se a de professores e suas famílias, a de artistas, a de ministros de Estado e outros diferentes doadores que tinham como ponto comum o interesse pela preservação da memória artística em benefício da pesquisa acadêmica. Obras raras como “Piranesi - Obras Completas”, “Montigny - Architecture Toscane”, “Martius - Flora Brasiliense”, estão entre os títulos de grande valor que fazem parte da biblioteca da EBA.

Todo este acervo foi retirado do antigo prédio e transportado para o novo espaço sem as condições recomendáveis. As verbas destinadas à mudança, pelo que se saiba, nunca chegaram, de modo que a catastrófica saída foi efetivada sob os critérios mais improvisados possíveis, tendo como única garantia o amor de muitos professores pela escola, pelas obras de seu acervo, que lhes conferia o referencial simbólico de sua história. Havia sofrimento e silêncio. As moldagens diretas em gesso se avariavam com a acomodação de suas peças nos caminhões. As estátuas da galeria principal da Escola não puderam ser retiradas. Não havia lugar para elas no pré-

3 http://www.eba.ufrj.br/index.php?option=com_content&task=view&id=54&Itemid=117 . Página da Escola de Belas Artes consultada em 11 de julho de 2008.

dio de destino, cujo programa arquitetônico fora concebido para a Faculdade de Arquitetura. Houve perda, sem dúvida alguma; extraviados de variados matizes, sem que fosse possível determinar sua extensão e o seu destino. Muitas histórias eram contadas, mas não há provas materiais, pois não houve o tombamento anterior das obras que garantisse a identidade e existência material de cada uma, antes da transferência.

Em 1976 assume a direção da Escola de Belas Artes o professor Almir Paredes Cunha, que desempenharia um papel fundamental para a instituição e a preservação do seu acervo, que estava espalhado e mal acomodado em depósitos impróprios e inseguros. Além disso, as salas não eram condizentes às necessidades do ensino artístico. Os ateliês de Gravura, por exemplo, localizados no sétimo andar, logo começaram a dar problemas, pois os ácidos utilizados na gravura em metal eram escoados pelas pias, corroendo o encanamento dos andares inferiores. As mesas que constituíam o mobiliário de época, não entravam nas salas modernistas do prédio projetado para Faculdade de Arquitetura. Os cavaletes de Pintura se amontoavam nos espaços exíguos, impedindo o distanciamento do aluno, fazendo com que este fosse obrigado a pintar sempre muito próximo à tela. O professor Almir Paredes Cunha foi conseguindo novos espaços, solucionando a transferência dos ateliês de Gravura e obtendo verbas para a aquisição de mobiliário adequado aos espaços das salas. O problema do espaço para a Pintura só seria equacionado cerca de dez anos após e, ainda hoje, a falta de um prédio projetado para a Escola de Belas Artes, que atenda aos interesses de uma Escola com grande potencial para crescer, possibilitando sua melhor contribuição para a formação de novos artistas é o grande obstáculo que enfrentamos.

O novo diretor possuía formação em museologia e logo se preocupou com a situação encontrada, sobretudo pelo alto risco que as peças corriam, nas condições que estavam. É dele a idéia de formar um Museu Didático que pudesse reunir todo o acervo, conforme suas palavras:

“(...) Dessa vez ele serviria para consolidar a história da Escola, com seus métodos de ensino, e mostrar a obra de professores e alunos que por ela passaram. A idéia foi aprovada pela Congregação, recebendo o nome de Museu D. João VI, por sugestão do Professor Armando Sócrates Schnoor.” (TER-RA, 2003, p.30-31)

Apesar da criação do Museu, homologada pela Congregação da Escola de Belas Artes, não havia lugar para a sua instalação. Mais uma vez coube ao diretor procurar e encontrar o local próprio:

“Novamente fui buscar o local para o nosso museu, nos espaços deixados ociosos no edifício projetado para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Desta vez foi a biblioteca, que permanecera sem nenhuma função desde a sua construção. Consegui o espaço e a verba necessária e iniciou-se a montagem do museu, graças ao trabalho incansável e meticoloso da Professora Ecylla Castanheira Brandão, que deu uma organização museográfica que partia da Missão Francesa e chegava aos nossos dias, incluindo no conjunto da exposição uma série de objetos que fugiam à história do ensino artístico, mas que se integravam à da Escola, como por exemplo, a Coleção Jerônimo das Neves” (2003, p.31)

A participação da Professora Ecylla Castanheira Brandão foi inestimável. Com dedicação e conhecimento ela fez do Museu D. João VI o projeto acadêmico de sua vida na Escola de Belas Artes. Só então foi possível se perceber, de modo palpável, o rico acervo que ainda possuíamos, e, mesmo sem identificar as perdas que a mudança desastrosa nos infringira, senti-las de modo agudo, avivando a consciência dos que permaneciam da responsabilidade que cabia a cada um.

O mobiliário e os painéis foram projetados pelo professor Almir Gadelha com o apoio de Salvador Galuzzi. Enfim, no dia 28 de agosto de 1979, a Escola de Belas Artes inaugura o seu museu,

enquanto estudantes da Faculdade de Arquitetura promovem um enterro simbólico do que seria a sua biblioteca. Feita de contrastes e afinidades, a relação entre as duas unidades, de alguma forma, se revitalizava. Contudo, o que parecia ser um local perfeito, rapidamente, demonstrou o seu contrário. As chuvas provocavam inúmeras goteiras e, apesar das sucessivas impermeabilizações, o material do telhado não resistia por muito tempo. Em breve o pesadelo da água atormentava os sucessivos coordenadores do Museu D. João VI.

Nos quase trinta anos de sua existência, o Museu D. João VI passou por muitos problemas. A falta de verbas, os poucos funcionários, a insalubre reserva técnica, a precária rede elétrica e, sobretudo, a falta de segurança constituíam o grupo de vilões que atormentava o seu pleno funcionamento. Apesar de tudo, os sucessivos coordenadores e a dedicação dos poucos funcionários, buscavam as condições ideais para que se pudesse inserir o museu no circuito cultural da cidade, tornando-o vivo e atual, na sua condição de ser um museu acadêmico. Era preciso repensar o Museu com o olhar da contemporaneidade, mas, para tanto, seria necessário, também, repensar o local em que se encontrava. Não se deveria separá-lo da Escola de Belas Artes, pois ele perderia o sentido original que se queria manter, o de museu universitário, que servisse à pesquisa no campo da História da Arte Brasileira, porém, cada vez mais era evidente que não deveria ser mantido no mesmo espaço, para que ele pudesse servir aos propósitos desejados. Mais uma vez, a falta de espaço para a Escola impedia a implementação de seus projetos. Enclausurada entre as paredes funcionais do edifício modernista, ainda assim, a Escola de Belas Artes se expandia através de seus cursos e dos quase dois mil estudantes que a constituíam.

Em 2004, a Professora Sonia Gomes Pereira, também museóloga, elaborou um novo projeto para o Museu D. João VI, que foi apresentado no ano seguinte à Petrobrás. Obteve-se a aprovação do mesmo e, assim, os recursos necessários finalmente chegaram para tornar possível a reforma desejada, de modo a se formular um

outro modelo, mais ágil e voltado para o objetivo maior e primeiro: servir ao ensino da arte no Brasil.



Mais uma vez a Escola de Belas Artes se defrontava com o mesmo problema: espaço. Como promover as reformas desejadas no local em que o museu se encontrava? De que adiantaria refazer o projeto museográfico se as goteiras não fossem eliminadas e a segurança não fosse um sonho, mas sim a realidade? Quando Sonia Gomes Pereira me apresentou a idéia de levar o Museu para o sétimo andar do prédio, instalando-o no local da Biblioteca Alfredo Galvão, acolhi imediatamente a sugestão, passando a desenvolver as ações necessárias para sua realização. Sentia ser necessária uma mudança drástica. Como a Escola de Belas Artes já havia se posicionado a favor da integração de sua biblioteca com a da Faculdade de Arquitetura e a do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, unidades alocadas no edifício, julguei exequível a realização do projeto. Mas o espaço anterior era duas vezes maior do que aquele que iríamos ocupar. A Professora Marise Malta, arquiteta e professora da Escola de Belas Artes, juntou-se a Sonia Gomes Pereira, museóloga e historiadora da arte, iniciando o desafio de

equacioná-lo. Ela realizou o projeto para o novo Museu D.João VI, atendendo ao objetivo traçado de torná-lo uma grande reserva técnica, que pudesse ser visitada, que oferecesse aos pesquisadores, estudantes e professores a oportunidade do contato com a obra, tanto a artística quanto a documental, podendo-se, a partir daí abrir eficientemente o Museu.

Sua inauguração está prevista para acontecer ainda este ano, possivelmente em novembro. O novo projeto museográfico permitirá ao estudioso da arte conhecer uma coleção íntegra, reunida num só local, tornando possível se mover com a segurança necessária, tanto nas obras raras, como nos arquivos deslizantes do acervo de papel ou, se desejar, contemplar as pinturas e esculturas, nos seus trainéis e estantes. Toda a coleção que fundamenta o conhecimento sobre o ensino da arte no século XIX estará disponível, bem como o arquivo informatizado, em sala própria para a pesquisa. Hoje o Museu D.João VI já tem disponível três bancos de dados em sua base: Acervo, Guia de fontes bibliográficas e Personalidades da Academia. (<http://www.djoaovi.ufrj.br/>), sendo sua atual coordenadora a museóloga Ana Maria M. de Alencar.



O Museu D. João VI ressurge como fênix de suas próprias cinzas e, assim como a ave mítica que simbolizava a esperança e a continuidade, a permanência e a imortalidade, ele se renova e se insere na exigência do mundo contemporâneo. Alheio às prerrogativas de ser um museu tesouro, ele vai assumindo sua própria identidade, a serviço da arte e do ensino e pesquisa. Como museu universitário ele se ajusta à exigência do tempo presente e, na eternidade de um novo ciclo, se ergue redivivo como obra, que, por sua vez, dá testemunho do significado da Escola de Belas Artes para a formação do artista brasileiro, enquanto preserva nosso patrimônio cultural para as gerações futuras.

Referências

LUZ, Angela Ancora . Perspectivas contemporâneas para “um museu acadêmico”: a reforma do Museu D. João VI da Escola de Belas Artes. In: CONGRESSO DA AICA, 41, 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, out. 2007.

SEMINÁRIO DA ESCOLA DE BELAS ARTES, 180., 1998, Rio de Janeiro. *Anais... Sônia Gomes Pereira (Org.)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

TERRA, Carlos Gonçalves (Org.). *Arquivos da Escola de Belas Artes*. Rio de Janeiro, n.16, 2003.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1987.

Arquitetura e acervos x Acervo de arquitetura

Elizabete Rodrigues de Campos Martins
João Cláudio Parucher
Cláudio Muniz Viana

O Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD) como “lugar de memória” do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, apresentou no seminário, idealizado pela equipe do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI/UFRJ), as especificidades relativas ao processo de criação deste curso através de seus documentos específicos. Entretanto, em virtude da peculiaridade deste tipo de acervo, no qual misturam-se objetos cuja variação de suportes¹ e de técnicas² ora os confere valor de obra rara, ora os identificam como especializados - tal qual o de arquitetura que é a base para os complementares como: estruturas, instalações entre outros -, entendeu-se por elaborar uma exposição da organização quantitativa dos documentos. Ao contrário de uma apresentação técnica representada apenas por planilhas quantitativas, optou-se por ilustrá-las com trabalhos selecionados de ex-alunos, depois arquitetos, de grande importância na consolidação da Arquitetura Moderna Brasileira. Por isso, o quantitativo ilustrado expressa a historiografia do campo e a do próprio NPD, mas se entremeia às biografias destes profissionais relevantes para o ofício, ainda que de modo resumido.

A idéia do campo da **Arquitetura** constituir um **Acervo** se originou na década de oitenta com a criação do Centro de Pesquisa e Documentação, depois Núcleo de Pesquisa e Documentação, pelo diretor da FAU-UFRJ à época, arquiteto Ulysses Burlamaqui. Esta criação estruturava-se justamente na idéia da constituição de

1 papel canson, manteiga, vegetal de diferentes gramaturas, etc.

2 aquarela, pastel, grafite, nanquim, canetas esferográficas e hidrocor, etc.

um acervo com fontes documentais específicas à disciplina para o desenvolvimento de diferentes estudos no campo da historiografia, tanto na escala do edifício como na do urbanismo.

Apesar do interesse em reunir e sistematizar a documentação, é interessante rememorar que durante o período do curso de arquitetura compartilhado ao da ENBA, era exigido aos alunos realizar todos os trabalhos práticos nos ateliers da escola. Os desenhos eram fixados nas pranchetas, carimbados e assinados pelos professores da disciplina, mantendo a integral permanência dos alunos na própria escola como de parte substancial dessa produção. Com estes originais se constituíram as “coleções”: alunos da ENBA - Escola Nacional de Belas Artes até 1944, FNA - Faculdade Nacional de Arquitetura de 1945 a 1965 e, da FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo a partir de 1966, quanto os específicos das disciplinas, geometria descritiva, plástica, entre outros, os quais serão reorganizados nos períodos referentes a identificação das escolas.

Este processo foi pouco a pouco consolidando o Núcleo de Pesquisa e Documentação - NPD - num importante **Acervo de Arquitetura**, no qual estão tutelados “documentos-memória” de seus antigos discípulos, como diferentes fundos e coleções de profissionais cuja atuação na constituição e consolidação do campo da arquitetura e da cidade foram de extrema relevância. Quer dizer, aqueles identificados com a autoria dos “primeiros modernistas” como, por exemplo, os de Jorge Machado Moreira, Carlos Leão e Affonso Eduardo Reidy.

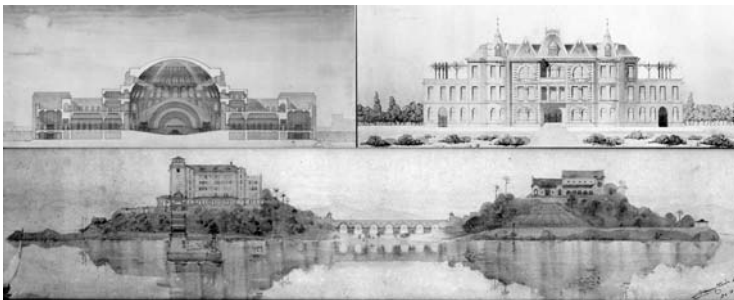
Na conservação dos desenhos, quer dos originais ou de cópias, adota-se o princípio básico da inalterabilidade do tempo, da técnica e em função do estado físico de seus suportes, a intervenção é apenas realizada objetivando garantir a estrutura do suporte. O que requer o seguinte procedimento metodológico: higienização, catalogação (quando necessário), restauração, acondicionamento e a digitalização através de câmera fotográfica digital, resguardando os suportes e as técnicas da luz emitida por scanners.

O acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação atualmente se constitui de sete coleções e dezesseis fundos, totalizando 70.000 documentos, incluindo desenhos, plantas técnicas, documentos pessoais e fotografias. Para tanto o processamento dos arquivos de cada arquiteto é inserido dentro de um contexto de descrição documental, com vistas à padronização, conforme preconiza as normas de descrição entre instituições de memória. Esta descrição é atrelada a uma possível regulação, mediante levantamento prévio, de indicação de autoria e produção sobre os conjuntos documentais existentes no Núcleo.

Outra medida importante para regular as atividades de descrição é o levantamento dos documentos iconográficos, muitas vezes sem quaisquer pistas para sua identificação, suscitando uma *prospecção* em cada imagem tornando-se possível filtrar atributos figurativos necessários à indexação e posterior produção de palavras-chaves utilizadas nas pesquisas das áreas específicas, de acordo com os gêneros documentais abaixo descritos.

Alunos da ENBA, FNA e FAU

Coleção	Plantas	Desenho	Catalogados	Total
ENBA , FNA e FAU	2088	3632	2478	5720



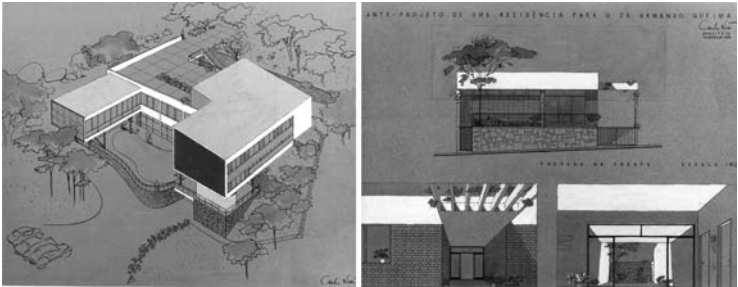
Carlos Azevedo Leão

Fundo	Plantas	Catalogados	Total
Carlos Leão	326	326	326

Carlos Leão formado em arquitetura na turma de 1931 da Escola Nacional de Belas Artes. No início de sua carreira profissional colaborou no escritório de Lúcio Costa e Warchavchik.

Após o término desta sociedade continuou trabalhando com Lúcio Costa que o incluiu na equipe que projetou o Ministério da Educação e Saúde. E foi principalmente pela influência no convívio com Le Corbusier , consultor deste projeto, que passou a imprimir em seus projetos traços com mais leveza e harmonia em seus trabalhos.

Carlos Leão concebeu o projeto que serviu de base para a construção da Escola Naval e participou de outros grandes projetos. Mas foi nos projetos de residências que Leão se destacou e se dedicou por mais tempo. Projetou a residência Homero Souza e Silva em Cabo Frio com detalhes associados diretamente ao gosto de cada membro da família. Desenvolveu um trabalho para Carlota de Macedo Soares em que transcendera seu ofício de arquiteto e permitiu-se atuar como topógrafo no loteamento Samambaia em Petrópolis para a construção da residência. Contudo, Carlos Leão desenvolveu uma de suas habilidades artísticas em outra categoria: *o nu feminino*. Desenvolveu esta arte com o auxílio de sua sobrinha Suzana de Moraes que o incentivara posando como modelo e no estímulo a seguir desenhando, o que lhe rendeu algumas mostras em exposições.

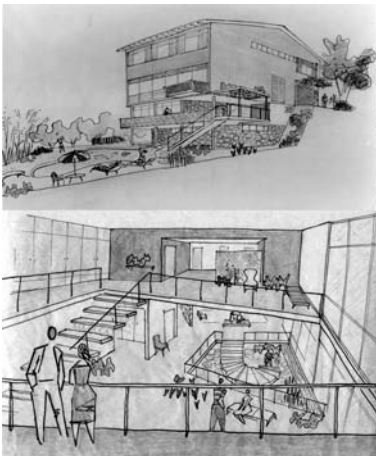


Jorge Machado Moreira

Fundo	Plantas	Fotografias	Catalogados	Total
Jorge M. Moreira	2156	552	998	2708

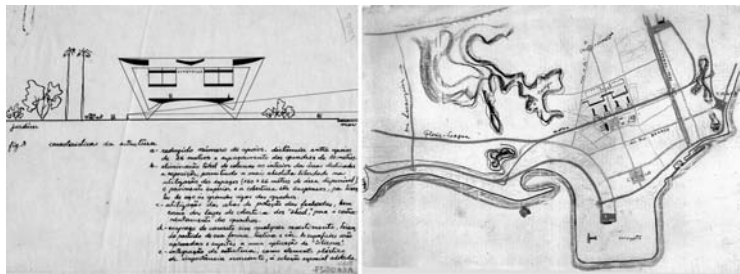
Formou-se pela Escola Nacional de Belas Artes em 1932. Iniciou sua carreira em meio ao antagonismo de ideais marcado pelos estilos neocolonial e o modernismo, fazendo-se adepto deste. Fato que confirma isto é o seu ingresso na Construtora Baerlin, onde o gosto pelo neocolonial ainda determinava os projetos. A partir de alguns projetos com conceitos de arquitetura racionalista atrelados às condições sociais e princípios plásticos contemporâneos Jorge Machado passa a sinalizar com uma nova proposta para a arquitetura da época.

Sua participação no projeto do Ministério da Educação e Saúde, determinante em sua carreira pelo contato com Le Corbusier e Lúcio Costa foi a confirmação do estilo com linguagem moderna. As construções de monoblocos gigantes para instituições foram a marca de sua arquitetura para selar um novo estilo encontrado pelas cidades que projetou. Fato que culminou com o seu ingresso como arquiteto-chefe no escritório técnico da Universidade do Brasil para desenvolver o projeto da Cidade Universidade.



Affonso Eduardo Reidy

Fundo	Plantas	Negativos	Fotografias	Catalogados	Total
A.E.Reidy	69	26	350	445	445



Nasceu em 1909 em Paris, filho de pai inglês e mãe brasileira. Formou-se pela ENBA em 1930, ano em que foi premiado com o Grau Máximo, concurso realizado ao final da graduação. Pelo trabalho intitulado *Palácio de Convenções Rotarianas*, Reidy recebeu medalha de ouro na ENBA e medalha de prata no IV Congresso Pan-americano de Arquitetos, seção escolar, realizado em 1930 na cidade do Rio de Janeiro.

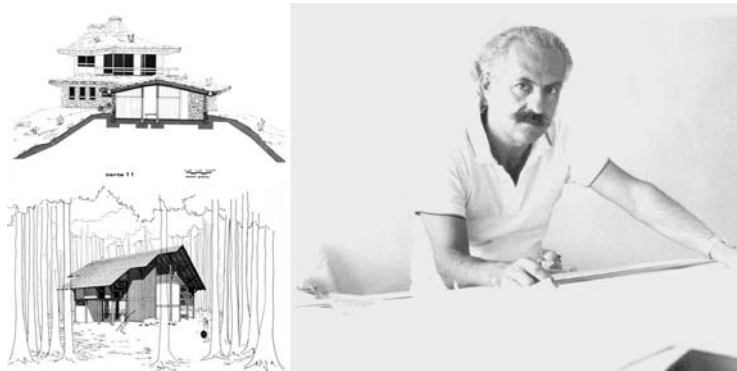
Reidy atuou mais como arquiteto funcionário público no Município do Rio de Janeiro durante sua vida profissional e com sua arquitetura ajudou a interferir no novo cenário que se descortinava sobre um novo tempo e de uma nova tendência, através de uma arquitetura racionalista. Mas destacara-se também no campo urbanístico, onde fora encarregado a dar seqüência aos projetos do urbanista francês Alfred Agache.

Fazer uma arquitetura social e econômica era uma marca de seu trabalho, o projeto do *Conjunto Residencial de Pedregulho* demonstra bem essa característica, com conceitos que apontam soluções para famílias de baixa renda em um espaço que congrega serviços de educação, saúde, lazer e comércio como forma a facilitar a vida daquelas famílias menos favorecidas.

Reidy morreu prematuramente em 1964 aos cinquenta e cinco anos antes de ver a conclusão da obra do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, um de seus principais projetos ao lado da engenheira e companheira Carmem Portinho.

Severiano Mario Porto

Fundo	Plantas	Quadros	Fotografias	Catalogados	Total
Severiano M. Porto	45000	103	186	45128	45289



Formou-se pela Faculdade Nacional de Arquitetura pela Universidade do Brasil (atual UFRJ), em 1954. Ganhou reconhecimento através de sua arquitetura sustentável, utilizando-se de técnicas e materiais que valorizavam, sobretudo, abordagem holística sobre as condições da região Amazônica. A madeira, alguns procedimentos dos nativos, o clima e os recursos naturais da região associados às tecnologias modernas determinaram essa arquitetura que conjuga conceitos ecológicos às soluções simples e eficientes.

Dentre tantos projetos que podem confirmar esse tipo de arquitetura, o projeto da Pousada Silves traduz a forma como Severiano Mário Porto trabalhou e transformou um espaço de difícil acesso e distante 50 minutos de Manaus em uma opção de lazer e promoção de empregos. Utilizou material e mão de obra local e medidas

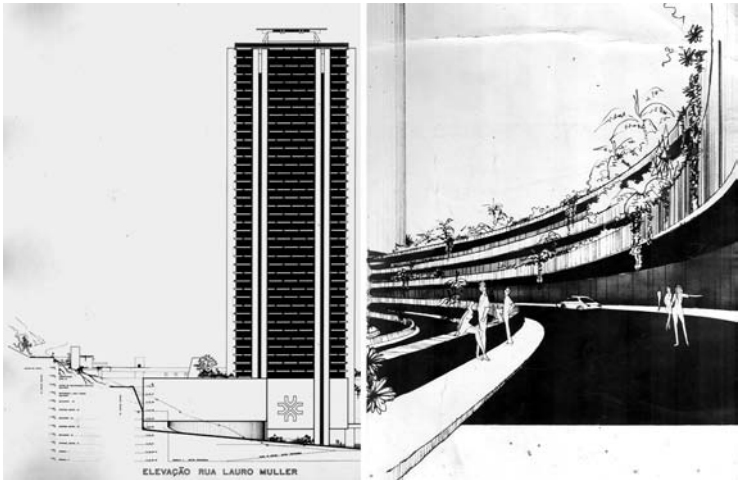
para não agredir o meio ambiente. A estrutura da Pousada contou com madeiras que foram utilizadas de forma *in natura* na estrutura da construção.

Em 1968 Severiano fundou escritório de arquitetura com seu colega, da FNA, Mário Emílio Ribeiro, parceria que durou até novembro de 1989. A sede ficava em Manaus e sua filial no Rio de Janeiro.

Em 2003 foi agraciado com título de Professor *Honoris Causa* pela FAU-UFRJ.

Ulysses Bularmaqui

Fundo	Plantas	Plantas cópias	Fotografias	Total
Ulysses Bularmaqui	1100	147	186	3078
	Desenhos	Mapas	Catalogados	
	500	216	929	



Ulysses Petrônio Burlamaqui formou-se em arquitetura, pela Faculdade Nacional de Arquitetura – UFRJ (atual FAU), no ano de 1950. Foi professor de Planejamento de Arquitetura nesta instituição a partir de 1951. Durante sua gestão como Diretor da FAU, na

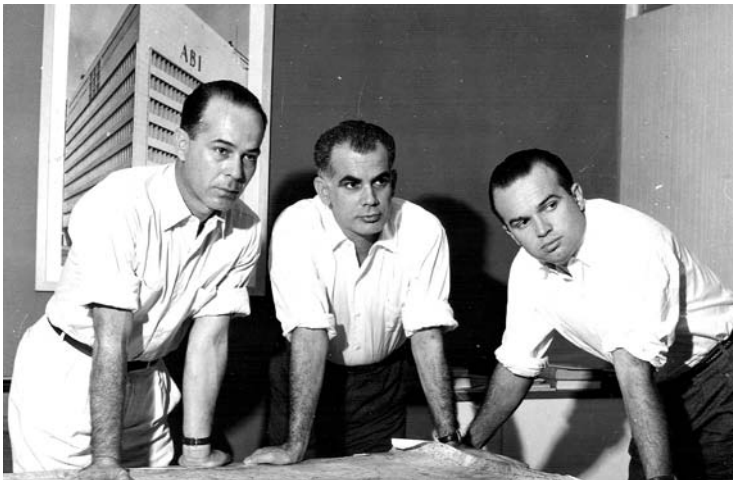
década de 1980, fundou o Centro de Pesquisa e Documentação, atual Núcleo de Pesquisa e Documentação, em 14 de abril de 1982.

Dentre mais de uma centena de projetos realizados destacam-se: Centro Científico da CTB, em Botafogo; Residência Roberto Campos na Gávea Pequena; Conjunto Habitacional na Estrada do Tambá - RJ; Escolas Pré-Fabricadas nos subúrbios do Rio.

Obteve como principais premiações: Menção Honrosa no Congresso Internacional de Arquitetura – Perú – Lima em 1948; Concurso de estudantes – IAB em 1949; Concurso Internacional Peugeot – Buenos Aires em 1962 (colaborador Marcos Konder Neto); Prêmio IAB em 1963; Prêmio Shell de Arquitetura em 1963; Prêmio anual IAB em 1964; 2º lugar no Concurso Casa da Moeda – Rio em 1971 (colaborador Alexandre Chan e Roberto Cavalcanti); 1º lugar no Concurso Privado UEB-CENTER – Rio em 1973 (colaborador Alexandre Chan) que originou o projeto do Rio Sul Shopping Center.

Irmãos Roberto

Fundo	Plantas	Negativos	Fotografias	Slides	Total
MMMRoberto	524	936	2973	1024	5457

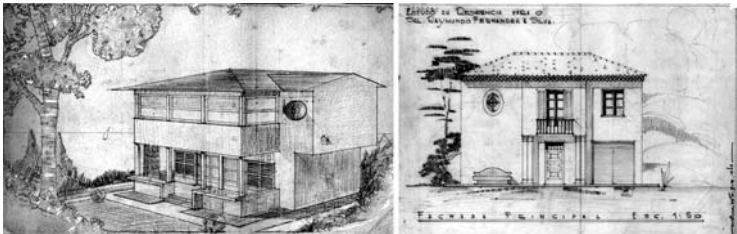


Francisco Bolonha

Fundo	Plantas	Negativos	Fotografias	Total
Francisco Bolonha	1183	14	197	1394

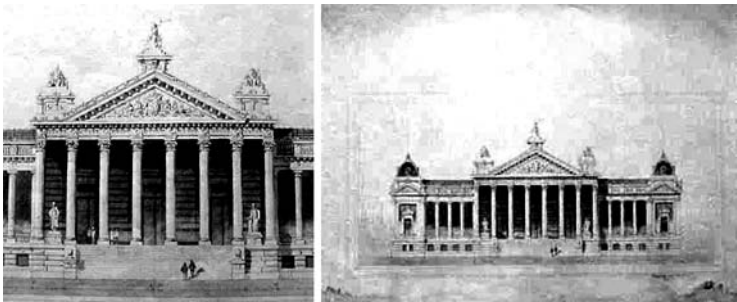
Stélio Alves de Souza

Fundo	Plantas	Desenhos	Mapas	Catalogados	Total
Stélio Alves de Souza	520	101	70	413	691



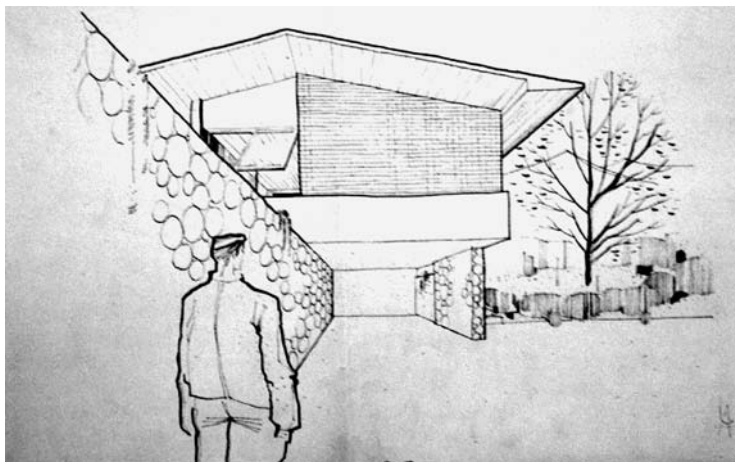
Morales de Los Rios

Fundo	Plantas	Catalogados	Total
Morales de Los Rios	97	97	97



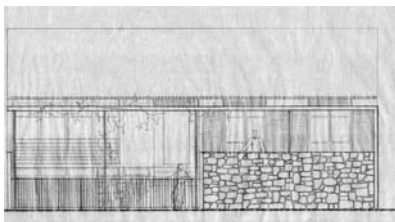
Rolf Werner Huther

Fundo	Plantas	Catalogados	Total
Rolf Werner Huther	1500	***	1500



Aldary Henriques Toledo

Fundo	Plantas	Catalogados	Total
Aldary H. Toledo	1500	247	1500



Os Acervos Técnicos, no qual se inclui os de Arquitetura, ganham importância tornando-se objeto para a reflexão de arquivistas, historiadores e arquitetos, bem como de diferentes instituições que vêm se preocupando com a expansão deste arquivo especializado, como é o caso do Centro George Pompidou em Paris. No país, diferentes instituições já sinalizam a necessidade de organizar seus acervos, como é o caso da Universidade Federal de Juiz de Fora, o que ampliará a rede de pesquisas da história e da teoria deste campo específico.

Reconhecendo a importância desses acervos, o Arquivo Nacional, instituiu, em 2007, a Câmara Setorial de Arquivos Técnicos de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, visando mapear os acervos desta natureza a fim de implementar normas nacionais. Este mapeamento objetiva, sobretudo, a salvaguarda dos documentos originais nas localidades em que se originaram e que, com os arquivos digitais, alargam a perspectiva de consulta nacional, preservando o direito de autor a eles pertinentes.

Referências

BONDUKI, Nabil. Affonso Eduardo Reidy. São Paulo: Instituto Lina Bo & P.M. Bardi, 2000.

BURLAMAQUI, Ulysses Petrônio. Curriculum Vitae. Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação FAU/UFRJ. Rio de Janeiro. Datilografado.

CZAJKOWSKI, Jorge. Jorge Machado Moreira. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, 1999.

MANUSCRITO sobre Carlos Leão: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação FAU/UFRJ. Rio de Janeiro, 1993.

MARTINS, Elizabete Rodrigues de Campos. A arquitetura brasileira de Severiano Mario Porto. In: *Arquitextos*: texto especial, São Paulo,, n.43, texto especial n.209, dez.2003.Disponível em <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp209.asp>

MEIRIÑO, Marcelo J.. Arquitetura e sustentabilidade. In: *Arquitextos*: texto especial, São Paulo, n.47, texto expecial n. 227, abr.2004. Disponível em <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp227.asp>

ROVO, Mirian Keiko Ito; OLIVEIRA, Beatriz Santos. Por um regionalismo eco-eficiente: a obra de Severiano Mário Porto. In: *Arquitextos*: texto especial, São Paulo, n. 47, texto especial, 226, abr.2004. Disponível em <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp226.asp>

Memória do trabalho, memória sindical, memória política: o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro

Elina G. da Fonte Pessanha
Marcos Aurélio Santana Rodrigues

1. O AMORJ

O Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro é um núcleo de pesquisa e documentação, sediado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e voltado para a recuperação, registro e preservação do patrimônio material e imaterial referente à história do trabalho, dos trabalhadores e suas organizações. Partindo de uma perspectiva bastante abrangente, o AMORJ tem tentado cobrir as características de constituição e trajetória de diversos segmentos da classe trabalhadora, sua experiência de trabalho em diferentes ambientes, seus esforços de reprodução, suas manifestações culturais, suas várias formas de resistência e atuação política, além da história das instituições relacionadas ao mundo do trabalho.

Respeitando a distinção (HALBWACHS, 1990; NORA, 1993) entre a *história*, operação intelectual que demanda análise e discurso crítico, e a *memória* (dos indivíduos ou coletiva), esta última sujeita a permanentes seleções, omissões - nem sempre voluntárias - e reelaborações durante o processo de sua produção ou reprodução, a proposta do AMORJ vai além, e pretende possibilitar, entre esses campos, um debate revelador de múltiplas possibilidades (DE DECCA, 1992). Acredita-se que, com isso, revalorizam-se as formas de “visita ao passado” e de reconstrução da memória à luz do presente, viabilizando a produção de uma história “nova”, mais densa e complexa.

As noções de “experiência” e de “auto-construção” dos grupos sociais e da “classe” (THOMPSON, 1987) são, nesse sentido, referências centrais ao trabalho, orientando não só a pesquisa e a análise, como, no plano documental, a consideração da lógica interna de organização de informações e coleções de militantes ou institucionais. Num cenário em que ocorreram profundas mudanças no mundo do trabalho (PIALLOUX e BEAUD, 1999; BEYNON, 1995; HYMAN, 1994; SUPLOT, 1999) por força dos ajustes capitalistas e na tentativa de desregulamentação das relações trabalhistas (PESSANHA e MOREL, 1999), a “tradição”, mais do que representar o atraso, pode se revelar força ativa na defesa de direitos históricos duramente conquistados. Preservá-la é garantir à sociedade e aos grupos sociais que a produziram, ou que a eles se seguiram ou seguirão, a liberdade necessária para apreciá-la e orientar criticamente suas futuras ações.

O AMORJ foi criado no final dos anos 80, e veio se juntar a outras iniciativas que consideravam que, apesar da importância social da classe trabalhadora e do crescente interesse acadêmico por sua história, os registros materiais de trajetórias individuais e coletivas de seus principais atores - contrariamente ao que ocorria em relação às elites - não recebiam o cuidado merecido. Desse ponto de vista, no caso do Estado do Rio de Janeiro, o AMORJ desempenhou um papel pioneiro, que se mantém peculiar, quanto ao recorte temático, até hoje.

Seu acervo físico, inicialmente reunindo documentação oriunda de algumas pesquisas acadêmicas concluídas¹, foi progressivamente enriquecido por outras pesquisas, por doações de coleções particulares de militantes sindicais e políticos e de material institucional (muitas vezes porque ameaçado de destruição ou disper-

1 Tais pesquisas desenvolviam-se no âmbito do Projeto *O Trabalhador Carioca-Produção e Reprodução da Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro*, financiado pela FINEP a partir do início dos anos 80, e que reunia os Professores Alice Abreu, Bila Sorj, Elina Pessanha, José Ricardo Ramalho, Luiz Antonio Machado da Silva, Maria Rosilene Alvim, Paola Cappellin, Regina Morel e Vera Pereira.

são), e pela reunião sistemática de exemplares da imprensa sindical e local, de dissertações e teses sobre temas afins aos objetivos do Arquivo.

Hoje, esse acervo está distribuído por 02 Fundos e 55 Coleções (Particulares, Institucionais e Acadêmicas), e reúne material relacionado a:

- 1) setores profissionais, sindicatos, organizações partidárias e partidos políticos vinculados às classes trabalhadoras - no campo e na cidade - ou aos chamados “setores populares”;
- 2) militantes e lideranças sindicais e político-partidárias expressivas;
- 3) atores e instituições da área dos direitos - e da Justiça - do trabalho.

O acervo compõe-se de documentação arquivística, bibliográfica e iconográfica (em originais, reproduções e microfilmes) e ainda material sonoro e áudio-visual. Inclui uma coleção significativa de periódicos, nacionais e estrangeiros com 2542 títulos, organizados e catalogados. Conta ainda com uma Coleção importante de depoimentos orais (mais de 500 fitas gravadas), de militantes sindicais e político-partidários, dos mais variados matizes, entre eles Apolônio de Carvalho, Tibor Sulik, Jorge Bittar, Geraldo Cândido, Washington Costa; e também de atores expressivos da história dos direitos e da Justiça do Trabalho no país, como Evaristo de Moraes Filho, Arnaldo Sussekind, Roberto Santos, Francisco Fausto e outros.

A documentação reunida tem sido objeto de consulta pela comunidade acadêmica nacional e estrangeira e pelo público em geral. Várias dissertações e teses produzidas nos Programas de Pós-Graduação em História, nas áreas das Ciências Sociais e outras afins, no próprio Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS, em outras unidades da UFRJ, nas Universidades do Estado do Rio de Janeiro e de outras regiões do país, além de algumas no exterior, se benefi-

ciam dos dados, informações e imagens recolhidas no Arquivo. Os documentos em microfilmes, formados basicamente por cópias do material preservado - durante o regime militar pós-64 - pelo Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro - ASMOB na Fundação Feltrinelli, em Milão/Itália, foram adquiridos pela UFRJ, e abriram para os pesquisadores fluminenses a oportunidade de acessar um material até então só disponível em São Paulo.

Em torno da proposta do AMORJ associam-se professores/pesquisadores e estudantes, bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, de três departamentos da UFRJ: Antropologia Cultural, História e Sociologia. As pesquisas desenvolvidas ligam-se ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - através das linhas de pesquisa “Relações de Trabalho e Relações de Poder” e “Desigualdades Sociais” - e ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, ambos do IFCS².

Estar constituído como um arquivo de memória política, sindical, das relações e direitos do trabalho, dentro da universidade, tem vantagens que não podem deixar de ser destacadas. Campo de disputas explícitas, a política envolve interesses e paixões muitas vezes contraditórios. A Universidade, nesse sentido, apresenta-se como espaço possível para abrigar a memória das diferenças que se manifestam mesmo entre aqueles indivíduos e instituições que compartilham a defesa do trabalho e dos trabalhadores, e o AMORJ tem pretendido possibilitar a coexistência e a manifestação dessa diversidade.

2 Fazem parte da Diretoria do AMORJ, os professores Paola Cappellin, Maria Rosilene Alvim, Marco Aurélio Santana (PPGSA) e Anita Prestes (PPGHC). A professora Sandra Rebel Gomes (UFF) é consultora do AMORJ para assuntos referentes à documentação e ao acervo virtual. Os atuais bolsistas de Iniciação Científica são Miguel Carvalho Rego, Gustavo Moura, Natália Batista Peçanha e Marília El- Kaddoum Trajtenberg. Colabora também com o AMORJ o doutorando do PPGSA José Luiz Soares.

2. O acervo do AMORJ

A) O acervo físico

O AMORJ possui um rico e volumoso acervo físico, distribuído principalmente em fundos e coleções. Os Fundos são dois, e referem-se à documentação de dois partidos políticos, o Partido Comunista Brasileiro e o Partido dos Trabalhadores.

O Fundo PCB é um fundo fechado que compreende documentação bibliográfica e arquivística, esta cobrindo o período de 1979 a 1991. Foi doado ao AMORJ quando da criação do Partido Popular Socialista (PPS). A biblioteca reúne mais de 2500 volumes, originários de doações de filiados ao partido. O conteúdo deste acervo bibliográfico é rico em assuntos como política, economia, partidos políticos, movimento sindical, literatura brasileira e estrangeira, história do Brasil e dos países do “bloco socialista”, entre outros.

O Fundo PT é um fundo aberto, e reúne documentos textuais, documentos impressos, documentos audiovisuais e material museológico, produzidos a partir de 1979. Esse material, referente à trajetória nacional e local da instituição (Rio de Janeiro principalmente, e alguns outros estados de forma mais modesta) foi em grande parte doado pelo próprio partido, por gabinetes de deputados e vereadores e por militantes, mas também é resultado de levantamentos realizados pela equipe do AMORJ. Recentemente o AMORJ recebeu uma grande doação (cerca de 200 caixas-box) da executiva local do Partido dos Trabalhadores, documentação essa que começa a ser organizada.

Já as coleções que compõem o acervo, distribuem-se por 3 modalidades. As coleções institucionais reúnem os mais variados tipos de documentação e foram, majoritariamente, doadas por instituições sindicais, arquivos, partidos políticos, grupos acadêmicos, organizações várias. Merecem destaque, entre elas: a Coleção Movimentos e Organização dos Trabalhadores Rurais no Brasil - MOTR, doada pela ONG KOINONIA - Presença Ecumênica e Serviço (originária do CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação),

por intermediação da Professora Neide Esterici (IFCS-UFRJ), compreendendo documentação diversificada sobre a atuação e a luta dos trabalhadores no campo; a Coleção NUPES - Núcleo de Estudos Sindicais, constituída sob a coordenação dos professores José Ricardo Ramalho e Paola Cappellin e a colaboração, entre outros, do professor Marco Aurélio Santana; a coleção Entidades Sindicais, reunida pela equipe do AMORJ; as Coleções relativas às Centrais Sindicais CUT, CGT, Força Sindical e CAT; as Coleções relativas a partidos políticos, como o PCdoB, PDT, PSB, PSTU e a Reconstrução do Partido Comunista Brasileiro-RPCB; a Coleção Organizações de Esquerda; a Coleção Movimento Estudantil; a Coleção Pastoral do Trabalhador. Destaque-se finalmente, a Coleção Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro – ASMOB, de microfilmes, que foi adquirida pela UFRJ, como já citado anteriormente. Entre seus mais de 90 mil fotogramas, encontram-se os arquivos privados de Astrogildo Ribeiro e Roberto Morena, documentação sobre o exílio pós-64.

As coleções particulares são muitas e altamente diversificadas em termos de sua origem e do volume e variedade de documentos reunidos, compreendendo documentos textuais, recorte de jornais, correspondência, fotos, etc. Há coleções de militantes sindicais, políticos e de organizações, compondo uma expressiva amostra do perfil de indivíduos - indiretamente de instituições - comprometidos com a defesa dos interesses dos trabalhadores, em períodos diversos e com estratégias diferenciadas de ação. A relativa concentração de coleções de militantes do PCB explica-se em virtude da participação do AMORJ no projeto “Memória do PCB”, em que o Arquivo desempenhou o papel de principal receptor desse tipo de material documental no Rio de Janeiro.

Entre as coleções particulares estão as de Antonieta Campos da Paz, Ângelo Labanca, Eduardo Stotz, Eloíza Felizardo Prestes, Geraldo Cândido, Giocondo Dias, Hércules Correia, João de Deus da Silva, Leôncio Basbaum, Leônidas Cardoso Júnior, Moisés Vinhas, Tibor Sulik e Ulisses Lopes, para citar apenas algumas. Esta última,

foi doada ao AMORJ por intermediação do professor Marco Aurélio Santana, e possui fotos bastante expressivas da trajetória do militante sindical e da história do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

As coleções oriundas de pesquisas reúnem-se principalmente em torno de duas linhas: uma mais voltada para a história de trabalhadores e de seus sindicatos, compreende por um lado, documentação e depoimentos de operários da CSN - Companhia Siderúrgica Nacional, da antiga FNM - Fábrica de motores Nacional e de estaleiros da Indústria Naval, recolhidos respectivamente pelos professores Regina Morel, José Ricardo Ramalho e Elina Pessanha. Rico material está presente também nas coleções: Bairro e Fábrica, doada pela professora Francisca Nogueira (Programa de Pós-Graduação em História Social - PPGHS / IFCS); Secretária, uma ambiguidade em feitiço de profissão, doada pela professora Bila Sorj (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA / IFCS); e Escola de Líderes Operários, doada pela professora Fátima Tavares (UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora). Além disso, a Coleção No Calor do Fogo, doada pela professora Lourdes Canosa, agrega produtos de sua pesquisa com operários da Nova Cosim, siderúrgica paulista.

A outra linha permite recuperar a trajetória da Justiça do Trabalho e a configuração dos direitos trabalhistas, através de documentação e de um banco de depoimentos orais de seus operadores. Refere-se fundamentalmente à pesquisa História dos Direitos e da Justiça do Trabalho no Brasil, coordenada pelas professoras Ângela de Castro Gomes (CPDOC Centro de Pesquisa e Documentação História e UFF Universidade Federal Fluminense), Regina Morel e Elina Pessanha (UFRJ), que contou com o apoio do CNPq e da FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro e reuniu farto material, entre textos, documentos, depoimentos e dados coletados através da realização de um *survey*. Aplicado aos mais de 2500 juizes do trabalho de todo

o país, o *survey* permitiu traçar o seu perfil sociológico e registrar as suas opiniões sobre temas relativos ao alcance e atuação da Justiça do Trabalho, liberdade sindical e reformas trabalhistas (GOMES, PESSANHA e MOREL, 2003, e MOREL, GOMES e PESSANHA, 2007). Os depoimentos orais já parcialmente editados resultaram de entrevistas em profundidade (mais de 30 horas de gravação, cada) com dois construtores de nosso Direito do Trabalho, Evaristo de Moraes Filho e Arnaldo Sussekund, também registrados em livros publicados (GOMES, PESSANHA, MOREL, 2003 e MOREL, GOMES, PESSANHA, 2007); e de entrevistas de história de vida (3 horas de gravação em média, cada), com 28 juizes e 3 procuradores do trabalho, de diversas gerações e regiões do país³.

O acervo possui ainda uma coleção de fotos, constituída basicamente por cópias descartadas - doação efetuada pelo Jornal do Brasil no início da década de 90 - e por material constante de outras coleções. A coleção de cartazes referentes a eventos, manifestações, etc., é expressiva, reunindo cerca de 800 peças. O quadro a seguir exhibe o conjunto de fundos e coleções do acervo.

Acervo do AMORJ

FUNDOS

- Partido Comunista Brasileiro
- Partido dos Trabalhadores

COLEÇÕES INSTITUCIONAIS

- Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro
- Bancários Perseguidos pela Ditadura e a Luta pela Anistia
- Central Autônoma dos Trabalhadores
- Central Geral dos Trabalhadores
- Central Única dos Trabalhadores
- Coletivo Gregório Bezerra
- Entidade Sindicais
- Força Sindical

3 Foram realizadas entrevistas no Rio, São Paulo, Brasília, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Maranhão e Bahia.

- Grupo Tortura Nunca Mais
- Movimento Estudantil
- Movimentos e Organização dos Trabalhadores Rurais no Brasil
- Organizações de Esquerda (1969-1974)
- Partido Comunista do Brasil
- Partido Democrático Trabalhista
- Partido Socialista Brasileiro
- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
- Pastoral do Trabalhador
- Reconstrução do Partido Comunista Brasileiro

COLEÇÕES PARTICULARES

- Almir de Oliveira Neves
- Ana Maria Batista
- Angelo Morena
- Anita Leocádia Prestes
- Antonieta Campos da Paz
- Armando Ribeiro
- Carlson Magno Barbosa
- Celso Rodrigues Maio
- Edmundd Frow
- Eduardo Stoltz
- Eloiza Felizardo Prestes
- Geraldo Cândido
- Giocondo Dias
- Ingrid Sarti
- Hamilton Garcia
- Henrique Ferreira Gama
- Hércules Corrêa
- João Angelo Labanca
- João de Deus da Silva
- Leôncio Basbaum
- Leônidas Cardoso Júnior
- Luiz Branco do Valle
- Luiz Fernando Gallotti

- Marcelo Camurça
- Marcos Jaimovich
- Marcus Miranda
- Moisés Vinhas
- Muniz Ferreira
- Silvio Tavares
- Sócrates Gonçalves

COLEÇÕES DE PESQUISAS ACADÊMICAS

- No Calor do Fogo
- Companhia Siderúrgica Nacional
- Escola de Líderes Operários
- Estado e Classe Trabalhadora nos Governos Militares (1964-1985)
- Fábrica Nacional de Motores
- Indústria da Construção Naval do Rio de Janeiro
- Secretária: Uma Ambigüidade em Feitio de Profissão
- Direitos e Justiça do Trabalho no Brasil

CATÁLOGOS GERAIS

- Catálogo de Cartazes
- Catálogo de Depoimentos
- Catálogo de Fitas Cassete de Áudio
- Catálogo de Fitas Cassete de Vídeo
- Catálogo de Livros (Fundo PCB)
- Catálogo de Periódicos jornais e revistas
- Catálogo de Teses e Dissertações
- Catálogo dos Documentos Anarquistas da Coleção Asmob
- Catálogo sobre a Repressão Política no Brasil (1964-1985)
- Catálogo Mulheres Militantes no Acervo do AMORJ

O AMORJ disponibiliza ao público, catálogos digitais referentes a seus fundos e coleções, além de alguns catálogos temáticos, que destacam partes do acervo, como Mulheres Militantes, Repressão Política 1964-1985, Documentos Anarquistas e outros. Esse material pode ser consultado em seu site na internet: www.ifcs.ufrj.br/~amorj/, onde brevemente estarão acessíveis também alguns depoimentos orais digitalizados⁴.



Página de abertura do site do AMORJ

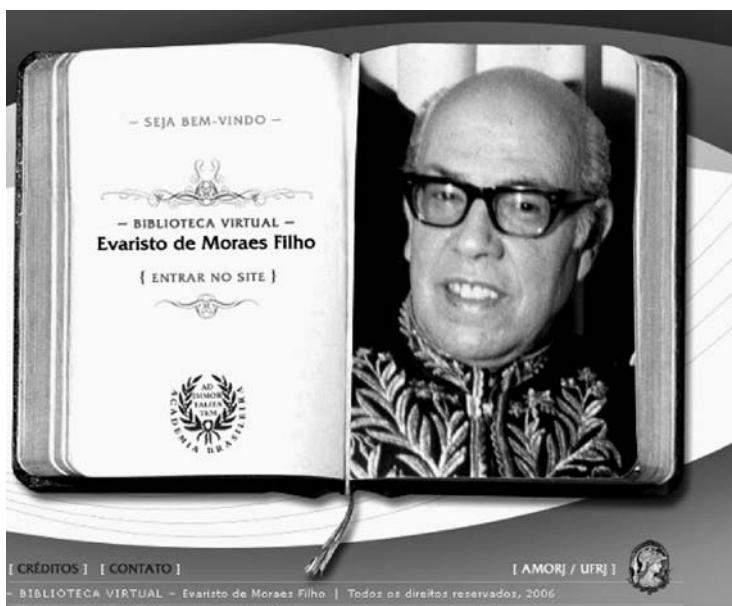
4 São também publicações do AMORJ: Calendário dos Metalúrgicos 1989-1990, 1989; Partido Comunista Brasileiro - Os anos de formação (1922-1929), 1994; Batis-tinha, o combatente dos trilhos, 1994; Partido Comunista Brasileiro - Caminhos da Revolução (1929-1935), 1995.

B) O acervo virtual

O AMORJ tem investido também, mais recentemente, na composição de um acervo virtual, para consulta em computadores colocados à disposição dos pesquisadores ou através da internet. Nesse sentido, conta atualmente com três conjuntos documentais.

1- O primeiro deles refere-se ao material digitalizado da Coleção do Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro (AS-MOB), cujos originais estão hoje de volta ao Brasil e abrigados na UNESP - Universidade Estadual Paulista, que generosamente tem disponibilizado sua reprodução. A Coleção conta com 22 CDS gravados, referentes a 319 títulos de periódicos que cobrem o período de 1902-1950 e se constituem em fontes preciosas para a pesquisa. A consulta a esse material digitalizado pode ser feita diretamente no AMORJ.

2- A segunda e expressiva iniciativa é resultante da montagem, a partir de vasta documentação pessoal, da Biblioteca Virtual Evaristo de Moraes Filho, disponibilizada via internet (www.bvmf.ifcs.ufrj.br).



Página de abertura da Biblioteca Virtual Evaristo de Moraes Filho (AMORJ)

Esta biblioteca virtual é um serviço de informação sobre a trajetória e obra do jurista, sociólogo e membro da Academia Brasileira de Letras, Evaristo de Moraes Filho. Atualmente com 93 anos, o ex-professor das Faculdades de Direito e Filosofia da UFRJ está ligado à história dos direitos do trabalho no Brasil (MORAES FILHO, 1971) em termos de ensino, pesquisa, atuação como um dos primeiros Procuradores do Trabalho, e proponente de reformas (é autor da proposta de Código do Trabalho, de 1963, abortada em 1964) e princípios constitucionais (fez parte da Comissão Afonso Arinos, que formulou propostas para a Constituição de 1988), sempre no sentido da maior democratização de nossas relações de trabalho (PESSANHA, VILLAS Boas e MOREL, 2005).



Primeiros Procuradores Regionais do Trabalho, reunidos com Ministro do Trabalho Armando Falcão, 1941 (Biblioteca Virtual Evaristo de Moraes Filho)

A organização da Coleção Pessoal do Professor Evaristo, realizada pelo historiador Marcos Aurélio Santana Rodrigues sob supervisão da professora Regina Morel, demandou vários anos de trabalho, e o quadro a seguir arrola os documentos cuidadosamente reunidos durante toda uma vida e gradualmente identificados e descritos graças à prodigiosa memória de seu principal ator. Grande parte desses documentos foi digitalizada e essas reproduções fazem parte do acervo virtual da Biblioteca.

Arquivo Evaristo de Moraes Filho			
TIPOS / ASSUNTOS	PERÍODOS	Quant	
SÉRIE 01. IMPRENSA (recortes)	1934-2005	1.719	
01.1. Artigos de Evaristo de Moraes Filho	1934-2000	285	
01.2. Resenhas, artigos e anúncios de livros de Evaristo de Moraes Filho	1943-1986	50	
01.3. Instalação da Justiça do Trabalho / Bahia	1941	11	
01.5. Anteprojeto do Código do Trabalho	1962-1964	201	
01.6. Notícias em geral	1937-2005	1.185	
SÉRIE 02. FOTOGRAFIAS	1930-2004	321	
02.1. Fotografias pessoais	1906-2004	118	
02.2. Fotografias em geral	1924-1997	201	
SÉRIE 03. CORRESPONDÊNCIAS	1932-2004	3411	
03.1. Correspondências enviadas em geral	1961-1985	20	
03.2. Correspondências recebidas - "Concurso e posse na cátedra na FND"	1957-1958	128	
03.3. Correspondências recebidas - "Posse na ABL"	1984	-	
03.5. Correspondências recebidas em geral	1932-2006	3522	
SÉRIE 04. DIVERSOS	1934-2007	640	
04.1. Atividades discentes de EMF	1930-1957	75	
04.2. Atividades docentes de EMF	1939-1976	93	
04.3. Funções públicas de EMF	1934-1969	102	
04.4. Diplomas e certificados	1949-1995	40	
04.5. Convites e homenagens	1938-2007	101	
04.6. Concursos públicos	1953-1958	21	
04.7. Cátedra de Sociologia e aposentadoria compulsória	1966-1969	29	
04.8. Congressos e seminários	1953-2006	48	
04.9. Fortuna crítica	1935-1998	11	
04.10. Currículos	-	15	
04.11. Discursos e textos em geral	-	87	
04.12. Instituições e empresas	1974-1985	18	

3- Finalmente, outra iniciativa em curso no AMORJ, é a organização do Núcleo DE Direitos - Documentação e Estudos sobre Direitos Sociais no Brasil, que deverá reunir documentos, dados, estudos, verbetes, referências, notícias, em diferentes áreas de construção e esforços para a expansão de direitos sociais em nosso país. Trabalho, Gênero, Ambiente, Infância e Juventude, Saúde, são algumas das áreas em que se tem investido para organizar e disponibilizar ao público, via internet, informações necessárias ao exercício pleno da cidadania⁵.

Objetivando colocar rapidamente o material produzido à disposição pública, o Núcleo DE Direitos vem se organizando na montagem de um site, que deverá informar àqueles que o consultarem sobre:

a) os principais estatutos, leis, preceitos constitucionais, códigos, convenções internacionais assinadas pelo Brasil, relacionados aos direitos de cada área (Estatuto da Criança e do Adolescente, CLT, códigos ambiental, por exemplo), destacando seus aspectos principais;

5 A questão da formatação e existência dos direitos é objeto de estudos clássicos no âmbito da Sociologia, que destacam as lutas históricas para alcançá-los e chamam atenção para a reação conservadora frequentemente acionada para impedir os seus avanços. O trabalho fundamental de Marshall (1987), descrevendo a progressiva e linear conquista – desde o século XVIII- dos direitos civis, políticos e sociais nas sociedades capitalistas ocidentais, assim como a descrição do desenvolvimento da chamada Era dos Direitos (Bobbio, 1992), têm servido de parâmetro para o entendimento do processo de construção da cidadania em vários países. Por outro lado, trabalhos como o de Hirschman (1992), por exemplo, têm analisado a resistência que se opõe a essas conquistas. No caso do Brasil, contribuições como a de José Murilo de Carvalho (1996 e 2001), entretanto, têm chamado atenção para o rompimento da lógica linear de avanço dos direitos exposta por Marshall, já que os chamados direitos sociais teriam sido - com o impulso do Estado pós-30 - os primeiros a vigorar de forma mais ampla em nosso país. As dificuldades e complexidade nos desdobramentos de acesso aos direitos, de toda forma, continuam mobilizando os pesquisadores das questões sociais incentivando-os a fomentar percursos de difusão para o efetivo uso destes direitos por parte dos cidadãos.

b) as principais instituições públicas, privadas, locais, regionais e nacionais de defesa e garantia;

c) textos produzidos sobre os direitos nessas diferentes âmbitos, compreendendo não só textos analíticos de fundo, como verbetes explicativos, comentários, que facilitem a compreensão e reflexão sobre eles (por exemplo: ALVIM, 1988; CAPPELLIN, 2002 e 2004; GIULIANI, 1998; SANTANA, 2003). Nesse sentido, a idéia é constituir coleções de textos - documentos, artigos, teses, resultados de pesquisas, - sobre cada um dos âmbitos dos direitos sociais cobertos pelo site, referenciá-los e disponibilizá-los ao público. O Núcleo quer colaborar para aprimorar a transparência das informações e ampliar o manuseio por parte do público em geral quando busca o acesso às instituições que tem como meta a defesa dos direitos. Assim o núcleo se preocupa em estender a consulta on-line já existente no acervo físico do AMORJ.

3. A UFRJ e os projetos de memória

A oportunidade de realização do Seminário Memória, Documentação e Pesquisa, promovidas em 2008, pelo Sistema de Bibliotecas e Informação - SiBI, permitiu a exposição de várias experiências realizadas em diferentes unidades da UFRJ. A diversidade temática observada, rica expressão dos ramos do conhecimento científico e os objetivos institucionais específicos, não escondem, entretanto, a proximidade entre as trajetórias dos vários arquivos, museus, bibliotecas, programas, núcleos e centros de documentação, que resultam do empenho acadêmico, do compromisso social e da vontade política de professores, pesquisadores e técnicos desta universidade.

O patrimônio cultural reunido na Universidade Federal do Rio de Janeiro é inestimável. Ele preserva e conta a história da ciência, da sociedade civil, das instituições e do Estado. Registra e divulga o conhecimento, a vida em sociedade, as realizações, conflitos, projetos e utopias dos homens e mulheres que fizeram e fazem a história de nosso país.

Espera-se que o Seminário - e o relato das experiências registradas neste livro - venham a cumprir o papel esperado de dar maior visibilidade a todas essas iniciativas, propiciar o intercâmbio e a colaboração entre elas e, principalmente, estimular o contínuo apoio da Universidade a esse trabalho.

Referências

ALVIM, Maria Rosilene. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. *BIB*, v. 26, 1988.

ALVIM, Maria Rosilene; FERREIRA JUNIOR, Edísio; Queiroz, Tereza (Org.). *Jovens & Juventudes*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2005.

BEYNON, Huw. A destruição da classe operária inglesa? *Revista Brasileira de Ciencias Sociais*, n.27, 1995.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CALENDÁRIO dos metalúrgicos: 1989-1990. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / AMORJ, 1989. 1 calendário, color., 12 cm x 9 cm.

CAPPELLIN, Paola. A igualdade de oportunidade nas relações de trabalho: a ética da reparação antecede o dever de responsabilidade. In: COSTA, A.A. et al. (Org.). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT, 2004. v.1., p. 81-118.

_____. Globalizando os direitos: do salário igual à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: SALÁRIO IGUAL PARA TRABALHO DE IGUAL VALOR: avanços e desafios na implementação da Convenção n. 100 da OIT, Turim, 2002. São Paulo: CUT/OIT, 2002.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania: tipos e percursos. *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.18, 1996.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2001.

CENTRO DE MEMÓRIA FERROVIÁRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES FERROVIÁRIOS DA ZONA DA CENTRAL DO BRASIL. *Batistinha: o combatente dos trilhos*. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS /AMORJ, 1994.

DE DECCA, Edgar. Memória e Cidadania. In *O direito à memória*. São Paulo:5 DPH, 1992.

GIULIANI, Gian Mario. Sociologia e ecologia: um diálogo reconstruído. *Dados*, Rio de Janeiro: IUPERJ, v.41, n. 1, 1998.

GOMES, Ângela; PESSANHA, Elina; MOREL, Regina (Org.). *Arnaldo Sussekind: um construtor do direito do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

GOMES, A; PESSANHA,E; MOREL, R. Perfil da magistratura do trabalho no Brasil. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Direitos e Cidadania: justiça, poder e mídia*. Rio de Janeiro: FGV , 2007. Cap. 1.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.1990.

HIRSCHMAN, Albert. *A Retórica da Intransigência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HYMAN, Richard. Trade unions and the disaggregation of the working-class. In: Marino Regini (Orgs.). *The Future of Labour Movements*. Madrid: SAGE/ISA, 1994.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MORAES FILHO, Evaristo. *Introdução ao Direito do Trabalho*. São Paulo: LTR, 1971.

MOREL, R; GOMES, A.; PESSANHA, E. (Org.). *Sem medo da utopia*: Evaristo de Moraes Filho, arquiteto da sociologia e do direito do trabalho no Brasil. São Paulo: LTR, 2007.

MOREL, R.; PESSANHA, E. A Justiça do Trabalho. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 87-109, nov. 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares.*Projeto História*,

São Paulo: PUC, n. 10, dez. 1993.

PESSANHA, E.; GOMES, S.R. (Org.). *Partido Comunista Brasileiro: os anos de formação: 1922 - 1929*. Rio de Janeiro: Stamp: Programa de Preservação da memória do PCB, 1994.

PESSANHA, E.; MOREL, R. Magistrados do trabalho no Brasil: entre a tradição e a mudança. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 37, p. 29-53, 2006.

_____. mudanças recentes no modelo de relações de trabalho no Brasil e novo sindicalismo. In: RODRIGUES, Iram J.(Org.). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes: EDUC: UNITRABALHO,1999.

PESSANHA,E.; VILLAS BOAS,G.; MOREL,R. (Org.). *Evaristo de Moraes Filho, um intelectual humanista*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

PESSANHA, Elina; NASCIMENTO, Regina Malta (Org.). *Partido Comunista Brasileiro: caminhos da Revolução :1929-1935*. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / AMORJ: Programa de Preservação da Memória do PCB, 1995.

PIALLOUX, M ; BEAUD, Stéphane. *Retour sur la condition ouvrière*. Paris : Fayard, 1999.

SANTANA, M. A. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980 - 1990. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília. (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SUPIOT, Alain (Org.). *Au-delà de l'emploi: transformations du travail et devenir du droit du travail en Europe*. Paris : Flammarion, 1999.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

O Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery – EEAN/UFRJ

Maria da Luz Barbosa Gomes

Sandra Cristina Demetrio de Moraes

O modelo de enfermagem anglo americano implantado na capital do Brasil, no início da década de 20, ocorreu em uma conjuntura de forte influência americana nos domínios da economia e da tecnologia.

Assim, uma Missão de Enfermeiras americanas, patrocinada pela Fundação Rockefeller e chefiada por Ethel Parsons, foi trazida para o Brasil com o objetivo de promover as inovações requeridas pelo Departamento Nacional de Saúde Pública - DNSP, consideradas necessárias à efetivação da Reforma Carlos Chagas e aqui permaneceu por uma década (1921-1931).



Ethel Parsons
Chefe da Missão de
enfermeiras americanas
(acerco CDOC/EEAN)

Em 1922 foi criada a Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, hoje Escola de Enfermagem Anna Nery, sendo transplantado para o Brasil um modelo de enfermagem que agregava às características do tradicional modelo *Nightingale*, e outras, desenvolvidas com o intuito de adaptar-se aos padrões da sociedade americana.

As primeiras diretoras da EEAN foram as norte - americanas: Clara Louise Kieninger (1923-1925); Loraine Geneviève Denhardt (1925-1928) e Bertha Lucille Pullen (1928-1931 / 1934-1938).



Diretoras norte-americanas. Da esquerda para direita: Clara Louise KIENINGER (1923-1925), Loraine Geneviève DENHARDT (1295-1928) e Berthe L. PULLEN (1928-1931/1934-1938).

Durante este período ocorre a institucionalização do ensino de enfermagem de alto padrão e a organização do Hospital Geral da Assistência, hoje Hospital Escola São Francisco de Assis que funcionou e até hoje funciona como campo de estágio para a EEAN.



Hospital Escola São Francisco de Assis - 1926

Em 1926, Carlos Chagas obteve junto ao Ministro da Justiça, Afonso Pena Junior, a cessão do prédio do ex-hotel Sete de Setembro, pertencente ao governo, para instalação da Residência das Alunas (internato). Ao mesmo tempo a Fundação Rockefeller celebrou

acordo com o governo brasileiro, através do qual se comprometia a fazer adaptações necessárias e mobiliar as dependências do prédio.



Ex-Hotel Sete de Setembro – Internato (1926)

Devido à distância entre a residência e o Hospital onde as alunas estagiavam, a Fundação Rockfeller providenciou também a compra de um ônibus e a construção de um pavilhão de aulas.





Pavilhão de Aulas - 1926

O plano para a enfermagem brasileira, elaborado por Ethel Parsons, foi executado de maneira exemplar e de modo a assegurar a autonomia do ensino, a qualificação profissional e a inserção da Enfermeira no mercado de trabalho, em bases seguras.

A trajetória da Escola de Enfermagem Anna Nery como instituição dedicada à formação de enfermeiras(os) ao longo de mais de oitenta anos, encontra-se registrada em um rico patrimônio documental sob a custódia do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery, localizado no prédio do Pavilhão de Aulas da Escola, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), situado na Rua Afonso Cavalcante, 275 - Cidade Nova - Centro-Rio de Janeiro.

Ao final da década de 1980 houve o reconhecimento da importância desse amplo e valioso acervo e a constituição de uma linha de pesquisa em História da Enfermagem Brasileira. A construção desta linha de pesquisa ocorreu em estreita ligação com o curso de doutorado, o Centro de Documentação e o Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras), que serviram como alavanca para que a EEAN / UFRJ tomasse, no início da década de 1990 algumas iniciativas voltadas para a preservação de documen-

tos textuais, iconográficos e orais. Reunidos e organizados, esses documentos são fontes primárias, imprescindíveis para pesquisadores das áreas de história da enfermagem e da saúde, bem como outras áreas de formação profissional.

Vale ressaltar que a criação do curso de Doutorado em Enfermagem (1989), a inauguração do Centro de Documentação (1993) e a implantação do Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem (1993) ensejaram o incremento da produção dos enfermeiros sobre história da enfermagem. Tanto os docentes de enfermagem como os técnicos de enfermagem dos serviços de saúde têm buscado esclarecer suas perplexidades através dos estudos históricos. A produção vem adensando e no momento contabilizamos cerca de uma centena de trabalhos publicados, entre livros e artigos. Além disso, essa produção vem se diversificando tanto no que se refere à natureza de seus objetos no tempo e no espaço, quanto à abordagem teórico-metodológica e às fontes utilizadas. Essas pesquisas são desenvolvidas mediante consulta ao acervo documental (textual, iconográfico e oral) ao mesmo tempo em que os nutrem, com documentos resgatados ou produzidos pela atividade de investigação.

Destacamos ainda a participação de pesquisadores de outras áreas desenvolvendo pesquisas em história da enfermagem, no Rio de Janeiro e em São Paulo, subvencionados por agências de fomento. Assim, a discussão sobre a mesma é pertinente e consente a reconstrução da história da enfermagem brasileira cuja continuidade depende da existência das fontes documentais.

Constituição e identificação do acervo

O acervo do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery deve-se ao empenho de algumas professoras, entre elas, Anna Jaguaribe Nava e Madalena Werneck, que nas décadas de 1940 e 1950 organizaram o arquivo iconográfico. Posteriormente, as professoras Cecília Pecego Coelho e Vilma de Carvalho deram início à organização do arquivo dos documentos textuais.

É importante destacar que a inauguração do CDOC, em 1993, foi precedida da organização do acervo que esteve a cargo da Prof^a Dr^a Vilma de Carvalho e Prof^a Dr^a Jussara Sauthier.

Os documentos Textuais foram organizados em **Séries Abertas**:

- A MISSÃO (1922-1931) - documentos escritos pelas enfermeiras estrangeiras que implantaram a Enfermagem Moderna no Brasil;

- AS PIONEIRAS (1932-1950) - período que abrange as gestões das Diretoras Rachel H. Lobo, Berta Pullen e Lais Netto dos Reis;

- CURSO DE GRADUAÇÃO (1923-1990) - composto de dossiê das alunas que concluíram o curso de enfermagem a partir da primeira turma que colou grau em 1925;

- SOCORRISTAS VOLUNTÁRIAS DE GUERRA (1942-1945) - reúne documentos que demonstram a participação da EEAN no preparo de moças brasileiras, motivadas a inscreverem-se como voluntárias na II Guerra Mundial;

- ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIAS DE ANNA NERY (AVAN) - resultado de um movimento feminino em prol do bem estar dos clientes dos hospitais públicos ou filantrópicos do Rio de Janeiro;

- OS EXCLUÍDOS (1923-1970) - dossiê das alunas que foram reprovadas ou convidadas a deixar o curso de Graduação da EEAN;

- SÉRIE PÓS-GRADUAÇÃO - documentos produzidos desde a criação do curso de Mestrado, em 1972 (falta ser organizado);

- DIRETORAS E OUTRAS PERSONALIDADES - documentos pertencentes ao arquivo privado;

- OBRAS RARAS - reúne exemplares que datam do período inicial da ascensão da enfermagem no Brasil, cadernos ou textos manuscritos, livros que indicam a adoção de novas abordagens na enfermagem, com anotações manuscritas ou com autógrafos de enfermeiras que se projetaram num dado campo profissional, primeiros periódicos brasileiros e a coleção especial de Teses e Dissertações defendidas na EEAN.

O projeto "Quadro Documental da Escola de Enfermagem Anna Nery - 70 anos de evolução histórica (1922-1992)" coordenado pela

Profª Vilma de Carvalho teve como um dos produtos o CATÁLOGO ANALÍTICO DA EEAN (1922-1972) sob a responsabilidade da Profª Jussara Sauthier que foi o alicerce para a organização do acervo.

Dando continuidade ao trabalho de organização do acervo as professoras produziram ainda os seguintes catálogos:

A MISSÃO PARSONS – os documentos históricos da EEAN (1922-1931);

AS PIONEIRAS E A CONSOLIDAÇÃO DA ENFERMAGEM NO BRASIL - documentos históricos da EEAN/UFRJ (1932-1950);

ANAEs DE ENFERMAGEM INFORMATIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES (1932-1954).

Atualmente, o projeto SALTOS EVOLUTIVOS DA ENFERMAGEM está sendo concluído pelas Professoras Vilma de Carvalho e Jussara Sauthier dando conta da organização de mais um catálogo analítico cujo recorte temporal abrange 1951-1975.

Os catálogos são descritivos e visam facilitar a localização de um documento no CDOC. Os dados que integram cada série documental desses catálogos estão dispostos de acordo com o seu tipo, acompanhados de um breve resumo de seu conteúdo, autoria, data, local onde foi produzido e número de páginas.

A localização do documento é ainda facilitada pela indicação do módulo, caixa e número do documento na série documental a qual pertence.

O acervo oral

Com a criação do Curso de Doutorado em Enfermagem, em 1989, iniciou-se a organização de um acervo de História Oral com a doação de fitas, gravadas e transcritas, de depoimentos provenientes das teses de doutorado das professoras Ieda de Alencar Barreira, Suely de Souza Baptista, Isabel Cristina dos Santos Oliveira e Cristina Maria Loyola de Miranda.

Além disso, foi doada pela Associação Brasileira de Enfermagem uma série de fitas cassetes com depoimentos de lideranças da

enfermagem realizadas no âmbito do projeto “Nexos da Escola de Enfermagem Anna Nery /ABEn: criação de um fundo de arquivo”. É um acervo aberto que recebe doações de depoimentos cedidos por pesquisadores da área da História da Enfermagem. Conta também com várias outras gravações referentes aos eventos realizados na Escola.

Com o apoio financeiro da FAPERJ foi possível realizar o trabalho de digitalização de 280 fitas cassetes perfazendo um total de 500 CDs com originais e cópias que hoje compõem o acervo.

Os documentos fotográficos

O acervo fotográfico é constituído de cerca de dois mil documentos, em sua maioria cópias fotográficas em papel; 36 álbuns e aproximadamente 100 slides. Estas fotografias remontam à década de 20 do século passado e testemunharam os fatos oficiais e sociais da Escola.

Este acervo foi restaurado pela FUNARTE em 2006 através do projeto “Preservando e Difusão do acervo Documental da Escola de Enfermagem Anna Nery” financiado pelo CNPq.

Por que um centro de documentação e não um arquivo?

Na tarefa de reunir todo o acervo da EEAN foram descobertos documentos impressos, textuais, audiovisuais, cartográficos, além de indumentárias e objetos específicos da área de saúde. Isso fez com que se pensasse em um espaço que pudesse contemplar tudo que havia sido encontrado. Então o argumento usado foi o de coligir, armazenar, classificar e disseminar a INFORMAÇÃO ao invés do DOCUMENTO.

Integram ao acervo do Centro de Documentação/EEAN/UFRJ: 135 metros lineares de documentos textuais, 3.426 fotografias, 26 fitas VHS, 6 Dvds, 398 títulos (livros, revista e anais) e 280 fitas cassetes perfazendo um total de 500 CDs original e cópia referentes a 283 entrevistas e eventos realizados na Escola.



Da esquerda para a direita, de cima para baixo: o espaço linear dos documentos textuais, espaço de trabalho de classificação de documentos, espaço de trabalho administrativo e o acervo de fotografias.

No Brasil, o Arquivo Permanente ou “Arquivo Morto” da Instituição Pública tinha função de depósito. Nele estavam guardados os documentos que já não tinham mais função administrativa. Assim, montanhas de documentos eram acumuladas em lugares sujos, úmidos, com pouca luminosidade. Acreditava-se que o mobiliário, livros e jornais de épocas passadas, deviam fazer parte desse espaço. É possível, ainda hoje, afirmar que essa postura continua permeando alguns Órgãos da Administração Pública.

A mudança de atitude começa a desabrochar, em alguns segmentos públicos, a partir do momento em que a solicitação dos pesquisadores torna-se mais intensa.

O caminho para desvendar a informação está nesses depósitos, mas o que fazer? Quando os próprios pesquisadores partem para um trabalho de garimpagem do espaço, que as preciosidades vão surgindo, sendo separadas e levadas para um ambiente, que embora não seja o ideal, apresenta condições muito melhores.

“Resgatar” passa a ser o termo utilizado na busca de recursos em prol da recuperação, restauração, preservação dos documentos ou informação, porquanto o importante é que possam ter um tratamento que os tornem acessíveis à consulta. Pois que até então ficavam enclausurados nos porões sem que ninguém pudesse vê-los e nem tocá-los. Muitos lugares serviam de abrigo para as gatas parirem.

A Academia toma consciência da emergência da situação; daí o aparecimento de Projetos, Programas e Centros voltados para o resgate da Memória e da História das Instituições Públicas. Isso significa que se inicia uma jornada para interlocução com os Dirigentes e as Agencias de Fomento. E eis a surpresa! Ainda não existe por parte das autoridades públicas uma vontade plena de ver seus documentos ou informações restituídas à função de suporte para pesquisa. E é por causa disso que trabalhamos em condições muito aquém das possibilidades do ideal e o discurso permanece o mesmo de 1970.

Considerações finais

E importante pontuar, de acordo com as palavras de Prof^a Vilma de Carvalho, que a organização deste acervo foi feito de forma artesanal, além de ter buscado como objetivo garantir as condições de preservação e acesso a este rico patrimônio da história da enfermagem brasileira.

Destacamos a participação dos alunos do Curso de Graduação em Enfermagem na organização do Centro de Documentação, através da disciplina Fontes para História da Enfermagem Brasileira.

Ressaltamos que durante as várias fases de organização do acervo contamos com a colaboração de arquivistas, prestadores de serviços, que de alguma forma vieram orientar o trabalho. Entretanto, só recentemente, em 2004, foi que nosso Centro de Documentação pôde contar com uma arquivista do quadro permanente da UFRJ que vem dando ênfase aos aspectos técnico-arquivísticos.

Referências

GOMES, C; CARVALHO, V; SAUTHIER, J. *A inserção da Escola Ana NÉRI na Universidade do Brasil (1934-1937)*. CD-ROM

MEMÓRIAS do desenvolvimento: entrevista com Lucas Lopes. Coordenação de Maria Antonieta Parahyba Leopoldi; entrevistadores Maria Antonieta Parahyba Leopoldi e Plínio de Abreu Ramos. Rio de Janeiro: Centro da Memória de Eletricidade no Brasil. 1991. 346 p.il.

MOTTA, Marly. "Dentro da Névoa autoritária acendemos a fogueira..." a OAB na redemocratização brasileira(1974-80) *Revista Culturas Jurídicas* . Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 1-29, jan/jul. 2008. Disponível em: <<http://www.culturasjuridicas.com.br>>. Acesso em: 5 jun. 2008.

SANTOS, T. C. F. e BARREIRA, I. A. *O poder simbólico da enfermagem norte-americana no ensino da enfermagem na capital do Brasil: 1928-1938*. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery / UFRJ, 2002.

SAUTHIER, J; CARVALHO, M. T. C. de SANTOS, N. M. P. Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN): uma contribuição à história da enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*. Ribeirão Preto: USP, v. 8, n.5, p. 81-84, out. 2008.

SAUTHIER, J; BARREIRA, I. A. *As enfermeiras norte-americanas e o ensino da enfermagem na capital do Brasil: 1921-1931*. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery / UFRJ, 1999.

FOTOGRAFIAS do acervo do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery. Rio de Janeiro: EEAN / UFRJ, [19__ _].

A Escola de Música da UFRJ e suas coleções especiais

André Cardoso

I - Um pequeno histórico a guisa de introdução

O ensino da música no Rio de Janeiro, até meados do século XIX, era feito em cursos particulares de alguns professores. O mais famoso e eficiente desses cursos foi aquele mantido em sua residência, pelo Padre José Maurício Nunes Garcia (1767-1830), mestre da Capela Imperial e mais importante compositor brasileiro de seu tempo. No seu curso que funcionava na Rua das Marrecas estudou e se formou Francisco Manoel da Silva (1795-1865), autor do Hino Nacional Brasileiro e um dos fundadores da Sociedade de Música, órgão classista que dava assistência e defendia os interesses profissionais dos músicos. Com o objetivo de formar novos artistas para as orquestras e coros da então capital, a Sociedade de Música solicitou ao Governo Imperial em 1841, autorização para a criação de um Conservatório de Música. O Decreto Imperial nº. 238, de 27 de novembro de 1841, autorizou a Sociedade de Música a extrair duas loterias anuais para a criação e a manutenção do Conservatório.

Até 1847, entretanto, nenhuma ação efetiva do governo havia sido tomada em relação ao decreto, até que outro decreto estabeleceu novas bases para a instalação do Conservatório. Sua inauguração de fato só ocorreu em 13 de agosto de 1848, em solenidade ocorrida no Museu Imperial, antigo prédio do Arquivo Nacional, na atual Praça da República, seguida de um concerto onde foi executada por uma orquestra, entre outras obras, uma Abertura do Padre José Maurício Nunes Garcia. O Conservatório de Música instalou-se inicialmente em um salão do Museu Imperial, tendo como seu primeiro diretor Francisco Manoel da Silva. Em 1855, foi anexado à Academia de Belas Artes.

Sua primeira sede própria foi inaugurada em 1872, pela Princesa Isabel, na Rua da Lampadosa, atual nº. 52 da Rua Luiz de Camões. O prédio, que teve sua pedra fundamental lançada em 1863 e que levou quase dez anos para ser construído, atualmente abriga o Centro Cultural Hélio Oiticica, na Praça Tiradentes. Após a morte de Francisco Manoel da Silva, assumiu a direção do Conservatório o Dr. Thomas Gomes dos Santos, em cuja gestão foi elaborado um novo estatuto que reorganizou o Conservatório e criou novas cadeiras, possibilitando a contratação de diversos professores. Seus sucessores imediatos foram Antônio Nicolau Tolentino e Ernesto Gomes Maia. Entre os diversos alunos que passaram pelo Conservatório destacam-se alguns dos mais importantes músicos brasileiros do século XIX, como Henrique Alves de Mesquita (1830-1906), Anacleto de Medeiros (1866-1907), Francisco Braga (1868-1945), autor do Hino à Bandeira, e Antônio Carlos Gomes (1836-1896), famoso autor de “Il Guarany”. Entre os professores aparecem o flautista Joaquim Antônio da Silva Callado (1848-1880), Gioacchino Giannini (1817-1860), professor de composição, Carlos de Mesquita (harmonia) e Demétrio Rivero (violino).

Com a Proclamação da República, em 1889, o Conservatório deu lugar ao Instituto Nacional de Música (INM), através do Decreto nº. 143, de janeiro de 1890. Seu primeiro diretor foi o compositor Leopoldo Miguez (1850-1902), que empreendeu uma viagem à Europa para visitar conservatórios e recolher sugestões para serem aplicadas ao ensino, adquirindo, nessa viagem, instrumentos, aparelhos de acústica e livros para o Instituto. Após a gestão de Leopoldo Miguez, sucederam-se na direção do Instituto os compositores Alberto Nepomuceno (1864-1920) e Henrique Oswald (1852-1931).

Durante a segunda gestão de Nepomuceno, que se manteve à frente do Instituto por mais de dez anos, o mesmo foi transferido em 1913 para a sua sede atual, à Rua do Passeio, prédio que abrigava anteriormente a Biblioteca Nacional. Dentre inúmeros avanços, Nepomuceno empreendeu nova reforma curricular para atender ao

crescente número de alunos, aprovou um novo regimento interno, implementou concursos públicos para professor e criou a Congregação, como órgão deliberativo. Além disso, organizou a biblioteca criada por Miguez, e seu arquivo musical, seção pela qual tinha especial zelo.

O Salão Leopoldo Miguez, uma das mais importantes salas de concertos do país, conhecido pela excelência de sua acústica, foi inaugurado em 1922, na administração de Abdon Milanez (1858-1927). Inspirado na Sala Gaveau, de Paris, seu interior é decorado com afrescos de Antônio Parreiras e Carlos Oswald. Em 1923, assumiu a direção o prof. Alfredo Fertin de Vasconcelos, que criou a orquestra do Instituto, cujo principal regente, em seus primeiros anos, foi o maestro Francisco Braga. Importante reforma curricular começou a ser empreendida por Mário de Andrade e Antônio de Sá Pereira, durante a gestão de Luciano Gallet (1893-1931), quando o Instituto Nacional de Música foi incorporado à Universidade do Rio de Janeiro. Tal plano de reforma, no entanto, foi executado durante a administração de Guilherme Fontainha (1887-1970), que foi responsável também pelo lançamento da Revista Brasileira de Música, em 1934.

Em 1937, a Universidade do Rio de Janeiro passa a chamar-se Universidade do Brasil e o Instituto Nacional de Música torna-se Escola Nacional de Música. Em 1943, durante a gestão de Antônio de Sá Pereira (1888-1966), foi criado o Centro de Pesquisas Folclóricas, primeiro em seu gênero no país e que teve na figura de Luiz Heitor Corrêa de Azevedo (1905-1992) seu grande mentor. O período posterior é marcado pela administração de Joanídia Sodré, que foi diretora por mais de vinte anos. Em 1954, adquiriu o grande órgão Tamburini para o Salão Leopoldo Miguez, em substituição ao antigo Sauer, doado pelo primeiro diretor. O quadro docente, nessa época, é marcado por alguns dos mais importantes músicos e compositores brasileiros como Francisco Mignone (1897-1986) na cadeira

de regência, Lorenzo Fernandez (1897-1948) na de harmonia, José Siqueira (1907-1981) na de composição, Oscar Borgeth (1906-1992) na de violino, Iberê Gomes Grosso (1905-1983) na de violoncelo e Arnaldo Estrela (1908-1980) na de piano.

A atual designação da Escola de Música foi estabelecida em 1965, quando, por força do Decreto nº. 4.759, do Governo Militar, a Universidade do Brasil transformou-se em Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ainda nos anos sessenta, durante a gestão de Yolanda Ferreira, foram adquiridos vários pianos Steinway de diversos tamanhos, que se encontram, hoje, nas salas de aulas e de concertos. No mesmo período, o Salão Leopoldo Miguez passou por sua primeira grande reforma, que modernizou suas instalações, mas infelizmente ocultou grande parte da sua decoração original.

Já nos anos 1970, na administração de Baptista Siqueira, a Escola de Música ganhou um novo regimento, que estabeleceu a atual divisão acadêmica em sete diferentes departamentos. Coube ainda a Batista Siqueira evitar a destruição do prédio de aulas da Escola de Música, por ocasião da reurbanização da Lapa, que demoliu vários prédios vizinhos.

A partir dos anos 1980, atrelado ao processo de redemocratização pelo qual passava o país, professores, servidores técnico-administrativos e alunos passaram a indicar o nome dos novos diretores. A professora Diva Mendes Abalada, tornou-se então a primeira diretora nomeada por indicação da comunidade acadêmica e foi responsável pelo início do processo de modernização da Escola de Música. A ela sucederam-se no cargo os professores Colbert Bezerra (1990/1991), Sonia Maria Vieira (1992/1994), José Alves da Silva (1994/1998), Therezinha Schiavo (1998/1999), João Guilherme Ripper (1999/2003) e Harlei Elbert Raymundo (2003/2007).

Em 1980 foi criado o primeiro Programa de Pós-Graduação em Música do país, que já soma quase três centenas de trabalhos defendidos desde então. Nesta última década foi empreendida

uma reforma curricular de grande proporção e uma reforma geral do prédio de 1922, com a restauração de suas características originais, projeto patrocinado pela Petrobrás.

II - Os acervos históricos

Durante os seus 160 anos de existência a Escola de Música da UFRJ acumulou um inestimável patrimônio, hoje dividido em diferentes setores que reúnem coleções especiais. São eles a Biblioteca Alberto Nepomuceno, o Museu Instrumental Delgado de Carvalho, o Centro de Pesquisas Folclóricas e o Laboratório de Acústica. Abordaremos neste artigo os dois primeiros.

1. Biblioteca Alberto Nepomuceno

A Biblioteca Alberto Nepomuceno (BAN) da Escola de Música da UFRJ é um dos principais repositórios de documentos musicais que guardam parte significativa da memória musical brasileira. Em seus arquivos estão depositadas obras dos mais importantes compositores nacionais, desde os tempos coloniais até os dias de hoje, além de número expressivo de manuscritos de compositores estrangeiros, principalmente portugueses e italianos. O total do acervo é estimado em torno de 85 mil obras, sendo 14 mil só de manuscritos, e inclui ainda, além do patrimônio bibliográfico (partituras e livros), coleções de periódicos, o acervo iconográfico, o arquivo histórico e a fonoteca. A BAN é citada em várias enciclopédias e periódicos especializados de todo o mundo e é identificada como uma das mais importantes bibliotecas de música de todo o continente.

A origem da biblioteca remonta ao tempo da fundação do Conservatório de Música. Em um livro de registros encontra-se a mais antiga referência sobre o acervo: a doação de uma coletânea de 12 valsas, feita por Francisco Xavier Boaventura em 1848 (BRANDÃO; CARVALHO. 2002, p. 69). Em seus primeiros anos, o acervo da BAN foi formado principalmente por partituras e livros

doados por músicos e professores. Muitas coleções particulares tiveram como destino a biblioteca do Conservatório, após o falecimento de seus proprietários, doadas por seus herdeiros.

Com a transformação do antigo Conservatório em Instituto Nacional de Música (INM), em 1890, por ocasião da Proclamação da República, a biblioteca ganhou novo impulso. No período compreendido entre 1890 e 1920, a biblioteca beneficiou-se muito com a atuação de dois diretores do INM, Leopoldo Miguez e Alberto Nepomuceno. Segundo Brandão e Carvalho “a primeira iniciativa documentada de organização foi a do próprio diretor do Instituto, Leopoldo Miguez, que, em 1891, começou a registrar as obras do acervo, com letra de seu próprio punho” (2002, p. 70).

Nepomuceno, por sua vez, chegou mesmo a transferir provisoriamente seu gabinete de trabalho para junto da biblioteca e iniciou o catálogo alfabético, que descrevia e localizava as obras nas estantes. Em 1957 a Escola de Música, em reconhecimento ao trabalho do compositor, deu o nome Alberto Nepomuceno à biblioteca (2002, p. 70). Em suas viagens à Europa tanto Miguez quanto Nepomuceno adquiriram o que de mais moderno havia na literatura musical para o enriquecimento do acervo. Data de 1916 o início da tradução, por Alberto Nepomuceno, do *Harmonielehre* de Arnold Schoenberg, cuja primeira edição foi impressa pela Universal Edition em 1911. Ao mesmo tempo em que a literatura mais recente era adquirida, várias obras raras foram, aos poucos, transformando o acervo num dos mais valiosos das Américas.

Grandes coleções também foram incorporadas ao acervo após a extinção de determinadas organizações musicais. É o caso, por exemplo, da coleção dos Teatros São João e São Pedro de Alcântara e do arquivo musical da Sociedade de Concertos Sinfônicos. A Exposição Universal de 1908, por sua vez, deixou como legado para a biblioteca todo o material das obras executadas nos concertos que aconteciam no antigo pavilhão da Praia Vermelha. Algumas dessas obras foram ouvidas pela primeira vez no Brasil durante a

exposição, como, por exemplo, o *Prelude a "l'après midi dun faune"* de Debussy, dirigida por Francisco Braga.

Diversos músicos renomados foram sucessivamente nomeados bibliotecários. Entre 1903 e 1940 responderam pela biblioteca: Delgado de Carvalho (1872-1921), a partir de 1903 (primeiro a adotar o sistema de fichas), Guilherme de Melo (1867-1932) entre 1908 e 1931 (que deu continuidade ao trabalho de ordenação do acervo iniciado por Nepomuceno, registrando 18.972 obras) e Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, a partir de 1932 (2002, p. 70).

Luiz Heitor foi outro nome que marcou profundamente a história da biblioteca e da própria Escola. Foi o primeiro redator da *Revista Brasileira de Música*, mais antigo periódico de musicologia do Brasil, criada em 1934. Foi, também, o responsável pela primeira tentativa de edição sistemática de obras do acervo.

O Arquivo de Música Brasileira, na forma de suplemento da *Revista Brasileira de Música*, publicou suas primeiras partituras em 1934. A partir de 1937 as edições musicais abandonaram a forma de suplemento e foi criada a *Coleção de Música Brasileira*, publicada pela já então denominada *Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil*, com o apoio do Ministério da Educação e Saúde. A saída de Luiz Heitor como bibliotecário se deu em 1939, para assumir a recém-criada cadeira de folclore, e a saída da própria Escola de Música em 1947, para dirigir os serviços de música da UNESCO.

Durante os sucessivos mandatos da professora Joanídia Sodré a circulação da *Revista Brasileira de Música* foi suspensa. Com o decorrer dos anos a BAN passou por diversas vicissitudes como a transferência de local, diminuição de seu espaço físico, a interrupção do trabalho de catalogação e demais procedimentos técnicos, culminando com um incêndio que atingiu suas instalações no ano de 1956. Tal situação levou à interdição de parte do setor de manuscritos e de partituras impressas.

Quase quarenta anos foram necessários para a reversão desse quadro. Em 1981 a publicação da RBM foi retomada. Em 1985

foi firmado um convênio entre a Escola de Música e a Biblioteca Nacional que visava a catalogação e microfilmagem da coleção de manuscritos. Durante seis meses foram catalogadas e acondicionadas 600 obras, trabalho que contou com a preciosa colaboração de Mercedes Reis Pequeno, então Chefe da Seção de Música da Biblioteca Nacional (2002, p. 71). A partir de 1989 uma nova estratégia de trabalho foi implementada, visando a organização global do acervo. Projetos como o de Registro Patrimonial de Manuscritos e o de Acondicionamento do Acervo de Partituras foram fundamentais, este último com o apoio da infelizmente extinta Fundação VITAE. Projetos de pesquisa desenvolvidos com o acervo da BAN também foram muito importantes e se somaram ao planejamento da equipe de bibliotecárias.

Tendo passado por uma fase de obras, com recursos da UFRJ, que ampliaram seu espaço físico, reestruturação e inventário material, a BAN estabeleceu como um de seus principais objetivos a digitalização de seu acervo. Tal objetivo visava democratizar o acesso a seu acervo por usuários do mundo inteiro através da internet, possibilitando também a sua preservação. Infelizmente o processo de abertura e modernização da BAN foi interrompido entre 2003 e 2007, quando o acesso a partes do acervo foi dificultado e bibliotecárias afastadas, inviabilizando seu pleno funcionamento e desenvolvimento.

A retomada se deu em julho de 2007 com a imediata recomposição da equipe de bibliotecárias e ampliação do quadro de funcionários. O espaço físico foi reordenado e um projeto de digitalização do acervo estabelecido. Em setembro do mesmo ano foi inaugurada a Biblioteca Digital da Escola de Música da UFRJ reunindo 3.500 páginas de seu acervo para consulta, impressão ou download através da internet.

Do enorme acervo especializado da BAN destacaremos aqui três diferentes setores: o de obras raras, o de documentos históricos e o de manuscritos musicais.

1.1 – Obras raras

O setor de obras raras é constituído por tratados teórico-musicais do século XVI ao século XIX, especialmente italianos e franceses, que representa o que de mais importante foi produzido nas áreas da teoria e história da música. Por sua raridade – alguns exemplares são únicos em todo o Brasil e raros até mesmo em bibliotecas européias – a coleção desperta um grande interesse por parte de pesquisadores de todo o mundo. As obras mais antigas datam da segunda metade do século XVI destacando-se três títulos do italiano Gioseffo Zarlino (1517-1590): *Le Istitutioni Harmoniche*, de 1562, *Dimostrationi Harmoniche*, de 1571, e *Sopplimenti Musicali*, de 1588. Ainda do século XVI temos o *Graduale Sanctuarium*, de 1583, com uma coletânea de cantos gregorianos, e o tratado *L'Arte del Contraponto* (1598) de Giovanni Maria Artusi (c.1540–1613). Do século seguinte encontramos *Musico Prattico* (1673) de Giovanni Maria Bononcini (1642-1678), *Historia Musica* (1695) de Giovanni Andréa Bontempi (1624-1705) e o *Compendium Musicae* do filósofo, físico e matemático francês René Descartes (1596-1650).



“Le Istitutioni Harmoniche”(1562) de Gioseffo Zarlino.

Acervo da Biblioteca Alberto Nepomuceno da Escola de Música da UFRJ

Os tratados publicados no século XVIII são mais numerosos, principalmente os franceses. De Jean Jacques Rousseau (1712-1778), uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, está presente o *Dictionnaire de Musique*, publicado em Paris em 1768. De Jean le Rond D'Alembert (1717-1783) encontramos o seu *Éléments de Musique Théorique et Pratique*, publicado em Lyon em 1772. O maior destaque, entretanto é a edição original da principal obra teórica do compositor Jean-Philippe Rameau (1683-1764), o *Traité de l'Harmonie réduite à ses principes naturels*, de 1722. Ainda do século XVIII é uma das obras referenciais sobre baixo contínuo: *L'Armonico Pratico al Cimbalo*, de Francesco Gasparini (1668-1727), cuja primeira impressão foi feita em Veneza em 1708.

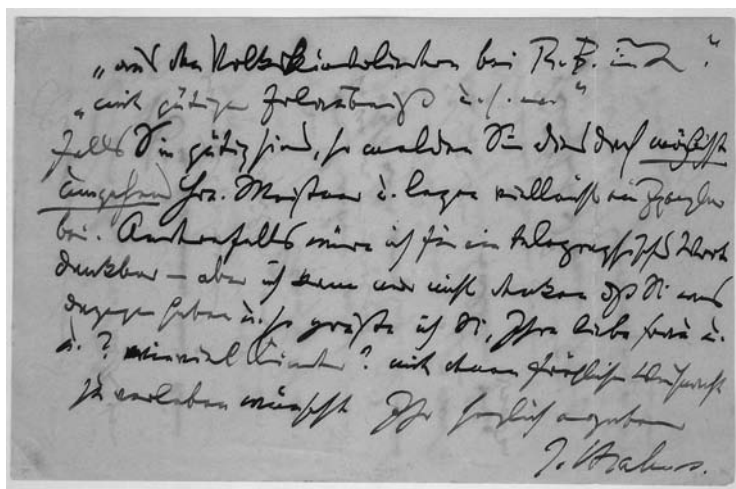
A maior quantidade de obras se concentra no século XIX, incluindo aí o primeiro dicionário musical publicado no Brasil em 1843, de autoria de Raphael Coelho Machado (1814-1887) e o *Compendio de Principios Elementares de Musica* de Francisco Manoel da Silva (1795-1865). Entre os títulos estrangeiros o destaque no campo lexicográfico são os oito volumes da *Biographie universelle des musiciens* do musicólogo belga François-Joseph Fétis (1784-1871), publicada entre os anos de 1835 e 1844.

1.2 – Documentos históricos

Além de livros e partituras sobre música e temas afins a BAN possui um setor de documentos históricos que valoriza enormemente seu acervo, pois retratam e representam mais de dois séculos de atividades musicais. São documentos pessoais, peças gráficas, programas de concertos, fotografias, recortes de jornais e revistas, acessórios e utensílios, além de documentos administrativos da instituição desde os tempos do Conservatório de Música.

A Coleção de Autógrafos é a que desperta maior interesse. São cartas, postais, bilhetes e cartões de visitas de alguns dos mais importantes compositores de todos os tempos, que foram sendo incorporados ao acervo ao longo dos anos através de doações de

professores e colecionadores. Entre os documentos de maior destaque estão cartas e bilhetes dos compositores Gioachino Rossini (1792-1868), Johannes Brahms (1833-1897), Franz Liszt (1811-1886), Giacomo Meyerbeer (1791-1864), Edvard Grieg (1843-1907) e Camille Saint-Saens (1835-1921). Entre os compositores brasileiros se destacam Carlos Gomes (1836-1896), Leopoldo Miguez (1850-1902), Alberto Nepomuceno (1864-1920) e Alexandre Levy (1864-1892). Na mesma coleção encontra-se o livro de autógrafos onde os grandes músicos e compositores do final do século XIX e início do XX deixaram registradas mensagens após visita ao Instituto Nacional de Música. Lá estão mensagens e assinaturas de, entre outros, Ottorino Respighi (1879-1936), José Viana da Mota (1868-1948) e Ignacy Paderewski (1860-1941).



Carta autógrafa de Johannes Brahms para G. Astor. Viena, 23 de novembro de 1892.

Acervo da Biblioteca Alberto Nepomuceno da Escola de Música da UFRJ

O setor de documentos históricos também é composto por obras musicais que formam coleções mistas de manuscritos e impressos que, por sua importância, merecem algum destaque. A Coleção Guilherme de Mello é uma delas.

Guilherme Theodoro Pereira de Mello assumiu o posto de bibliotecário interino do Instituto Nacional de Música em 1928, sendo efetivado no ano seguinte. Foi o autor da primeira história da música brasileira, intitulada *A Música no Brasil* e publicada em Salvador no ano de 1908. Em 1947 a obra, por sua importância histórica e pioneirismo, foi corrigida e prefaciada por Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, tendo sido reeditada pela Escola Nacional de Música. A Coleção Guilherme de Mello foi reunida e doada à biblioteca por seu proprietário, sendo composta por modinhas, lundus e música de salão do século XIX, manuscritas e impressas. Estão presentes na coleção peças de autores consagrados como Gabriel Fernandes da Trindade, Xisto Bahia e Carlos Gomes, assim como uma série de outras de autores anônimos que retratam a diversidade da música popular brasileira da época.

Outras coleções importantes são as particulares, normalmente doadas por herdeiros. Uma das mais ricas e completas é a Coleção Luciano Gallet que abrange praticamente toda a vida do compositor e inclui documentos desde sua infância, como boletins escolares e atestados de saúde, até cópias de memorandos e ofícios de seu período como diretor do Instituto Nacional de Música, passando por extensa correspondência recebida de várias personalidades da época, entre as quais o escritor Mário de Andrade (1893-1945).

Alguns documentos avulsos também merecem destaque como as memórias do compositor e pianista Arthur Napoleão (1843-1925) e os originais do livro “150 anos de música no Brasil”, principal trabalho do musicólogo Luiz Heitor Correa de Azevedo.

1.3 – Manuscritos musicais

Um dos setores mais ricos do acervo da Biblioteca Alberto Nepomuceno é o de manuscritos musicais. Abrange obras desde o século XVIII até o XXI. O grande destaque é, sem dúvida, a coleção de obras do padre José Maurício Nunes Garcia, que se constitui na maior mauriciana do país. A coleção é formada por manuscritos de

diferentes origens. A maior parte, entretanto, é originária do acervo reunido por Bento Fernandes das Mercês (1805-1887), antigo copista, cantor e mestre da Capela Imperial do Rio de Janeiro. Após sua morte os manuscritos chegaram até sua afilhada, Gabriela Alves de Souza, que ofereceu a coleção de manuscritos ao governo brasileiro para compra, pela quantia de 2:000\$000. Adquirido graças a uma proposta do deputado mineiro João Pandiá Calógeras (1870-1934), que incluiu, em fins de 1897, a quantia no orçamento federal, a coleção foi encaminhada ao Instituto Nacional de Música, à época dirigida pelo compositor Leopoldo Miguez. É o conjunto de manuscritos mais consultado e reproduzido entre as diversas coleções do setor.



Manuscrito autógrafo do Salmo "Laudate Pueri" composto pelo Padre José Maurício Nunes Garcia em 1813

Acervo da Biblioteca Alberto Nepomuceno da Escola de Música da UFRJ

Outros compositores têm presença marcante no acervo como Francisco Manoel da Silva, com a partitura original do Hino Nacional Brasileiro, Carlos Gomes, Leopoldo Miguez, Henrique Oswald (1852-1931), Alberto Nepomuceno, Francisco Braga, Glauco

Velásquez (1884-1914) e Luciano Gallet, constituindo um verdadeiro painel da história da música no Brasil.

Autores estrangeiros também se fazem presentes, especialmente portugueses e italianos como José Joaquim dos Santos (1747-1801), Marcos Portugal (1762-1830) e Saverio Mercadante (1795-1870), este último representado por um manuscrito autógrafo dedicado ao Imperador D. Pedro II.

Outra coleção de destaque é a dos teatros do Rio de Janeiro, que inclui cópias manuscritas das óperas que foram apresentadas na cidade durante o século XIX, especialmente nos Teatros São João e São Pedro de Alcântara. A presença predominante de autores italianos revela o gosto musical da sociedade brasileira da época. As cópias manuscritas de óperas de Gioachino Rossini (1792-1868), Gaetano Donizetti (1797-1848), Vincenzo Bellini (1801-1835) e Giuseppe Verdi (1813-1901) vêm despertando cada vez mais o interesse de musicólogos estrangeiros, pois muitas vezes revelam diferenças no texto musical ou até mesmo versões alternativas de árias e conjuntos.

2. Museu Delgado de Carvalho

A primeira referência sobre a existência de um acervo museológico na Escola de Música encontra-se em publicação oficial do Ministério da Justiça onde está registrado que “o Instituto Nacional de Música tem um pequeno museu muito interessante e curioso; um gabinete de acústica regularmente montado, uma biblioteca pequena, um órgão de 16 pés de Wilhem Sauer, um pequeno órgão de estudo do mesmo autor e um instrumental para orquestra”.¹ A primeira catalogação das peças, que revela a constituição inicial do acervo, foi feita pelo compositor Joaquim Tomas Delgado de

1 NOTÍCIA histórica dos serviços, instituições e estabelecimentos pertencentes a esta repartição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p. 16. Apud ALMEIDA, Afífi Craiveiro. Museu Instrumental Delgado de Carvalho: breve história. *Revista Brasileira de Música*, v. 21, p. 87, 1994.

Carvalho (1872-1922) que havia sido nomeado bibliotecário do Instituto Nacional de Música em 1902, cargo que exerceu até o ano de 1907. Ao bibliotecário do Instituto cabia a responsabilidade pelo museu.

A organização do acervo seguiu a metodologia estabelecida pelo curador do Museu do Real Conservatório de Bruxelas, Victor-Charles Mahillon (1841-1924), que gerou anos mais tarde o sistema de classificação de instrumentos musicais estabelecido pelos musicólogos Erich Moritz von Hornbostel (1877-1935) e Curt Sachs (1881-1959), origem da moderna organologia. Os instrumentos foram divididos em quatro diferentes categorias: autofônicos, hymenofônicos, dianemofônicos e cordofônicos. Além de instrumentos musicais o museu possuía também, em sua organização original, os setores de Mecânica (mecanismos de pianos, metrônomo, fonógrafos), Acessórios (surdinas, bancos, chaves de afinação, válvulas de extensão, peles, etc), Exposições Gráficas (documentos históricos) e Utensílios (batutas, medalhas, máscaras mortuárias, etc) (CARVALHO, 1905, p 5-12). Pela descrição do acervo original do museu podemos perceber a relação que o mesmo tinha com o acervo da biblioteca.

Outras duas catalogações foram produzidas em 1974 e 1990, revelando as peças que foram agregadas ao acervo e, lamentavelmente, as que foram perdidas (ALMEIDA, 1994, p. 89).

O acervo atual é composto por instrumentos musicais de diversas culturas de todo o mundo, além de peças raras que remontam aos séculos XVIII, como um basset-horn em fá, e XIX, como uma flauta fabricada por Theobald Boehm (1794-1881), datada de 1867, e um oboé da manufatura de Fortunato Vinatieri (1807 - 1863).



Basset-horn em Fá (séc.XVIII) e Oboé (séc.XIX)

Acervo do Museu Delgado de Carvalho da Escola de Música da UFRJ

Dezesseis diferentes países estão representados: Egito, Marrocos, Sudão, Java, Índia, Pérsia, China, Japão, Sião, Alemanha, França, Bélgica, Hungria, Estados Unidos, Portugal e Brasil.

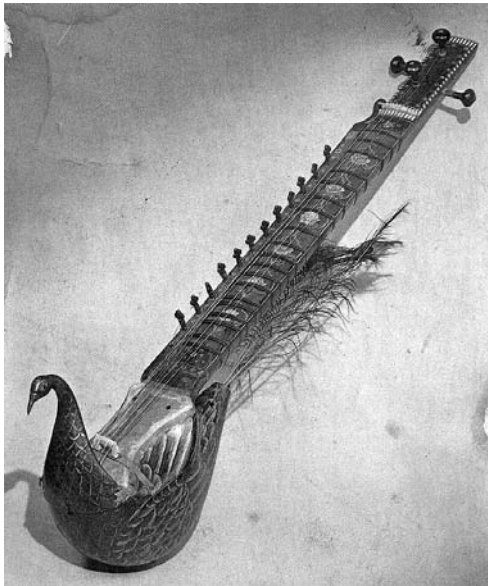
Destacamos, por exemplo, o “Ine-Kin” da China, o “Darabukkeh” do Egito, o “Aktara” da Índia e “Meyura Vina”, instrumento indiano em forma de pavão.

O Museu Delgado de Carvalho durante mais de trinta anos ficou localizado no corredor de entrada da Escola de Música da UFRJ. O Regimento da Escola, em seu artigo 259, determina que “a Escola manterá um museu de objetos de interesses musicais” cuja diretoria “manterá um funcionário de sua confiança encarregado de zelar pela conservação do museu”.² Já o artigo 278 do mesmo regimento informa que o museu é “anexo à biblioteca” e “ficará sob a fiscalização do bibliotecário, a quem incumbirá a guarda e conservação dos instrumentos musicais antigos e objetos relativos à música e será supervisionado por um professor titular indicado pela direção”(1994, p.103-104).

2 REGIMENTO da Escola de Música. Suplemento ao Boletim no. 05 de 01 de fevereiro de 1973. Rio de Janeiro: UFRJ/CLA, 1973, p. 96.

A leitura do regimento e o local onde estava localizado revelam que o acervo de instrumentos e objetos musicais não se constitui efetivamente em um museu, mas uma simples exposição de instrumentos e objetos musicais depositados em armários inapropriados sem conservação e climatização. Não há um museólogo responsável ou reserva técnica. Nos últimos vinte anos o acervo não recebeu nenhum tipo de doação e seu acervo não foi renovado ou ampliado. Desconheço a existência de algum projeto educacional ou artístico que tenha sido desenvolvido de modo a atingir os objetivos culturais e sociais de um museu.

Como perspectiva para o Museu Delgado de Carvalho se apresenta o Projeto de Restauração e Revitalização da Escola de Música da UFRJ (Pronac 028988) que, sob patrocínio da Petrobras, prevê a elaboração de um projeto museológico e a reinstalação do acervo em condições adequadas.



Meyura Vina (Índia)

Acervo do Museu Delgado de Carvalho da Escola de Música da UFRJ

Referências

ALMEIDA, Afifi Craveiro. Museu Instrumental Delgado de Carvalho: breve história. *Revista Brasileira de Música*. Rio de Janeiro, v. 21, p. 87 - 94, 1994.

BRANDÃO, Dolores; CARVALHO, Maria Luiza Nery de. Biblioteca Alberto Nepomuceno da Escola de Música da UFRJ: do raro ao virtual. *Revista Brasileira de Música*. Rio de Janeiro, v. 22, p. 69 - 75, 2002.

CARVALHO, Joaquim Tomas Delgado de. *O museu instrumental do Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

DE PAOLA, Andrely Quintella; GONSALEZ, Helenita. *Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro: história e arquitetura*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Centro de Letras e Artes. Escola de Música. Regimento da Escola de Música. *Boletim da Escola de Música*. Rio de Janeiro, n.5, 1. fev. 1973. Suplemento.

SIQUEIRA, Baptista. *Do Conservatório à Escola de Música: ensaio histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1972.

O PROEDES – Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade: origens e desenvolvimento ¹

Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero

1. O PROEDES: das origens à construção

Como é freqüente em comunicações, esta apresenta uma visão em processo do tema em foco. Tentaremos descrever e analisar uma experiência que reflete uma práxis que envolve pesquisa e documentação. Trata-se de articular o trabalho de investigação com o de resgate, recuperação e organização de fontes documentais. Este trabalho visa reagrupar as fontes documentais, tornando-as pertinentes, colocando-as em relação até constituírem um conjunto, através do qual a memória coletiva passa a ser valorizada, instituindo-se em patrimônio cultural, além de oferecer importantes subsídios para estudos e investigações de pesquisadores, não apenas do *PROEDES - Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade*, mas de diversas instituições do Rio de Janeiro, de outros estados e até mesmo do exterior.

O *PROEDES* tem suas origens no projeto de pesquisa: “Da Faculdade Nacional de Filosofia à Faculdade de Educação: resgate de uma história” desenvolvido por um grupo de pesquisadores da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro

¹ Esta comunicação tem por base estudos anteriores sobre o PROEDES, produzidos pela autora: a) FÁVERO, Maria de Lourdes de A. O PROEDES- Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade – produzindo referências em educação superior. *Educação em Revista*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, n.35, p. 93-102, julho 2002 e b) “O PROEDES: origens, construção e desenvolvimento”, comunicação apresentada no *SEMINÁRIO 20 ANOS do PROEDES*, 13 e 14 de setembro de 2007. Rio de Janeiro: Fórum de Ciência e Cultura / UFRJ.

(UFRJ), incluindo a participação de mestrandos e doutorandos, bem como de bolsistas de Iniciação Científica, Aperfeiçoamento e Apoio Técnico do CNPq e da FAPERJ. Esse projeto teve início em janeiro de 1987, sendo desenvolvido até julho de 1990, contando com o apoio dessas duas agências de fomento à pesquisa, da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB/UFRJ), além de importante colaboração e assessoria do Arquivo Nacional na organização do fundo dessa Faculdade.

Durante esse período, o trabalho do grupo de pesquisa centrou-se no levantamento e análise de dados relativos à Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), procurando apreender as razões que contribuíram e influenciaram sua criação em 1939, seu desenvolvimento e sua fragmentação, efetuada entre 1967 e 1968. Extinta em 1968, ela continua presente na memória daqueles que a produziram e vivenciaram, assim como, indiretamente, através de unidades da UFRJ, que nela têm suas origens: Escola de Comunicação, Faculdade de Educação, Faculdade de Letras, Instituto de Biologia, Instituto de Física, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Instituto de Geociências, Instituto de Matemática e Instituto de Química.

Com a preocupação de apreender melhor a história daquela instituição, realizamos não somente análise de suas fontes documentais, mas procuramos também ouvir pessoas que participaram e produziram a Faculdade Nacional de Filosofia – ex-professores, ex-alunos e ex-funcionários –, realizando entrevistas, das quais trinta e oito estão publicadas no livro: *Faculdade Nacional de Filosofia: Depoimentos*. Rio de Janeiro: Serviço Industrial Gráfico-UFRJ, 1992. V.5 - Série Faculdade Nacional de Filosofia, além de alguns depoimentos também importantes que se encontram no PROEDES, abertos à consulta e que não foram incluídos nesse livro, porque não dispúnhamos, na época, de autorização dos entrevistados para sua divulgação. Um problema grave e que não podemos deixar de registrar, é que até 3 de outubro de 1990, tínhamos um arquivo

sonoro com cerca de cem fitas cassete gravadas, contendo entrevistas com ex-professores, ex-alunos e ex-funcionários da FNFi². Mas, todo esse material foi furtado do anexo da Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), onde estão preservados mais de 70% da Biblioteca do CBPE/INEP e, naquele período, funcionava também o PROEDES. Embora o furto tenha sido registrado na Secretaria de Estado da Polícia Civil do Rio de Janeiro, em 4 de outubro de 1990, não se recebeu posteriormente qualquer informação a respeito.

O problema não teve consequências maiores com a perda dessas fitas porque os depoimentos sobre a Faculdade Nacional de Filosofia estavam transcritos e a maior parte autorizados para publicação pelos respectivos depoentes. Mas, na ótica dos que trabalhavam e continuam a fazê-lo no PROEDES, não somente a UFRJ perdeu parte de sua memória gravada, naquele período, assim como parte da história da ciência no país. Afinal era um trabalho que vínhamos desenvolvendo com especial interesse e com imensas dificuldades. Naquele momento o apoio da Reitoria e do Decanato do CFCH da UFRJ foi inestimável, como também o de alguns pesquisadores e cientistas de outras instituições, dentre os quais destacáramos o professor José Leite Lopes, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e ex-catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia.

Até então, não imaginávamos a possibilidade dessa ocorrência. Temíamos, sim, que essas fitas, por motivos diversos, pudessem ser danificadas. Por essa razão, do auxílio solicitado à FAPERJ, naquele ano, uma parte dos recursos era destinada à aquisição de um lote considerável de fitas para se fazer uma duplicata de cada

2 Tínhamos, também duas fitas contendo uma entrevista com o General Meira Mattos, que fez toda uma sindicância antes de nos receber - a doutoranda Elizabeth Jones, já falecida e eu. É pertinente lembrar que Meira Mattos foi presidente da Comissão Especial, instituída em 29/12/1967 para emitir parecer sobre as atividades estudantis e propor medidas que garantissem a aplicação das diretrizes governamentais no setor (Decreto nº. 62.024/67).

entrevista, a qual ficaria guardada em outro local, na UFRJ. Mas, o inesperado ocorreu.

Esse episódio nos fez entender o significado da perda de importantes fontes, como tem ocorrido em arquivos e museus do país e conscientizando-nos de que sempre é tempo de recomeçar. Após um incidente desse tipo, o pesquisador e sua equipe precisam ter clareza do que pretendem realizar, apostar no que se quer, além de muita imaginação para prosseguir. Desse modo, o trabalho não sofreu solução de continuidade. Os entrevistados foram contatados, solicitando àqueles que ainda não tinham visto a transcrição de sua entrevista para fazer uma leitura e, estando de acordo, autorizarem a publicação, como também a abertura ao público para consultas. A resposta foi integralmente positiva.

Uma questão que precisa ser registrada é que, no início da pesquisa sobre a Faculdade Nacional de Filosofia, não tínhamos idéia exata da situação em que se encontrava seu acervo. Para surpresa da equipe, deparamo-nos com grande massa de documentos, sem nenhuma organização arquivística, muitos deles estragados, com perda de informações, outros acidificados pela falta de climatização, muitos danificados pela ferrugem de clipes e grampos de ferro, enquanto outros ainda incompletos.³ O acesso e o contato direto com essas fontes nos deixaram perplexos em relação ao estado lamentável de conservação desse fundo, sobretudo porque acreditávamos de que se tratava de um arquivo de grande relevância para um conhecimento mais completo da história da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como também das instituições educacionais e científicas no país. O trabalho de recuperação e

3 Os depoimentos e entrevistas realizadas sobre Faculdade Nacional de Filosofia nos permitem inferir que parte significativa de fontes documentais textuais foram destruídas ou desapareceram após o Golpe de 1964, quando militares passaram a “visitar” freqüentemente a Faculdade. Entre os documentos desaparecidos, chamaram especial atenção os livros de Atas das Reuniões da Congregação referentes aos anos de 1962, 1963 e do primeiro semestre de 1964, não encontrados até hoje na Universidade.

organização desse importante fundo, constituído atualmente por mais de 100.000 documentos, nos fez ver com maior clareza que a preservação e a valorização da memória educacional e cultural brasileira era e continua sendo uma tarefa que está a desafiar permanentemente a intervenção lúcida e diligente da iniciativa pública, como também da particular.

Ao mesmo tempo em que desenvolvíamos a pesquisa sobre a Faculdade Nacional de Filosofia e éramos compelidos a organizar seu acervo, as reflexões da equipe do projeto se ampliavam em dupla direção: de um lado, a necessidade de se dominar um referencial teórico para melhor apreender a realidade, admitindo que a teoria é fundamental para se lidar com os fatos, para se dialogar com as fontes; de outro, a necessidade de se criar um espaço que possibilitasse o diálogo teórico-metodológico, de forma consistente e consequente, com a clareza de que a produção científica não se faz isoladamente. Sob essa ótica, a opção assumida pelo grupo passou a ser a de ampliar o trabalho, o que nos levou, após várias discussões em reuniões, a elaborar o Projeto de Estudos e Documentação Educação e Sociedade -PROEDES.

Em decorrência de todo um trabalho realizado, o PROEDES é aprovado em agosto de 1990 pelo Conselho de Ensino para Graduados (CEPG/UFRJ), como um projeto integrado, tendo como principais objetivos: dar continuidade à pesquisa sobre a Faculdade Nacional de Filosofia e completar a organização de seu arquivo; desenvolver estudos e investigações sobre instituições educacionais e científicas no país e seus atores; organizar um centro de documentação referente à história da educação brasileira, às instituições educacionais e científicas no país e ao pensamento educacional brasileiro, sobretudo a partir de 1930. Com vistas à concretização desses objetivos, durante dois anos deu-se continuidade à pesquisa sobre a Faculdade Nacional de Filosofia, procurando-se aprofundar as seguintes questões: concepções de ensino e pesquisa nos diferentes cursos dessa Faculdade e como essas concepções vão se

refletir mais tarde em escolas, faculdades e institutos da UFRJ que tiveram origem naquela instituição.

A idéia de se criar um núcleo, centro ou programa de estudos e documentação surgiu em 1990, quando recebemos o Arquivo do Asylo de Meninos Desvalidos, com mais de 34.000 documentos. Foi intensificada a partir de 1991 com a doação de arquivos e coleções dos educadores Durmeval Trigueiro Mendes (1991-1992), João Roberto Moreira (1992), Raul Bittencourt (1992) e de várias coleções temáticas, abrangendo documentos relativos aos Acordos MEC-USAID, à Constituinte, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dentre outros.

Da parte daqueles que integravam o *Projeto de Estudos e Documentação* havia a preocupação de não apenas desenvolver pesquisas, mas também de resgatar, recuperar e organizar as fontes documentais, procurando articulá-las, de modo que a memória coletiva educacional fosse valorizada e preservada. Os pesquisadores tinham muito presente a importância dessas fontes documentais para o estudo da história da educação brasileira, da história de instituições educacionais e científicas do país e do pensamento educacional brasileiro.

Após vários contatos com diferentes instâncias decisórias da UFRJ, o *Projeto* é reconhecido como *Programa*, em 1994, pela Congregação da Faculdade de Educação e, em 1995, pelo Conselho de Coordenação do Centro de Filosofia e Ciências Humana (CFCH) e pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa (CEPG) da UFRJ.

O *Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade* foi instituído tendo por objetivos: a) realizar estudos e pesquisas referentes a temas de educação, a instituições educacionais e científicas; b) contribuir para a formação de pesquisadores; c) constituir-se em um centro de documentação em educação brasileira.

Para concretizar tais objetivos, o PROEDES passou a desenvolver estudos e investigações em duas linhas de pesquisa. A primeira,

centrada na história das instituições educacionais e científicas no país, com os seguintes propósitos: a) estudar essas instituições, buscando identificar as propostas e as condições que deram origem à sua criação, institucionalização e desenvolvimento; b) analisar o papel, as contribuições e a importância estratégica de instituições educacionais e científicas nos embates políticos e ideológicos que se travaram no país, em especial no período que se estende de 1930 aos dias atuais, procurando caracterizar, também, suas relações de poder, mecanismos de dominação e participação, bem como sua constituição e funcionamento; c) investigar contribuições inovadoras de instituições educacionais, em termos de concepção de ensino, pesquisa e de extensão universitária, de propostas curriculares, de formação de professores e especialistas em diferentes áreas do conhecimento, de pesquisadores e de administradores de educação.

A segunda linha passou a trabalhar a construção do pensamento educacional brasileiro, procurando: a) investigar o processo de construção desse pensamento, identificando suas origens, matrizes e formas como se traduz na história da educação brasileira, através de diretrizes políticas, da legislação, de planos e programas educacionais; b) analisar o pensamento de educadores brasileiros, sua trajetória e produção acadêmico-científica, bem como a contribuição prestada à educação no país; c) analisar idéias, planos e propostas adotadas pelo sistema educacional, sobretudo a partir dos anos 1930, através de órgãos governamentais, instituições de ensino público e privado.

Nessa perspectiva, graças ao esforço e dedicação daqueles que vêm trabalhando no PROEDES, este espaço de pesquisa e documentação gradativamente foi sendo reconhecido como um *Centro de Referência em Educação Brasileira*, no qual são oferecidas informações sobre a história da educação brasileira, as instituições educacionais e científicas no país e sobre o pensamento educacional brasileiro. Possibilita àqueles que o procuram não apenas a consulta

ao acervo documental que está sob sua guarda, mas também uma orientação para busca de referências existentes em outros órgãos de documentação e pesquisa da cidade do Rio de Janeiro. Visando contribuir para melhor atendimento dos usuários que têm procurado o PROEDES, quando necessário, os encaminhamos a outros centros de documentação e bibliotecas (Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, CPDOC/FGV etc), para que obtenham informações e dados necessários a seus trabalhos.

2. O PROEDES: produzindo referências em educação

Em decorrência dessa caminhada, a partir da pesquisa sobre a Faculdade Nacional de Filosofia e a organização de seu fundo, junto a outros arquivos e coleções, enquanto Centro de Estudos e Documentação, o PROEDES abriga, atualmente, um acervo constituído por mais de 300.000 documentos, distribuídos em 32 arquivos e coleções: 12 institucionais, 10 temáticos e 10 de educadores.

O trabalho desenvolvido neste *Programa* procura também associar memória e história, reunindo conjuntos documentais e preservando “registros do passado de educadores e de instituições educacionais, ao mesmo tempo que busca reunir documentação sobre temas específicos, com vistas a proporcionar subsídios aos pesquisadores empenhados em desenvolver seus estudos e investigações no âmbito da história da educação brasileira” (XAVIER, 2007, p.163).

A preocupação com o trabalho, a pesquisa e a divulgação de informações contidas nos acervos que estão sob a guarda do PROEDES revela, também, a necessidade de assegurar a um centro de documentação como este, seu papel de elemento de apoio e referência à pesquisa, além da tarefa de viabilizar as possibilidades de acesso, organização e preservação de fontes documentais. Sob esse ponto de vista, o trabalho com arquivos e coleções existentes no PROEDES tem nos levado a perceber, cada vez com maior clareza

que, se o documento é ponto de partida para se conhecer um fato histórico, é também por meio dele que podemos revisitar o passado e reinterpretá-lo sob novo olhar. Como adverte Le Goff, (1992), “o documento não é inócuo”. Mas, não se pode perder de vista, que resulta: “[...] de uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio” (1992, p.547). Daí, “ser preciso começar por desmontar, demolir essa montagem, desestruturar essa construção e analisar as condições de produção dos documentos/monumentos” (1992, p. 548).

Nessa perspectiva, endossamos Margarida Neves, quando assinala:

O historiador não é um arqueólogo da documentação, mediador neutro entre a verdade da fonte e a verdade da História, mas sim aquele que é capaz de formular uma problemática e de construir uma interpretação em que reconhece o encontro entre duas historicidades: a sua própria e a da documentação que utiliza. (1985, 34-35)

Apoiando-nos nessas percepções, podemos afirmar que o trabalho com as fontes documentais existentes no *Programa*, nos tem permitido compreender que a preservação dessas fontes é de fundamental importância, na medida em que esses documentos oferecem elementos para análises e abordagens diferenciadas no processo de elaboração do conhecimento em história da educação brasileira, história social e política da cultura, história das instituições educacionais e científicas no país e sobre o pensamento educacional brasileiro, sobretudo a partir dos anos de 1930. Mas, consideramos que os fatos e os dados não falam por si, como observa Carr (1976). Falam apenas quando o pesquisador os aborda, procurando apreender o pensamento que está por trás deles. É o pesquisador, o historiador quem decide quais os fatos e os documentos que virão à cena e em que ordem ou contexto. Assim,

não é por estarem registrados nos documentos que os fatos ocorreram exatamente daquela forma, pois, nenhum documento, por si só, pode nos dizer mais do que o autor achou que aconteceu ou, talvez, o que gostaria que acontecesse, ou que ele queria que acontecesse ou, talvez, o que ele queria que outros pensassem que ele pensava (1976, p. 14, 20). Essa experiência, por outro lado, nos tem possibilitado a compreensão de que a integração entre o pesquisador e as fontes constitui um diálogo permanente entre o passado e o presente, embora jamais se consiga conhecer a totalidade do caminho. A busca de um conhecimento consistente se apresenta como uma relação permanente e esclarecedora entre fragmentos documentais e o todo que se devem elucidar mutuamente. O PROEDES tendo como uma de suas preocupações produzir referência em educação, levanta questões que se colocam e que poderão levar a outros desafios (FÁVERO, 2002, p.97). No entanto, faz-se necessário considerar que é no contato com a realidade que se pode “corrigir” uma percepção falha e capacitar-se para melhor reconstruí-la. E que, essa percepção poderá ser diferente em função da formação e da intenção de quem percebe.

Sob essa ótica, para dar uma visão mais abrangente do *Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade* como um espaço universitário que produz conhecimento em educação, consideramos necessário situar não apenas os aspectos interiores dessa construção, de um ponto de vista epistemológico, mas também chamar a atenção para aqueles aspectos que buscam entendê-la no seu tempo e na instituição que a abriga. Um espaço que busca fixar, como assinala Libânia Xavier (2007) “os vestígios materiais do processo de constituição de diferentes áreas de conhecimento, bem como da própria história da instituição que o produziu”(2007, p.169).

Voltando nosso olhar sobre essa produção de conhecimento, parece-nos oportuno destacar estudos e pesquisas desenvolvidos pelos pesquisadores, pós-graduandos e bolsistas de iniciação cien-

tífica, aperfeiçoamento e apoio técnico integrados a esse *Programa*. Vale mencionar ainda os acervos, que estão sob sua guarda, onde se encontram vários trabalhos sobre a história das instituições educacionais e científicas e temas relacionados à educação e ao pensamento educacional brasileiro.

Em face dos propósitos deste texto, indicaremos somente alguns produtos mais significativos que marcaram a história deste *Programa* e contribuíram para dar visibilidade ao trabalho desenvolvido neste espaço, como um centro de estudos, pesquisa e documentação. Ao lado de outros, destacaremos a *Série Faculdade Nacional de Filosofia*, resultante do projeto de pesquisa sobre essa Faculdade, constituída de seis volumes: V. 1- *Faculdade Nacional de Filosofia. Projeto ou trama universitária?* Rio de Janeiro: Editora UFRJ/INEP, 1989, 99 p.; V. 2 – *Faculdade Nacional de Filosofia. O corpo docente. Matizes de uma proposta autoritária.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ; INEP, 1989, 136 p; V. 3 - *Faculdade Nacional de Filosofia. Caminhos e descaminhos.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ; INEP, 1989, 85 p; V 4 - *Faculdade Nacional de Filosofia. Os cursos: começando a desenrolar um novelo.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ; INEP, 1989, 79 p; V 5- *Faculdade Nacional de Filosofia: Depoimentos.* Rio de Janeiro: FUJB, CFCH, Faculdade de Educação e PROEDES da UFRJ, 1992, 542 p. O volume 6 da *Série* é o *Catálogo do Arquivo da FNFfi*, de 1995, publicado no ano em que a Universidade Federal do Rio de Janeiro comemorava 75 anos de sua criação. Esse *Catálogo* apresenta um total de 89.248 documentos textuais, 237 documentos visuais e três mapas hidrográficos referentes à construção de um pavilhão de Botânica por essa Faculdade em 1942. Atualmente, como já assinalado, o Arquivo da Faculdade Nacional de Filosofia contém mais de 100.000 documentos e está recebendo nova organização.

Entre as obras produzidas no PROEDES, merece especial destaque o *Dicionário de Educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais*, com 74 verbetes, publicada a 1ª edição pela Ed.UFRJ/MEC-INEP-Comped, em 1999, 496 p. Reconhecido por pesquisadores e estu-

diosos como obra de referência importante na área de educação do país, tendo seus organizadores, Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero e Jader de Medeiros Britto recebido voto de louvor do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado por unanimidade, em sessão plenária de março de 2000. A 2ª edição revista e ampliada, foi publicada em 2002, incluindo 144 verbetes de educadores, com 1.007 p. Essa obra tem sido objeto de consulta por muitos estudiosos e pesquisadores da área de educação e áreas afins.

Cabe destacar a pesquisa realizada sobre a história da Universidade do Brasil, hoje UFRJ, coordenada por nós, com a participação de bolsistas de Iniciação Científica e de Apoio Técnico do CNPq, tendo a Editora da UFRJ, com apoio financeiro do INEP publicado dois volumes, em 2000: 1) *A Universidade do Brasil: das origens à construção* e 2) *Universidade do Brasil: guia dos dispositivos legais*.

O *Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade*, integrando docentes-pesquisadores e alunos da graduação e pós-graduação, vem produzindo referências em educação, como já assinalamos. Dispõe de valioso potencial multiplicador, por seu trabalho com fontes documentais e suas publicações e por se constituir um espaço de estudo e de pesquisa. Cabe registrar que, de 1987 a 2007, foram realizados no PROEDES vinte e um projetos de pesquisa. Atualmente, sete estão em desenvolvimento. Além desses, não podemos deixar de mencionar os projetos interinstitucionais que pesquisadores do *Programa* participam ou participaram⁴, bem como teses de doutorado e dissertações de mestrado resultantes das pesquisas realizadas neste espaço.

Reiteramos que o PROEDES, como Centro de Pesquisa e Documentação, guarda e preserva fontes documentais centradas principalmente na história das instituições educacionais e científicas no país e seus atores e sobre o pensamento educacional brasileiro. Nesta perspectiva, os acervos sob sua guarda estão organizados em

4 A respeito dos projetos de pesquisa desenvolvidos no PROEDES e os projetos interinstitucionais ver o CD-ROM do SEMINÁRIO 20 ANOS - PROEDES, ISBN 978.85.99052.06-8.

três grandes blocos: a) arquivos e coleções sobre instituições educacionais; b) arquivos e coleções de educadores; c) coleções temáticas. Além disso, este *Programa* procura se constituir e se organizar para tratar a informação especializada e alimentar-se de material custodiado em bibliotecas, como também em fontes documentais existentes em outros arquivos (BELLOTO, 1991).

Existem, todavia, problemas e dificuldades que enfrentamos no PROEDES e que se aguçaram mais ainda à medida que as universidades públicas passaram a sofrer cortes e sérias restrições financeiras. Temos presente que, para este Programa avançar e atingir de forma eficaz as metas a que se propõe, far-se-á necessário suprir nossas carências em termos de recursos humanos. Além de pesquisadores, pós-graduandos, bolsistas de iniciação científica e apoio técnico, necessitamos de dois arquivistas, um auxiliar administrativo e um especialista em banco de dados que domine diferentes tipos de programa, assumindo a responsabilidade pela colocação dos dados dos arquivos em DVDs etc. Há cerca de seis anos, o PROEDES não dispõe de nenhum funcionário administrativo e de nenhum arquivista do quadro da UFRJ. Como Centro de Pesquisa e Documentação, com mais de 300.000 documentos sob sua guarda, essa carência constitui uma das maiores dificuldades para esse *Programa* avançar nos objetivos que se propõe. Não obstante, apesar desses obstáculos e limitações, temos atendido ao público que nos procura.

Para finalizar

Neste trabalho procuramos apresentar um pouco de nossa experiência na construção coletiva de um Centro de Pesquisa e Documentação na Universidade que, apesar das dificuldades, tornou-se viável. É um espaço que vem se institucionalizando gradualmente e com reais perspectivas de ajudar a fundamentar melhor o conhecimento sobre a história das instituições educacionais e científicas no país e seus atores, bem como sobre o pensamento educacional brasileiro.

Referências

BELLOTO, Heloisa Liberali. As fronteiras da documentação. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira (org.). *A Sistematização de Arquivos Públicos*. Campinas: UNICAMP, 1991.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CARR, Eward H. *Que é história ?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. O PROEDES: Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade: produzindo referências em educação superior. *Educação em Revista*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, n. 35, p.93-102, jul. 2002.

_____.O PROEDES: origens, construção e desenvolvimento. In: *SEMINÁRIO 20 anos do PROEDES, 2007*, Rio de Janeiro. *Anais...*Rio de Janeiro: Fórum de Ciência e Cultura/UFRJ, 2007. 1 CD-ROM.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

NEVES, Margarida. O bordado de um tempo: a história de Esaú e Jacó. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 81, p.32-42, abr./jun. 1985.

XAVIER, Libânia. Apreciação dos espaços de memória da Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (Org.). *Universidade e os múltiplos olhares de si mesma*. Rio de Janeiro: Fórum de Ciência e Cultura / Sistema de Bibliotecas e Informação, 2007. p. 153-171.

Perfis e trajetórias dos professores universitários do curso de História no Rio de Janeiro

Marieta de Moraes Ferreira

Este artigo tem como objetivo analisar a trajetória dos professores que atuaram na implantação dos primeiros cursos universitários de História no Rio de Janeiro. Isto significa investigar a criação do curso de História na Universidade do Distrito Federal (UDF) e na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil. A proposta é pesquisar principalmente três momentos: os projetos iniciais elaborados na criação da UDF, em 1935; sua extinção, em 1939; e a estruturação e consolidação do novo curso da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no período de 1939-1955. A idéia básica é a de estudar as trajetórias das primeiras gerações de profissionais de história e geografia num momento de institucionalização deste campo profissional. Através do perfil de seus membros é possível acompanhar a formação, as maneiras de recrutamento, suas relações com outros segmentos da sociedade e instituições, as mudanças, os conflitos e as disputas no campo da constituição da história como ensino universitário. A estratégia de trabalho adotada é o estudo das biografias coletivas dos professores de história da UDF e de história e geografia da FNFfi, já que a partir de 1939 as duas formações passaram a estar juntas no novo curso.

O estudo da criação das universidades no Brasil por si só, reveste-se de grande importância para a compreensão dos desafios que se colocam para nosso país na atualidade. A UDF, e posteriormente, a FNFfi se constituíram em um padrão para as demais Faculdades de Filosofia nas décadas de 1930 e 1940 o que faz da análise de suas trajetórias uma contribuição importante para

a história da educação no Brasil.

Este trabalho pretende contribuir para uma melhor compreensão das relações entre ensino e pesquisa, bem como da constituição e especificidade dos cursos na universidade. No terreno particular da História, nosso enfoque insere-se também numa perspectiva de discussão historiográfica preocupado com concepções de história e embates políticos entre universos ideológicos antagônicos.

Em 4 de abril de 1935 foi criada a Universidade do Distrito Federal. Pelo exame dos seus estatutos, percebe-se que a UDF era uma universidade bastante original, tanto pelos cursos que oferecia, quanto pela maneira como propunha o desenvolvimento da sociedade através da educação.

Construída segundo esse modelo, a UDF ia de encontro aos estatutos das universidades brasileiras de 1931, que subordinavam as universidades ao Ministério da Educação e ao governo federal. Seu decreto de criação contrariava a orientação oficial, pois definia estatutariamente a UDF como vinculada ao poder municipal da cidade do Rio de Janeiro.

O objetivo principal da nova universidade era encorajar a pesquisa científica, literária e artística “propagar as aquisições da ciência e das artes através do ensino regular de suas escolas e dos cursos populares”. A UDF não pretendia somente produzir profissionais, mas sim formar “quadros intelectuais” para o Brasil.

A análise da proposta da UDF nos indica de imediato a existência de um curso de História separado do de Geografia, com um peso semelhante ao que era atribuído aos demais. Pode-se perceber também uma grande importância dos cursos voltados para a área pedagógica o que demonstra a orientação de privilegiar a formação de professores, essa abordagem, no entanto não eliminava a preocupação com a pesquisa como um elemento importante para a formação dos futuros mestres.

A UDF encontrou fortes resistências, não obstante seus dirigentes procurassem superar os obstáculos e garantir a consoli-

dação da instituição. Mas, conforme já dito, a existência da Universidade contrariava o projeto defendido pelo governo federal que, em 5 de julho de 1937, sancionou a lei nº 452, estabelecendo a Universidade do Brasil, projeto defendido pelo ministro Gustavo Capanema. Esta instituição dava continuidade à antiga Universidade do Rio de Janeiro, criada na década de 1920 como uma reunião das escolas superiores existentes na cidade. O projeto do novo organismo visava a consolidação de uma universidade padrão para as outras que viessem a se constituir.

Outro momento se iniciava no processo de institucionalização do ensino superior de história. Um novo modelo de graduação estava se conformando naqueles anos e passaria a ter uma forte influência em todo o país. Diferentemente da proposta anterior, o curso enfatizava a preparação dos professores secundários voltada essencialmente para o ensino sem um comprometimento maior com o desenvolvimento da pesquisa.

Apesar de se configurar como uma experiência inovadora, a UDF durou apenas quatro anos. Os seus quadros foram incorporados formalmente à Universidade do Brasil pelo Decreto-lei 1.063, de 20 de janeiro de 1939. Em 4 de abril de 1939, o Decreto-lei 1190, instituiu a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), tendo por finalidades:

“a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica;

b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal;

c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituíam objeto de seu ensino”.¹

O mesmo decreto de criação estabelecia ainda a organização da Faculdade Nacional de Filosofia em quatro seções funda-

1 “DECRETO-LEI 1.190 – DE 4 DE ABRIL DE 1939. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1939. Volume IV. Atos do Poder Executivo. Decretos-Leis (abril a junho). Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1939. p. 50-66.

mentais: Seção de Filosofia, Seção de Ciências, Seção de Letras e Seção de Pedagogia. Haveria, ainda, uma seção especial de didática.² A Seção de Ciências compreendia, além de outros cursos, o de História e Geografia. O curso, reunindo as duas formações, só seria novamente desmembrado a partir de 1955.

Transformações importantes estavam ocorrendo e os professores precisavam buscar formas de inserção nesta nova conjuntura. Tendo por função legal a formação de professores e constituída como um padrão para as demais Faculdades de Filosofia nas décadas de 1930 e 1940, a FNFi formou gerações em diversos campos de conhecimento e constituiu marco relevante da evolução cultural, científica e tecnológica do país. Passaram pela instituição, desde a sua fundação em 1939 até sua extinção, professores brasileiros e estrangeiros, que contribuíram para a institucionalização de seus respectivos campos de conhecimento no Brasil. Em fins da década de 1960, com a Reforma Universitária, a Faculdade foi desmembrada em diversas escolas e institutos, que hoje fazem parte dos quadros da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

As primeiras gerações de profissionais de história

Uma análise rápida do perfil dos professores da UDF e da FNFi nos permite detectar algumas diferenças significativas entre os dois grupos. As possibilidades abertas com a organização e leitura dos quadros das biografias coletivas dos professores nos levam a fazer uma distinção institucional entre os profissionais da primeira experiência na UDF e no momento seguinte, na FNFi. Ainda que tenha sido mencionado que a FNFi absorveria alunos e professores da UDF, houve uma renovação expressiva dos professores no novo curso (ver anexos). Os professores brasileiros que atuaram no curso história da UDF foram: Afonso Arinos de Mello

2 Idem.

Franco, Arthur Ramos, Carlos Miguel Delgado de Carvalho, Gilberto Freyre, Isnard Dantas Barreto, Jayme Coelho, João Batista de Melo e Sousa, José Maria Bello, Josué de Castro e Luiz Camillo de Oliveira Neto. Como assistentes podem ser listados Sérgio Buarque de Holanda e Victor Leuzinger.

Affonso Arinos de Mello Franco (1905-1990) nasceu em Belo Horizonte, de uma tradicional família de políticos mineiros. Fez os estudos secundários no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro e, em 1927, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Era colaborador de vários jornais e dedicou-se aos estudos de História do Brasil. Em 1935, foi convidado para ser professor da cadeira de História da Civilização Brasileira na UDF. Escreveu na ocasião as obras *Conceito de Civilização Brasileira* (1936) e *Síntese da História Econômica no Brasil* (1938). Indicou para seu assistente Luiz Camillo. Em 1937, deixou a instituição.

Arthur Ramos de Araújo Pereira (1903-1949) nasceu em Pilar, estado do Alagoas. Filho de médico, deu seguimento à profissão do pai: foi um médico psiquiatra, psicólogo social, indigenista, etnólogo, folclorista e antropólogo brasileiro. Em 1934, publicou a obra "O Negro Brasileiro". Na UDF assumiu, em 1935, a cátedra de Psicologia Social, vindo a ser consagrado como o pai da Antropologia Brasileira. Na FNF, em 1939, foi nomeado catedrático interino de Antropologia e Etnografia (1941-1949). Teve como sua principal assistente, Marina São Paulo.

Gilberto Freyre (1900-1987) nasceu em Recife, Pernambuco. Filho de uma tradicional família, seu pai ocupou vários cargos públicos como juiz e professor da Faculdade de Direito de Recife. Fez seus estudos secundários no Colégio Americano *Gilreath*. Em 1917, concluiu o curso de Bacharel em Ciências e Letras do mesmo colégio *Gilreath*. Em 1920 seguiu para Nova Iorque, onde cursa Ciências Sociais na Universidade de Colúmbia. Na década de 1920, ocupou cargos políticos e atuou como professor convidado em algumas universidades americanas. Inicia suas atividades docentes

em Recife e, em 1935, é convidado para se ocupar da cadeira Antropologia Social e Cultural da América Latina e de Sociologia na UDF, de 1935 a 1937.

Isnard Dantas Barreto foi professor de História da Idade Média e Moderna.

Jayme Coelho (1887-?) formou-se em Direito, exerceu atividades jornalísticas e foi professor do Colégio Pedro II. Ingressou na UDF em 1936, onde lecionou História da Antigüidade.

João Batista de Melo e Sousa (1888-1969) nasceu em Queluz, estado de São Paulo. Filho de professora, fez seus estudos secundários no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Formou-se em Direito em 1910 e na década de 1920 ocupou cargos políticos. Na UDF, foi professor de História da Civilização na América (1936-1939).

José Maria Bello (1886-1959) nasceu em Barreiros, Pernambuco. Formou-se em Direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e fez carreira política, tendo sido eleito deputado, senador e presidente de Pernambuco. Na UDF, ministrou o curso de “História Geral da Civilização” para a graduação de Geografia (1936-1939).

Luiz Camillo de Oliveira Neto (1904-1953) nasceu em Itabira, Minas Gerais. Filho de família tradicional, seu pai era funcionário público e jornalista. Formou-se em Química Industrial pela Escola de Engenharia de Belo Horizonte. Na década de 1930, transferiu-se para o Rio de Janeiro e ocupou diferentes funções na área pública como a direção da Casa de Rui Barbosa e da Biblioteca Nacional. Em 1936, indicado por Afonso Arinos, ingressou na UDF, onde posteriormente ocupou a cadeira de “História da Civilização Brasileira”. Nos últimos momentos da UDF foi vice-reitor e reitor da Universidade. Convidado para integrar a cátedra de “História do Brasil” na FNFi, rejeitou o convite em protesto ao fechamento da UDF.

Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) nasceu na cidade de São Paulo e formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1925. Na UDF, foi assistente das cadeiras de História Moderna e

Econômica e Literatura Comparada (1936-1937). Escreveu, na época, *Raízes do Brasil* (1936).

Na Faculdade Nacional de Filosofia os professores catedráticos brasileiros que exerceram papel fundamental na consolidação do curso foram: Arthur Ramos, Carlos Delgado de Carvalho, Eremildo Viana, Hélio Viana, Hilgard Sternberg, Josué de Castro, Sílvio Julio, Victor Leuzinger. Como assistentes podem se listados: Antero Manhães, Eulália Lobo, Luci de Abreu, Maria Luiza Fernandes, Marina São Paulo, Maria Terezinha Segadas Soares, Maria Yeda Linhares.

Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884-1980) nasceu na Legação do Brasil na França. Era de uma tradicional família, filho de diplomata. Bacharelou-se em Letras pelo Colégio São Tomás de Aquino de Lyon; em Direito pela Universidade de Lausanne; em Diplomática pela *École des Sciences Politiques* e em Economia pela Escola Econômica de Londres. Lecionou em colégios franceses e ingleses. Veio ao Brasil pela primeira vez em 1906, quando decidiu estabelecer-se no país. Em 1920, entrou no Colégio Pedro II como professor de inglês, chegando, na década de 1930, à vice-diretoria do Externato do Colégio. Em 1935, entrou na UDF como professor das cadeiras “Sociologia Educacional” e “Geografia Humana” e, em 1936, passou à cadeira de “História Contemporânea”.

Eremildo Luís Viana (1913-?) nasceu no Rio de Janeiro. Concluiu seus estudos no Colégio Pedro II, onde recebeu o título de Bacharel em Ciências e Letras em 1932. Em 1933, entrou para a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e em 1935, para o curso de História da UDF. Formou-se em Direito, mas não concluiu o curso de História saindo em 1937, pois desde o ano anterior já dava aulas no Colégio Pedro II. Entrou para a FNFi, em 1939, como assistente da cadeira de “História da Antigüidade e da Idade Média” (1941-1945) e a partir de 1944 assumiu a cadeira interinamente. Prestou concurso em 1946 e pôde, então, assumir a cátedra em caráter efetivo.

Marina de São Paulo Vasconcellos (1912-1973) nasceu no Rio de Janeiro. Seu pai era médico. Estudou no tradicional Colégio Jaco-

bina e, aos 20 anos, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Bacharel em Direito, retornou à vida universitária para estudar História em 1936. Aprovada no exame vestibular fez parte de uma das primeiras turmas da UDF. Foi aluna de Arthur Ramos, com quem estabeleceu forte ligação. Com a transferência dos quadros da UDF para a Faculdade Nacional de Filosofia, Marina, como aluna, também foi transferida para a nova instituição, onde se formou em História e Geografia. Em janeiro de 1940, tornou-se a substituta de Arthur Ramos na cadeira de “Antropologia e Etnografia” da FNFi, pois o titular fora convidado a lecionar na *Louisiana State University* e no *College Of Arts and Sciences*. Em 1949, foi efetivada nas cadeiras de “Antropologia” e “Etnografia”, após concurso.

Josué Apolônio de Castro (1908-1973) nasceu em Recife, Pernambuco. Fez curso secundário na cidade de origem e, em 1929, formou-se na Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro. Em 1932 torna-se livre-docente em Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife. Em 1935, indicado por Roquette Pinto, volta ao Rio de Janeiro para lecionar “Antropologia Física” no curso de História da UDF. Permanece na cadeira até o ano de 1938, quando a disciplina foi suprimida dos currículos da Universidade. Em 1938 é transferido para a cadeira de Geografia, na qual permanece na condição de professor adjunto, até o fechamento da UDF. Na FNFi, passa a lecionar a cadeira de “Geografia Humana”, de 1940 até 1955.

Eulália Maria Lahmeyer Lobo (1924) nasceu no Rio de Janeiro. Estudou no Colégio Jacobina e graduou-se em História e Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil no ano de 1944. Na Faculdade, foi assistente da cadeira de “História da América”, assumindo a regência da cadeira em 1958, após defender tese de livre-docência. Catedrática interina em 1967 foi aposentada compulsoriamente em 1968.

Maria Yedda Leite Linhares (1921) nasceu em Fortaleza, Ceará. Estudou no Instituto Lafayette e concluiu o secundário no Colégio São Paulo. Entrou para a FNFi como aluna em 1939, transferida da

UDF. Interrompeu o curso para passar dois anos estudando nos Estados Unidos. Essa experiência foi decisiva para sua formação e, ao voltar ao Brasil, em 1944, concluiu o curso de “História e Geografia na Faculdade Nacional de Filosofia” e foi admitida como assistente da cadeira de História Moderna e Contemporânea na mesma instituição. Em 1955 é nomeada catedrática interina e, em 1957, após concurso, assume efetivamente a cátedra.

Apresentados de uma forma sintética o perfil desses professores que atuavam no curso de história e geografia, passaremos à análise das suas origens familiares e regionais, da sua formação educacional, do sistema de recrutamento e das suas redes de relações.

A pesquisa dos nomes dos professores indica a diversidade de origens regionais e a presença de professores vindos de diferentes estados da região Nordeste (Arthur Ramos, Gilberto Freyre, José Maria Bello, Josué de Castro, Sílvio Júlio e Maria Yedda Leite Linhares), de Minas Gerais (Luiz Camillo de Oliveira, Hélio Vianna e Afonso Arinos) e do Rio de Janeiro (Eremildo Viana, Eulália Lobo, Hilgard Sternberg, Marina São Paulo e Victor Leuzinger). Quanto às origens familiares é notório o número de professores provenientes de famílias de profissões liberais e funcionários públicos e em alguns casos descendentes de membros de elites econômicas em declínio.

Um segundo item importante para a nossa investigação é a formação educacional. Os estudos secundários para a maioria dos professores que dispomos de dados foram efetivados em escolas públicas, tais como os casos de Afonso Arinos Eremildo Viana, Arthur Ramos, Hélio Vianna, Maria Yedda Linhares, Luiz Camillo, Isnard Dantas Barreto, Fernando Raja Gabaglia. Quanto à formação universitária, há um predomínio marcante de professores formados em Direito, sobretudo a primeira geração, nascida entre 1890 e 1910, como foram os casos de Delgado de Carvalho, Sílvio Júlio e Jayme Coelho. Já os nascidos um pouco mais tarde (depois de 1915) passaram a ter uma dupla formação: Direito e História, como Marina de

São Paulo, Eremildo Viana e Hélio Vianna.

Na geração nascida depois de 1920, detecta-se a presença de uma formação específica em História e Geografia, como os casos de Maria Yedda Linhares, Eulália Lobo, Hilgard Sternberg e Maria do Carmo Galvão. Pode-se detectar também a presença pequena de médicos e engenheiros, como Artur Ramos, Josué de Castro, Victor Leuzinger e Fernando Raja Gabaglia.

Um terceiro ponto importante para análise são as redes de sociabilidade dos professores que permitiram a ocupação das cadeiras. O sistema de recrutamento de professores, tanto na UDF como na FNFi, baseava-se nas redes de relações que os candidatos possuíam e não na seleção através de concursos públicos. No caso da UDF fica clara a importância de laços com os educadores da Associação Brasileira de Educação, liderada por Anísio Teixeira, como um elemento para garantir o acesso àquela universidade. Percebe-se também a presença marcante de nomes já com expressão intelectual e política na esfera nacional, como Afonso Arinos, Gilberto Freyre, Artur Ramos, bem como de um núcleo de professores oriundos do colégio Pedro II, como Delgado de Carvalho, Jaime Coelho, Fernando Raja Gabaglia, Isnard Dantas Barreto, Eremildo Viana. Essa vinculação com o Colégio Pedro II funcionava como um passaporte de prestígio para garantir o acesso à universidade recém-criada.

A presença dos professores atuantes na UDF como Luís Camilo, Josué de Castro, Victor Leuzinger também nos permite perceber o papel dos laços de amizade para entender os mecanismos de seleção. Luiz Camillo é trazido pelas mãos de Afonso Arinos. Eremildo e Sérgio Buarque são indicados por Eugène Albertini e Henri Hauser respectivamente. Josué de Castro e Victor Leuzinger eram indicações do geógrafo francês Deffontaines.

A FNFi não alterou esse estado de coisas: o processo de recrutamento manteve-se apoiado nas redes de relações. O fechamento da UDF promoveu a transferência de alguns professores para integrar os quadros do novo curso, enquanto outros se afastaram por

vontade própria ou foram excluídos. Os critérios adotados para o preenchimento dos postos vagos foram diversificados. Em alguns casos, antigos assistentes foram alçados à condição de catedráticos interinos, como Victor Leuzinger³. Em outros, permaneceram na mesma condição, fossem assistentes ou titulares.⁴ Arthur Ramos manteve a cátedra de “Antropologia”, mas Delgado de Carvalho foi preterido para ocupar a cadeira de “Sociologia”, conquistando a de “Geografia do Brasil”.⁵ Além desses professores, novos nomes foram incorporados, como Sílvio Júlio, catedrático de “História da América” e Hélio Vianna, catedrático interino de “História do Brasil”.

Nesta nova realidade pode-se perceber que a rede de relações sustentada pelos educadores da Escola Nova e do Pedro II foi sendo progressivamente esvaziada. Delgado de Carvalho, figura de destaque, ligado a Anísio Teixeira e ao Colégio Pedro II, permaneceu numa posição secundária.

Por outro lado, setores católicos ligados ao Centro Dom Vital, com Alceu de Amoroso Lima e antigos integralistas, ganharam relevo na indicação de nomes. A direção da FNFi foi entregue a San Tiago Dantas e a cátedra de “História do Brasil” que no contexto do Estado Novo deveria desempenhar um papel chave na formação dos futuros professores secundários, foi entregue a Hélio Vianna (1908-1972). O arquivo Capanema mostra um grande número de indicados para o posto, dentre eles, Oliveira Viana. Entretanto, por motivos pouco claros, não lograram sucesso, recaindo a escolha fi-

3 Josué de Castro pediu ao Ministro, por carta, a cadeira de Antropologia e Etnografia, disciplina na qual se especializava no exterior. Ver Arquivo Gustavo GC g 1936.01.18 (Pasta III)

4 No arquivo Capanema temos carta de 17 de abril de 1939, de Leitão da Cunha a Gustavo Capanema, enviando relação de professores que poderiam lecionar na FNFi. (GC 1936.01.18, Pasta III, doc. 11)

5 “Geographia do Brasil – Delgado de Carvalho. Escreveu carta ao Sr. Presidente, pedindo a cadeira de sociologia. Mas concorda em ficar com a de Geografia do Brasil. Não temos [para] Geographia do Brasil pessoas de maior competência.” Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1936.01.18.

nal no mineiro Hélio Vianna. Quem era Hélio Vianna? Quais eram as bases de sua indicação para o posto? Nascido em Belo Horizonte, em 1908; bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1932; em 1939 foi nomeado catedrático interino, com 31 anos de idade. Diferente de seus colegas que já tinham alguma inserção acadêmica, ou porque foram assistentes na UDF, ou porque eram nomes já reconhecidos – professores de Colégio Pedro II, membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro –, Hélio Vianna até então estava fora desse circuito. Sua referência era ter sido integralista, funcionário do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e lecionar no colégio Jacobina.

Hélio Vianna, ao que tudo indica, era ligado ao grupo católico, uma vez que até o ano de sua nomeação para a Faculdade Nacional de Filosofia possuía artigos publicados em “A ordem”, revista ligada ao Centro Dom Vital, que tinha por diretor Alceu de Amoroso Lima. O próprio Alceu envia para o ministro Gustavo Capanema um currículo de Hélio Vianna, propondo-o para catedrático de “História da América”.⁶ Não se consegue saber exatamente porque acabou obtendo a cátedra de “História do Brasil”. Além do reconhecimento do grupo católico, Hélio Vianna teve vários de seus textos, a partir de 1935, irradiados na Hora do Brasil, programa radiofônico produzido pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP).

A cátedra de “História da América” também foi ocupada, por um nome pouco conhecido nos meios intelectuais até então, Sílvio Julio de Albuquerque Lima (1895-1984). Nascido em Recife, Pernambuco, estudou no Colégio Militar no Rio de Janeiro e formou-se em Direito em 1918 pela Universidade do Rio Grande do Sul. Exerceu uma intensa atividade jornalística e, na ocasião, trabalhava no setor de censura do Ministério da Educação. Na consulta ao Arquivo de Capanema, não fica claro como exatamente conquistou o posto, pois seu nome não circulava nas listas de pedidos feitas por Alceu de Amoroso Lima ou outras lideranças católicas.

6 Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1936.01.18.

A contribuição dos mestres franceses

Outra variável importante para compor o perfil dos professores do curso de História e Geografia é a presença dos estrangeiros. Desde a criação da UDF e posteriormente na FNFi, pode-se perceber a participação dos franceses como referências fundamentais para a montagem do curso e dos programas. Os professores de História e Geografia que vieram para o Rio de Janeiro nos anos 1930 foram Henri Hauser, Eugène Albertini e Pierre Deffontaines, para a UDF, e Victor Tapié, Antoine Bon e Francis Ruellan para a FNFi.

Quem eram esses professores? O mais importante deles era Henri Hauser (1866-1946), que, diferentemente de seus companheiros, ocupava um lugar de destaque na estrutura acadêmica francesa. Tinha sido um dos precursores da história econômica, e sua obra historiográfica era considerada de grande relevância⁷. De família judia, de origem humilde,⁸ cursou École Normale Supérieure, foi aprovado no exame de *agrégation* em 1888 e terminou o doutorado em 1892. Sua longa carreira, que o fez passar por várias universidades no interior da França antes de chegar à Sorbonne, teve início num período de afirmação da História como disciplina e de consagração do ofício de historiador⁹.

Naturalmente, a carreira e a obra de Hauser se beneficiaram dessa conjuntura favorável. O jovem historiador foi aluno de Monod, compartilhou as regras propostas por Seignobos para defender “*la méthode historique*” e integrou-se à rede de relações profissionais que a *Revue Historique* e a *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine* teceram. Muitos de seus trabalhos foram publicados nesses periódicos.

Em 1919, Hauser ingressou na Sorbonne como *chargé de cours*. Somente em 1927 tornou-se professor de história econômica, ca-

7 Crouzet, 1995, e Venâncio Filho, 1997.

8 Entrevista de Françoise Crouzet à Marieta de Moraes Ferreira, março de 1997, em Paris

9 Noiriél, 1990

deira na qual permaneceu até aposentar-se em 1935. Publicou inúmeros livros e artigos. Além de colaborador assíduo das duas revistas acima citadas, participou, desde o começo da década de 1920, das articulações para o lançamento da revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, vindo a integrar, a partir do momento da criação da revista, em 1929, seu comitê de redação.

Marc Bloch e Lucien Fèbvre mantiveram com Hauser, ao longo dos anos 1920 e 1930, uma relação de respeito e admiração, conforme pode ser constatado na correspondência publicada entre os dois historiadores fundadores dos *Annales*. Hauser é percebido como um elemento importante para o lançamento da nova revista, funcionando como elo entre aqueles que defendiam uma nova maneira de fazer história e setores mais tradicionais, que ocupavam postos importantes nas principais instituições francesas de ensino e pesquisa.¹⁰

No que se refere ao Brasil, Hauser também desempenhou um papel-chave, pois, acionando sua rede de relações, não só indicou vários nomes para integrar as missões que vieram para São Paulo (entre os quais Pierre Monbeig e Fernand Braudel), como foi um dos primeiros a escrever e publicar sobre o Brasil na França, permitindo aos franceses uma “redescoberta” do Brasil. Em 1937, publicou uma nota divulgando os esforços de jovens estudantes universitários da UDF, para criar um Centro de Estudos Históricos em 1936.¹¹ Em 1937 e 1938, publicou vários artigos sobre o Brasil nos *Annales*.

Sua atuação no curso de história na UDF consistiu não só em organizar a cadeira de “História Moderna”, mas também em apresentar propostas para a montagem do curso como um todo, em geral valorizando as cadeiras de conteúdo histórico em detrimento das disciplinas de formação pedagógica. A cadeira de “História

10 Ver a esse respeito correspondência Lucien Febvre - Marc Bloch - ps.14, 158, 185, 152, 256, 252.

11 Ver “Notes et reflexions sur le travail historique au Brèsil”, in *Revue Historique* – 1937, pp.(?) 85-95.

Moderna" sofreu então uma duplicação de carga horária, passando de três para seis horas semanais. A influência marcante de Hauser na estruturação curricular e na difusão de uma nova concepção de história econômica e social estava conectada com os movimentos de renovação da disciplina na França.

Outro importante professor de História que participou das missões francesas que trabalharam no Rio de Janeiro foi o professor de "História Antiga" da UDF, Eugène Albertini (1888-1941). Ainda que de uma geração mais jovem que Hauser, formado pela École Normale Supérieure em 1900, *agrégé des lettres* em 1903, após um concurso brilhante, passou três anos na École de Rome. A seguir, após um curto retorno ao ensino secundário, tornou-se, entre 1909 e 1912, membro da École des Hautes Études Hispaniques. Depois da guerra, foi professor de "História Antiga" na Faculdade de Letras de Argel (1920) até ingressar, em 1932, no Collège de France, em Paris.

Uma biografia de Albertini, por mais curta que seja, mostra a multiplicidade de sua competência. Reconhecido latinista, também se destacou como arqueólogo e epigrafista. Sua obra concentrou-se no estudo do Império romano, em especial da África romana. Publicou um grande número de livros e artigos e integrou o conselho de redação da *Revue Historique*. Foi ainda colaborador dos *Annales*.¹² Em pleno apogeu de sua carreira acadêmica na França, veio para o Brasil com a perspectiva de participar do esforço do governo francês para assegurar um lugar expressivo para a cultura francesa nas universidades brasileiras em fase de organização.

Albertini pautou sua atuação na UDF pela apresentação de propostas de reestruturação do programa de "História Antiga". No momento de sua estada no Brasil, já usufruía de grande prestígio na Argélia e na França e estava inserido numa importante rede de relações acadêmicas. Era um crítico da hegemonia da história política e reivindicava uma história dos povos e civilizações.¹³

¹² Ver *Revue Historique* - 1941 – p. 373

¹³ Ver *Lições inaugurais da missão universitária francesa em 1936*, p. 21.

Além dos professores com formação específica em História, os geógrafos exerceram forte influência nos cursos de sua disciplina. Foi este o caso de Pierre Deffontaines (1894-1978). Desde muito cedo, Deffontaines demonstrou interesse pela Geografia, acabando por se dedicar ao desenvolvimento desse campo do saber. Seus primeiros estudos foram, contudo, no campo do Direito, curso em que formou em 1916, em Poitiers. Em seguida mudou-se para Paris e passou a freqüentar a Sorbonne, onde obteve o diploma de estudos superiores de Geografia. Nos anos seguintes, cumpriu as etapas usuais da carreira do magistério na França: *agrégation* em História e Geografia (1922), professor e diretor do Instituto de Geografia da Faculdade Católica de Lille (1925-1939), *chargé de cours* de Geografia pré-histórica na École d'Anthropologie de Paris, doutor em Geografia pela Sorbonne (1932) e secretário-geral da Sociedade de Geografia de Lille (1932-1937).

Deffontaines iniciou seu contato com o Brasil na década de 1930, fundando a cadeira de Geografia na USP em 1935. Em seguida criou a cadeira de Geografia na UDF, onde lecionou de 1936 a 1938. Foi também um dos principais responsáveis pela criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, do Conselho Nacional de Geografia e da *Revista Brasileira de Geografia*. Promoveu, igualmente, a participação do Conselho Nacional de Geografia do Brasil no Comitê Internacional de Geografia.

Além de sua intensa atividade intelectual, Deffontaines era um militante católico extremamente atuante, ligado ao grupo de Robert Garric. Diferentemente de seus colegas de missão, quando decidiu vir ao Brasil em 1935, tinha pouca projeção acadêmica na França. Professor da Faculdade Católica de Lille, seu projeto era conquistar uma vaga numa universidade pública. Na condição de católico militante, Deffontaines sentia-se mais próximo do geógrafo também católico Jean Brunhes, do Collège de France, que tinha uma concepção de geografia humana ligada às causalidades religiosas e temporais.¹⁴

14 Ver Diário de Pierre Deffontaines

A vinda para o Brasil representou uma alternativa profissional importante para Deffontaines. No Brasil, ligou-se a grupos católicos que seguiam a orientação de Alceu Amoroso Lima, mas também ampliou sua atuação em outras direções. Fez diversas viagens pelo país, escreveu artigos e livros sobre temas brasileiros, proferiu várias palestras e conferências. O Brasil representou um laboratório de pesquisa privilegiado para o geógrafo francês e serviu de base para grande parte da sua produção.

O encerramento da experiência da UDF, em 1939, e a consolidação da Faculdade Nacional de Filosofia abririam espaço para uma nova missão universitária francesa. Mais dois professores, Victor Tapié (1898-1975) e Antoine Bon (1901-1972), vieram participar dessa nova etapa da criação dos cursos de História no Rio de Janeiro.

Victor Lucien Tapié nasceu em Paris. Sua carreira foi marcada desde cedo no interesse pelo estudo da História dos países da Europa Central e da época moderna. Já na sua tese de doutorado, defendida na Sorbonne em 1934, dedicou-se à política externa da França no começo da Guerra dos 30 anos (1616-1621). Nos anos seguintes, manteve seu interesse por essa temática publicando alguns trabalhos sobre a Áustria, a Tchecoslováquia e a Hungria. Mesmo tendo sido orientando de Pierre Renouvin, grande professor da Sorbonne, e mantendo-se ligado à rede de relações desse historiador, não conseguiu obter logo um posto como professor universitário na França.¹⁵ Em 1939 fez concurso para *maitre de conférence* na Sorbonne, mas não foi aprovado.

Diferentemente de seus colegas Hauser e Albertini, que participaram do processo de criação da UDF e que já usufruíam de um estatuto profissional ao virem para o Brasil, Tapié ainda era um jovem desconhecido, com poucas publicações, e que tinha como área de interesse algo muito distante do Brasil. Ainda assim, em 1939, optou por vir trabalhar no país, onde permaneceria até 1943. O motivo

15 Entrevistas de Jacques Revel e Jean Beranger concedidas à Marieta de Moraes Ferreira. Paris, março de 1997. Ver também Universalis Encyclopaedia (1975).

dessa escolha não é explicado na documentação consultada. Pode-se supor que os problemas trazidos pela Segunda Guerra e os contatos de Tapié com grupos católicos tenham facilitado sua vinda, afinal, ele chegou ao país exatamente no momento em que o líder católico Alceu Amoroso Lima passou a exercer forte influência na Faculdade Nacional de Filosofia.

No Brasil, Tapié procurou buscar um ponto de contato entre temas brasileiros e sua experiência de pesquisa prévia com os países de Europa central. A solução encontrada foi o estudo do barroco mineiro. Atendo-se a essa temática, procurou relacionar os problemas do barroco da Europa central com os do Brasil. Na verdade, esse tema funcionou como estímulo para que Tapié viesse a produzir sua obra mais importante sobre a Europa central, dedicada ao barroco e ao classicismo naquela região.

Ainda que tenha permanecido um período bastante longo na FNFi – comparativamente a seus colegas que vieram para o Rio ou mesmo para São Paulo – Tapié não chegou a ter uma produção expressiva sobre o Brasil. Depois de voltar à França, publicou em 1946 uma obra dedicada à América Latina, intitulada *Histoire de l'Amérique Latine dans le XIX^{ème} siècle*, que pode ser caracterizada com um trabalho bastante tradicional de história política e *événementielle*. Enfim, Tapié apresentava-se como um historiador vinculado a uma concepção de História que não continha nenhuma proposta inovadora.

Após seu retorno à França, Tapié mais uma vez candidatou-se a professor de “História Moderna” na Sorbonne, dessa vez com sucesso. Permaneceu no cargo até a aposentadoria. Seus contatos com o Brasil também não tiveram continuidade, e sua memória entre seus ex-alunos brasileiros apagou-se quase completamente.

Antoine Bon foi outro professor francês que veio em 1939 para o Rio de Janeiro, para ocupar a cadeira de “História Antiga” na FNFi. Permaneceu vários anos no Brasil, mas, ao que parece, também não deixou maior influência entre seus alunos. Já Francis Ruellan

(1874-1975), nascido na França, era especialista em Geomorfologia e professor da Universidade de Paris. Ruellan permaneceu como professor na FNF de 1941 a 1956 e deixou uma memória extremamente forte e positiva entre seus alunos. Uma das suas muitas contribuições foi desenvolver as atividades de pesquisa e os trabalhos de campos com seus alunos. Ruellan desempenhou importantes funções no Conselho Nacional de Geografia e no IBGE.

O balanço das trajetórias dos professores franceses de História e Geografia que atuaram no Rio de Janeiro pode fornecer informações interessantes para se avaliar a importância de sua contribuição para a estruturação dos cursos de história no Rio de Janeiro e no Brasil, além da maior difusão de temas brasileiros entre os franceses.

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar a diversidade da composição das missões francesas. Os professores eram oriundos de gerações diferentes, tinham formações distintas e estavam em estágios profissionais também muito diferenciados. No que diz respeito às formas de conceber e ensinar a História, também havia diferenças. Enquanto Hauser e Albertini já eram grandes professores e tinham como perspectiva o ensino de uma História social e econômica, que valorizasse o estudo das sociedades, da vida cotidiana e das relações sociais, Tapié e Bon estavam comprometidos com o estudo descritivo dos grandes eventos, das batalhas e dos tratados.

No que diz respeito às redes de relações e formas de inserção no campo intelectual francês, as distinções também são evidentes. Hauser e Albertini eram provenientes de uma tradição republicana e laica, ao passo que Deffontaines e Tapié mantinham uma estreita vinculação com o movimento católico.

A comparação dos professores que foram para o Rio de Janeiro com os que foram para São Paulo e participaram da criação do curso de história da USP também é bastante reveladora. Se tomarmos os nomes de Émile Coornaert (1886-1980), professor de “História Moderna” na USP em 1935, e Fernand Braudel (1902-1985), sucessor de

Coornaert; de Pierre Deffontaines, professor de geografia humana na USP em 1935 e seu sucessor Pierre Monbeig (1908-1987) perceberemos características semelhantes, mas também alguns traços divergentes.

Assim como os que foram para o Rio de Janeiro, os professores que foram para a USP pertenciam a gerações diferentes, ligavam-se a tradições historiográficas distintas e integravam-se a redes de relações diversas. Émile Coornaert nasceu em 1886 e tinha 16 anos a mais que Fernand Braudel. Em função dessa diferença, vieram para o Brasil em estágios diferentes de suas carreiras. Coornaert já tinha concluído seu doutorado e era *directeur de recherche* da École Pratique des Hautes Études, cargo obtido numa disputa em que derrotou nada menos que Marc Bloch. Tinha laços estreitos na Sorbonne, contatos importantes na *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine* e na *Revue d'Histoire Moderne*, onde publicou resenhas e artigos sobre autores e temas brasileiros. Sua obra, no entanto, foi objeto de comentários críticos de Bloch e Fèbvre.

Já Braudel ainda estava em início de carreira. Era um brilhante professor do ensino secundário, que, após um estágio na Argélia e antes de vir para o Brasil, lecionara no Liceu Henri IV, em Paris. Ainda que não mantivesse, nessa ocasião, contatos mais estreitos com Bloch e Fèbvre e não tivesse publicado nada nos *Annales* e muito pouco em outros periódicos, mantinha relações próximas com Hauser e tinha espaço para publicar na *Revue de Synthèse*, de Henri Berr.

Se avançarmos nessa comparação e tomarmos as trajetórias dos geógrafos Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, mais uma vez constataremos a diversidade de formação. Além de terem 14 anos de diferença de idade – Deffontaines nasceu em 1894 e Monbeig em 1908 –, suas trajetórias eram completamente diferentes. Enquanto Deffontaines era vinculado a grupos católicos na França e no Brasil, Monbeig foi indicado pelo anticlerical Hauser e, na França, sua rede de relações passava por Demongeon e Lucien Fèbvre¹⁶.

16 Ver carta de P. Monbeig a L. Fèbvre 1939 – Arquivo IMEC – Fundo Henri Berr.

Outro aspecto que merece ser apontado são as diferenças de atuação entre os professores de Geografia e os de História. Os historiadores que para aqui vieram trouxeram bibliografia atualizada, métodos e técnicas de pesquisa, propuseram sugestões para o formato dos cursos e, em alguns casos, chegaram a publicar textos referentes ao Brasil. No entanto, essa temática nunca chegou a ocupar um lugar de relevo em suas obras.

Já os geógrafos estabeleceram laços de outra natureza com o país. Não só permaneceram um período mais longo, tanto Monbeig como Deffontaines, como viajaram pelo interior realizando pesquisas, formando gerações de novos alunos, criando instituições e elegendo o Brasil como tema central de suas obras. A reflexão geográfica no Brasil era incipiente, e a pesquisa praticamente inexistente. Assim, os geógrafos franceses ocuparam um espaço vazio, vieram para constituir uma geografia brasileira, e isso é válido tanto para São Paulo como para o Rio de Janeiro¹⁷.

No que diz respeito à História, o quadro era outro. Já antes da criação das universidades o campo dos estudos históricos era bastante desenvolvido e objeto de grande interesse e controle por parte do Estado e das elites do país. O professor Eduardo D'Oliveira França, referindo-se às características do ensino e da pesquisa da história na USP dos anos 1930, e à influência dos professores franceses, declarou: "A História do Brasil não teve a sorte da Geografia do Brasil. A Geografia se atualizou, renovou-se profundamente, com Deffontaines e Monbeig, mas a historiografia teve retardado o seu processo de modernização"¹⁸.

Maria Yedda Linhares faz um diagnóstico semelhante para os cursos de História no Rio de Janeiro. No seu entender, os problemas para o desenvolvimento da pesquisa nos cursos de história derivavam do controle que o catedrático Hélio Vianna tinha sobre a pesquisa referente a temas brasileiros, que impedia a criação de novos

17 Massi, 1991

18 Freitas, 1993

centros de pesquisa dedicados, por exemplo, à história contemporânea do Brasil.

Esses dados, rapidamente alinhavados, indicam que em São Paulo, a exemplo do que ocorria no Rio de Janeiro, além das diferenças geracionais, dominava uma diversidade de orientações entre os professores. Os profissionais que foram para o Rio de Janeiro eram visivelmente mais velhos e titulados, enquanto para São Paulo dirigiram-se professores mais jovens. Por outro lado, se há pontos de convergência entre as concepções de História que prevaleciam no Rio de Janeiro e em São Paulo, também aparecem diferenças.

Um balanço das informações apresentadas nos permite traçar algumas conclusões provisórias. Se a influência dos professores franceses se mostrou limitada no que diz respeito a uma nova maneira de fazer História no Brasil, sua presença foi importante com relação à atualização bibliográfica dos alunos, à estruturação dos cursos criados e ao desenvolvimento de canais de intercâmbio entre as comunidades universitárias francesa e brasileira. Este último aspecto vale muito mais para São Paulo do que para o Rio de Janeiro, onde os laços pessoais e institucionais com os mestres franceses se diluíram ao longo das décadas seguintes. A partir dos dados pesquisados, podemos chegar a algumas considerações sobre a institucionalização dos cursos universitários de história na cidade do Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, verificamos que o curso de História na UDF (1935-1939) pautou-se numa concepção de História centrada na defesa de uma História social da civilização em oposição à uma História política nacional de exaltação dos grandes personagens. Devemos acrescentar ainda que os professores de História da UDF representaram uma primeira geração de profissionais universitários, que estavam empenhados em formar alunos comprometidos, ao mesmo tempo, com o ensino e a pesquisa.

Em segundo lugar, é possível levantar a hipótese de que a institucionalização do curso de História no Rio de Janeiro, na FNFi, foi fortemente influenciada por uma concepção de História onde prevale-

cia uma História política destinada a reforçar os laços da identidade brasileira através do fortalecimento da unidade nacional, e do papel dos grandes heróis como construtores da Nação. Diferentemente da minha hipótese inicial apresentada em outro texto¹⁹, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro teve pouca participação na indicação de nomes, tanto no caso da UDF, como mencionado, como para a FNFi. Pode-se notar também que entre as conturbações políticas e os embates acadêmicos forjou-se um modelo de curso universitário de História que privilegiava a formação de profissionais do ensino secundário desvinculados da produção do saber histórico.

19 Notas sobre a institucionalização do ensino de História no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2007. pp. 139-161.

Quadro de Professores do curso de História da Universidade do Distrito Federal (1935-1939)

Nome e Naturalidade	Formação Escolar	Cargos na UDF	Principais Obras	Outras Informações
Afonso Arinos de Melo Franco *1905 – † 1990 Belo Horizonte, Minas Gerais	Colégio Pedro II – Rio de Janeiro Direito (Faculdade de Direito do Rio de Janeiro – 1927)	Professor de História da Civilização do Brasil (1936-1938)	Introdução a realidade brasileira (1933) Conceito de civilização brasileira (1936) Síntese da História Econômica do Brasil (1938)	- Foi um dos fundadores da UDN - Membro da ABL
Arthur Ramos de Araújo Pereira *1903 – † 1949 Pilar, Alagoas	Doutorou-se em 1926, pela Faculdade de Medicina da Bahia	Psicologia Social (1935-1939)	Primitivo e Loucura (1926) O negro brasileiro (1934)	- Foi chefe da Seção Técnica de Ortofrenia e Higiene Mental do Departamento de Educação e Cultura do DF (1934-1935) - Fundou a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnografia, em 1941 - Foi Chefe do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO em 1949, ano de sua morte
Carlos Miguel Delgado de Carvalho *1884 – † 1980 Legação do Brasil em Paris, França	Direito e Ciências Sociais (Universidade de Lousanne/ London School of Economics)	Sociologia Educacional (1935-1939) Geografia Humana (1935) e História Contemporânea (1936-1939)	Un Centre Économique au Brésil: L'État de Minas (1908) Le Brésil Méridional : étude économique sur les états du sud, (1910) Sociologia e Educação (1934) História Geral (1935) Símulas de História Colegial (1947) Didática das Ciências Sociais (1949)	- Foi professor de Inglês, Sociologia e vice-diretor do Externato do Colégio Pedro II - Um dos membros fundadores e presidente da ABE - Membro do IHGB e da Sociedade Capistrano de Abreu - Professor de Sociologia do Instituto de Educação - Diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais do Departamento de - Educação do Distrito Federal (1931-1934) - Membro do Conselho Nacional de Educação (1931-?) - Membro da Comissão Brasileira Revisora dos textos de História e Geografia (1936)

Eugène Albertini * 1888 – † 1941 Copiègne, França	École Normale Supérieure (1900) Agregé em Letras (1903)	História da Civilização Romana (1936-1938)	L'Empire romain (1929) L'Afrique romaine (1937)	- Membro da École de Hautes Études Hispaniques (1909-1912) - Professor de Língua e Literatura Clássica na Universidade de Fribourg (1919) e de História Antiga na Faculdade de Letras de Argel (1920) - Collège de France (1932-1941)
Gilberto Freyre * 1900 – † 1987 Recife, Pernambuco	Bacharel em Ciências e Letras do colégio Gilreath (1917). Bacharel em Artes pela Baylor University, em Waco, Texas (1920). Mestrado em Ciências Sociais, Columbia University, em Nova York (1922)	Antropologia Social e Cultural (1935 e Sociologia (1935-1937)	Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal (1933) Sobrados e Mucambos (1936) Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. (1937) O mundo que o português criou (1940)	- Professor extraordinário da Universidade de Stanford, em 1931 - Professor de Sociologia da Faculdade de Direito do Recife, em 1935 - Nomeado membro da Academia Portuguesa de História em 1938, pelo presidente Oliveira Salazar
Henri Hauser * 1866 – † 1946 Oràn, França	École Normale Supérieure, agrégé d' histoire et géographie (1888) Docteur en lettres (1892)	História Moderna e Econômica (1936)	La modernité du XVIIe siècle (1930) La prépondérance espagnole (1933) Le paix économique (1935)	- Professor de História Antiga e Medieval na Universidade de Clermont-Ferrand, Dijon, Paris (após 1919)
Isnard Dantas Barreto		História da Idade Média e Moderna (1935-1937)		- General, professor do Colégio Militar
Jayne Coelho * 1887 - ?	Formação francesa, estudou na França. ²⁰	História da Antiguidade (1935-1939) e Prática de Ensino	Leituras históricas (1932) ²¹ Hittitas: (esboço histórico). (1926) ²²	- Catedrático do Instituto de Educação. ²³ - Membro da Sociedade Capistrano de Abreu

²⁰ Entrevista com Eremildo Vianna (setembro de 1996).

²¹ Rio de Janeiro: Brigueit, 1932. 467p.

²² [Rio de Janeiro] : Revista dos Tribunais, 1926. These apresentada a Congregação do Colégio Pedro II para o concurso de História Geral. 68p.

²³ Informação contida na entrevista concedida a Marieta de Moraes Ferreira, por Vicente Tapalós, datada de 14 de julho de a 8 de agosto de 1994.

João Batista de Melo e Sousa *1888 – † 1969 Queluz, São Paulo	Fez estudos secundários no Colégio Pedro II Direito (Faculdade do RJ – 1910)	História da Civilização na América (1936- 1939)	Majupira: romance brasileiro da atualidade (1930-1934) (1938) Estudantes do meu tempo: crônicas do antigo Colegio Pedro II. (1943)	- Fundador do Colégio Melo e Sousa - Catedrático de História Geral e do Brasil do Colégio Pedro II - Membro da Academia Carioca de Letras
José Maria de Albuquerque Belo *1886 – † 1959 Barreiros - Pernambuco	Direito (Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro 1911)	História da Civilização (para Geografia e Inglês) (1936 - 1939)	Democracia e anti-democracia (1936) Inteligência do Brasil: ensaios sobre Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha e Rui Barbosa, síntese da evolução literária do Brasil (1938) História da República: primeiro período 1889 - 1902 (1940)	- Foi diretor da biblioteca da Câmara dos Deputados - Membro do Conselho Geral da Prefeitura do Distrito Federal em 1937
Luiz Camillo de Oliveira Neto *1904 – † 1953 Itabira do Mato Den- tro, Minas Gerais	Graduação em Química Industrial/Escola de Engenharia de Belo Horizonte (1924)	História das Artes e das Indústrias (1936-1938) História da do Brasil (1938-1939)		- Diretor da Casa de Rui Barbosa (1934-1936?) - Membro da Sociedade Capistrano de Abreu - Chefe da Biblioteca do Itamaraty (1940-1943)
Roberto Bandeira Accioly *1910 – † 1999 Rio de Janeiro - Rio de Janeiro	Bacharel em Direito	Professor Assistente de História da Civilização Romana (1936-1939)	Cesar e a realza (1941) História do Brasil para o exame de admissão (1961)	- Diretor do Externato do Colégio Pedro II - Presidente do IBGE - Membro do Conselho Federal de Educação
Sérgio Buarque de Holanda *1902 – † 1982 São Paulo - São Paulo	Colégio S. Bento Direito (Faculdade de Direito do Rio de Janeiro 1921-1925	Assistente nas cadeiras de História Moderna e Econômica e Literatura Comparada (1936-1937) Professor titular das cadeiras de História da América e de Cultura Lu- so-Brasileira (1937-1939)	Raízes do Brasil (1936) Cobra de vidro (1944)	- Diretor do setor de publicações da Biblioteca Nacional (1944-1946) - Diretor do Museu Paulista (1946-1953)

Quadro de Professores do curso de História e Geografia da FNFi (1939-1955)				
Geografia				
Nome e Naturalidade	Formação	Cargo na FNFi	Principais Obras	Outras Funções
André Gibert		Geografia Humana (1939-1940)		<ul style="list-style-type: none"> - Professeur à la Faculte des Lettres de Lyon, Géographie. Professor “tarefeiro”, ausentou-se do país em 1940 ²⁴
Arthur Ramos de Araújo Pereira *1903 –† 1949 Pilar, Alagoas	Doutorou-se em 1926, pela Faculdade de Medicina da Bahia	Antropologia e Etnografia (1941-1949)	<p>Primitivo e Loucura (1926)</p> <p>Cultura e Ethos (1949)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Atuou na UDF como professor de Psicologia Social e Psicologia Geral - Fundou a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnografia, em 1941 - Foi Chefe do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO (1949)
Francis Ruellan *1894 –† 1975	Especialista em Geomorfologia com carreira provavelmente consolidada na Universidade de Paris	Professor de Geografia (Curso Especializado) (1941-1956)	<p>Les méthodes modernes d'enseignement de la géographie. (1942)</p> <p>Expedições geomorfológicas no território do Rio Branco (1952)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Dirigia investigações no Conselho Nacional de Geografia e exerceu importantes funções no IBGE - Promoveu de trabalhos de campo que permitiram acumular conhecimento empírico sobre o território brasileiro e sua ocupação
Hilgard O’ Reilly Sternberg *1917 Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Bacharel e Licenciado em História pela FNFi (1941)	Professor Assistente de Geografia do Brasil (1942-1944) Catedrático Interino de Geografia do Brasil (1944 -?)	<p>Contribuição ao Estudo da Geografia (1946) [Prefácio de Pierre Deffontaines]</p> <p>Enchentes e movimentos coletivos do solo no Vale do Paraíba em dezembro de 1948: influência da exploração destrutiva das terras (1949)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Foi o primeiro Vice-presidente da União Geográfica Internacional - Foi aluno do curso de Geografia da UDF

José Apolônio de Castro *1908 –† 1973 Recife, Pernambuco	Formou-se em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro em 1929. Estágios na Universidade de Columbia e no Medical Center de Nova York	Professor Catedrático de Geografia Humana (1940-1955)	Geografia da Fome (1946) Geopolítica da Fome (1951)	<ul style="list-style-type: none"> - Professor Catedrático de Antropologia da Universidade do Distrito Federal, 1935 a 1938 - Foi membro do Conselho Departamental e chefe do Departamento de Geografia, no Brasil no final dos anos 40 e início dos anos 50
Marina Delamare São Paulo Vasconcellos *1912 –† 1973 Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Estudou no tradicional Colégio Jacobina. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro (1932-?), Entrou em 1936 para o curso de História da UDF, do qual requereu diploma em 1938	Assistente de Antropologia e Etnografia (1941-1949) Em 1949 foi efetivada	Alguns movimentos contra-aculturativos do nordeste. (1949)	<ul style="list-style-type: none"> - Ensinava História no Colégio de Aplicação - Foi contratada como professora do Colégio Souza Aguiar - Ministrou aulas na Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette, no cargo de Assistente da cadeira de Idade Média (1942) e Didática Especial de Geografia e História (1945)
Victor Ribeiro Leuzinger	Engenheiro	Catedrático Interino de Geografia Física (1940-1966)	Controvérsias geomorfológicas (1948)	<ul style="list-style-type: none"> - Foi membro da Congregação, Diretor da FNFI e chefe do Departamento de Geografia - Possibilitou o direcionamento de verbas para congressos, principalmente para o XVIII Congresso Internacional de Geografia, realizado no Rio de Janeiro em 1956, viagens de trabalho, cursos diversos e para o Centro de Estudos do Brasil, organizado em 1952 por Hilgard Stemberg

História				
Nome	Formação	Cargo na FNFI	Principal Obra	Outras Funções
Antero Manhães		Assistente de História Moderna e Contemporânea (1940-1953)	Primeiros surtos de colonização e bandeirismo (1927) Limites e conceituação do Renascimento (Tese de concurso) (1948)	
Antoine Bon *1901-† 1972		História da Antiguidade e da Idade Média. (1941-1945)	Note additionnelle sur les fortresses médiévales de la Grèce centrale (1938) Introduction générale a l'histoire de l'art (1943)	- Membro da École Française d'Athènes (EfA) (Ingresso em 1924) ²⁶ - Professeur à la faculté des Lettres de Montpellier (Histoire Ancienne et Médiévale)
Carlos Miguel Delgado de Carvalho *1884 –† 1980 Legação do Brasil em Paris, França	Direito e Ciências Sociais (Universidade de Lousanne / <i>London School of Economics</i>), <i>Ecole des Sciences Politiques</i> , Paris	Professor de Geografia Humana (1939-1942) Catedrático Interino de História Moderna e contemporânea (1943-1945) Catedrático efetivo de História Moderna e Contemporânea (1945-1955)	(Ver quadro acima)	(Ver quadro acima)
Eremildo Luiz Viana *1913 - ? Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Colégio Pedro II (Externato) – Bacharel em Ciências e Letras (1932) Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1933-) ²⁵ Foi aluno de História da UDF, mas não terminou o curso, saindo em 1937	Assistente da cadeira de História da Antiguidade e da Idade Média (1941-1945) Em 1944 assume a cátedra por decisão do CTA e em 1946 prestou concurso para o qual foi aprovado	História da Civilização (1941) Uma Fase do imperialismo romano: a guerra de Roma contra Jugurta (1945)	- Professor do Colégio Pedro II, desde 1936 - Foi eleito diretor da Faculdade Nacional de Filosofia em 1957 - Membro da Sociedade Capistrano de Abreu

25 Ver a seguinte lista de membros: <http://www.efa.gr/histoire/membresEfa.pdf> (acesso em 31 mar 2008)

26 FÁVERO, Maria de Lourdes. Faculdade Nacional de Filosofia. Depoimentos. n.º 5. UFRJ/PROEDES Março de 1992

<p>Eulália Lahmeyer Lobo *1924 Rio de Janeiro, Rio de Janeiro</p>	<p>Colégio Jacobina; Graduação em História e Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia da UB (1940-1944)</p>	<p>Assistente da Cadeira de História da América (1952-1958) Regente da Cadeira de História da América (1958-1964) Catedrática Interina da Cadeira de História da América (1967-1968)</p>	<p>Administração colonial luso-espanhola nas Américas (1952) Caminho de Chiquitos as missões guaranis: de 1690 a 1718: ensaio interpretativo (Tese de livre docência - Faculdade Nacional de Filosofia, 1957)</p>	<p>- Professora do Colégio Pedro II (1957-1968)</p>
<p>Hélio Vianna *1908 –† 1972 Belo Horizonte, Minas Gerais</p>	<p>Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro (1932)</p>	<p>Catedrático interino de História do Brasil (1939-1945) Catedrático Efetivo de História do Brasil (1946-1968)</p>	<p>Formação Brasileira. (1935) Contribuição À História da Imprensa Brasileira 1812-1869 (1945) Da maioridade a conciliação: 1840-1857: síntese de história política e bibliografia do período (1945) Tese de concurso à cátedra de professor de História do Brasil. História do Brasil (1961/1962)</p>	<p>- Membro efetivo da Sociedade Capistrano de Abreu - Em junho de 1934, passou a lecionar história do Brasil nos cursos promovidos pelo Departamento de Doutrina da província da Guanabara. - Em outubro de 1934 se candidatou a um mandato parlamentar na legenda da AIB, mas não obteve sucesso - Membro do Instituto de Estudos Brasileiros (1938) - Em 1941 assumiu a cátedra de História da América na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. - Pertenceu à Academia Brasileira de História e foi sócio do IHGB - Foi membro da Comissão de Estudos de Textos da História do Brasil, do Ministério das Relações Exteriores e da Comissão Diretora de Publicações da Biblioteca do Exército</p>

<p>Maria Yedda Linhares *1921 Fortaleza, Ceará</p>	<p>Parte da Graduação Centenary Junior College, CJC, Estados Unidos (1940-1941)</p> <p>Parte da Graduação Barnard College, BC.</p> <p>Estados Unidos (1941-1942)</p> <p>Graduação em História pela Universidade do Brasil (1943).</p> <p>Graduação em Geografia pela Universidade do Brasil (1944)</p> <p>Doutorado em História Moderna e Contemporânea pela Universidade do Brasil (1954)</p>	<p>Assistente de História Moderna e Contemporânea (1944-1954)</p> <p>Em 1955 é nomeada catedrática interina</p> <p>Em 1957 após ser aprovada em concurso assumiu efetivamente a cátedra</p>	<p>As Relações anglo-egípcias e o Sudão: (março 1950-novembro 1951)</p> <p>A queda de Delcassé: aspectos das origens da guerra de 1914. (1956)</p> <p>História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias (1981)</p> <p>História Geral do Brasil (1990)</p>	<p>- Deu aula de Língua Portuguesa no Barnard's College, CJC, EUA (1941-1942) e no Middlebury College, MC, Estados Unidos (1941-1942)</p> <p>- Trabalhou no DASP como Técnica de Pessoal (1944-1945)</p> <p>- Ministrou aulas no Instituto Rio Branco (1957)</p> <p>- Quando houve o golpe militar, era Diretora do Serviço de Radiodifusão Educativa (Rádio MEC) (1963-1964)</p>
<p>Sílvio Julio de Albuquerque Lima *1895 –† 1984 Recife, Pernambuco</p>	<p>Colégio Militar (1908-1913), Bacharelado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro (1914), onde não pôde terminar o curso concluindo-o em Porto Alegre (1918)</p>	<p>Professor catedrático interino de História da América (1941-1945)</p> <p>Professor catedrático efetivo de História da América (1945-1960)</p>	<p>Cérebro e Coração de Bolívar (1931)</p> <p>Terra e povo do Ceará (1936)</p> <p>Toda a América (1939)</p> <p>Escritores da Colômbia e Venezuela (1942)</p>	
<p>Victor Marie Lucien Tapié *1898 –† 1975 Paris, França</p>	<p>Doutorado na Sorbonne (1934)</p>	<p>Professor de História Moderna e Contemporânea (1941-1942)</p>	<p><i>La politique étrangère de la France et le début de la guerre de trente ans (1616-1621)</i> (1934)</p> <p><i>Histoire de l'Amérique Latine dans le XIX^{ème} siècle</i> (1946)</p> <p>Barroco e Classicismo (1974)</p>	<p>- Fez teste para <i>maitre de conférence</i> na Sorbonne, em 1939, mas não foi aprovado</p>

Referências

BARBOSA, Rosângela Carvalho. O projeto da UDF e a formação de Intelectuais na década de 30. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

BLOCH, Marc e FEBVRE, Lucien. *Correspondence 1928-1933*. Paris: Fayard, 1994. v1.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CHARLES, Christophe. *La republique des universitaires. 1870-1940*. Paris: Seuil, 1979.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Faculdade Nacional de Filosofia, RJ: 1939-1968: o projeto possível. Rio de Janeiro: UFRJ / PROEDES, [19__].

_____. *A Universidade do Distrito Federal: 1935-1939: centro de estudos e produção do saber*. Rio de Janeiro, mimeografado.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Les professeurs français et l'enseignement de l'histoire à Rio de Janeiro pendant les années 1930. In: CROUZET, François et al. (Org.). Paris: L'harmattan, 2002.

_____. A cadeira de história moderna e contemporânea: um espaço de crítica e renovação do ensino da história. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. (Org.) *Escritos sobre história e educação: homenagem à Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001. p. 553-568.

_____. Notas sobre a institucionalização do ensino de história no Rio de Janeiro In: GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2007. p. 139-161.

FREITAS, Sônia Maria. *Reminiscências*. São Paulo: Maltese, 1993.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Política e mecenato*. Rio de Janeiro, 1998. mimeografado.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. In: *Topoi*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ / 7 Letras, n. 5, p. 184-200, set. 2002.

HAUSER, Henri. *L'enseignement des sciences sociales*. Paris: Chevalier-Marescq et Cie, 1903.

LEFEVRE, Jean Paul. Les missions universitaires françaises au Brésil dans les années 1930. *Vingtième Siècle: Revue d'histoire*, n. 38, avril – juin.1993.

MACHADO, Mônica Sampaio. *A geografia universitária carioca e o campo científico disciplinar da geografia brasileira*, 2002. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MASSI, Fernanda Peixoto. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*, 1991. Dissertação (Mestrado). Universidade de Campinas, Campinas, 1991.

MATTOS, Ilmar Rohloff. (Org.). *Histórias do ensino da história no Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. *Síntese da história econômica do Brasil*. Salvador: Progresso: UFBA, 1958.

MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais*. São Paulo: Sumaré, 1995. v.2. p. 223-307.

NOIRIEL, Gérard. Naissance du métier d'historien. *Genèses*, n.1, sept, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais*. São Paulo: Sumaré, 1995. v.2. p. 223-307.

RESNIK, Luis. *Tecendo o amanhã: a história do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos: 1931 a 1945*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda Ribeiro (1984) *Tempos de Capanema*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

VICENZI, Leticia Josephina Braga de. A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil. *Forum Educacional*. Rio de Janeiro, v.10, n.3, jul./set. 1986.

A Preservação da memória através das coleções pessoais depositadas na UFRJ: o caso da Coleção Afonso Carlos Marques dos Santos

José Tavares da Silva Filho

Rosane Cristina de Oliveira

Andréa Côrtes Torres

Introdução

Os lugares de memória e de preservação da memória encontram nos acervos pessoais adquiridos pelas universidades, espaço de lembranças, conforme chamou a atenção Pierre Nora (1993), mais um lugar de memória, “porque não há mais meios de memória”. A problemática instala-se na dificuldade em lidar e cuidar desses “lugares de memória”, e é neste sentido que o presente trabalho pretende trazer à luz para a discussão a necessidade de se pensar melhores alternativas para o tratamento dos acervos pessoais recebidos pelas universidades, tendo como estudo de caso a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Os profissionais da área de biblioteconomia e gestão da informação, geralmente encarregados de receber e manipular esses acervos, em sua maioria estão distantes da discussão e da importância desses lugares de memória e, em alguns casos, o tratamento destinado a esses acervos confunde-se com as demais obras da biblioteca.

Lugar, memória e história

As questões que envolvem lugar, memória e história vêm sendo objeto de vários estudos, especialmente de historiadores como Pierre Nora, Jacques Le Goff e Afonso Carlos Marques dos Santos.

Pierre Nora (1993) centralizou a discussão na problemática dos lugares de memória, e ele afirma que “há locais de memória porque não há mais meio de memória”, e é com o advento da sociedade industrial que as tradições, costumes e a repetição ancestral, enquanto meios de perpetuar a memória, perdem sentido e espaço.

Memória e história, não se confundem. Na concepção de Nora (1993) a primeira é “a vida”, em permanente construção e evolução, e a segunda, é a tentativa de reconstrução incompleta do que não existe mais. A negatividade da história estaria na destruição da memória espontânea e a destruição do “passado vivido”, uma vez que, a cada movimento histórico, a sociedade que se forma e suplanta a anterior ao mesmo tempo destrói e reconstrói os meios de legitimar-se,

o movimento da história, a ambição histórica não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação. Sem dúvida um criticismo generalizado conservaria museus, medalhas e monumentos, isto é, o arsenal necessário ao seu próprio trabalho, mas esvaziando-os daquilo que, a nosso ver, os faz lugares de memória. Uma sociedade que vivesse integralmente sob o signo da história não conheceria, afinal, mais do que uma sociedade tradicional, lugares onde ancorar sua memória. (Nora, 1993: p. 9)

Mas, a partir do momento em que dizemos que algo simboliza a memória, para Nora (1993) significa que aquela memória não existe mais e que já se transformou em história. Neste sentido, a necessidade dos arquivos, acervos, entre outros lugares de memória, é um movimento contemporâneo que tenta preservar o passado e o presente. O autor lança uma crítica interessante aos profissionais que cuidavam da preservação da informação e aprenderam “a arte da destruição controlada”. Mas reconhece que no presente os profissionais, especialmente os que atuam em instituições privadas, recebem recomendações para guardar tudo. Se no passado os produtores de arquivos eram as grandes famílias, a igreja e o Estado,

atualmente cresce o número de indivíduos que guardam e registram suas memórias. O arquivo é o elemento principal quando se pensa em preservação da memória na sociedade pós-moderna. As bibliotecas, igualmente, só se tornam lugares de memória se a imaginação investir em uma aura simbólica. Daí a idéia da criação de campo simbólico, conforme chamou a atenção Pierre Bourdieu (2000), e neste caso as bibliotecas compõem um universo simbólico de preservação da memória, individual e coletiva.

Um lugar de memória : os acervos bibliográficos das Instituições de Ensino Superior do Brasil

A formação e o desenvolvimento dos acervos bibliográficos tiveram início com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Em 18 de fevereiro do mesmo ano foi assinado um decreto prevendo a criação da primeira Escola Médico-Cirúrgica do Brasil, na cidade de Salvador, Bahia, que passou a funcionar no prédio dos jesuítas onde já havia um hospital militar (Calmon, 1952). Esse ato resultou em transformações que deram especificidade à História da América portuguesa, abrangendo não só o âmbito econômico como também o cultural, resultando na fundação de uma série de instituições. Entre essas instituições, desçamos a criação das primeiras Escolas Superiores como um elemento fundamental para o patrimônio¹ cultural brasileiro.

Além das Escolas Superiores, o professor Maurício Joppert da Silva (1950, p.37) chamou a atenção para o processo de criação de uma universidade no Brasil, como resultado da instauração do Convento de Santo Antônio por religiosos franciscanos, destacando que

1 A definição de patrimônio, no dicionário da língua portuguesa Houaiss, diz respeito ao “conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida num determinado lugar, região, país ou mesmo para a humanidade, que passa por um processo de tombamento para que seja protegido e preservado”. (Houaiss, 2004, p.2151)

a primeira idéia de criação de uma universidade no Brasil parece ter partido dos religiosos franciscanos, do Convento de Santo Antonio, no Rio de Janeiro, no século XVIII, o qual deveria compreender cursos de teologia, filosofia, retórica, hebreu, grego, latim, entre outros. O plano foi aprovado por alvará de 11 de junho de 1776, mas a idéia não teve andamento.

Segundo (Fávero, 2000), a segunda tentativa para a criação de uma universidade no Brasil deu-se na Inconfidência Mineira. As referências podem ser observadas nos documentos que integram parte dos *Autos da devassa da Inconfidência Mineira* (Brasil, MES, 1936). Ainda em 1808, D. João VI criou os primeiros Cursos ou Aulas nas cidades de Salvador e do Rio de Janeiro, que mais tarde, em 1832, constituiriam a Faculdade de Medicina. Após a criação dos cursos médicos, o imperador vislumbrou a necessidade de instalação de um curso ou Escola que formasse militares e engenheiros (Lobo, 1980).

Em 4 de dezembro de 1810 foi inaugurada a Academia Real Militar, que mais tarde, em 1839 receberia o nome de Escola Militar. Em 1858, Escola Central, e em 1874, após várias modificações passou a chamar-se Escola Polythecnica.

Após a chegada da Missão Francesa, chefiada por Joaquim Lebreton, em 1816 foi criada a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, que após o processo de independência, passou a chamar-se Imperial Academia de Belas Artes. Já o Museu Nacional teve origem a partir do Gabinete de História Natural, fundado em 1782, pelo vice-rei D. Luís de Vasconcelos. Em junho de 1818, D. João VI transformou em Museu Real, inicialmente sediado no Campo de Sant'Ana e, em 1892, foi transferido para a Quinta da Boa Vista.

Nos últimos anos do império, em 1882 foi criada a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, e em 1891, a Faculdade Livre de Direito da Capital Federal, ambas de iniciativa privada e reconhecida pelo Decreto 639 de 31 de outubro de 1891. No Rio de Janeiro, em 7 de setembro de 1920, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, através do Decreto 14.343, sancionado pelo presidente Epitácio Pessoa.

Após o breve comentário acerca da formação dos primeiros cursos ao longo do regime imperial do século XIX, destacamos a criação da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesta universidade estão abrigadas várias coleções pessoais nas bibliotecas das unidades da instituição. Como testemunho da lembrança, as coleções pessoais depositadas nas bibliotecas da UFRJ representam e atuam como um instrumento de reconstrução da memória de bibliógrafos e colecionadores, registrando o saber individual e subjetivo, transformando-o em social e coletivo, materializando a memória, democratizando as informações até então dispersas e muitas vezes não preservadas.

Em um país como o Brasil, a preocupação com questão da preservação assumiu maior destaque em fins do século XX. As instituições que hoje são detentoras de coleções pessoais investem-se no simbolismo e na lembrança, garantindo assim, a interação história-memória.

Neste sentido, reportamo-nos a Pierre Nora,

O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. ... À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história... (Nora, 1993 : 15)

As coleções pessoais na UFRJ: um estudo de caso

Em 14 de outubro de 1950, as novas instalações da Biblioteca Central foram inauguradas no Palácio Universitário da Praia Vermelha. A partir daí, o acervo foi sendo formado por doações e aquisições de coleções pessoais, destacando-se as que pertence-

ram a Ramalho Ortigão, Afrânio Coutinho, Olegário Mariano, Rodolfo Garcia, Adyr Guimarães e Antônio Monteiro de Barros ² Destas coleções, a de maior visibilidade é a de Adyr Guimarães, constituída por obras com dedicatórias de personalidades renomadas na área de literatura e ciências sociais. Em 1969, a pedido do Prof. Afrânio Coutinho, estas coleções foram transferidas para a Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A coleção está depositada na Seção de Obras Raras da Biblioteca da Faculdade de Letras.

Ainda na biblioteca desta Faculdade, outras coleções de valor histórico-cultural estão separadas do acervo acadêmico, como a Coleção Celso Cunha, adquirida em 1990 pelo valor de U\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares). O acervo é composto de 25.000 exemplares, entre livros, periódicos, medalhas e diplomas, abrangendo as áreas de filologia, lingüística, medievalismo, entre outras. As obras raras estão sediadas em um espaço reconstituído com mobiliário do escritório do professor Celso Cunha. Sua biblioteca destaca-se, ainda, por possuir as primeiras edições dos assuntos citados acima e os primeiros dicionários da língua portuguesa. Outra coleção de peso, a Coleção Afrânio Coutinho, chegou à universidade em 1994 e integra mais de 100.000 (cem mil) volumes incluindo livros, periódicos e artigos de jornais nas áreas de literatura brasileira e universal, arte e literatura barroca, crítica literária, manuscritos, documentos raros, obras raras e autografadas. A partir de um projeto elaborado pela biblioteca da Faculdade de Letras da UFRJ, e com financiamento da Fundação Vitae, foi criado o Centro de Estudos Afrânio Coutinho - CEAC.

Reconhecida internacionalmente, a Biblioteca do Museu Nacional, fundada em 1863, abriga a Coleção Thereza Cristina, oriunda da Biblioteca de D. Pedro II, doada ao Museu Nacional em fins do século XIX, quando a família real partiu para o exílio em 1889. Outras

2 As informações sobre a vida e obra destes letrados estão disponíveis na página eletrônica da Academia Brasileira de Letras. (www.abl.br)

obras da imperatriz chegaram à biblioteca por meio do acervo da Comissão Científica de Exploração voltada para as ciências naturais. Atualmente, essa importante e rara biblioteca pessoal está incorporada à seção de obras raras da biblioteca.

Em meados de 2004, a Biblioteca Pedro Calmon do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, antiga Biblioteca Central da Universidade do Brasil, recebeu, através de doação, o acervo pessoal do historiador Afonso Carlos Marques dos Santos, professor titular da cadeira de Teoria e Metodologia da História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ e coordenador do Fórum de Ciência e Cultura (1999 a 2002), falecido em maio de 2004.

A coleção é constituída de aproximadamente 10 mil volumes de livros e documentos em diversos suportes, sendo o resultado das aquisições realizadas ao longo de trinta anos de dedicação à docência e à pesquisa histórica. O acervo reúne títulos de extrema relevância em diversos idiomas, predominando o português, o espanhol, o inglês, além do francês, cobrindo os campos de estudo em torno da História do Rio de Janeiro, História do Brasil, História de Portugal, História da Cidade e Patrimônio Cultural, Teoria, Historiografia e Metodologia da História, História da Arte, ou, Arquitetura e Literatura ocidental clássica. Há que se ressaltar no acervo obras autografadas, edições esgotadas e únicas adquiridas em livrarias especializadas no Brasil, Europa, Estados Unidos da América e Argentina, bem como títulos de autoria do próprio colecionador. Destacam-se, na coleção, obras iconográficas que relatam as transformações urbanas da cidade do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX constituindo assim, uma coleção de preciosidades.

Posteriormente à doação, foi desenvolvido um projeto objetivando garantir a incorporação da coleção, como conjunto não-desmembrável, ao acervo da Biblioteca Pedro Calmon do FCC, localizada no Campus da Praia Vermelha, integrada ao Sistema de Bibliotecas e Informação - SiBI da UFRJ, segundo vontade expressa do próprio professor. Trata-se de garantir a preservação de valioso

acervo documental na cidade do Rio de Janeiro e na Universidade onde ele atuou, de forma a assegurar fontes para a pesquisa acadêmica no campo da história e da cultura, disponibilizando via internet na Base Minerva - Sistema de Documentação da UFRJ do SiBI (www.minerva.ufrj.br), bem como consulta local. O projeto recebeu financiamento da Fundação Universitária José Bonifácio e o apoio da Pró-Reitoria de Graduação, do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ e da Associação Nacional de História-RJ (ANPUH). Os trabalhos foram concluídos em outubro de 2007, quando deu-se a reabertura da Biblioteca com a apresentação da Coleção à comunidade acadêmica e também o lançamento do livro pela Ed. UFRJ - ***A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura***, de Afonso Carlos Marques dos Santos.

Metodologia

A metodologia adotada foi dividida em 6 fases, de acordo com o objetivo do projeto e a importância das obras.

Na 1ª fase os documentos foram identificados e selecionados dentro de suas categorias, a saber: documentos pessoais e coleção bibliográfica. Nessa fase, iniciou-se o trabalho de inventário, separando os documentos pessoais em caixas, identificando-os por tipo para futuramente serem tratados. Na 2ª fase iniciou-se a pesquisa da coleção bibliográfica na Base Minerva da UFRJ (www.minerva.ufrj.br), buscando identificar se as obras já haviam sido incluídas na Base por outra biblioteca do Sistema. Já na 3ª. fase, as obras não encontradas na Base Minerva, foram pesquisadas nos principais catálogos on line das bibliotecas universitárias relevantes às áreas e idiomas da coleção, na Biblioteca Nacional e nas principais bibliotecas nacionais do mundo, identificando no verso da folha de rosto da obra as informações referentes à pesquisa.

As principais bibliotecas pesquisadas foram : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, Universidade de São Paulo, Universidade de Campinas, Universidade de Brasília,

Library of Congress, The British Library, Bibliothèque Nationale de France, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Nacional da Espanha, Biblioteca Nacional da Argentina e Karlsruhe Virtual Catalog Standard version English.

A metodologia de pesquisa adotada foi inovadora na UFRJ, e teve como objetivo verificar o valor da coleção através da duplicidade ou não das obras nos acervos das principais bibliotecas das Instituições de Ensino Superior do Brasil, na Biblioteca Nacional do Brasil e nas maiores Bibliotecas depositárias de acervos do mundo. Há de se ressaltar que, através dessa pesquisa, foi possível comprovar que muitas obras da Coleção Afonso Carlos Marques dos Santos não estão depositadas nas bibliotecas nacionais do país de origem da edição, outras são únicas nos acervos pesquisados. Toda a pesquisa realizada servirá para uma futura avaliação desse valioso acervo, abrindo campo para outras análises.

Na 4ª. fase, tendo findado a pesquisa bibliográfica, foi efetuado o processamento técnico das obras na Base Minerva da UFRJ, preparando o livro para consulta com a inclusão das etiquetas e do Ex-Libris, criado especialmente para esta coleção. A 5ª. fase do projeto foi a elaboração de um link na página da Biblioteca Pedro Calmon (www.forum.ufrj.br/biblioteca/afonso.html), como forma de disseminar a Coleção pessoal, constando de informações biográficas, produção científica, homenagens, vida acadêmica e participação e orientação em bancas e acesso direto às fontes documentais do doador. A 6ª. e última fase do projeto foi a reorganização do espaço físico da biblioteca para que ficasse reunida e separada do restante do acervo. Para isso foram instaladas portas de vidro tipo Blindex. foi criada também uma exposição permanente de objetos pessoais, fotos, diplomas e publicações do colecionador.

Preocupados com a segurança, foi adquirido e instalado um programa com placa de captura de imagens e instalação de câmeras na entrada da biblioteca e junto ao acervo pessoal doado. Para maior proteção estamos solicitando a compra de um sistema

antifurto com dispositivo eletrônico para segurança e gerenciamento de acervos bibliográficos.

Neste sentido, a proposta deste trabalho, mais do que pensar os lugares de memória, baseia-se no interesse em chamar a atenção para discutir a cristalização da lembrança, tendo os acervos pessoais, especialmente a Coleção do Professor Afonso Carlos, recém chegado à universidade, como uma fonte importante para pensar novas alternativas de preservação da memória e do patrimônio cultural.

Referências

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

CALMON, Pedro. *O Palácio da Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: Gráfica da Universidade do Brasil, 1952.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. *A Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: UFRJ, Comped, Inep, 2000.

LE GOFF, J. (Coord.). *Memória / História*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. (Enciclopédia Einaudi, 1)

LOBO, Francisco Bruno. *UFRJ: subsídio à sua história*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1980.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: PUC, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Memória cidadã: História e Patrimônio cultural. In: _____. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

SILVA, Maurício Joppert da. *As cidades universitárias*: aula inaugural da Universidade do Brasil, ano letivo de 1950. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Engenharia, 1950.

O Acervo INEP na UFRJ: 30 anos... e muita história pra contar

Maria Cristina Rangel Jardim

A memória não é absolutamente o exercício de uma fuga do presente nem uma justificação genealógica daquilo que é, e tampouco o inventário mais ou menos sistemático dos monumentos de um passado encerrado e definitivo que se pretende reavivar por intermédio da nostalgia: não, é a imersão na fluidez do tempo e no traçado de seus múltiplos - e também interrompidos - itinerários..."

(CAMBI, 2001. p.35)

1. Introdução

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, ao ser criado em 30 de Julho de 1938 pelo Decreto-Lei nº 580 tinha, dentre os seus principais objetivos, o de caracterizar-se como um centro de excelência, dedicado ao estímulo à pesquisa, à formulação de propostas educacionais e ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, destacando-se como dinâmico fórum de debates e também como centro irradiador de idéias nas questões relativas ao ensino democrático no Brasil.

Ao assumir a direção do Instituto, em 1952, Anísio Teixeira passou a dar maior ênfase ao trabalho de pesquisa. Seu objetivo era estabelecer centros de pesquisa como um meio de “fundar em bases científicas a reconstrução educacional do Brasil”. A idéia concretizou-se com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), com sede no Rio de Janeiro, e dos Centros Regionais, nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Tanto o CBPE como os Centros Regionais foram instituídos pelo Decreto 38.460 de 26/12/1955 e estavam vinculados à nova estrutura do INEP.

A gestão de Anísio Teixeira - 1952 a 1964 - caracterizou-se por promover a adoção de estudos sociológicos como instrumento complementar da Educação, com a finalidade de diagnosticar os principais problemas educacionais brasileiros. No final do ano de 1953, Anísio Teixeira percebe a necessidade de sistematizar a produção desenvolvida pelas campanhas¹ e setores do INEP.

A Biblioteca, presente desde o início da fundação do INEP, teve, sob a administração de Anísio Teixeira (1952-1964), seu momento mais expressivo do ponto de vista qualitativo e quantitativo, no que se refere aos aspectos de modernização das atividades documentárias e de ampliação da abrangência de seu acervo, dotando-o de obras básicas, não só de *educação*, mas também, de *ciências sociais*, *cultura brasileira*, *psicologia*, *antropologia* e *sociologia educacional*.

Com o golpe militar de 1964, a "*estrutura INEP*" (CBPE e Centros Regionais), atravessa diversas dificuldades. Houve uma expressiva evasão de técnicos e de pesquisadores até que, em 1977, o CBPE foi extinto e o INEP definitivamente transferido para Brasília.

A Biblioteca, a esta época com um acervo estimado em cerca de 70 mil volumes, foi desativada e, por decisões políticas, uma parte significativa de seu acervo é deixada no Rio de Janeiro, doado, em caráter definitivo, ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ em setembro de 1977, sendo organizado e aberto ao público em 1979, com o apoio financeiro da Fundação Universitária José Bonifácio – FUJB. Este acervo encontra-se localizado na Biblioteca do CFCH – Espaço Anísio Teixeira, no Campus da Praia Vermelha.

1 Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar – CILEME, criada em 01/04/1953, pela Portaria nº. 3 do INEP e Campanha do Livro Didático e dos Manuais de Ensino – CALDEME, criada em 14/07/1952, destinada a objetivar a assistência técnica ao professorado.

2. O Acervo INEP na UFRJ - Cronologia

1977 - Doação do acervo ao CFCH/UFRJ;

1979 - Organização e acesso ao público, liberado com o apoio financeiro da Fundação Universitária José Bonifácio – FUJB;

1987 - Proposta de mudança da antiga Biblioteca Central do CFCH para um novo espaço físico, no mesmo Campus da Praia Vermelha. Todo o acervo foi encaixotado e transferido para um espaço na Faculdade de Letras, no Campus da Ilha do Fundão, lá permanecendo até 1990, quando a construção do novo prédio foi concluída;

1990 - Retorno ao Campus da Praia Vermelha, sem que o espaço físico destinado à Biblioteca estivesse definido e concluído, tampouco as etapas do processo de reorganização estivessem estabelecidas e consolidadas. Parte do acervo encaixotado ficou no novo prédio e parte no restaurante “bandejão” da Praia Vermelha, já desativado;

1990/1991 - Início do processo de abertura das caixas, armazenadas nas instalações do *Espaço Anísio Teixeira* (Livros), com vistas à organização progressiva dos volumes da coleção INEP neste espaço;

1996 - Os procedimentos de organização foram interrompidos e as caixas restantes (em sua maioria, Periódicos) foram transportadas para o andar térreo e 2º andar do Prédio Anexo do CFCH;

1998 - Nova iniciativa de organização, desta vez focalizando os periódicos que se mantinham, ainda, encaixotados, no Prédio Anexo do CFCH (Térreo e 2º andar);

De acordo com o relatório do trabalho executado em 1998 por uma empresa de consultoria especialmente contratada para este serviço, grande parte dos periódicos foi identificada e organizada nas estantes, em ordem alfabética, para serem, posteriormente, integrados ao acervo geral de periódicos, conforme a classificação adotada pela Biblioteca. No decorrer deste trabalho, foram encontrados 3.810 Livros da *Coleção INEP* que foram transferidos para o *Espaço Anísio Teixeira*, armazenados em caixas;

2000 - Medidas adotadas para a unificação de todo o acervo de periódicos em um único ambiente. Realização dos serviços de análise e avaliação da coleção localizada no Prédio Anexo do CFCH, verificando inconsistências, danos às publicações, duplicidade de títulos e completeza das coleções. Este trabalho foi realizado pela equipe da Biblioteca. Houve, também, mudanças no lay-out, com corte e nova disposição das estantes e adequação do sistema de iluminação;

Jul./2002 - Coleção geral de periódicos transferida do Prédio da Decania do CFCH para o Prédio Anexo do CFCH pela equipe da Biblioteca. Essa transferência movimentou cerca de 42.900 documentos e teve como principal objetivo integrar os acervos de Periódicos da Coleção INEP com o da Coleção Geral Biblioteca do CFCH;

2004 - Continuidade do processo de organização do Acervo INEP/CBPE na UFRJ (Livros) no *Espaço Anísio Teixeira*.

3. Planejamento interno para organização dos acervos

No ano de 2004, a Biblioteca do CFCH iniciou a última etapa do “Programa de reorganização, distribuição e tratamento técnico dos acervos localizados em suas três instalações (*Prédio Decania do CFCH - Prédio Anexo do CFCH e Espaço Anísio Teixeira*)”. Este planejamento de atividades teve como principal objetivo o de estruturar a coleção geral distribuindo-a, de forma sistematizada, levando em conta o espaço físico destinado à Biblioteca do CFCH. Incluía-se nesta proposta: estabelecer com exatidão os dados quantitativos de acervo e tornar disponível o expressivo conjunto documental encaixotado e/ou armazenado, com sérios problemas de identificação, conservação e higienização.

3.1 Etapas adotadas para o desenvolvimento dos serviços

a) organização dos Livros, Teses, Dissertações e Monografias, localizados no Prédio da Decania, incluindo a realização de inven-

tário, padronização de tratamento técnico das obras e inclusão na Base Minerva (2000 - 2009);

b) transferência dos 3.810 Livros da *Coleção INEP*, identificados no Prédio Anexo do CFCH, para o *Espaço Anísio Teixeira*, armazenados em caixas (Mar./2002);

c) transferência da coleção de Periódicos do Bloco A para o Prédio Anexo (Jul./2002) e sua organização, incluindo os procedimentos destacados no item “a)”; este trabalho movimentou cerca de 42.900 documentos; e

d) organização do **Acervo INEP na UFRJ no Espaço Anísio Teixeira**, com início previsto para 2006.

A etapa de transferência dos periódicos (indicada no item b) do Prédio da Decania para o Prédio Anexo foi totalmente concretizada. No entanto, a integração da coleção de periódicos do CBPE/INEP (já armazenada no Prédio Anexo) à coleção transferida, bem como sua organização e registro dos itens na Base Minerva ainda não haviam sido concluídos quando, em 2004, alguns fatores foram decisivos para o início do processo de organização do Acervo INEP/CBPE (Livros) na UFRJ.

3.2 Ajustes no percurso

“Assim, ao dar maior ou menor visibilidade ao acervo, o que se faz é confirmar ou não um determinado discurso, uma determinada interpretação da realidade”.
(RAMOS, 2003, p. 5 – 8)

É neste contexto, e com o firme propósito de *confirmar o discurso* de formar uma “consciência educacional comum” (TEIXEIRA, 1952, p. 69-79), que se insere o ajuste em nosso planejamento. Não poderíamos deixar de considerar que as constantes demandas de pesquisa neste acervo evidenciam nele uma dinâmica peculiar de movimento e de interferência nas estratégias planejadas para

o seu desenvolvimento como coleção, confirmando sua vocação como um grande conjunto documental, que reúne as obras mais importantes sobre a memória da educação e da cultura no Brasil. Cada uma dessas obras pode ser considerada instrumento fundamental e competente para a compreensão dos fatos e acontecimentos atuais e para a formação de uma consciência crítica, motivadora de novas idéias, capaz de produzir contribuições consistentes nas decisões relativas ao desenvolvimento da política educacional brasileira.

Neste momento, se torna clara para nós a necessidade de retomar a proposta de um novo formato de concepção para a ocupação da área física da **Biblioteca do CFCH/Espaço Anísio Teixeira**, buscando resgatar as propostas idealizadas por Anísio Teixeira, de estimular a pesquisa e o debate em torno dos principais temas sócio-educacionais que formam e transformam os indivíduos e a sociedade onde se inserem, em um local adequado, a fim de atender aos objetivos de sua vocação.

Talvez se consiga entender o *"modus operandi"* desta coleção, se observarmos sua habilidade de sugerir as demandas de consulta, o que convencionamos chamar *"recortes"* no grande conjunto de obras, procurando identificar e divulgar cada uma, no labirinto onde não se encontram dois livros idênticos: todos são únicos (BREGLIA, 2007).

Num rápido exercício de memória, resgatamos episódios e identificamos tentativas de organização do conjunto, que apontavam para um *"sentido de identidade que o faz ser ele mesmo e não outro. Daí sua importância"* (FONTANA, 1998).

3.3. Principais "recortes" de pesquisa

Observamos que os estudos sobre o acervo, na UFRJ, têm início no ano de 1993, dando conta à comunidade pesquisadora do seu uso e mantendo sua identidade como o Acervo INEP na UFRJ.

Pretendemos registrar os trabalhos e as pesquisas que apresentaram resultados conclusivos e que foram conduzidos de maneira a tratar dos assuntos definidos pelos objetivos delineados e inicialmente propostos.

- a) No ano de 1993, em Monografia apresentada à Escola de Biblioteconomia da UNI-RIO, registramos o primeiro trabalho de pesquisa, na UFRJ, sobre o acervo INEP: ***Catálogo preliminar de obras raras e/ou especiais da Biblioteca do INEP***, elaborado pela servidora Sueli Palma Borges Paranhos, que identificou 92 títulos. Este trabalho foi apresentado no III Encontro Nacional de Acervo Raro, evento paralelo ao BIBLOS 2000 - 17º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 10 a 15 de Abril de 1994, Belo Horizonte.
- b) No ano de 1999, o projeto ***Um olhar para o mundo - contemporaneidade de Anísio Teixeira*** apresenta, na Biblioteca do CFCH, a ***Exposição Contemporaneidade de Anísio Teixeira***, de 2 de Setembro a 8 de Outubro de 1999, iniciando a série de eventos comemorativos do centenário de Anísio Teixeira. Com este projeto, foram identificados os títulos da obra escrita do educador e também as fontes consideradas matrizes de pensamento que alimentaram suas idéias.
- c) No ano de 2004, foi objeto de estudo com o Projeto ***"Espaço Anísio Teixeira: referência para pesquisa educacional no Brasil"***, coordenado pela Profª Libânia Nacif Xavier, da Faculdade de Educação da UFRJ e realizado com o apoio da Fundação Universitária José Bonifácio - FUJB, com vistas a divulgar o conjunto de livros editados pela CBPE / INEP / MEC, no período 1955-1965. O resultado deste Projeto foi apresentado no ***III Congresso Brasileiro de História de Educação /2004*** e o resultado do material identificado pode ser consultado nos formatos: papel e eletrônico - CD-ROM.

- d) Em 2005, o Projeto ***“Reestruturação de documentos do acervo da Biblioteca do CFCH – Espaço Anísio Teixeira”*** que, com recursos da FUJB, recuperou 100 volumes identificados pelo ***“Projeto Espaço Anísio Teixeira: referência para a pesquisa educacional no Brasil”*** (mencionado no item c).
- e) Em 2007, o Projeto: ***O Acervo do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) no Espaço Anísio Teixeira da Biblioteca do CFCH (UFRJ): Proposta de Organização***, que se caracteriza como projeto interinstitucional, uma vez que congrega pesquisadores de três instituições, a saber, PUC/RJ, UFRJ e UFF, no ano de 2006. O resultado deste Projeto foi apresentado no ***I Encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro, 4 a 6/06/2007***.

Inicialmente, observados os princípios básicos de organização já utilizados nas coleções localizadas nos outros espaços da Biblioteca, a execução de um inventário total das obras no **Espaço Anísio Teixeira** era tarefa fundamental, considerando que a coleção sofreu vários deslocamentos.

A proposta de realização do inventário teria seus objetivos ampliados, uma vez que apontaria para o que denominamos “núcleo histórico” – obras consideradas matrizes para representar o período da gestão de Anísio Teixeira no INEP/CBPE, principal objetivo do projeto. Além disso, seria possível identificar o estado de conservação das obras, informação de grande utilidade para o futuro planejamento dos serviços de preservação: processos de reestruturação, higienização e desinfestação que deverão ser realizados nos documentos diagnosticados.

Paralelamente a este serviço, iniciamos a abertura das caixas que foram transferidas do Bloco B/Periódicos para o Espaço Anísio Teixeira, para verificar a natureza de seu conteúdo (3.810 documentos da *Coleção INEP*, identificados no Prédio Anexo do CFCH, foram transferidos para o **Espaço Anísio Teixeira**).

4. Fatores que contribuíram para o início do processo de organização do Acervo INEP na UFRJ

- 1.1 2004 - Reparo do Sistema de refrigeração central e manutenção das máquinas no Espaço Anísio Teixeira e
- 1.2 2006 - Pelo Projeto BNDES/UFRJ/SiBI, a Biblioteca do CFCH foi contemplada com equipamentos de preservação, conservação e segurança de acervos (03 purificadores de ar, 03 desumidificadores, 01 termo-higrômetro, 01 mesa de higienização de documentos e 02 câmeras de circuito fechado com monitor).



5. Conclusão

A história do acervo da *Biblioteca do INEP* é marcada por eventos que influenciaram as decisões a respeito de seu destino, as quais, infelizmente, não consideraram, com a merecida preocupação, a função social da coleção, a integridade das obras e a dificuldade de deslocamento de um acervo de tal envergadura.

Diante de tantos deslocamentos, mantido encaixotado em um espaço na Faculdade de Letras, reconduzido ao Campus da Praia Vermelha e permanecendo encaixotado no espaço onde se localizava o antigo restaurante “Bandeirão”, este acervo somente retorna, parcialmente, à Biblioteca do CFCH - *Espaço Anísio Teixeira* em 1991, pois a outra parte, ainda encaixotada, permaneceria até 1998 no 2º andar do Prédio Anexo do CFCH.



É importante enfatizar o empenho e o compromisso da Biblioteca do CFCH/UFRJ, ao longo desses 30 anos, em todas as suas gestões, na organização e acesso às obras desta coleção, bem como em criar um ambiente favorável à pesquisa e ao debate de idéias, para que importantes temas e questões relativos à educação e à cultura brasileiras possam ser amplamente expostos e debatidos, recuperando, assim, os ideais defendidos por Anísio Teixeira.

É importante deixar registrada a importância de se consolidar na UFRJ uma política de integração de acervos, onde sejam consideradas e desenvolvidas, cuidadosamente, as metodologias e as

competências necessárias para o recebimento, a organização e a gerência dos acervos, respeitando, tanto quanto possível, a padronização e a uniformização das estruturas descritivas dos documentos a serem integrados.

Referências

BREGLIA, Vera Lucia Alves; SANTOS, Daniel Ribeiro dos. ... E assim se passaram 30 anos: um reencontro com o acervo INEP/CBPE. In: Encontro de História da Educação, 1., 2207, Niterói. *Anais...UFF*, 2007.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP, 2001.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. A memória, a história e as instituições da memória. *Revista Humanidades*, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 5-8, jan./jun. 2003.

SAAVEDRA, Silvia M.Galliac. *Passos e descompassos de uma instituição de pesquisa educacional no Brasil: a realidade do INEP*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1988.

SOUZA, Helena de Miranda Rosa e. *Rio de Janeiro: transferência da capital federal e seus impactos na esfera da informação/documentação*. Dissertação (Mestrado)-Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

TEIXEIRA, Anísio. Discurso de posse do Professor Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 46, p. 69-79, abr./jun. 1952.

XAVIER, Libânia N. Regionalização da pesquisa e inovação pedagógica: os centros de pesquisa educacionais do INEP: 1950-1960. *Revista Brasileira Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.80, n.194, p. 81-92, jan. / abr. 1999.

Arquivos de Cultura Contemporânea: uma experiência de pesquisa e documentação.

Cristina Barros Barreto

Introdução

Os Arquivos de Cultura Contemporânea contemplam o acervo do PACC, Programa Avançado de Cultura Contemporânea, vinculado ao Fórum de Ciência e Cultura/UFRJ.

O PACC se destina à pesquisa, à documentação e a projetos de extensão. Articula pesquisadores da UFRJ, de outras instituições acadêmicas e de organizações da sociedade civil em torno das atividades que desenvolve, destacando-se o Programa de Pós-Doutorado em Estudos Culturais, além da publicação da “Revista Z Cultural” e do informativo “O Dragão Contemporâneo”. O programa mantém ainda as Bibliotecas Virtuais de Estudos Culturais, Literatura e Artes Cênicas.

A produção e a reunião de documentação, aliadas à pesquisa, é a marca do trabalho que originou a criação dos Arquivos de Cultura Contemporânea, no final dos anos 1970, inicialmente reunindo material relativo às iniciativas de resistência à ditadura militar no âmbito da cultura e nos anos seguintes ampliando seu universo temático, tendo sempre como foco central de análise, os referenciais simbólicos da identidade cultural brasileira.

Arquivos: preservação da memória e produção do conhecimento

Quando, ao final da década de 1970, a professora Heloisa Buarque de Hollanda, criou, na Faculdade de Letras da UFRJ, o Centro de Documentação Literária, com o objetivo de reunir documentos sobre os movimentos de resistência ao regime militar, estava acom-

panhando a tendência mundial de emergência da memória como preocupação cultural e política.

Conforme Andréas Huyssen (2000, p.8), ao contrário da atenção voltada para o futuro, característica do começo do século XX, a partir dos anos 1980, o foco se desloca, para o “passado presente”. Os discursos de memória emergem como “no rastro da descolonização e dos novos movimentos sociais em sua busca por histórias alternativas e revisionistas” (2000, p.10), numa procura por outras tradições e pela tradição dos “outros” em contraposição com a história oficial e hegemônica. Por um lado apontava-se o fim da história convencional, tradicional, e, por outro, crescia a preocupação com a preservação e o acesso a registros do passado. A tendência de multiplicação dos arquivos acontece no momento em que percebe-se “a história como uma narrativa construída e não mais como a descoberta e reconstituição de um passado efetivamente existente, isto é, ‘daquilo que de fato aconteceu’” (STROZENBERG, 2000). É neste sentido que se vinculam as atividades de pesquisa e documentação, pois acredita-se na “vontade de memória” (NORA, 1993) e no fato de que a reunião dessa documentação, resultante dos estudos realizados, permitem sua permanente ressignificação.

Em 1986, sob a coordenação da professora Heloisa Buarque, a iniciativa de unir pesquisa e documentação referentes à sociedade brasileira contemporânea foi transferida para a Escola de Comunicação, quando criou-se o Centro Interdisciplinar de Estudos Culturais - CIEC -, vinculado ao Programa de Pós-Graduação da ECO.

No CIEC, a perspectiva dos Estudos Culturais - metodologia de estudo da sociedade contemporânea que estava sendo introduzida no Brasil naquela época - passou a referendar tanto a produção de conhecimento analítico, quanto a coleta e a organização sistemática de documentos. Passaram a fazer parte deste núcleo pesquisadores das áreas da Comunicação, Literatura, Antropologia e Arquitetura.

Entre os principais tópicos de agenda temática dos Estudos Culturais estão políticas de identidade, manifestações da cultura urbana, práticas político-estéticas, pós-colonialismo, multiculturalismo e globalização. Um traço importante de atuação dos Estudos Culturais é o compromisso de interagir diretamente com as práticas políticas, sociais e culturais, também objetos de sua abordagem.

O número de pesquisas então realizadas no CIEC cresceu e, conseqüentemente, o acervo aumentou, com a chegada de novos documentos reunidos e produzidos pelos pesquisadores vinculados a este laboratório. Com o aumento do material produzido e recolhido, tornou-se clara a necessidade de organização, catalogação e armazenamento corretos do acervo, com a finalidade de preservá-lo e disseminá-lo convenientemente para o público. Estas atividades exigiam a presença de bibliotecários e/ou arquivistas, que foram em diferentes períodos contratados como prestadores de serviços ou arregimentados como bolsistas, patrocinados por fundações e instituições de apoio à pesquisa. Entre elas, a Fundação Ford, a FAPERJ e o CNPq.

Quinze anos depois, em 2004, o CIEC torna-se um projeto associado ao PACC que absorve o seu acervo, chamado a partir de então de Arquivos de Cultura Contemporânea.

A perspectiva de pesquisa que enfatiza a valorização de registros pouco contemplados por políticas usuais de construção e preservação da memória, perpassa ao longo dos anos a reunião dessa documentação, conferindo-lhe um perfil único de relevante significado acadêmico e social.

Os principais temas tratados pelos pesquisadores que nestas três últimas décadas trabalharam associados ao CIEC e ao PACC são gênero e sexualidade, identidades nacionais, etnia, cultura popular e seus públicos, políticas de identidade, práticas político-estéticas, discurso e textualidade, multiculturalismo e globalização, no contexto da sociedade brasileira contemporânea.

Até o momento, o acervo dos Arquivos de Cultura Contemporânea totaliza: 16.230 documentos impressos; 3.081 fotografias;

392 cartazes; 975 gravações sonoras e 249 fitas de vídeo. Vale mencionar, ainda, a existência de 319 títulos de periódicos em coleções incompletas.

Os livros catalogados e inseridos na base Minerva totalizam cerca de 2.200 e foram doados, em 2007, à biblioteca do CFCH.

O PACC mantém uma equipe que coordena os trabalhos de organização, conservação e divulgação dos Arquivos de Cultura Contemporânea. O acervo está localizado numa pequena área do andar superior do prédio que abriga o Espaço Anísio Teixeira, no campus da Praia Vermelha da UFRJ e vem sendo, desde sua criação, freqüentemente procurado por alunos e pesquisadores do Brasil e do exterior interessados em consultar seus documentos.

Descrição do Acervo

As coleções estão reunidas de acordo com os grandes temas tratados, conforme descrevemos a seguir:

CULTURA E RESISTÊNCIA: Tema das duas coleções que congregam documentos sobre a produção cultural alternativa de resistência ao regime militar e sobre a atuação de movimentos políticos de resistência naquele período.

- A primeira traz um grande número de documentos sobre a produção cultural alternativa de resistência ao regime militar. As áreas de poesia marginal, teatro alternativo, cinema underground e imprensa alternativa estão presentes em documentos impressos, panfletos e, sobretudo, depoimentos inéditos de escritores, artistas, críticos e intelectuais gravados em áudio. Este material resulta de pesquisa coordenada por Heloisa Buarque de Hollanda e gerou a publicação de dois livros de sua autoria: *Impressões de Viagem* (1980) e *Patrulhas Ideológicas* (1980), este último com Carlos Alberto Messeder Pereira.

- **Coleção *Anos 60*** - formada por documentos reunidos pelo jornalista Zuenir Ventura para a elaboração de seu livro *1968, o ano que não terminou*, publicado em 1988, pela Editora Nova Fronteira. Com ênfase na atuação de movimentos políticos de resistência, reúne mais de 100 gravações sonoras com entrevistas de personalidades como Cabo Anselmo, Darcy Ribeiro, Hélio Pellegrino, Hélio Silva, Fernando Gabeira, Ferreira Gullar, José Dirceu, Leandro Konder, entre outros. Os documentos impressos, indexados por assunto, remetem aos seguintes temas principais: movimento estudantil, polêmicas, cultura engajada e censura.

MÍDIA E CULTURA: Coleções cujos documentos resultam de levantamentos realizados para projetos editoriais ou cinematográficos, focalizando manifestações culturais brasileiras de 1950 ao final dos anos 70.

- **Coleção *Telenovela no Rio de Janeiro 1950-1963*** - agrupa depoimentos e documentos sobre as origens da telenovela; alguns deles registros únicos da implantação da televisão no Brasil no período em que a produção era ao vivo. Esta pesquisa foi coordenada pela professora Beatriz Resende e por Marta Klagsbrunn e contou com o apoio do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro que também guarda em seu arquivo as gravações das entrevistas realizadas. Uma parte do material recolhido foi publicada no volume *A Telenovela no Rio de Janeiro 1950-1963*, série Quase Catálogo, editado pela CIEC/UFRJ em 1991.
- **Coleção *Diretores de Cinema Brasileiro*** - reúne as entrevistas em gravações sonoras e transcritas que serviram para a elaboração dos livros *Nelson Pereira dos Santos; o sonho*

impossível do cinema brasileiro, publicado em 1987 pela Editora Nova Fronteira e *Leon Hirszman – o navegador das estrelas*, publicado pela Editora Rocco em 1997, ambos de autoria da jornalista Helena Salem.

- *Programa Café com Letras* – gravações sonoras do programa radiofônico “Café com Letras”, dirigido por Heloisa Buarque de Hollanda e Ronaldo Santos, veiculado pela rádio MEC, nos anos 1970. Entre os depoimentos, encontram-se os de Ana Cristina César, Armando Freitas Filho, Francisco Alvim, Turíbio dos Santos, além de programas em homenagem a Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Pedro Nava.

RELAÇÕES RACIAIS: Tema das coleções cujos registros se referem à cultura negra, discriminação racial, violência, situação da mulher negra e políticas raciais.

- *Coleção Centenário da Abolição* - resultado de levantamento sobre a dinâmica das relações raciais no Brasil no ano de 1988, tais como foram representadas através das comemorações do centenário em todo país. Esta ampla coleção, única no Brasil, contém coberturas fotográficas, registros etnográficos, entrevistas, documentação relativa a atividades acadêmicas, concursos e patrocínios temáticos, iniciativas dos movimentos sociais e um inventário minucioso do que foi divulgado na imprensa, rádio e TV durante 1988, perfazendo um total de 2.608 eventos e 8.913 documentos. O levantamento resultou de pesquisa apoiada pela Fundação Ford e coordenada pelos professores Heloisa Buarque de Hollanda, Yvone Maggie e Carlos Alberto Meseder Pereira. Apesar de organizada a partir do eixo das comemorações do Centenário da Abolição, este material,

em virtude de sua riqueza e diversidade, possui um grande potencial em termos do estudo sobre as relações raciais no país e seus temas correlatos.

- *Coleção Movimentos Negros no Rio de Janeiro e a atuação do Estado* – engloba entrevistas com lideranças dos movimentos negros sobre sua militância e o processo de institucionalização do movimento, bem como de órgãos do Estado no Rio de Janeiro, a partir da década de 1960. Uma edição destas entrevistas está publicada no volume *Lideranças Negras*, de Marcia Contins, da Editora Aeroplano, 2001.
- *Coleção Memória de Famílias Negras no Rio de Janeiro* - composta por fitas de áudio (depoimentos e história oral) que fizeram parte da pesquisa coordenada por Gizelda Melo do Nascimento.
- *Coleção Cor e Educação: Políticas alternativas de combate à exclusão* (1998–2000) - reúne material elaborado e recolhido durante a pesquisa desenvolvida em cooperação com o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), o Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Viçosa e o Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro sobre ação afirmativa, cotas, pré-vestibular para negros e carentes e questões raciais. Reúne gravações sonoras com entrevistas e depoimentos; documentos impressos como *folders* e prospectos de eventos; projetos de lei e publicações governamentais; recortes de jornais e revistas e relatórios de pesquisa.
- *Coleção Cor e Mercado* - contém documentos resultantes da pesquisa dedicada à análise do discurso publicitário e

dos consumidores sobre relações raciais, coordenada pela professora Ilana Strozenberg. Este estudo fez parte do projeto “Estética e política: relações entre raça, publicidade e a produção da beleza no Brasil”, coordenado pelo professor Peter Fry, do IFCS/UFRJ. Inclui gravações sonoras com entrevistas e fotos de anúncios publicados em jornais e revistas que fornecem uma visão das tendências da propaganda e do mercado, bem como questões de raça e discriminação.

ETNICIDADE E IMIGRAÇÃO: Coleções cujos registros se referem a imigrantes e sua importância na cultura e configuração do espaço urbano brasileiro, especialmente na cidade do Rio de Janeiro.

- Coleção *Heranças e Lembranças* – reúne documentos sobre os imigrantes judeus de diversas origens que chegaram ao Brasil nas primeiras décadas do século XX, resultado do levantamento coordenado por Susane Worcman. Compreende entrevistas gravadas, fotografias de familiares cedidas pelos entrevistados e reproduções de objetos e documentos.
- Coleção *Memória do SAARA* – formada por documentos impressos, fotografias e gravações de entrevistas sobre a história das ruas do centro da cidade que compõem a Sociedade de Amigos e Adjacências da Rua da Alfândega – associação organizada por lojistas de uma das mais antigas e dinâmicas áreas comerciais do Rio de Janeiro – onde, desde as primeiras décadas do século XX, convivem imigrantes de diversas origens. Este material identifica aspectos do desenvolvimento urbano da área, a população de imigrantes e seus descendentes, suas atividades comerciais além das relações políticas e sociais inseridas

neste espaço da cidade. Pesquisa coordenada por Susane Worcman.

- Coleção *Teatro Ídiche no Brasil* – engloba uma ampla documentação sobre o teatro encenado por imigrantes judeus no Rio de Janeiro e em seis outras cidades do Brasil: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e São Paulo. Pesquisa coordenada por Susane Worcman.

RELAÇÕES DE GÊNERO: Este acervo compõe-se de registros diversos sobre a participação das mulheres na vida cultural brasileira.

- Coleção *Cinema realizado por Mulheres no Brasil* – resultado do levantamento da produção cinematográfica dessas mulheres, realizado por Ana Rita Mendonça e Ana Pessoa. Compõe-se de um acervo sonoro com depoimentos de história de vida de cineastas, entre as quais se destacam: Ana Carolina, Tizuka Yamazaki, Suzana Amaral, Zita Carvalho, Olga Futema e Lucy Barreto. Este estudo gerou a publicação *Realizadoras de cinema no Brasil* (1989), da série Quase Catálogo, publicada pelo Centro Interdisciplinar de Estudos Culturais - CIEC/UFRJ juntamente com o Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro.
- Coleção *Mulheres nas Artes Plásticas – Anos 1970* – reúne depoimentos de artistas plásticas, entre as quais Anna Maria Maiolino, Anna Bella Geiger, Lygia Pape, Tereza Simões, Marília Kranz, Edith Bhering, Iole de Freitas e Ione Saldanha. Parte deste acervo está disponível no volume *Artistas Plásticas no Rio de Janeiro (1975-1985)*, série Quase Catálogo, publicado pelo CIEC/UFRJ e Secretaria de Cultura da Cidade do RJ, em 1993.

- Coleção *Ensaístas Brasileiras* é composta por documentos originais como entrevistas, fichas e textos organizados por Heloisa Buarque de Hollanda e Lúcia Nascimento Araújo, que deram origem ao livro *Ensaístas Brasileiras. Mulheres que escreveram sobre Literatura e Artes de 1860 a 1991*, publicado pela editora Rocco em 1993.
- Coleção *Imprensa e Mulher* – mais de 3.500 recortes de jornais datados de 1968 a 1993 e recolhidos por pesquisadores estudiosos da linha de estudos de gênero. O material encontra-se indexado por diferentes assuntos tais como: artes plásticas, cinema, comportamento, direitos da mulher, discriminação sexual, feminismo, homossexualismo, prostituição, sexualidade, trabalho e violência.
- Coleção *Matriarcas Nordestinas* – documentos impressos e transcrições de entrevistas realizadas no âmbito de um projeto na linha de estudos de gênero, que procurou estudar o poder das mulheres, no período republicano, para além da família. Toma-se como caso as mães de famílias extensas como um clã, no nordeste brasileiro. A pesquisa foi realizada por Heloisa Buarque de Hollanda, Rachel de Queiroz e Luzilá Gonçalves Ferreira.

Situação atual e perspectivas

Dando continuidade à preocupação de preservar a integridade do acervo, viabilizar sua divulgação para um público mais amplo e permitir a recuperação da informação pelo usuário, e de acordo com a tendência atual de informatização e disponibilização na internet, dos centros de documentação, bibliotecas e arquivos, o PACC estabeleceu uma parceria com a DocPro – empresa que desenvolveu um sistema informatizado de recuperação da informa-

ção. Este sistema prevê a disponibilização on-line de qualquer tipo de documento.

Em primeiro lugar, estão sendo digitalizadas, com apoio da FAPERJ, as coleções cujo tema remete às relações raciais, ou seja os documentos impressos (recortes de jornais e folhetos), cartazes e gravações sonoras das coleções *Centenário da Abolição*, *Movimentos Negros no Rio de Janeiro e a atuação do Estado* e *Memória das Famílias Negras*.

Este trabalho criará suportes digitais (CDs e DVDs) que serão devidamente armazenados e seu conteúdo será disponibilizado para acesso público, no site do PACC - <http://www.pacc.ufrj.br/>.

Além disso, em acordo firmado entre o PACC e o Museu da Pessoa - museu virtual de histórias de vida, disponível no endereço <http://www.museudapessoa.net/> - todos os documentos impressos e gravações sonoras da coleção *Heranças e Lembranças* também estão sendo digitalizados e poderão ser consultados brevemente, através dos sites das duas instituições.

O objetivo desses esforços é o de facilitar ao público interessado a consulta ao acervo e seus documentos, muitas vezes únicos ou raros, reunidos ao longo das três últimas décadas.

Relembrando Pierre Nora, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos” (1993, p. 13). Verdadeiro lugar de memória, no sentido que este autor empresta à expressão, o significado dos Arquivos de Cultura Contemporânea ultrapassa o da sua existência material enquanto depósitos de documentos e de sua utilidade funcional de servirem como fontes de informação. Investido, cada vez mais, de uma aura simbólica, seu acervo é tido como patrimônio da memória e, como tal, chave indispensável, via de acesso insubstituível, para a definição da identidade social daqueles que encontram, ali, os fragmentos de sua história” (STROZENBERG, 2000, p.3).

Referências

HUYSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. 116 p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: PUC, n.10, p. 7-29, dez. 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *O que é, afinal, estudos culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 240 p.

STROZENBERG, Ilana. *Pesquisa e documentação na CIEC: produção de identidades culturais*. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. 9f.

O SINTUFRJ e a memória dos servidores técnico-administrativos em Educação

Ana Maria Ribeiro

“A Comunidade universitária não é uma comunidade de intelectuais, como se pensou, por exemplo, nos Estados Unidos. Ela é também uma comunidade de todos os setores que participam dela, de estudantes que estão começando, de estudantes que estão avançando, fazendo doutorado e de funcionários de vários níveis.”

Florestan Fernandes (extraído do livro de João Eduardo do Nascimento Fonseca, “Novos atores na cena universitária”, NAU Editora, pag.5)



Uma trajetória de mais de 45 anos

O objetivo desta apresentação é mostrar o papel dos técnico-administrativos e de sua representação ao longo de quase cinco décadas, no histórico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, trazendo o que existe de registro e memória.

A categoria dos técnico-administrativos sempre esteve presente no corpo social das universidades, como verificaremos nos instrumentos legais de criação do ensino superior brasileiro. Mas é só a partir da década de 80, no século XX, que se apresenta como parte integrante dos movimentos sociais, como sujeitos na luta em defesa de seus direitos e de participação ativa na vida universitária.

O movimento dos técnico-administrativos em educação (atual denominação da carreira destes trabalhadores, servidores públicos federais nas instituições federais de ensino superior) na UFRJ, se destaca não apenas por ser esta a primeira e uma das maiores instituições do sistema federal, mas porque é a associação, ASSUFRJ, depois transformada em sindicato, SINTUFRJ, que se destacou na organização da categoria nacionalmente. É da UFRJ que saíram os principais quadros dirigentes da FASUBRA, federação nacional que aglutina o conjunto de associações/sindicatos locais. Portanto, resgatar a memória dos técnico-administrativos em educação da UFRJ, também é resgatar a memória de uma categoria com presença nacional.

Breve histórico

A universidade no Brasil foi instituída em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro. Entretanto, o ensino superior se iniciou bem antes, em 1808 com os cursos de Medicina da Bahia e no Rio de Janeiro.

O ensino superior, assim como todo e qualquer nível de ensino, tem o seu corpo social constituído de professores, alunos e funcionários. Aqueles que aprendemos a chamar de *funcionários* eram,

nos séculos XIX e XX, os que asseguravam as tarefas de portaria, inspetor, secretarias, cozinha, biblioteca, ou seja, toda a estrutura necessária para a efetividade da ação educacional. Entretanto, toda a literatura existente, sejam as que discutem as teorias educacionais ou as que descrevem os movimentos sociais de contestação, tão comuns na vida universitária, não citam os *funcionários* como agentes ou participantes destes cenários.

Somente no final do século XX, em 1996, com a publicação pela NAU Editora do livro “*Novos atores na cena universitária*”, do técnico-administrativo em educação João Eduardo do Nascimento Fonseca, resultado de sua dissertação de Mestrado, passamos a ter uma literatura específica da trajetória do movimento desta parcela dos trabalhadores universitários.

A construção da identidade

De ***Servidores Públicos Civis***, passando pela terminologia ***Funcionários das Universidades***, somente em 1987, com a conquista de um plano de carreira específico, passamos a ***Servidores Técnico-Administrativos***. Em 2005, o novo plano de carreira estabelece a terminologia ***Técnico-Administrativos em Educação - TAEs***. Anos de luta pelo reconhecimento de uma categoria no “fazer” do ensino superior; de superação de uma relação subalterna, para sujeito na política universitária.

Na UFRJ essa luta passou pelo fortalecimento de sua representação organizativa.

A Associação de Servidores da Universidade do Brasil, ASSUB, é fundada em 11 de junho de 1960, visando à prática de esportes, reuniões sociais, assistência médica, jurídica, farmacêutica, odontológica e hospitalar. Dez anos depois, funde-se com o Esporte Clube Cidade Universitária, mantendo seu caráter assistencialista e afirmando em seu estatuto que entre seus objetivos está abster-se de qualquer discussão política. Mantém um vínculo forte com a instituição e avessa às demandas reivindicatórias e confronto com

as administrações e órgãos do Estado. Nascida ASSUB, passou a ASSURJ e depois **ASSUFRJ**, Associação de Servidores da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em 1982, os funcionários reconhecem a necessidade de um instrumento de luta forte e organizado. Vencendo o imobilismo das diretorias da ASSUFRJ, organizam sua primeira greve, que deixou marcas profundas e um avanço irreversível no movimento. Ao término daquela greve, criou-se um **conselho de representantes independente da direção da ASSUFRJ**, que se tornou o interlocutor, de fato, da categoria.

Nas eleições de 1984, o grupo mais combativo vence a eleição e dá à entidade uma face política e de representação dos servidores. Várias associações no país, assim como a FASUBRA – Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras, ganham um novo perfil de combatividade. Neste mesmo ano, instalou-se uma longa greve, de 84 dias, em que os professores também aderiram, com pautas unificadas. A categoria ganha 40% de aumento e o compromisso de isonomia com as universidades fundacionais. No Brasil, viviam-se as mobilizações pelas “Diretas Já” para Presidente da República. Nas universidades, o lema era: “Diretas para Presidente e para Reitor Já!”. É neste clima que a primeira eleição para Reitor acontece na UFRJ – uma consulta organizada pelos movimentos e que pela apuração paritária dos votos, se conquista a eleição do Prof. Horácio Macedo. A posse do reitor eleito traz outra vertente ao corpo técnico-administrativo, que oferece ao movimento a Sub-Reitoria de Pessoal e Serviços Gerais (SR-4), atual PR-4. A categoria em decisão histórica, em assembléia, aprova por esmagadora maioria, a indicação de seu presidente para o cargo, João Eduardo do Nascimento Fonseca, que se licencia das funções associativas. Pela primeira vez na história, um funcionário ocupa um cargo na administração central. Fato este que veio a se repetir em várias universidades do país.

Novas greves, nos anos seguintes, até a conquista, em 1987, da **Lei da Isonomia e da almejada carreira**. Depois de mais um

período de greve, entre abril e maio, o MEC apressa o processo de implantação da **isonomia entre autarquias e fundações**. Essas conquistas são um importante passo para o fortalecimento da identidade da categoria como trabalhadores do setor público de educação. A participação de lideranças do movimento na administração da UFRJ foi extremamente importante para subsidiar a construção do plano de carreira conquistado. Assim como a elaboração, inicialmente dos militantes ativos da ASSUFRJ, na construção do **Projeto Universidade para os Trabalhadores**, que entre outras propostas incluía a criação do Pré-vestibular gratuito para a categoria. O projeto foi adotado pela reitoria da UFRJ, mas após o final do mandato (1990) passou à responsabilidade da ASSUFRJ e até hoje é um exemplo de sucesso e dedicação.

Em 1988, com a nova Carta Magna - Constituição Federal, inúmeras bandeiras defendidas pelos trabalhadores foram conquistadas. Entretanto, a nova definição de cargo público trouxe um sério problema para o recém conquistado plano de carreira. O acesso ao cargo passa a ser exclusivamente por concurso público, desconsiderando carreiras com vários cargos, inviabilizando a ascensão funcional - concurso interno - que existia e possibilitava o crescimento do servidor na carreira. Enquanto que na esfera privada, um trabalhador pode crescer – entrar servente, estudar e almejar um novo posto, na esfera pública isso foi abolido.

Em 1989, a categoria aprofunda a busca por uma identidade única dos servidores públicos federais e se trava a luta pela construção de um Regime Jurídico Único - RJU. Na UFRJ, a disputa interna também contamina as lideranças do movimento sindical. A sucessão do professor Horacio Macedo, em 1989, traz uma séria divisão no grupo que conquistou a ASSUFRJ em 1984, que se apresentou dividida nas eleições da associação e da reitoria. Vencedora a chapa de oposição ao professor Horacio, o professor Nelson Maculan assume a reitoria e convida para a SR-4 a funcionária Iraides Coelho, que também saía da presidência da ASSUFRJ; fica dois anos no car-

go e sofre inúmeras críticas em sua atuação por parte dos técnico-administrativos. Foram momentos de grande tensão e divisão na UFRJ que se fez presente no conjunto do movimento dos técnico-administrativos, docente e estudantil. Passou-se à era “horacistas” e “pinguelistas”.

Em 1990, o RJU é aprovado, após intensa luta. Mais uma vitória com caravanas à Brasília e paralisações para derrotar o veto de Collor. Os servidores da UFRJ foram os primeiros a aprovar greve no serviço público contra a política de demissões deste governo. Os trabalhadores da UFRJ estiveram entre os primeiros também a apoiar a luta “Fora Collor, por eleições gerais”, que culminou com seu *impeachment*.

Já em 1992, trava-se a luta vitoriosa contra a estatuinte imposta pela reitoria da época, pensada e criada sem a participação da comunidade universitária. A reitoria reconhece que todos os servidores são estatutários, preservando direitos de quatro mil extra-quadros. Uma nova greve em maio exige: carreira para todos os trabalhadores em educação, recomposição salariais e passivos, como também a retirada do Projeto de Emenda Constitucional do Governo (PEC-56), que acabava com o RJU e restringia as verbas para a universidade. A PEC 56 sai de pauta de votação. Cresce a necessidade de **consolidação de uma entidade sindical**, que representasse o conjunto da categoria, em uma forma de organização mais avançada.

Em 1993, a categoria decide pela **transformação da Associação em um Sindicato local**. Nasce, então, o **Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ, o SINTUFRJ**. Os anos que se seguiram foram de muita luta com relação à efetivação da carreira e da isonomia. O corte no 13º salário em 1994 levou a uma paralisação que quase inviabiliza o concurso de seleção para acesso aos cursos de graduação de 1995.

O período de 1995 a 2002 foi de grandes disputas e o movimento sindical como um todo atuou no sentido da defesa das conqui-

tas existentes frente aos grandes ataques deferidos pelo governo FHC (Fernando Henrique Cardoso). Instalou-se em Brasília o império dos ataques diretos contra os direitos dos servidores e a destruição do serviço público. Lutamos contra a revisão constitucional, para garantir o pagamento dos 26% (perdas impostas aos servidores) e pela autonomia universitária. Lutamos contra a reforma administrativa e contra a intervenção do governo de FHC na UFRJ.

O movimento dos servidores da UFRJ extrapolou os muros da universidade e saiu em defesa da Vale do Rio Doce e dos trabalhadores rurais: Servidores e MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) marcham juntos sobre Brasília. Em vários momentos, o SINTUFRJ esteve nas ruas, como no ato “Universidade na Praça”, o “Show dos Sem”, e a campanha “Fome de Justiça”. Esteve também ao lado de movimentos sociais, como o dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na exposição promovida pelo IFCS “Terra - MST - Sebastião Salgado”. Mas a luta pelo respeito à Justiça e o direito de recebermos os 28,86% seguiu ao longo de 1997 e 1998. Na UFRJ, a categoria enfim conquista assento no Conselho Universitário e passa a ser representada por 10 técnico-administrativos eleitos para tal.

Em 1995 e 1996, uma forte atuação no Congresso Nacional para impedir o golpe na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O projeto de lei construído pelos movimentos sociais, e apoiado pelo Fórum em Defesa da Escola Pública em que a Fasubra participava, sofre forte ataque com um substitutivo apresentado pelo Senador Darcy Ribeiro, rasgando as principais bandeiras dos defensores da escola pública. O SINTUFRJ participou ativamente desta luta com a participação no GT Educação da Fasubra. A aprovação das leis nº 9192/95 e 9394/96, que cerceia o processo de escolha dos dirigentes universitários – impondo os 70% de votos para os docentes e a LDB, respectivamente, trazem claramente um processo de controle do governo às universidades, um afronta ao Art. 207 da Constituição Federal que concedeu a Autonomia Universitária.

Em 1998, o SINTUFRJ liderou a maior mobilização em defesa da UFRJ, e junto aos estudantes, docentes, dirigentes universitários e conselheiros do CONSUNI (Conselho Universitário) e do CEG (Conselho de Ensino de Graduação) teve uma posição de confronto ao governo FHC.



Em meio a uma das maiores greves nas universidades, 15.000 pessoas foram às urnas nos dias 17, 18 e 19/4 e escolheram o professor Aloísio Teixeira para reitor. Este resultado foi ratificado depois no Colégio Eleitoral. Todos os candidatos a reitor, com exceção de Luiz Henrique Vilhena (IFCS), retiraram suas candidaturas em prol do mais votado nas urnas. O professor do IFCS, que havia sido vice-reitor na gestão anterior e um dos menos votados nas três categorias, foi nomeado em Brasília pelo governo FHC, abrindo a maior crise já instalada na história da UFRJ.

Acontece, então, uma das maiores greves já realizadas na UFRJ. Por mais de 90 dias, servidores protagonizam uma heróica luta de ocupação da reitoria, logo após a comunicação da posse do interventor, em defesa da autonomia universitária. Os conselhos superiores, congregações e conselhos de centro da maioria das uni-

dades se posicionaram contra a nomeação e exigiam a renúncia do mesmo. O Conselho de Ensino de Graduação se manteve em convocação permanente. A UFRJ e seu corpo social viveram momentos de grande conflito e paralisia do seu funcionamento institucional. Os técnico-administrativos mostraram na prática como se deve lutar pela democracia.

Apesar da desocupação por decisão judicial e com todo aparato militar, o movimento continuou unido e foi impossível ao interventor implementar a política de FHC na universidade. Mas vivemos dias difíceis e assistimos ao crescimento da divisão interna na UFRJ, separação das unidades, ampliação das fundações privadas no interior da Universidade e ao completo abandono das instâncias colegiadas. Com isso, a ausência de transparência e espaço democrático de decisões. As alterações no Estatuto da UFRJ levaram à redução de nossa representação no Conselho Universitário de 10 para 5 membros.

Em 2002, os novos ventos, o clima de redemocratização da UFRJ e a unidade entre docentes, técnico-administrativos e alunos, possibilitaram a vitória de uma chapa de reconstrução e união com o professor Carlos Lessa no cargo de Reitor. Mais uma vez, repetindo o ocorrido nos anos de 1984 e 1990, levando um ex-dirigente do SINTUFRJ à administração central, agora no cargo de Superintendente Geral da Pró-Reitoria de Pessoal, Roberto Gambine. Desde 1992, um técnico-administrativo, com compromisso com as bandeiras da categoria, não assumia uma função na estrutura universitária. Reflexo dos 10 anos de retrocesso no espaço de conquista da identidade, fruto dos anos de neoliberalismo, pelos ataques que sofremos de tentativas de resubalternização da categoria, impossibilitando sua atuação também como sujeitos na construção da universidade. A partir de 2002 foi possível retomar a pauta de ocupação dos espaços na universidade, por parte dos técnico-administrativos, seja com a conquista de assento no Conselho de Ensino de Graduação e Pós-Graduação (CEG e CEPG), nos colegiados dos

centros, na eleição/consulta de diversos setores como DVST e Divisão de Transportes. Na luta nacional, o **Cargo Único em consonância com o Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores**.

Todas as greves e lutas salariais tinham como objetivo a construção do Plano de Carreira, até que na greve de 2004 foi conquistada a Lei 11.091, aprovada em 2005, e que se encontra atualmente em fase de aperfeiçoamento. Mas esta carreira trouxe um novo paradigma para a categoria:

1º - sua qualificação como Técnico-administrativo em Educação e seu reconhecimento como ramo da educação;

2º - o reconhecimento de sua progressão por qualificação e capacitação, separadamente, incentivando assim uma maior formação e mais ainda, vinculando ao ambiente de trabalho, o que significou sua condição de ligação entre o saber e fazer dentro da instituição;

3º - o reconhecimento na sua atuação, na orientação, coordenação e execução de pesquisa e extensão;

4º - a valorização de sua atuação no ambiente de trabalho e a possibilidade de um Programa de Avaliação que compreenda as ações no processo como um todo e não simplesmente aspectos burocráticos e administrativos;

5º - o debate sobre o saber acadêmico e o saber adquirido no processo de trabalho;

6º - o debate sobre o perfil e atuação dos técnico-administrativos numa universidade no século XXI.

De 2005 a 2007, a categoria vem lutando pelo aperfeiçoamento da carreira conquistada, os direitos conquistados como Plano de Saúde Complementar, contra as Fundações Estatais e pelo aumento de recursos orçamentários e vagas para concurso público para técnico-administrativos e docentes. Ainda luta pela criação de um Conselho de Administração como colegiado específico de organização dos trabalhadores em educação, possibilitando dar um passo fundamental à democratização da UFRJ. Ainda é muito presente o



assédio moral, a perseguição política e sulbaternização da categoria técnico-administrativa pelo corpo docente. Essa é uma página da história que desejamos virar e só será possível quando todos os trabalhadores forem tratados como trabalhadores, independente de suas titulações. Todos somos servidores públicos federais no cumprimento de ações para o público, para a população brasileira.

Conclusão

Nestes 45 anos de existência organizada e 200 de existência enquanto categoria, podemos afirmar que apenas há uns 25 anos começamos a nos apresentar ao mundo, com uns 10 anos de interrupção no nosso caminho.

Mas voltamos ao rumo traçado e não há mais volta.

Ocupando nosso espaço e reivindicando cada vez mais.

Referências

FONSECA, João Eduardo. *Novos atores na cena universitária*. Rio de Janeiro: NAU/UFRJ, 1996.

Fotos e informações do acervo do SINTUFRJ, Departamento de Comunicação (DECOS).

Os Autores

Manoel Luiz Salgado Guimarães é Professor Doutor pela Universidade Livre de Berlim e com Pós-doutorado na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris. Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social do IFCS/UFRJ. Professor Adjunto do Departamento de História da UERJ e Pesquisador do CEO/PRONEX – CNPq / FAPERJ.

Antonio José Barbosa de Oliveira é Graduado em História pelo IFCS/UFRJ, Especialista em História do Brasil pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ e Mestre em História Comparada (IFCS/UFRJ). Historiador responsável pelo Projeto Memória do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) e professor colaborador do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG/FACC-UFRJ).

Diana de Souza Pinto é Graduada em Letras, Mestre em Linguística Aplicada e Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora e atual coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Maria Ângela Dias é arquiteta, Prof^a. Dsc da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Arquitetura – PROARQ/ UFRJ. Atuou na administração da UFRJ como Diretora da FAU, Prefeita da UFRJ e Diretora do Escritório Técnico da Universidade - ETU, onde criou, em 2004, um setor de memória arquitetônica dos imóveis históricos da UFRJ, a Divisão de Preservação dos Imóveis Tombados - DIPRIT.

Heloi José Fernandes Moreira é Engenheiro Eletricista pela PUC/RJ; Mestre em Ciências em Engenharia pela UFRJ. Professor da Escola Politécnica da UFRJ desde 1973; Diretor da Escola Politécnica da UFRJ de 1996 a 2006. Atualmente é Superintendente do Museu da Escola Politécnica, Presidente da Associação dos Antigos Alunos da Politécnica e Presidente do Clube de Engenharia.

Júlio Carlos Afonso é Professor associado do Departamento de Química Analítica do Instituto de Química da UFRJ, Engenheiro Químico (Escola de Química/UFRJ, 1985); Químico com Atribuições Tecnológicas (Instituto de Química/UFRJ, 1986); Mestre em Engenharia Química e Doutor em Engenharia Química (Institut de Recherches sur la Catalyse, Lyon-França, 1990). Criador e responsável pelo Museu da Química Prof. Athos da Silveira Ramos.

Regina Dantas é Mestre em Memória Social (PPGMS / UNIRIO), Doutoranda em História da Ciência pela COPPE / UFRJ, professora colaboradora do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da UFRJ. Historiadora do Museu Nacional / UFRJ e Superintendente Administrativa da Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa/UFRJ.

Ângela Âncora da Luz é Mestre em Filosofia (UFRJ) e Doutora em História Social (UFRJ). Atualmente é Diretora da Escola de Belas Artes da UFRJ e atua como professora do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais (UFRJ). Historiadora e Crítica de Arte.

Elizabete Rodrigues de Campos Martins é Doutora em Géographie Sociale et D'Etude Urbaines – École des Hautes Etudes em Sciences Sociales. Professora da FAU/UFRJ e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD/FAU-UFRJ). **João Cláudio Parucher** é Bacharel em Arquivologia (UNIRIO) e Arquivista do Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD/FAU). **Cláudio Muniz Viana** é Bacharel em Arquivologia (UNIRIO) e Arquivista do SiBI (Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ).

Elina G. da Fonte Pessanha é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional) e Doutora em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo . Realizou pós-doutorado junto à Universidade de Londres. Professor do departamento de Ciências Sociais / IFCS/ UFRJ e atua no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Coordena o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ). **Marcos Aurélio Santana Rodrigues** é Bacharel e Licenciado em História pela UFRJ. Atualmente é bolsista de apoio técnico pelo CNPq e desenvolve a função de supervisor de documentação do AMORJ.

Maria da Luz Barbosa Gomes é Doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery. Professor Adjunto do Departamento de Enfermagem Fundamental da EEAN/UFRJ. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira da EEAN/UFRJ. Responsável Acadêmico do Centro de Documentação - CEDOC da EEAN/UFRJ. **Sandra Cristina Demetrio de Moraes** é Arquivologista e desenvolve o Projeto de Organização do Arquivo Permanente da EEAN. Arquivista do CEDOC.

André Cardoso é graduado pela Escola de Música da UFRJ, Mestre e Doutor em Musicologia pela UNIRIO. Atualmente é Diretor da Escola de Música da UFRJ, onde é professor de Regência e Prática de Orquestra, além de diretor artístico e regente da Orquestra Sinfônica da UFRJ.

Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero é Livre-Docente em Educação pela PUC/Rio, Pesquisadora Nível 1A do CNPq; Professora Aposentada na UFRJ e Coordenadora do PROEDES – Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade/FE/UFRJ.

Marieta de Moraes Ferreira é Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, com pós-doutorado na École des Hautes Etudes em Sciences Sociales-EHSS, Paris. Diretora da Editora FGV é também pesquisadora do CNPQ e da FAPERJ. Foi Diretora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas-CPDOC/FGV (1999-2005). Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora do CPDOC/FGV.

José Tavares da Silva Filho é bibliotecário da UFRJ, Especialista em Obras Raras e Preservação de Acervos Bibliográficos. Atualmente é coordenador técnico da Biblioteca Pedro Calmon do Fórum de Ciência e Cultura (FCC / UFRJ). **Rosane Cristina de Oliveira** é Cientista Social e Mestre em Ciência Política - IFCS/UFRJ e Doutoranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ. **Andréa Côrtes Torres** é bibliotecária da Biblioteca Pedro Calmon (FCC /UFRJ) e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS-UNIRIO).

Maria Cristina Rangel Jardim é Bibliotecária / Documentalista, Especialista em Desenvolvimento de Recursos Humanos e coordenadora das Bibliotecas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH/UFRJ) e da Escola de Comunicação (ECO / UFRJ).

Cristina Barros Barreto é graduada em Letras (PUC/RJ), Mestre em Ciência da Informação (UFF). Trabalha na UFRJ desde 1991, no Programa Avançado de Cultura Contemporânea, como membro da equipe de organização dos Arquivos de Cultura Contemporânea, preparadora e revisora de textos da *Revista Z Cultural* e analista de informação da Biblioteca Virtual de Estudos Culturais.

Ana Maria Ribeiro é graduada em Matemática e servidora técnico-administrativa da UFRJ. Foi coordenadora administrativa da Comissão Executiva do Concurso de Seleção (Vestibular). Representante dos técnico-administrativos no Conselho Universitário (CON-SUNI) e no Conselho de Ensino de Graduação (CEG). Membro do GT Educação da FASUBRA, foi coordenadora do SINTUFRJ no período 2001-2008.

